

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DOUTORADO



ADALBERTO VITAL DOS SANTOS JÚNIOR

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO TRABALHO PRECARIZADO
EM FRIGORÍFICOS DE DOURADOS-MS: DA INCLUSÃO PERVERSA À
EXCLUSÃO SOCIAL**

Dourados-MS

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Adalberto Vital dos Santos Júnior

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO TRABALHO PRECARIZADO
EM FRIGORÍFICOS DE DOURADOS-MS: DA INCLUSÃO PERVERSA À
EXCLUSÃO SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bergamin Vieira

Dourados-MS

S237r Santos Junior, Adalberto Vital Dos

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO TRABALHO PRECARIZADO EM
FRIGORÍFICOS DE DOURADOS-MS: DA INCLUSÃO PERVERSA À EXCLUSÃO
SOCIAL [recurso eletrônico] / Adalberto Vital Dos Santos Junior. -- 2026.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Alexandre Bergamin Vieira.

Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2026.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Neoliberalismo. 2. Psicosfera. 3. Frigorífico. 4. Inclusão perversa. 5. Exclusão
social. I. Vieira, Alexandre Bergamin. II. Título.

Ficha

catalográfica
elaborada

automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO TRABALHO PRECARIZADO
EM FRIGORÍFICOS DE DOURADOS-MS: DA INCLUSÃO PERVERSA À
EXCLUSÃO SOCIAL**

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

BANCA EXAMINADORA

Presidente/Orientador

Prof. Dr. Alexandre Bergamin Vieira

1ª Examinadora

Prof.^a Dra. Lisandra Pereira Lamoso - UFGD - Membro Titular Interno

2º Examinador

Prof. Dr. Emílio Peres Facas - UnB - Membro Titular Externo

3º Examinador

Prof. Dr. Fernando Mendonça Heck - IFSP - Membro Titular Externo

4º Examinador

Prof. Dr. Mateus Fachin Pedroso - UNESP - Membro Titular Externo

Dourados-MS

Maio de 2026

DEDICATÓRIA

Dedico todo este trabalho a minha mãe Sebastiana (*in memoriam*) e meu pai Adalberto (*in memoriam*), por ensinaram diariamente que as nossas vidas só melhoram através dos estudos. Por consequência, também devo dedicar aos meus filhos Bernardo e Raul, transmito-lhes o valor do esforço, ainda que venha a significar sacrifícios, o conhecimento é a riqueza que não nos roubam. Por fim, à Vanessa, minha companheira, dedico esse trabalho, a quem sempre me estimula para desafios como este.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Alexandre, por ter confiado na minha capacidade, com quem sempre dialogo, sinto seu respeito quanto aos meus posicionamentos e às minhas limitações.

Agradeço a minha irmã, Ana Esther, pelo incentivo constante, desde os meus primeiros passos na vida, é quem sempre me presenteou com livros.

Agradeço aos meus amigos, tenho muito orgulho de todos, aqueles que me mostraram caminhos na pós graduação (no mestrado e no doutorado), me deram pistas valiosas durante as caminhadas. Todos sabem o quanto têm papel importante para que eu sinta algum pertencimento no lugar acadêmico, trata-se de não estar sozinho e não me sentir isolado.

Quero registrar minha gratidão aos professores com os quais tive satisfação em cumprir meus créditos, Claudia Marques Roma, Lisandra Pereira Lamoso, Luciano Pereira Duarte Silva, Maria José Martinelli Silva Calixto, Juliana Grasiéli Bueno Mota e Rodrigo Simão Camacho. Cada minuto na presença de vocês foi precioso, foram contribuições essenciais que me orientaram ao longo das análises acerca do pensamento único da globalização e da racionalidade neoliberal, dando corpo ao projeto de análise da superexploração do trabalho que precede as formas de adoecer em territórios de degradação/servidão, como são as linhas de produção dos frigoríficos.

Agradeço pelo trabalho essencial das colegas técnicas administrativas, Erika e Jussara. Admiro-as pelo cuidado com que tratam do seu público.

Agradeço à minha banca de qualificação composta por Lisandra Pereira Lamoso, Emílio Peres Facas, Fernando Mendonça Heck e Mateus Fachin Pedroso, tenho admiração pela sabedoria e pela capacidade intelectual de todos. Contribuem para a solidez deste trabalho e seu valor às futuras análises acerca do emprego precarizado e da exclusão social, que infelizmente tornam-se regras em tempos neoliberais.

Agradeço às entrevistadas que concederam minutos valiosos para essa pesquisa. Espero ter contribuído para novas teorias do cotidiano, fazendo-as lembrar, relatar e refletir sobre a realidade do precariado que se sujeita aos territórios de servidão. Espero que mesmo diante das condições anti humana de territórios degradantes, não façam da psicossfera neoliberal e da autoexploração o arcabouço que dá sentido às suas vidas. E que o sofrimento criativo supere os constrangimentos dos avanços do capital sobre seus corpos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
ABSTRACT.....	3
RESUMEN.....	5
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA: ESTRATÉGIAS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	26
1.1 Plataforma Brasil – um passo antes da coleta dos dados empíricos.....	26
1.2 Descrição da primeira alternativa de acessar os sujeitos da pesquisa.....	26
1.3 Descrição da segunda alternativa de acesso aos sujeitos da pesquisa e metodologia <i>snowball</i>	28
1.4 Sujeitos da pesquisa e duração das entrevistas.....	30
1.5 Técnica de coleta.....	30
1.6 Tratamento de categorização dos dados empíricos coletados nas entrevistas.....	31
1.7 Passos da categorização.....	31
1.8 Considerações finais sobre a metodologia.....	32
CAPÍTULO 2 - NEOLIBERALISMO E EXCLUSÃO SOCIAL.....	33
2.1 Exclusão social.....	41
2.2 Desigualdade radicalizada, inclusão perversa e exclusão.....	42
2.3 Exclusão degradante e histórica.....	48
2.4 Exclusão social e precariedade de vínculos.....	50

2.5 Exclusão social e degradação do emprego.....	54
--	----

CAPÍTULO 3 - PRECARIADO: PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL EM CURSO.....	58
---	-----------

3.1 Trabalhadores imigrantes em busca de cidadania, no espectro do precariado dos frigoríficos.....	63
--	----

CAPÍTULO 4 - FRONTEIRAS DO CAPITAL, LIMITES DOS CORPOS, PRECARIZAÇÃO E SERVIDÃO.....	73
---	-----------

4.1 Fronteiras do capital e limites dos corpos.....	73
---	----

4.2 Emprego e a servidão do precariado.....	86
---	----

CAPÍTULO 5 - PSICOSFERA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	91
--	-----------

5.1 Psicosfera.....	91
---------------------	----

5.2 Representações sociais - contribuição da Psicologia para análise da precarização através do conhecimento elaborado pelo trabalhador.....	97
---	----

CAPÍTULO 6 - TRABALHO PRECARIZADO, ADOECIMENTO, AFASTAMENTO E EXCLUSÃO SOCIAL.....	105
---	------------

6.1 Categoria Organização do trabalho.....	105
--	-----

6.2 Descrição da categoria Organização do Trabalho.....	105
--	-----

6.3 Categoria Adoecimento no Trabalho.....	136
---	-----

6.4 Descrição da categoria Adoecimento no trabalho.....	136
---	-----

6.5 Categoria Afastamento do trabalho e consequências da vulnerabilização.....	155
--	-----

6.6 Descrição da categoria Afastamento do trabalho e consequências da vulnerabilização.....	156
--	-----

6.7 Categoria Aspectos da vida precarizada e alternativas empreendedoras.....	167
6.8 Descrição da categoria Aspectos da vida precarizada e alternativas empreendedoras.....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS - INCLUSÃO PERVERSA, RUPTURAS E EXCLUSÃO.....	175
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	188
ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	198
ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	201
ANEXO 3 - PROPOSTA DE <i>ESPAÇO SOCIAL DE FALA</i> COMO PARCERIA ENTRE O PROJETO DE PESQUISA E O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E A FINS DE DOURADOS-MS (STIA).....	202

RESUMO

Entende-se que na dimensão das representações sociais ocorrem as possibilidades de ajustes para acomodações das contradições entre a materialidade da vida vulnerabilizada e a psicosfera. Também é nas representações sociais onde se tratam os conflitos, os desajustes traduzidos em formas de perda da soberania do próprio corpo, através da negação dos limites e dos processos de sofrimentos e de adoecimento constatados. A proposta de exploração das representações sociais permite analisar as interpretações que comumente circulam entre aqueles que partilham a mesma organização do trabalho, o mesmo território de degradação. A análise das representações sociais, tratadas como teorias acerca do cotidiano do trabalho regido pela racionalidade neoliberal, traz a compreensão do próprio trabalhador sobre os aspectos de superexploração dos seus limites. Portanto, entre uma globalização como fábula e a inclusão social perversa, analisam-se representações sociais a partir de determinadas dimensões de processos de exclusão. Quando conceitua-se a exclusão social, na perspectiva da precarização do emprego e acesso ao mercado de trabalho, faz-se referência a um processo social, multidimensional e dinâmico. Esse processo é resultado do alinhamento entre o modo de produção capitalista e as estruturas sociais, as quais trazem consigo desigualdade, pobreza, estigmatização e a discriminação. Esses aspectos da estrutura da sociedade e suas dinâmicas implicam nas impossibilidades de mobilidade social ascendente e no acesso a sistemas sociais básicos. Como consequência do território de degradação, os efeitos da transformação da organização do trabalho sobre a integridade dos corpos foram determinantes na constituição de um Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP). Outro efeito deste cenário de adoecimento foi a elaboração da Norma Regulamentadora dos frigoríficos (NR 36), construída por um amplo debate tripartite (trabalhadores, governo federal e empresários), como medida preventiva aos processos de adoecimento mais comuns nas linhas de produção frigoríficas. Os objetivos do estudo foram caracterizar as condições de vulnerabilização social decorrente da organização do trabalho; caracterizar o processo saúde/doença, como impeditivo para capacidade laboral e venda da força de trabalho; e caracterizar os efeitos dos afastamentos por razão de inaptidão laboral. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo qualitativo, os sujeitos da pesquisa foram cinco trabalhadoras de duas empresas multinacionais do ramo de frigorífico (JBS e BR Food), localizadas no município de Dourados-MS. Após a realização das entrevistas individuais semi-estruturadas, realizaram-se as transcrições e em seguida a categorização com uso das técnicas de análise do núcleo de sentido e análise de conteúdo. Quanto aos resultados e discussões, o presente estudo destaca que existem dimensões dinâmicas de exclusão social que se acentuam no contexto do emprego precarizado e servil dos frigoríficos. Observou-se que a exclusão social tem um elemento central, ou seja, os excluídos necessários, as franjas mais empobrecidas da classe trabalhadora, aqueles que se empregam sem exigência de experiência, como mão de obra semi ou não especializada. Junto a isso, a racionalidade neoliberal desempenhada na globalização de mercados e mercadorias prescreve a precarização da vida da classe trabalhadora como receituário para benefício do modo de produção capitalista. Na perspectiva da psicosfera, constatou-se a hipótese da precarização das condições de trabalho assimilada como realidade dentro da própria racionalidade da individualização e negação da solidariedade, trazendo a intenção de fazer o sujeito se perceber como unidade de produção entre concorrentes. Dentro da estratificação da classe trabalhadora, reduz-se o precariado ao papel da servidão, considerada a linha tênue que o aproxima dos desempregados. Ficam submetidos a divisão de tarefas, critérios de avaliação por metas, alta rotatividade, além do rebaixamento dos salários e de direitos. Diante de tudo, podemos concluir que o processo de exclusão social desencadeado nas linhas de produção de frigoríficos é primeiramente de natureza econômica, quanto à desvinculação do mundo do trabalho, por consequência do adoecimento causado pela precarização. A inaptidão para o

trabalho, decorrente do adoecimento, encadeia os aspectos cultural e social da exclusão social. Portanto, após desvincular-se do mundo do trabalho, observa-se um processo de esvaziamento da cidadania, de negação de direitos e reconhecimento, sucedendo em rupturas de vínculos societários, comunitários e solidários. O território de degradação é também território de servidão do precariado e o processo, iniciado pelo adoecimento, torna-se uma condição permanente de exclusão social.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Psicosfera; Frigorífico; Inclusão perversa; Exclusão social

SOCIAL REPRESENTATIONS OF PRECARIOUS WORK IN MEATPACKING PLANTS IN DOURADOS-MS: FROM PERVERSE INCLUSION TO SOCIAL EXCLUSION

ABSTRACT

It is understood that within the dimension of social representations, possibilities arise for adjustments to accommodate the contradictions between the materiality of vulnerable life and the psychosphere. It is also within social representations that conflicts and maladjustments are addressed, translated into forms of loss of sovereignty over one's own body, through the denial of limits and the processes of suffering and illness observed. The proposed exploration of social representations allows for the analysis of interpretations that commonly circulate among those who share the same work organization, the same territory of degradation. The analysis of social representations, treated as theories about the daily life of work governed by neoliberal rationality, brings the worker's own understanding of the aspects of super-exploitation of their limits. Therefore, between globalization as a fable and perverse social inclusion, social representations are analyzed from certain dimensions of exclusion processes. When social exclusion is conceptualized from the perspective of precarious employment and access to the labor market, reference is made to a multidimensional and dynamic social process. This process is a result of the alignment between the capitalist mode of production and social structures, which bring with them inequality, poverty, stigmatization, and discrimination. These aspects of the social structure and its dynamics imply the impossibility of upward social mobility and access to basic social systems. As a consequence of this area of degradation, the effects of the transformation of work organization on the integrity of bodies were decisive in the constitution of a Technical Epidemiological Nexus (NTEP). Another effect of this scenario of illness was the elaboration of the Regulatory Standard for meat processing plants (NR 36), built through a broad tripartite debate (workers, federal government, and employers), as a preventive measure against the most common illness processes in meat processing production lines. The objectives of this study were to characterize the conditions of social vulnerability resulting from the organization of work; to characterize the health/illness process as an impediment to work capacity and the sale of labor power; and to characterize the effects of absences due to work incapacity. Regarding methodology, this is a qualitative study. The research subjects were five female workers from two multinational meatpacking companies (JBS and BR Food), located in the municipality of Dourados-MS. After conducting semi-structured individual interviews, transcriptions were made, followed by categorization using core meaning analysis and content analysis techniques. Regarding results and discussion, this study highlights that there are dynamic dimensions of social exclusion that are accentuated in the context of precarious and servile employment in meatpacking plants. It was observed that social exclusion has a central element, namely, the necessary excluded, the most impoverished fringes of the working class, those who are employed without experience requirements, as semi-skilled or unskilled labor. Alongside this, the neoliberal rationality inherent in the globalization of markets and commodities prescribes the precarization of the working class's life as a recipe for the benefit of the capitalist mode of production. From a psychosphere perspective, the hypothesis of the precarization of working conditions assimilated as a reality within the very rationality of individualization and the denial of solidarity was confirmed, aiming to make the subject perceive themselves as a unit of production among competitors. Within the stratification of the working class, the precariat is reduced to the role of servitude, considered the thin line that brings them closer to the unemployed. They are subjected to the division of tasks, evaluation criteria based on goals, high turnover, as well as the reduction of wages and rights.

In light of all this, we can conclude that the process of social exclusion unleashed in the production lines of meatpacking plants is primarily economic in nature, regarding the disconnection from the world of work, as a consequence of the illness caused by precarization. Inability to work, resulting from illness, triggers the cultural and social aspects of social exclusion. Therefore, after becoming detached from the world of work, a process of erosion of citizenship, denial of rights and recognition is observed, leading to ruptures in societal, community, and solidarity ties. The territory of degradation is also a territory of servitude for the precariat, and the process, initiated by illness, becomes a permanent condition of social exclusion.

Keywords: Neoliberalism; Psychosphere; Slaughterhouse; Perverse inclusion; Social exclusion

REPRESENTACIONES SOCIALES DEL TRABAJO PRECARIO EN LAS PLANTAS EMPACADORAS DE CARNE EN DOURADOS-MS: DE LA INCLUSIÓN PERVERSA A LA EXCLUSIÓN SOCIAL

RESUMEN

Se entiende que, dentro de la dimensión de las representaciones sociales, surgen posibilidades de ajuste para acomodar las contradicciones entre la materialidad de la vida vulnerable y la psicoesfera. Es también dentro de las representaciones sociales donde se abordan los conflictos y desajustes, que se traducen en formas de pérdida de soberanía sobre el propio cuerpo, a través de la negación de los límites y los procesos de sufrimiento y enfermedad observados. La exploración propuesta de las representaciones sociales permite analizar las interpretaciones que circulan comúnmente entre quienes comparten la misma organización laboral, el mismo territorio de degradación. El análisis de las representaciones sociales, tratadas como teorías sobre la vida cotidiana del trabajo regida por la racionalidad neoliberal, aporta la propia comprensión del trabajador sobre los aspectos de superexplotación de sus límites. Por lo tanto, entre la globalización como fábula y la inclusión social perversa, las representaciones sociales se analizan desde ciertas dimensiones de los procesos de exclusión. Cuando la exclusión social se conceptualiza desde la perspectiva del empleo precario y el acceso al mercado laboral, se hace referencia a un proceso social multidimensional y dinámico. Este proceso es resultado de la alineación entre el modo de producción capitalista y las estructuras sociales, que conllevan desigualdad, pobreza, estigmatización y discriminación. Estos aspectos de la estructura social y su dinámica implican la imposibilidad de movilidad social ascendente y acceso a los sistemas sociales básicos. Como consecuencia de esta degradación, los efectos de la transformación de la organización del trabajo sobre la integridad corporal fueron decisivos para la constitución de un Nexo Técnico-Epidemiológico (NTEP). Otro efecto de este escenario de enfermedad fue la elaboración de la Norma Reglamentaria para plantas procesadoras de carne (NR 36), construida a través de un amplio debate tripartito (trabajadores, gobierno federal y empleadores), como medida preventiva contra los procesos de enfermedad más comunes en las líneas de producción de procesamiento de carne. Los objetivos de este estudio fueron caracterizar las condiciones de vulnerabilidad social derivadas de la organización del trabajo; caracterizar el proceso de salud/enfermedad como impedimento para la capacidad laboral y la venta de fuerza de trabajo; y caracterizar los efectos de las ausencias por incapacidad laboral. En cuanto a la metodología, se trata de un estudio cualitativo. Los sujetos de investigación fueron cinco trabajadoras de dos empresas multinacionales de procesamiento de carne (JBS y BR Food), ubicadas en el municipio de Dourados-MS. Tras realizar entrevistas individuales semiestructuradas, se transcribieron y posteriormente se categorizaron mediante técnicas de análisis de significado central y análisis de contenido. En cuanto a los resultados y la discusión, este estudio destaca que existen dimensiones dinámicas de exclusión social que se acentúan en el contexto del empleo precario y servil en las plantas de procesamiento de carne. Se observó que la exclusión social tiene un elemento central: los excluidos necesarios, los sectores más empobrecidos de la clase trabajadora, aquellos empleados sin requisitos de experiencia, como mano de obra semicualificada o no cualificada. Paralelamente, la racionalidad neoliberal inherente a la globalización de los mercados y las mercancías prescribe la precarización de la vida de la clase trabajadora como una receta para el beneficio del modo de producción capitalista. Desde una perspectiva psicosférica, se confirmó la hipótesis de la precarización de las condiciones laborales asimilada como una realidad dentro de la propia racionalidad de la individualización y la negación de la solidaridad, con el

objetivo de que el sujeto se perciba a sí mismo como una unidad de producción entre competidores. Dentro de la estratificación de la clase trabajadora, el precariado se reduce al rol de servidumbre, considerado el delgado límite que lo acerca al desempleo. Se ven sometidos a la división de tareas, criterios de evaluación basados en objetivos, alta rotación, así como a la reducción de salarios y derechos. En vista de todo esto, podemos concluir que el proceso de exclusión social desatado en las líneas de producción de las plantas empacadoras de carne es principalmente de naturaleza económica, en lo que respecta a la desconexión del mundo del trabajo, como consecuencia de la enfermedad causada por la precarización. La incapacidad laboral derivada de la enfermedad desencadena aspectos culturales y sociales de la exclusión social. Por lo tanto, tras el distanciamiento del mundo laboral, se observa un proceso de erosión de la ciudadanía, negación de derechos y reconocimiento, que conduce a rupturas en los lazos sociales, comunitarios y solidarios. El territorio de la degradación es también un territorio de servidumbre para el precariado, y el proceso, iniciado por la enfermedad, se convierte en una condición permanente de exclusión social.

Palabras clave: Neoliberalismo; Psicosfera; Matadero; Inclusión perversa; Exclusión social

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO TRABALHO PRECARIZADO EM FRIGORÍFICOS DE DOURADOS-MS: DA INCLUSÃO PERVERSA À EXCLUSÃO SOCIAL

INTRODUÇÃO

Preâmbulo sobre a globalização

O presente estudo trata da análise das representações sociais acerca do emprego precarizado em dois grandes frigoríficos no município de Dourados-MS, entendendo que estes são territórios degradados, promovedores de processos de exclusão social. Parte-se da proposta de uma geografia do fluxo das commodities frigoríficas, em que a globalização existe conforme arranjos organizacionais, “baseados em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição” (Santos, 2006, p.285).

A globalização como expansão do grande capital trata de relacionar lugares, integrá-los e uni-los a partir de uma hierarquia funcional e territorial. Esta é a expansão por fluxos, originada onde há maior densidade técnica, informacional e comunicacional, com destino aos lugares onde essas densidades são menores.

A hierarquia funcional e territorial acarreta verticalidades e ordens que atuam degradando o trabalho; e horizontalidades capazes de contestar a racionalidade hegemônica do grande capital. A tendência dessa expansão é o uso dos meios mais sofisticados, com densidade técnica, capazes de aprimorar a exploração da força de trabalho. Quanto mais sofisticada e aprimorada a máquina se torna, maior a exploração dos limites do trabalhador para cumprir a ordem das metas. Ou seja, quanto mais intensa for a relação de exploração, mais caracteriza-se uma relação de exclusão social.

Localidades de menor densidade técnica inseridas nos fluxos das mercadorias ajustam-se aos processos de verticalidade, ditados pelo comércio internacional e por demandas de abastecimento, por exemplo. Entre o local e o global estão determinantes de múltiplas escalas. Trata-se da sua integração dependente, da tecnosfera como prótese que substitui a natureza ou o meio técnico preexistente. Conforme a adesão à racionalidade hegemônica da psicosfera, condicionam-se os comportamentos, o uso de recursos técnicos, regras, estímulo do imaginário, produção de sentidos e representações sociais. A psicosfera é

o discurso com credibilidade na opinião pública e capaz de convencer e pressionar os rumos do Estado¹.

Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o locus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente (Santos, 2006, p.284).

A psicosfera está compreendida no sistema de ações e intenções, nas práticas sociais e políticas, na produção interesseira de informações, no campo das subjetividades, das ideias e das ideologias² (Duarte e Frank, 2023).

Elaborada de modo estratégico, interesseiro e endereçado a projetos hegemônicos, é pela modernidade perversa da psicosfera que a constituição e o uso corporativos da esfera técnica do território podem ser realizados de modo facilitado, ancorados em narrativas e discursos legitimadores (Kahil, 1997, 2021), tal como parece ser o modo como o agronegócio atua no Brasil, revelando mecanismos ora evidentes, ora sutis, para o exercício do poder e manutenção de sua hegemonia no território. Neste período de globalização financeira e neoliberal (Pereira, 2021), é cada vez mais essa a função de uma psicosfera que, ancorada em ideologias que sustentam determinadas posições de classe, inverte as percepções do mundo e tantas vezes antecede, ampara e prepara espíritos (Ribeiro, 1991) para a expansão e legitimação das condições objetivas e materiais do espaço (Duarte e Frank, 2023, p.145).

A psicosfera do mercado globalizado dita os desdobramentos socioespaciais da estrutura produtiva brasileira, que por consequência constituem a racionalidade praticada nas organizações do trabalho, portanto, atuantes nas representações sociais, junto a ideologias hegemônicas e ao ordenamento da divisão internacional do trabalho (Marini, 2017).

Políticas econômicas, fiscais e monetárias do Estado brasileiro, por exemplo, reverberam o papel de dependência, acolhendo as demandas do agronegócio, quanto a adoção do modelo agroexportador, sequestrado ao uso irrestrito de insumos químicos; quanto às dominâncias de sementes híbridas e transgênicas, acompanhadas de adubos sintéticos; e quanto a mecanização como investimento de capital³.

¹ <https://reporterbrasil.org.br/2025/09/decisao-ministro-jbs-fiscais-cargos/> Acesso em 15/12/2025.

² <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-acompanha-1o-envio-de-carne-para-china-em-fabrica-da-jbs-e-elogia-irmaos-batista-motivo-de-orgulho/> Acesso em 15/12/2025.

³ <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/lula-e-o-plano-safravancos-e-impasses/> Acesso em 15/12/2025.

A fábula da psicofera, uma leitura do utopismo do mercado livre tratado por Harvey (2014b), refere que o custo da acumulação interminável vale a experiência condensadora do emprego precarizado.

O reconhecido protagonismo do Brasil, sob dependência de mercados compradores de commodities, é decorrente da assumpção do papel de subalterno na economia mundial. Neste sentido, destaca-se o primeiro lugar no ranking de exportador mundial de proteína bovina⁴, quarto maior produtor de carne suína e segundo maior exportador⁵ e líder mundial de exportações de frangos⁶.

Nas últimas décadas, em que pese a extensão e complexidade da situação geográfica que resulta do agronegócio globalizado no Brasil, cremos que os aspectos e contornos que definem suas bases materiais, como exemplificam os modernos fronts e regiões produtivas, redes e topologias agroindustriais complexas, sistemas de engenharia robustos (estradas, portos e outras condições de produção) etc., compõem uma tecnosfera precisamente adicionada ao território que permitiu a produção alcançar um volume extraordinário, especialmente para commodities agrícolas valorizadas no mercado externo (soja, milho, açúcar, dentre outras) e também para proteína animal (bovinos, aves e suínos). Tal dinâmica exigiu investimentos públicos imensos e elevou investimentos privados internos e externos a uma extensão territorial e apropriação muito significativas, no mais das vezes sob o comando de tradings globais e atendendo sobretudo demandas do mercado externo (Duarte e Frank, 2023, p.147).

Entende-se, portanto, que é importante contextualizar aspectos de expansão das multinacionais JBS e BRF Foods, para melhor compreender a natureza da psicofera atuante nas representações sociais de seus empregados precarizados, nas duas empresas frigoríficas que compõem o campo empírico deste estudo.

Objetivo

Nas representações sociais desses empregados precarizados estão contidas teorias que buscam explicar o cotidiano. Logo, seria possível responder ao seguinte objetivo do estudo:

⁴<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/2024/carne-bovina-e-milho-sao-destaques-na-exportacao-brasileira#:~:text=J%C3%A1%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao,bovina%20in%20natura%20e%20processada> Acesso em 15/12/2025.

⁵<https://sna.agr.br/brasil-e-o-maior-exportador-de-carne-de-frango-do-planeta-e-o-segundo-em-producao/#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20maior,ocupa%20agora%20em%20terceiro%20lugar> Acesso em 15/12/2025.

⁶ https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2024/04/ABPA-Relatorio-Anual-2024_capa_frango.pdf Acesso em 15/12/2025.

caracterizar o processo de exclusão social decorrente da organização do trabalho, resultante do processo saúde/ doença, como impeditivo para capacidade laboral e ocasionado por afastamento do trabalho causado pelo adoecimento.

Metodologia

Quanto à metodologia deste estudo, entendeu-se que a necessidade de caracterização de processos de exclusão social dos trabalhadores ocupantes dos cargos mais insalubres dos frigoríficos JBS e BRF Foods, condicionou dificuldades em encontrar sujeitos participantes, que fossem voluntários para expor os constrangimentos da organização real do trabalho. Logo, a técnica de coleta de dados *Snowball* justificou-se pelo modo de acessar e convencer trabalhadores adoecidos a relatarem em entrevistas individuais semi-estruturadas sobre o itinerário por onde a organização do trabalho o levou, ao sofrimento, adoecimento (LER/Dort e adoecimento psíquico) e afastamento.

As representações sociais trazem consigo o território vivido cotidianamente, portanto, as imagens, os ruídos, as altas e baixas temperaturas, os odores, as regras e normas, as metas, as relações sociais, ou seja, todos os aspectos desta organização do trabalho. Representação social é um produto dos olhos da mente do trabalhador. A dor que localiza os limites dos corpos e a psicosfera da produção se encontram nas representações sociais dos trabalhadores, o real e o ideológico coabitam e se acomodam em teorias do cotidiano.

Apresentação do Campo Empírico do Estudo

Ainda que o presente estudo trate de um campo experienciado e teorizado por uma categoria de trabalhadores precarizados, entende-se que é essencial abordar aspectos da dimensão global do mercado de proteína animal, dos fatores econômicos que determinam políticas públicas de fiscalização e de investimentos do Estado e o protagonismo do agronegócio através da sua psicosfera determinante na financeirização da economia brasileira.

JBS - Aspectos do Campo Empírico:

Consta, segundo Spohr e Silveira (2012) que a partir de 1953 a JBS⁷ (Friboi) foi a primeira empresa brasileira atuante no ramo de frigoríficos no Brasil, os primeiros passos da sua expansão consolidam-se com aquisições de duas unidades, nos anos de 1968 e 1970. No

⁷ José Batista Sobrinho - Fundador da JBS.

ano de 2004 a JBS chegou ao faturamento de 1,2 bilhões de dólares e nos anos 2005, 2006, 2007 o grupo JBS S.A. internacionaliza-se primeiramente através da aquisição da empresa frigorífica argentina Swift Armour (fundada em 1907), da empresa estadunidense Swift Foods Company (fundada em 1878 - Swift & Company) e da italiana Inalca, produtora de carne bovina desde 1963.

No ano de 2008 foram adquiridas mais duas empresas estadunidenses, consolidando uma hegemonia global em mercados consumidores de carne bovina: a divisão de bovinos da Smithfield Beef⁸ (fundada em 1936) e a Five Rivers, comprada da Smithfield Foods and Continental Grain Company⁹, além da australiana Tasman^{10 11}. O grupo JBS S. A. seguiu expandindo suas aquisições, porém em outros mercados do ramo de alimentos, em 2009 comprou a empresa estadunidense Pilgrim's Pride¹² (fundada em 1946) e em 2013 comprou a Seara (fundada em 1956), que compunha a divisão de aves, suínos e carnes processadas da multinacional brasileira Marfrig¹³.

No estudo exploratório-descritivo de Spohr e Silveira (2012) acerca das estratégias de internacionalização da JBS, a empresa é considerada uma multinacional emergente. As autoras contextualizam o fluxo do capital entre países emergentes, compreensível por decorrência da expansão territorial de mercado. Destacando que entre economias emergentes, os investimentos correspondem ao menos a dois terços destinados para cooperação sul-sul. Neste cenário as autoras observaram a predisposição de subsidiárias estrangeiras das multinacionais emergentes para empreenderem em novos mercados. A racionalidade expansionista desdobra-se em desenvolvimento de competências em áreas de inovações, operacionais, habilidades tecnológicas e desenvolvimento de marca.

No estudo também destacam a necessidade das multinacionais emergentes enfrentarem a *liability of foreignness*, fazerem frente à concorrência local e adquirirem confiabilidade e mercado. As multinacionais emergentes, são caracterizadas como:

[...] empresas maduras e integradas que crescem em mercados protegidos da competição internacional; utilizam intensamente recursos naturais e mão de obra barata; não possuem competência tecnológica avançada; são atrasadas em termos de

⁸ <https://www.reuters.com/article/business/brazils-jbs-to-buy-us-beef-company-idUSN04542635/> Acesso em 15/02/2026.

⁹ <https://www.fiveriverscattle.com/history/> Acesso em 15/12/2025.

¹⁰ <https://australianabattoirs.com/tag/jbs-ownership/> . Acesso em 15/12/2025.

¹¹ <https://ethical.org.au/companies/3999> Acesso em 15/12/2025.

¹² [https://exame.com/negocios/jbs-friboi-conclui-compra-americana-pilgrim 's-pride-522800](https://exame.com/negocios/jbs-friboi-conclui-compra-americana-pilgrim-s-pride-522800) Acesso em 15/12/2025.

¹³ <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2013/06/compra-da-seara-pelo-jbs-pode-envolver-outros-ativos.html> Acesso em 15/12/2025.

capacitação gerencial; e operam em ambientes extremamente turbulentos (Spohr e Silveira, 2012, p. 302).

As autoras lembram que há condicionamentos entre o cenário político institucional do país de origem e suas respectivas multinacionais emergentes, aspectos que impulsionam e sustentam dinâmicas de internacionalização.

Em consonância com essa perspectiva, vários autores da área têm feito uso do delineamento do contexto institucional de tais países como subsídio para investigar as atividades das MNEs [multinacionais emergentes]. Segundo Gammeltoft, Pradhan e Goldstein (2010b), tais diferenças decorrem principalmente dos seguintes aspectos: i) o governo local desempenha um papel mais ativo nesse tipo de economia, encorajando suas empresas a atuarem em sintonia com suas prioridades e preferências. Seus mecanismos, em geral, são a disponibilização de acesso privilegiado a certos insumos, financiamentos especiais, subsídios e outros apoios; ii) o ambiente econômico/ institucional das MNEs tende a ser menos sofisticado, o que implica especificidades de estrutura organizacional e de governança. Para compensar a escassez de recursos físicos, tecnológicos, de gestão, entre outros, as empresas acabam diversificando seu grupo de negócios, tornando-se mais verticalizadas e horizontalizadas (Spohr e Silveira, 2012, p. 303).

Entre pressupostos para compreensão da expansão de multinacionais emergentes como a JBS, as autoras fazem referência à capacidade política para transitar em países com fraco ambiente institucional, infraestruturas pouco desenvolvidas, burocracias corruptas, instituições educacionais fracas e governos instáveis.

No caso da JBS, as estratégias expansionistas e vantagens competitivas são atingidas devido seus resultados no mercado de origem. Refere-se que a principal estratégia de internacionalização da JBS foi a consolidação global através de progressivas aquisições horizontais junto a outros mercados emergentes, até aquisições em países desenvolvidos, o que possibilitou acesso a recursos não disponíveis no país de origem (Spohr e Silveira, 2012).

As palavras de Spohr e Silveira (2012) corroboram para demonstrar que as vantagens para a internacionalização da JBS advieram de um cenário institucional político-econômico específico do Brasil naquele período.

Entre elas, pode-se citar: i) o apoio que o governo local provê a grandes empresas (com intuito de apoiar e encorajar a atuação de empregos de alguns setores para formar as campeãs nacionais), traduzindo pelo acesso privilegiado a financiamentos especiais. Segundo o Valor Econômico (2011), um dos fatores mais importantes para a internacionalização dos frigoríficos brasileiros foi o apoio do BNDES por meio do mercado de capitais. Dados de 2011 apontam que o banco detém 30% do capital da JBS; ii) o preparo para enfrentar períodos de turbulências (Valor econômico, 2009). Isso se dá pela experiência adquirida no contexto brasileiro, como os seis planos econômicos, as duas depreciações cambiais e os efeitos da doença da vaca louca; iii) a diversificação tanto horizontal quanto vertical, que, entre outros fatores, tem gerado sinergia e eficiência operacional e que, em geral, são impulsionados pelas imperfeições de mercado, tais como falta de recursos relacionados e de informações, escassez empresarial e distorções políticas

(Ghemawat e Khanna, 1998); e iv) a riqueza de insumos propiciados pelo ambiente interno. De modo geral, todas essas características estão em consonância com as generalizações da literatura que tentam definir as vantagens das MNEs (Gammeltoft, Barnard, Madhok, 2010b, p. 308).

BRF Foods - Aspectos do Campo Empírico:

Após a fusão das empresas Sadia e Perdigão, ambas na região Oeste de Santa Catarina, a BRF Foods ocupa o segundo lugar no ranking de receita líquida no ramo de alimentos, no Brasil (Favretto, Roman e Sehnem, 2016). Segundo os autores, a BRF Foods, uma multinacional consolidada no ramo de alimentos, é a sétima maior de capital aberto no mundo, exporta para aproximadamente 150 países. Dentre os recursos que sustentam o desempenho da empresa, destacaram-se: viabilização de insumos através de estoques mínimos, contratos de exclusividade, *know-how* para lançar novos produtos, nível tecnológico, equipe de pesquisadores e visão de mercado.

Sobre o capital humano, o estudo de Favretto, Roman e Sehnem (2016) evidencia a naturalização de alta rotatividade, apontando constante necessidade de contratações. A política salarial está baseada no mercado, contudo, algumas áreas e setores têm remuneração variada. Os benefícios estão agregados ao salário (plano de saúde, vale mercado, auxílio funeral, cooperativas de crédito, plano odontológico, previdência privada), planos de premiações são baseados nos lucros e resultados.

A gestão de talentos está entre os recursos valiosos da empresa, assim como o capital humano multicultural e tecnologia moderna na capacitação dos recursos humanos, resultando em diminuição de custos, aumento de rentabilidade, produtos padronizados e resultados consistentes aos investidores (Favretto, Roman e Sehnem, 2016).

No estudo de Ripplinger, Vian e Melo (2023), os autores lembram que o impacto sofrido pela empresa Sadia, com perda aproximada de 2,5 bilhões reais, decorrente do cenário da crise financeira global de 2008, desdobrou-se como principal motivação para a fusão com a empresa Perdigão. Após a consolidação da BRF Foods, constituída de uma grande rede de unidades por todo território nacional, além de mercados internacionais preestabelecidos (Rússia e Oriente Médio), vislumbrou-se a capacidade de competir frente aos outros conglomerados do setor, além do plano para estabelecer outros novos mercados.

Os autores chamam a atenção para a dinâmica das grandes empresas do setor agroindustrial, quanto à estratégia de expansão, a sua instalação decorre de vantagens oferecidas, como oferta da produção de insumos e centros de distribuição, isenções de

impostos, até a flexibilidade para mudar-se para outros lugares/ territórios de melhores vantagens (Ripplinger, Vian e Melo, 2023).

Consta, segundo os autores, que ao constituir-se a BRF Foods seria possível operar com maior potencial produtivo e menores preços, além da recuperação da Sadia.

Conforme discutiram Dalla Costa e Souza-Santos (2012), por trás do discurso de potencialização produtiva e redução de preços proferido para BRF residia o interesse de recuperação de uma grande corporação que, durante muitos anos, havia se beneficiado e expandido por meio de operações de alavancagem de alto risco em vista de retornos financeiros maiores em tempos menores - um dos principais motivos pelo agravamento de sua situação durante a recessão econômica (Ripplinger, Vian e Melo, 2023, p. 1564).

Os autores lembram que as estratégias de expansão e acumulação compreendidas na dinâmica do modo de produção capitalista, a cada período histórico, possuem consequente expressão geográfica. Para além dessa constatação, os autores destacam que as marcas do regime de acumulação flexível, engendrado pela racionalidade neoliberal, estão na conformação da mundialização do espaço geográfico (Ripplinger, Vian e Melo, 2023).

O processo de financeirização desdobra-se, através de "instrumentos financeiros capazes de metamorfosear ativos produtivos em derivativos rentáveis" (Ripplinger, Vian e Melo, 2023, p. 1565). Por dentro dos Estados nacionais a outra metamorfose que ocorre é através das reformas direcionadas para a flexibilização na regulação dos mercados, aderindo aos desejos dos donos dos meios de produção, que passam a deliberar sobre a política fiscal e a política monetária, quanto aos gastos e taxas de juros, por exemplo.

A crise de 2008 desnudou e pôs em xeque o modo de operação de muitas empresas que haviam, até então, edificado seus negócios sobre lucros provenientes de operações especulativas de alto risco. Segundo Dalla Costa e Souza-Santos (2012, p. 36), a Sadia, uma das maiores impactadas, havia se beneficiado de um "ambiente de prosperidade econômica, estabilidade e perspectiva de valorização do real frente ao dólar", o que "favoreceu a montagem de operação com derivativos cambiais", no início de 2000, garantindo seu fortalecimento no mercado e maiores resultados a curto prazo (sob a intenção de atender pressões acionárias) (Ripplinger, Vian e Melo, 2023, p. 1566).

Frente ao cenário de resgate da Sadia e fusão desta com a Perdigão, em 2009 o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) assegurou recursos (Flexor e Leite, 2017) (Rocha, 2014). Em 2022 a BRF Foods passou para o controle da Marfrig Global Foods S.A., atualmente com 50,49% das ações da BRF, seguida de outros (SALIC, 11,03%; Caixa de Previd. dos Func. Do Banco do Brasil, 6,14%)¹⁴.

¹⁴ <https://ri.brf-global.com/governanca-corporativa/composicao-acionaria/> Acesso em 03/2/2026.

Entende-se que a internacionalização, portanto, se dá pela capacidade de competição no mercado global e que para além de financiamentos do BNDES e manobras no mercado financeiro, sustenta-se sobretudo na extração da mais valia, recorrendo a mercados de mão de obra e matérias primas baratas.

Historicamente semelhante às condições de exploração da força de trabalho dos índios, dos escravos, dos trabalhadores rurais nas décadas de 1930 a 1960, o precariado atual torna-se indispensável à economia. Como refere Nascimento (2003), ao longo de sua história, o Brasil conhece tipos clássicos de excluídos, distintos entre si, mas com um lastro comum, de serem indispensáveis ao desenvolvimento econômico.

Ou seja, a capacidade da JBS e da BRF de alcançarem mais clientes no mercado global é sustentada na expropriação da cidadania do precariado submetido a baixos salários e alijado de condições de segurança no trabalho¹⁵. Repetindo a geografia colonial, característica das economias dependentes, a legitimação da inclusão perversa no mundo do trabalho apoia-se na “grandiosidade” atribuída à globalização dos mercados onde essas multinacionais se inserem. Esta é a condição pela qual o capital tirano exige constantemente o aumento de metas de produção em nome dos acionistas globais.

Território de degradação, aspectos da financeirização global

A produção da agroindústria tornou-se um pilar da economia brasileira. Toda a cadeia produtiva corresponde a 10% do produto interno bruto, contudo essa representatividade econômica é acompanhada de falhas em segurança e agravos à saúde do trabalhador¹⁶.

Ripplinger, Vian e Melo (2023) fazem referência à subordinação dos sistemas alimentares aos “imperativos do sistema econômico vigente” (p. 1567). Neste sentido, o sistema econômico atual determina um regime alimentar ditado pela “dominação de grandes corporações transnacionais orientadas pelo sistema financeiro global” (p. 1568).

Entende-se que na atual fase de financeirização global e hegemonia neoliberal, o mercado de trabalho precariza-se com destaque para superexploração da força de trabalho, ou seja: a intensificação do uso da mão de obra; o aumento da jornada de trabalho sem aumento na remuneração; salários rebaixados e aquém das possibilidades para o trabalhador reproduzir-se dentro das condições sociais dadas; e a majoração das vulnerabilidades sociais (Luce, 2018).

¹⁵ <https://reporterbrasil.org.br/2025/09/decisao-ministro-jbs-fiscais-cargos/> Acesso em 03/2/2026.

¹⁶ <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Fabricas-de-acidentes.pdf> Acesso em 03/2/2026.

Diante dessas premissas, concorda-se que os frigoríficos são territórios de degradação do trabalho, conforme Heck (2021), principalmente, adotando-se os preceitos da superexploração nas linhas de produção, na nória e na esteira, por exemplo. Esta concordância sustenta-se por diversos estudos acerca dos efeitos dos processos de mudança na organização do trabalho da agroindústria de abate e processamento de carnes.

Assim, conceitua-se os frigoríficos como territórios da degradação do trabalho (HECK, 2017a), pois a busca incessante de extração de trabalho não pago (mais-valia) é o que impõe relações sociais de trabalho e de poder (dominação x desrealização), que resultam em agravos à saúde diretamente relacionados ao processo de trabalho intenso, repetitivo e que exigem a presença de milhares de trabalhadores/as aglomerados nas linhas de produção (Heck, 2020, p. 60).

Como demonstrado, por exemplo, no estudo de Magro *et.al.* (2014) que traz resultados da pormenorização das tarefas, do estabelecimento de metas de produção individuais e coletivas, intensificação e prolongamento das jornadas de trabalho.

A organização do trabalho nas indústrias de abate e processamento de carnes mescla características do padrão taylorista fordista e do modelo japonês, sendo caracterizada por funções altamente rotinizadas e repetitivas, intenso ritmo de trabalho e inúmeras formas de vigilância e controle do trabalhador. Devido aos riscos desse contexto laboral, a relação entre as atividades em linhas de produção e agravos em saúde, especialmente as LER/Dort, já são amplamente reconhecidas e estudadas, assim como a manifestação dessas doenças especificamente nos trabalhadores das indústrias de abate e processamento de carnes (Magro *et.al.*, 2014, p.68).

Como consequência do território de degradação, os efeitos da transformação da organização do trabalho sobre a integridade dos corpos foram determinantes na constituição de um Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) (Perpetua, 2020). Outro efeito deste cenário de adoecimento foi a elaboração da Norma Regulamentadora dos frigoríficos (ou NR 36) (Heck, 2014), construída por um amplo debate tripartite (trabalhadores, governo federal e empresários), como medida preventiva aos processos de adoecimento mais comuns nas linhas de produção frigoríficas (Ruiz, 2022).

Se compreendido o mundo do trabalho como um sistema metabólico do capital (Heck, 2012), entende-se que é possível problematizar as doenças/ acidentes de trabalho como consequentes de um processo social que tensiona os corpos, impondo-lhes superexploração, subalternidade, violência, negação de legislações de segurança no trabalho. O corpo, como um território, está imerso em um modelo de produção e de degradação do trabalho, nas diferentes escalas territoriais e mais terrivelmente onde são suprimidas atuações de solidariedade.

Representações sociais do trabalho degradado e degradante

Entendendo que o espaço é ativo para tensionar, resistir e abrigar a produção (Santos, 2007), o presente estudo considerou a importância de analisar as representações sociais de trabalhadores de frigoríficos acerca da superexploração da sua força de trabalho, no contexto de tensionamento das fronteiras do capital sobre os limites do seus corpos. Propõe-se que no âmbito da produção dessas representações sociais sejam eleitos dois aspectos que se acomodam e se conjugam: (1) a psicosfera, no papel conformativo ao predomínio da racionalidade neoliberal, moldando a organização do trabalho e (2) as repercussões desta organização (instável) do trabalho na integridade física/psíquica e consequentemente nas vulnerabilidades sociais do trabalhador.

Vulnerabilidades, Superexploração e Psicosfera – Outros aspectos do Campo Empírico

O capitalismo brasileiro, particularmente seu padrão de acumulação industrial desenvolvido desde meados da década de 1950 e intensificado no período posterior ao golpe de 1964, tem uma estrutura produtiva *bifronte* onde, de um lado estrutura-se a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., para um mercado interno *restrito e seletivo*, composto pelas classes dominantes e por uma parcela significativa das classes médias, especialmente seus estratos mais altos. De outro lado tem-se a produção para exportação, não só de produtos primários mas também de produtos industrializados de consumo. O rebaixamento crescente dos salários dos trabalhadores possibilitou níveis de acumulação que atraíram fortemente o capital monopolista. Desse modo, a expansão capitalista industrial sustentou-se (e ainda se sustenta) num processo de *superexploração do trabalho, dado pela articulação de baixos salários, uma jornada de trabalho prolongada (nos períodos de ciclo expansionista) e de fortíssima intensidade, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado*. Esse padrão de acumulação desenvolveu-se com muita força, especialmente ao longo das décadas de 1950 a 1970 (Antunes, 1998). (Antunes, 2025, p. 235).

Acerca da vulnerabilidade analisada no âmbito do trabalho degradante, é possível tratá-la como uma afronta às condições de cidadania, aqui considerado o conceito de cidadania regulada (Silva, 2009). Ou seja, uma cidadania calcada no status de inserção no mercado de trabalho, dependente da qualidade do emprego e do poder de consumo do cidadão. Abordaremos melhor este conceito logo mais adiante, mas antecipamos a afirmar que existem graus de cidadania e que nas franjas da sociedade onde estão as condições mais precárias de vida, constata-se os aspectos componentes da exclusão social, como um processo contínuo e presente nas condições de precarização do trabalhador.

Adotamos uma perspectiva onde os excluídos são trabalhadoras precarizadas, ativas na produção até adoecerem física e psiquicamente, ao ponto de se afastarem do emprego, perceberem-se desnecessárias e idealizarem ou tentarem o autoextermínio.

A racionalidade organizacional neste cenário é pautada pelo condicionamento à financeirização da economia, a dedicação à produção de commodities e a expansão do capital com interesses econômicos alheios às necessidades da classe trabalhadora. Trata-se de um capitalismo de dependência que aperfeiçoa sua expansão pela via das atribuições dos donos dos meios de produção locais, os quais coabitam na democracia burguesa, intercedem e atendem seus interesses como ordenadores espaciais do papel do Estado.

Entende-se que nesta dinâmica estrutural do contexto brasileiro operacionaliza-se a mercantilização da vida do trabalhador, como no exemplo do neodesenvolvimentismo, com retiradas de direitos e graduais processos compartilhados de espoliação da classe trabalhadora (Heck, 2014).

Percebe-se a vulnerabilização da classe trabalhadora, através da superexploração da sua força de trabalho, o que compensa a capacidade de competitividade de economias dependentes, como a do Brasil.

Este expediente, levado a cabo inicialmente pela burguesia dependente para mitigar ou contra-arrestar parcialmente os montantes de valor que são apropriados pelos capitais das economias dominantes, uma vez em marcha será implementado não somente pelas primeiras, mas inclusive pelas empresas multinacionais que se instalam e operam a partir das economias dependentes, em busca de taxas de lucros individuais mais elevadas, passando a se beneficiar também das tendências intrínsecas a produção e reprodução do capital sob as relações de dependência. A superexploração assume, assim, complementarmente, função contra-arrestante à lei da queda tendencial da taxa de lucro, cumprindo de forma inequívoca papel contratendencial como forma de rebaixamento do valor da força de trabalho, tal como previsto por Marx (Luce, 2018, p. 177).

Na perspectiva de uma economia dependente, conjugada à superexploração da força de trabalho, considera-se que grandes frigoríficos, como BRF Foods e JBS, por exemplo, são representantes de uma psicosfera regional/local dentro do ordenamento global para produção de alimentos. Aspectos dessa psicosfera podem ser observados na Entrevista 1.

No âmbito da psicosfera, trata-se do desdobramento de sucessões de períodos marcados por forças econômicas e políticas capazes de desencadear processos socioespaciais, respondendo à expansão do capital, apoiado na dependência hegemônica da agroindústria brasileira (Silva, 1992).

Parte-se da premissa que a lógica de acumulação financeira dos mercados globais está impregnada em dimensões da vida da classe trabalhadora, com ênfase no aspecto social, cenário onde as subjetividades têm papéis de produto e de produtor. Onde atua uma “nova razão do mundo” (Dardot e Laval, 2016), também encarnada na dimensão da estrutura social, onde impõem-se compulsoriamente modelos de gestão do trabalho que negam os limites dos corpos, um exemplo da vulnerabilização social que influencia no processo de exclusão social.

Compreende-se que a voracidade do capitalismo financeiro, quando adentra fases de crises, alimenta as estratégias e ações neoliberais para socorrer os lucros. A racionalidade adotada para superação dessas crises compreende a psicosfera, atua como mediadora (interventora) na dimensão socioespacial, é realizada em ataques aos direitos trabalhistas, contando com o papel ativo do Estado.

A psicosfera figura como ingrediente central à adesão acrítica ao espaço da competitividade que orienta, do comportamento dos Estados e empresas, até as subjetividades individuais. Tal é o substrato para a emergência de um espaço em muito orientado pela razão do mercado, “racional” e obediente aos reclamos dos agentes hegemônicos - reduzido número de Estados e de grandes empresas, que figuram como baluartes do capitalismo financeiro global (Dowbor, 2017) (Kahil, 2021, p. 275).

Considerando que mutações na psicosfera, assim como a própria percepção do processo de adoecimento decorrente da exploração dos limites do corpo, pode suscitar reelaborações de representações sociais acerca do mundo vivido e das interações junto ao território. Desta perspectiva é possível e necessário admitir que no seio da classe trabalhadora ocorram desajustes, ajustes e reajustes subjetivos diante da cultura empresarial e da competitividade.

Representações sociais, a psicosfera e o não familiar

Recorrer à contribuição da teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2021), propicia a exploração das teorias construídas no cotidiano, evidenciando um padrão de interpretação comum, em consonância às ideologias hegemônicas e a circulação da palavra entre os trabalhadores, por exemplo.

A nova desigualdade, portanto, necessita ser analisada através de uma “fenomenologia dos processos sociais excludentes”, porque além de se produzirem e (re)produzirem relações marginais, cria-se também um universo ideológico no imaginário da sociedade de consumo. O exemplo citado por Martins é o de que, através do mesmo toque de botão de televisão, há a capacidade de transportar-se o favelado e o milionário, simultaneamente, ao mesmo mundo fantasioso e colorido das ficções da comunicação de massa, permitindo certa unificação ideológica, apesar da desigualdade material (Sawaia, 2022, p. 40).

As evidências das contradições do modo de produção capitalista alimentam demandas para novos sentidos acerca do trabalho. O não familiar, os constrangimentos das condições de trabalho, decorrente do território de degradação dos frigoríficos suscita novas representações sociais para adequação dos corpos ao metabolismo da produção regida pelo mercado global.

A análise que revele a dinâmica da racionalidade neoliberal na precarização e vulnerabilização do trabalhador requer primeiramente categorizar o que é não familiar aos olhos dele. O que são constrangimentos do trabalho nas linhas de produção dos frigoríficos? Certamente, a resposta representa uma lacuna não contemplada na psicosfera. Este estudo propõe questionar o modo de gestão e de organização do trabalho como potenciais fontes de eventos constrangedores, modos de avanços das fronteiras do capital sobre os limites dos corpos dos trabalhadores.

Entende-se que na dimensão das representações sociais ocorrem as possibilidades de ajustes para acomodações das contradições entre a materialidade da vida vulnerabilizada e a psicosfera. Também é nas representações sociais onde se tratam os conflitos, os desajustes traduzidos em formas de perda da soberania do próprio corpo, através da negação dos limites e dos processos de sofrimentos e de adoecimento constatados.

A proposta de exploração das representações sociais permite analisar as interpretações que comumente circulam entre aqueles que partilham a mesma organização do trabalho, o mesmo território de degradação. A análise de teorias acerca do cotidiano do trabalho regido pela racionalidade neoliberal, tratando da compreensão do próprio trabalhador sobre os aspectos de superexploração dos seus limites.

O caminho percorrido parte de um arcabouço teórico edificado pelo autor do presente estudo durante o curso de doutorado, onde buscou-se sustentar a relevância das representações sociais, contudo, aproximando-as da psicosfera e da prova de realidade contida nos processos de sofrimento e de adoecimento.

Em tempo, considera-se ressaltar que o autor do presente estudo, psicólogo com atuação em serviços públicos do município de Dourados-MS, como Centro de Atenção Psicossocial (CAPS 2), Centro de Referência da Saúde do Trabalhador e atualmente Hospital

Universitário da UFGD, lida com frequência, dentre tantos casos, com processos de saúde/doença de trabalhadores que passaram ou ainda atuam nesses frigoríficos.

Por sua natureza peculiar de degradação os frigoríficos foram eleitos como campo empírico do presente estudo, ou seja, trata-se da natureza reconhecidamente insalubre da organização do trabalho e dos conhecimentos constituídos em torno da NR 36 e do NTEP (Ruiz, 2022).

Entende-se que existem efeitos da racionalidade neoliberal na integridade do trabalhador, pois a globalização que prescreve a precarização sobre corpos vinculados enquanto mão de obra barata, também determina desigualdades sociais e o grau de vulnerabilidade que designa a natureza e as dimensões da exclusão social.

A vulnerabilização social decorrente do adoecimento no trabalho, por exemplo, chama atenção para a estratificação da cidadania. Ou seja, cidadania com base no poder de consumo e nas condições de acesso a sistemas sociais básicos de responsabilidade do Estado.

Portanto, entre uma globalização como fábula e uma globalização como perversidade (Santos, 2000), analisam-se representações sociais a partir de determinadas dimensões de processos de exclusão.

Processo de exclusão social

Quando conceitua-se a exclusão social, na perspectiva da precarização do emprego e acesso ao mercado de trabalho brasileiro, faz-se referência a um processo social, multidimensional, dinâmico e estrutural. Esse processo é resultado do alinhamento entre o modo de produção capitalista e as estruturas sociais, as quais trazem consigo aspectos como a desigualdade, a pobreza, a estigmatização e a discriminação. Esses aspectos da estrutura da sociedade e suas dinâmicas estão presentes nos processos de exclusão social, já que implicam nas impossibilidades de acessar sistemas sociais básicos (Vieira, 2009).

Na realidade brasileira a reestruturação produtiva condicionada por mudanças tecnológicas, flexibilidade na produção e redução de postos de trabalho, concorreu para um cenário de precarização das relações/ condições de trabalho, desemprego estrutural e ausência estatal em políticas sociais (Lesbaupin, 2001 *apud* Vieira, 2009). No mesmo cenário, a possibilidade de participação na esfera do consumo leva muitos a se sentirem subjetivamente incluídos, ainda que façam parte de categorias excluídas, segundo Sawaia (2022).

A relação de superexploração revelada sobre um predominante contingente de trabalhadores (exército industrial de reserva) inseridos em processos de exclusão destaca a forma perversa que esse sistema de produção inclui, elegendo suas prioridades, condizente e intencional para benefício dos donos dos meios de produção. Portanto, a sociedade brasileira, com suas estruturas e processos, se desenvolve em razão de um sistema globalizado e modelado pela racionalidade neoliberal, que produz às custas das franjas do seu precariado.

O neoliberalismo contém os imperativos que determinam o cenário de existência do trabalhador, condicionante de um processo de metamorfoses que garantem a sobrevivência do sujeito e consequentemente construção da sua identidade. No cenário neoliberal o sujeito é seduzido para uma unanimidade paradigmática nos processos de representação e julgamento da realidade. O capitalismo brasileiro usufrui da falsa ideia do trabalhador livre, para vender sua força de trabalho, mas encarcerado pelos custos de vida e emprego precário.

A exclusão analisada no presente estudo trata das implicações da racionalidade neoliberal na subjetividade do sujeito sob risco ou já desvinculado do mercado de trabalho, somado ao desamparo social nas atuações do Estado neoliberal. Estado não garantidor de cidadania, mas promovedor da racionalidade da auto-responsabilização e auto-gestão, direcionador para a personalização do sucesso e do fracasso.

A racionalidade neoliberal transita nas relações de poder, nas relações de trabalho, nega a luta de classes e ataca as representações pelo olhar do trabalhador precarizado. A natureza híbrida do neoliberalismo trata de considerar todas as dimensões econômicas, políticas e sociais favoráveis ao capital, que consequentemente incluem precariamente, concorrem para processos de exploração e de exclusão social.

Interesses do Estudo Empírico

Diante de uma racionalidade praticada pelo modelo de produção que forja a vida do trabalhador precarizado, questiona-se quais as suas representações sociais acerca do modelo de produção capitalista e seus respectivos processos de exclusão social.

Mediante diversos questionamentos acerca da precarização do trabalho nas linhas de produção dos frigoríficos, como processos de vulnerabilização e dimensões de exclusão social, busca-se no olhar do trabalhador precarizado, as causas, consequências,

encadeamentos desses processos, os riscos do adoecimento e consequências da impossibilidade de seguir produzindo.

Trata-se do estudo de um campo empírico composto de subespaços do capitalismo globalizado (frigoríficos globalizados), que em diversas dimensões e escalas determinam geografias da identidade da classe trabalhadora, conquistas e perdas de direitos e consequentes representações sociais acerca do modelo de produção. Poderia, por exemplo, identificar um predomínio da psicosfera nas representações sobre o mundo do trabalho, sobre vínculos frágeis de empregos precários, o papel do Estado e do modelo de produção no processo que transforma trabalho em mercadoria.

A análise das representações sociais acerca do modelo de produção traz como possibilidade: caracterizar as condições de vulnerabilização social decorrente da organização do trabalho; caracterizar o processo saúde/doença, como impeditivo para capacidade laboral e venda da força de trabalho; e o efeitos dos afastamentos permanentes ou temporários por razão de inaptidão laboral.

Quanto aos pressupostos de sobrevoo, a precarização do emprego sob a racionalidade neoliberal se baseia em contratos que buscam isenções de responsabilidade frente à garantia de direitos trabalhistas, em parceria com Estados empreendedores e legislações flexíveis. Conforme a literatura, a exemplo dos resultados apresentados por Heck (2012), os frigoríficos são unidades da cadeia de produção da agroindústria, caracterizados como territórios de degradação do trabalho.

Também, enquanto olhar de sobrevoo, considera-se necessário explorar além dos aspectos específicos dos objetivos do estudo, também alguns aspectos da racionalidade neoliberal encontrados no referencial bibliográfico. Logo, entende-se que é possível pesquisar a racionalidade neoliberal partindo de seus fragmentos espalhados pelo território, ou seja, aspectos da “servidão”, da “personificação do sucesso e do fracasso”, “fragilização do coletivismo”, “internalização da perspectiva atomista”, “comportamento empreendedor no trabalho”, “naturalização da adaptação do empregado aos ritmos das máquinas”, “pressão pelo desemprego”, “desigualdade social”, “negação da cidadania”, “negação da solidariedade”, “precarização do trabalho”, “autoexploração” e “exclusão social no mundo do trabalho”.

A elaboração de um roteiro torna-se então um processo de constituição da ferramenta que auxilia o acesso do entrevistador aos conteúdos norteadores das representações sociais e ações do trabalhador precarizado. O roteiro das entrevistas da pesquisa empírica busca o acesso às interpretações executadas individualmente, porém construídas socialmente na escala/ dimensão do nanoterritório do emprego precarizado, ou seja, consensos acerca de um mesmo objeto, produtos das significações coletivas que subsidiam escolhas, teorias, senso comum e formas de existir dentro do sistema de produção capitalista.

As representações sociais trazidas pelo presente estudo são tratadas na constituição do objeto em análise, estão em plena reprodução no mercado globalizado, mesmo contexto de produção das subjetividades dos trabalhadores. As representações expressas a partir das vivências no emprego precarizado são construídas diariamente junto aos valores de corporações globais, reproduzidos em escala regional, na relação singular entre o trabalhador e a empresa. As vias de propagação dessas representações são as relações socioespaciais.

No mercado globalizado, do trabalho-mercadoria, entende-se que emergem realidades com aspectos em comum, delineados desde a divisão internacional do trabalho, por exemplo. No Sul global, nos países semiperiférico, os fragmentos da globalização que saltam aos olhos na realidade e condimentam as representações sociais são a espoliação do bem comum, o ataque aos direitos trabalhistas, a opressão, a exploração e o destino imposto pelo Norte global sobre a semiperiferia do sistema (Braga, 2017).

A pergunta do estudo teórico-empírico:

Em quais dimensões dos processos de exclusão social os trabalhadores precarizados, dos frigoríficos JBS e BRF Foods, em Dourados-MS, se encaixam, senão em todos?

Hipótese do estudo teórico-empírico

Enquanto hipótese do presente estudo partiu-se do pressuposto de uma exclusão social que deixa de ser processo e passa a ser condição permanente, levando-se em conta o grau de vulnerabilidade destes trabalhadores quando analisados: (1) a caracterização destes trabalhadores na categoria precariado, conforme suas vicissitudes; (2) a característica da

organização do trabalho, as condições de trabalho, as condições do vínculo de emprego; (3) os indicadores de adoecimento característicos deste setor produtivo; (4) predomínio de mão de obra não qualificada e características da organização sindical (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e a fins de Dourados-MS).

As partes do estudo:

A partir desta breve introdução, o trabalho apresenta-se estruturado em sete capítulos. O capítulo um trata da metodologia do estudo; o capítulo dois descreve o cenário neoliberal, exclusão social e cidadania; o capítulo três retrata o precariado como processo de exclusão social em curso; o capítulo quatro trata das fronteiras do capital, limite dos corpos, emprego e servidão; o capítulo cinco é referente à psicosfera e representações sociais; o capítulo seis são os resultados da pesquisa empírica; e o capítulo sete trata da discussão dos resultados e conclusão do estudo.

CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA: ESTRATÉGIAS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.

1.1 Plataforma Brasil – um passo antes da coleta dos dados empíricos

Considerando a coleta de dados, envolvendo seres humanos, com acesso a dados primários e uso de entrevistas semi-estruturadas, o projeto deste estudo foi submetido e aprovado na Plataforma Brasil, CAAE¹⁷: 77427524.0.0000.5160.

1.2 Descrição da primeira alternativa de acessar os sujeitos da pesquisa

Com intuito de investigar as representações sociais acerca de processos de exclusão social causados pela precarização do emprego, este estudo buscou acesso aos trabalhadores de frigoríficos primeiramente através de sua entidade sindical, quando foi realizada a proposta *Espaço social de fala* (Anexo 3).

Por considerar a importância da representatividade do sindicato da categoria, entendeu-se necessário buscar uma parceria com essa entidade que produzisse para além de análises teóricas, também análises práticas sobre os processos de exclusão vivenciados cotidianamente pelos trabalhadores do setor.

Nesta proposta inicial inspirou-se na pesquisa-ação como metodologia e grupos operativos de reflexão como ferramenta. A pesquisa-ação centrada no agir e em uma metodologia exploratória, com objetivos que pudessem contemplar o pesquisador e os participantes no mesmo campo de atuação.

Portanto, o universo de pesquisa primeiramente eleito é aquele que representa o conjunto dos trabalhadores filiados ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e a fins de Dourados-MS (STIA).

Relato do primeiro contato junto ao Sindicato da categoria:

¹⁷ CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética.

No dia 05/07/2023 foi realizada visita exploratória ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e a fins de Dourados-MS (STIA). O objetivo desta visita foi conhecer e dialogar com a direção sindical acerca da proposta de estudo que envolve processos de saúde/ doença dos empregados de agroindústrias produtoras de alimentos.

Esta instituição tem uma abrangência ou “base territorial” de 13 municípios (Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Maracajú, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Glória de Dourados, Jateí, Laguna Caarapã, Ponta Porã, Rio Brilhante e Vicentina). A direção do STIA é composta por 8 membros, sendo que no dia da visita 3 estavam na sede do sindicato e os 5 restantes atuavam em seus respectivos locais de trabalho, também atuantes como fiscais das condições de trabalho. O presidente do STIA colocou-se à disposição para colaborar com o desenvolvimento deste estudo, brevemente informou sobre recentes atuações do STIA, relatou situações das condições de trabalho e superlotação dos meios de transporte disponibilizados aos empregados de uma das indústrias frigoríficas de Dourados-MS. Outro tema informado pelo dirigente sindical foram as atuações da entidade nas linhas de produção das indústrias, como monitoramentos da velocidade das máquinas e limite de movimentos repetitivos.

Quanto aos empregados adoecidos, foi informado que alguns com sinais e sintomas procuram o STIA, são orientados a buscarem tratamento através do plano de saúde vinculado ao STIA. Estes empregados são orientados pelo sindicato quanto à responsabilização da empresa e nexo causal entre atividades laborais e o processo de adoecimento, também são encaminhados ao uso da assessoria jurídica vinculada ao STIA. O presidente do STIA esclareceu que há participação sindical, com envolvimento dos filiados em eventos de datas comemorativas, reuniões e assembleias.

Foi solicitada ao presidente do STIA a possibilidade do pesquisador responsável por este estudo participar como ouvinte de reuniões e assembleias da entidade, assim como foi proposto a possibilidade de desenvolver diálogos/ debates juntos aos filiados sobre as temáticas do estudo. O presidente do STIA acenou positivamente para a solicitação de participação do pesquisador, como ouvinte, em reuniões e assembleias, também propôs que o estudo fosse apresentado ao sindicato (ANEXO 3). O presidente do STIA informou que não existe uma pasta específica voltada às questões de saúde dos afiliados, mas informou que o acesso aos trabalhadores adoecidos poderia se dar através de diálogos com a assessoria jurídica do STIA.

Buscou-se junto ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e a fins de Dourados-MS (STIA):

1. Propor termo de consentimento para uso de dados coletados junto a entidade sindical.
2. Propor termos de consentimento aos trabalhadores que voluntariamente colaborassem como entrevistados.
3. Trabalhadores filiados ao STIA como Sujeitos da pesquisa.
4. Coleta de dados: Foi considerada a proposta ao STIA, um projeto de extensão, compreendendo objetivos que atenderiam as demandas do pesquisador e demandas da categoria dos trabalhadores. Foi proposto um espaço social de fala¹⁸, onde seria possível verbalizar, analisar e re-significar os processos dinâmicos de exclusão social causados pela precarização e pelo afastamento do trabalho. Para propor a prática desse espaço social de fala foram apresentadas as linhas gerais do estudo¹⁹. O pesquisador também colocou-se disponível para a possibilidade do levantamento de demandas preexistentes e daquelas de conhecimento da diretoria da entidade sindical.

A metodologia previa sessões de entrevistas semi-estruturadas (individuais e/ ou coletivas). A cada sessão de entrevista seriam abordadas temáticas relacionadas a precarização da organização do trabalho e seus consequentes processos de exclusão. As datas e locais das entrevistas seriam previamente agendadas em consenso com o(s) participante(s).

Diante da ausência de resposta da entidade sindical para a proposição de parceria através deste projeto de pesquisa, optou-se pela busca de sujeitos, através da rede de colaboradores do próprio pesquisador que recorreu ao recurso metodológico *snowball*.

1.3 Descrição da segunda alternativa de acesso aos sujeitos da pesquisa e metodologia *snowball*:

¹⁸ SANTOS JÚNIOR, A.; MENDES, A.; ARAUJO, L. (2009). Experiência em clínica do trabalho com bancários adoecidos por Ler/ Dort. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 29(3), 614–625. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000300014>

¹⁹ Proposta de Espaço social de fala como parceria entre o projeto de pesquisa “REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO EMPREGO PRECARIZADO: O OLHAR DO EXCLUÍDO” e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e a fins de Dourados-MS (STIA).

Partiu-se do pressuposto que a amplitude de influência econômica e social deste setor produtivo e dos grandes frigoríficos (SEARA-JBS e SADIA-MARFRA-BRF) estaria espelhada em uma respectiva amplitude de possíveis voluntários para este estudo.

Considerou-se existirem redes de referência aos objetivos deste estudo, que se conectam à diversidade de outras redes onde estão os empregados e ex-empregados das Indústrias de Alimentação da Grande Dourados. Através dessa lógica, a estratégia foi iniciar com a busca de voluntários através de pessoas mais próximas do pesquisador, consideradas intermediárias ou sementes (Bockorni e Gomes, 2021).

Os intermediários não precisavam ter experiência no trabalho em frigoríficos, mas tinham familiares e/ou pessoas próximas que eram atuais empregados ou ex-empregados dos frigoríficos. Esses intermediários disponibilizaram contatos/ whatsapp das pessoas indicadas e declararam que poderiam auxiliar para a cooperação dos possíveis sujeitos para o estudo.

Conforme Bockorni e Gomes (2021) a técnica do *snowball* favorece a participação de voluntários, contando com indicação e motivação dos intermediários, principalmente quando os participantes do estudo precisam informar sobre questões significativas à integridade de seus corpos marcados de forma permanente por lesões e dependência de uso de medicação.

Através da rede de intermediários foram acessados primeiramente quatro sujeitos (empregados e ex-empregados), contactados via aplicativo whatsapp. A mensagem enviada inicialmente aos potenciais colaboradores consistiu em: (1) apresentar o pesquisador, (2) identificar o intermediário que o indicou, (3) descrever sucintamente os objetivos e metodologia do estudo, (4) solicitar a colaboração através da disponibilidade de tempo para realização da entrevista.

Alguns dos empregados e ex-empregados inicialmente aceitaram participar do estudo, mas não responderam às mensagens do pesquisador. Outros empregados e ex-empregados responderam positivamente ao pedido de participação, também indicaram outros empregados e ex-empregados. Ao final, a amostra foi de 5 trabalhadoras dos frigoríficos BRF e JBS, todas são brasileiras.

Os locais e horário das entrevistas foram determinados pelas próprias entrevistadas.

1.4 Sujeitos²⁰ da pesquisa e duração das entrevistas

Entrevistada 1 - Mariana tem 19 anos na BRF, iniciou como operadora de produção, realizando a função de desossadora, também passou pelas funções de analista de custos, líder de setor e há 3 anos ocupa o cargo de supervisora. Formação superior de Administração de Empresas. Casada. 40 anos. Mãe de 2 filhos. Duração da entrevista: 47 min.

Entrevistada 2 - Rita trabalha como auxiliar de produção na JBS, função retiladora por 3 anos. Diagnosticada com LER/ DORT e adoecimento psíquico. Ensino médio completo. Solteira. 40 anos. Duração da entrevista: 1 hora e 20 min.

Entrevistada 3 - Antônia trabalha como auxiliar de produção na JBS, função retiladora por 3 anos incompletos. Diagnosticada com LER/ DORT e adoecimento psíquico. Ensino médio completo. Solteira. 40 anos. Duração da entrevista: 1 hora e 35 min.

Entrevistada 4 - Cecília trabalha como auxiliar de produção na JBS, função retiladora por 4 anos. Diagnosticada com LER/ DORT e adoecimento psíquico. Ensino médio incompleto. 44 anos. Divorciada. Mãe de 5 filhos. Duração da entrevista: 2 horas.

Entrevistada 5 - Maria trabalha como operadora de produção na BRF, função desossadora e evisceradora por 11 anos. Diagnosticada com LER/ DORT e adoecimento psíquico. Ensino médio incompleto. 58 anos. Divorciada. Mãe de 4 filhos. Duração da entrevista: 1 hora e 40 min.

1.5 Técnica de coleta:

O roteiro da entrevista (ANEXO 1) foi a materialização do “sobrevoo” com pressupostos teóricos acerca do modo de produção capitalista, das dinâmicas de exclusão do neoliberalismo e as representações nos “nanoterritórios” do emprego precarizado.

Através das indagações teórico-empíricas do pesquisador e das representações sociais do trabalhador precarizado, pressupõe-se que as fontes e os dados complementam-se para a investigação da exclusão social no mundo do trabalho. Aspectos do campo empírico, como a geografia do trabalho nos territórios de degradação, a inclusão social perversa em um ambiente insalubre e a degradação da saúde psíquica das entrevistadas apontam para a coleta de dados tanto por meio de entrevistas coletivas de grupos (no caso da proposta enviada ao sindicato), como através das entrevistas semi estruturadas realizadas individualmente.

²⁰ obs: a nomeação das entrevistas foi estabelecida de forma fictícia.

Da escala global, representada em nossos planisférios, à escala dos “nanoterritórios” da vida quotidiana (um prédio residencial, uma ocupação de sem-teto, uma prisão ...), cartograficamente representável por meio de plantas, todos os níveis espaciais de análise são relevantes; cada um deles permite o registro de determinados aspectos da realidade, cada um deles nos faculta enxergar determinadas coisas. É assim, antes integrando que descartando *a priori* qualquer nível, sabendo combinar o “olhar de perto” (aquele que exige “estar dentro”, que implica ser um *insider* ou quase *insider*) com o “olhar de longe” (aquele que permite e mesmo exige “colocar-se de fora” e à distância), que o “olhar de longe” não precisará ser visto como uma “visão de sobrevo” arrogante, verdadeiro antípoda ético-político do “olhar de perto/ de dentro” (Souza, 2011, p. 161).

1.6 Tratamento de categorização dos dados empíricos coletados nas entrevistas:

Primeiramente foram realizadas as transcrições das entrevistas, em seguida a categorização com uso das técnicas de Mendes (2007) e de Bardin (2004).

A categorização em núcleos de sentido, segundo a técnica de Mendes (2007) caracteriza-se pela força dos temas que são recorrentes nas falas dos participantes, criando uma consistência em torno de seu respectivo núcleo. Estes núcleos são unidades congruentes às categorias de Bardin (2004), porém formados especificamente a partir da investigação dos temas psicológicos sobressaltantes. O método de análise proposto por Mendes (2007) destaca-se por uma perspectiva eminentemente qualitativa e constituição indutiva dos núcleos de sentido.

1.7 Passos da categorização:

- 1 - leitura flutuante de todo o *corpus*, composto das entrevistas transcritas na íntegra;
- 2 - identificação de temas que agregam elementos recorrentes na constituição das representações sociais;
- 3 - organização dos temas por critérios de semelhança de significado lógico, semântico e psicológico, resultando em categorias;
- 4 - descrição das categorias a luz da identificação e aglutinação dos elementos que fundamentam representações sociais.

1.8 Considerações finais sobre a metodologia:

A metodologia colocada em prática refletiu o esforço do pesquisador para ter acesso a trabalhadores que voluntariamente deveriam expor suas vivências, olhar de perto/ de dentro, retomando memórias de constrangimentos, dores e sofrimento. É compreensível alguns trabalhadores não manterem contato com o pesquisador, dentre as poucas justificativas ouviu-se que seria melhor não lembrar do tempo e do lugar que causaram sofrimento.

Ao abordar a exclusão social no nível das interações entre pessoas e entre grupos que dela são agentes ou vítimas, adentra-se ao campo da afetividade do trabalhador. As suas falas sobre o sofrimento, como dor mediada pela desigualdade e pela precarização, que terão o sentido de localizar uma condição que o aflige. O sofrimento de um trabalhador não é generalizável a todos, porquanto que em muitas vezes é até negado dentre os pares de trabalhadores de uma mesma categoria. Mas entende-se generalizados os fragmentos de uma realidade que causa formas de sofrimento, as violências; cargas de trabalho; as mazelas da cidadania salarial, da reduzida capacidade de consumo; desgaste do corpo; adoecimento e afastamento do trabalho. Um processo de exclusão, assim, poderá ser decodificado em justificativas de contra reformas trabalhista e previdenciária, como também estará decodificado nas queixas acerca dos constrangimentos sofridos pelos trabalhadores precarizados.

Uma entrevista (Entrevista 6) foi perdida por questões técnicas, não sendo possível recuperá-la após a danificação do arquivo de áudio. Portanto, essa entrevista não será mencionada no decorrer da descrição da parte empírica do estudo, ainda que as anotações acabaram servindo para pensar o campo empírico.

Após apresentada a metodologia deste estudo, a próxima seção trata do arcabouço teórico que sustenta a escolha do campo empírico e a discussão dos resultados.

CAPÍTULO 2 - NEOLIBERALISMO E EXCLUSÃO SOCIAL

O Estado neoliberal brasileiro preza por livrar-se da obrigação em prover bem-estar social dos cidadãos, articula-se com a burguesia para conter a organização popular, garantindo um crescimento econômico alicerçado em desigualdade social, precarização do mercado de trabalho, concentrações de renda e financeirização da economia.

Entende-se que a dinâmica de financeirização do capital, como modo de obter lucros sem necessidade de produção, favorece a redução de postos de trabalho e o desemprego. E esse é um exemplo de como os processos de exclusão social, na dimensão do desemprego estrutural e do emprego precarizado, são os efeitos colaterais dos benefícios da classe burguesa brasileira (Vieira, 2009).

A racionalidade neoliberal impulsiona o rebaixamento da renda da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que faz o *lobby* para reformas sociais que abrem espaço para o capital explorar serviços abdicados pelo Estado.

O Estado comprometido com a hegemonia do pensamento neoliberal, alinhado a agentes determinantes da economia global como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, torna-se agente executor e seus recursos que deveriam prover condições básicas de vida para a população são condicionados à austeridade fiscal, às normas internacionais do mercado e à fragilidade de soberania do seu território (Rodrigues, 2011).

A governança do Estado toma emprestado da governança da empresa uma característica importante. Da mesma forma que os gerentes das empresas foram postos sob a vigilância dos acionistas no âmbito da *corporate governance* predominantemente financeira, os dirigentes dos Estados foram colocados pelas mesmas razões sob o controle da comunidade financeira internacional, de organismos de expertise e de agência de classificação de riscos. A homogeneidade dos modos de pensar, a semelhança dos instrumentos de avaliação e validação das políticas públicas, as auditorias e os relatórios dos consultores, tudo indica que a nova maneira de conceber a ação governamental deve muito à lógica gerencial predominante nos grandes grupos multinacionais (Dardot e Laval, 2016, p. 276).

Dardot e Laval (2016) não afirmam que o Estado se retira do papel de gestor econômico-social, mas passa a exercitar também o papel da governança, realizando poder

indiretamente, além de orientar atores privados, incorporando seus códigos, normas e padrões.

Os direitos fundamentais que compõem a sustentação da cidadania passam a ser mercadorias. Os serviços de saúde, educação e previdência viraram produtos para consumo de poucos (Harvey, 2014a). A versão do capitalismo financeiro, sem abrir mão da *mais-valia*, investe fortemente na espoliação, ou seja, perverte o valor de uso e impõe o valor de troca na vida da classe trabalhadora.

A racionalidade neoliberal, que hoje condiciona o modo de ver e de atuar no mundo, transformou o comum em privado, o direito fundamental (entendido como limite intransponível ao exercício do poder) em mercadoria, a vida e a dignidade da pessoa humana em objetos negociáveis. Da mesma maneira que o egoísmo foi transformado em virtude, a doença e a crise do sistema de saúde pública, por exemplo, passaram a ser vistas como novas oportunidades para alguns poucos lucrarem e acumularem capital. A norma, introjetada pela população, passa a ser a de que todos os direitos, mesmo os direitos fundamentais, podem ser usados e devem ser afastados sempre que necessário, para potencializar os interesses do mercado (Casara, 2021, p. 176).

Nos contextos de reformas trabalhistas e previdenciária impõem-se a negação do papel do Estado para equalizador da relação capital-trabalho, assim como são atacados aspectos constituintes da identidade da classe trabalhadora. O Estado é de fato genuinamente burguês e seu atual discurso orienta que a sociedade seja de empreendedores, afirmando a concorrência pelo vínculo com mercado de trabalho, atacando o valor do trabalho, rebaixando o trabalhador ao nível de objeto mercadoria, propagando a flexibilização das relações de trabalho.

A orientação geral dessas políticas reside no desmantelamento dos sistemas que protegiam os assalariados contra as variações cíclicas da atividade econômica e sua substituição por novas normas de flexibilidade, o que permite que os empregadores ajustem de forma ótima suas necessidades de mão de obra ao nível de atividade, ao mesmo tempo que reduz ao máximo o custo da força de trabalho (Dardot e Laval, 2016, p. 222).

Na sociedade do consumo a centralidade do emprego tem relevância para compreensão da cidadania e da identidade do sujeito. Ou seja, o estabelecimento da cidadania

depende do emprego da força de trabalho e do seu vínculo contratual com o mercado, como lembrou Silva (2009, p.55), citando Robert Castel:

Dentro da sociedade salarial surge o emprego, enquanto uma maneira de organização do trabalho datada no tempo e no espaço. Ele é apenas uma das formas possíveis de organizar o trabalho; todo emprego é trabalho, mas nem todo trabalho pode ser considerado emprego, já que pode haver, por exemplo, trabalho de coleta extrativista, trabalho escravo ou aquele destinado à subsistência, sem nenhuma relação contratual que caracterize emprego, embora haja atividade laboral. O emprego é, assim, uma forma histórica assumida pelo trabalho que implica uma relação de troca garantida por um contrato de trabalho, o que permite a inscrição na estrutura social (Castel, 2003).

A identidade do sujeito é compreendida como metamorfose, conforme a concepção de Ciampa (1993), em plena reprodução ao longo do tempo dedicado ao trabalho. A relação trabalho - capital se encontra nos corpos, pelos gestos, por mediações da inteligência astuciosa, nas relações sociais, no enfrentamento dos constrangimentos diários da organização do trabalho e nas representações sociais. A identidade de trabalhador é uma das dimensões de um amplo espectro do mesmo sujeito social e seus respectivos vínculos. Ocorre uma pluralidade de identidades atribuídas, assim como o próprio sujeito se identifica e se representa.

No campo da subjetividade, o neoliberalismo condiciona o trabalhador ao autogoverno. O Estado e o mercado de trabalho conduzem esse processo de formação de autogestão, de aprendizado constante e contínuo. Neste enredo, o sistema educacional, a imprensa, as grandes organizações internacionais e intergovernamentais desempenham a difusão de um modelo humano genérico capaz de empreender (Ben, 2014). Constitui a racionalidade neoliberal, a representação de um Estado provedor de garantias privadas e agente de coerções, desdobrando-se em uma democracia subvertida (Dardot e Laval, 2016).

A racionalidade neoliberal contrapõe processos sociais democratizantes que se mobilizam diante do desconforto dos excluídos, ela desdobra-se em justificativas com discursos que culpabilizam o próprio sujeito, estigmatizam, individualizam as lutas diárias, valorizam a disciplina que deve suprir a retirada do Estado de suas vidas.

Se era difícil convencer as populações de que deviam aceitar uma cobertura social menor sobre doenças e velhice, na medida em que se trata de “riscos universais”, era mais fácil culpar os desempregados e pôr em funcionamento um princípio de divisão entre trabalhadores bons e sérios, que eram bem-sucedidos, e todos aqueles que fracassaram por sua própria culpa, que não conseguiam “dar a volta por cima” e, além do mais, viviam nas costas da coletividade. O thatcherismo explorou largamente o *script* da culpa individual, desenvolvendo a ideia de que a sociedade não deveria nunca mais ser considerada responsável pela sorte dos indivíduos (Dardot e Laval, 2016, p. 220).

Em um contexto de desamparo social e vínculos precários e escassos, com o mercado de trabalho acontece o desdobramento da metamorfose do sujeito trabalhador sob determinadas condições de reprodução da vida que subsidiam as representações sociais acerca do emprego precarizado e da cidadania.

Para Santos (2007) a cidadania é algo aprendido, manuseado a ponto de se tornar enraizada na cultura, que é delimitada por condições sociais, jurídicas e políticas. Portanto, a cidadania precisa ser permanentemente almejada, nutrida pelo Estado e regime político, incorporada às leis, aos princípios institucionais e ao direito de ter voz para reivindicá-la.

A cidadania regulada, conceito do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, trata da participação do sujeito dentro do sistema de produção capitalista e o desdobramento de sequências de estratificações sociais (Santos, 2007).

Silva (2009) referiu-se ao conceito de cidadania, condicionado-a à participação do Estado brasileiro em processos que consolidaram conquistas trabalhistas. A autora resgatou que através da criação da Carteira Nacional de Trabalho e Seguridade Social foi assegurada a sindicalização e regulamentação de profissões, portanto, o ideal cidadão produtivo legalmente regulamentado. As palavras da autora esclarecem a respeito da cidadania que se baseia no vínculo com o trabalho:

Ao pensarmos na cidadania regulada, identificamos o lado perverso de uma tradição que se funda no trabalho regulamentado por lei, que ignora a existência civil de todos aqueles que não estão protegidos por ela. Nesses termos, a carteira de trabalho configura-se como o passaporte para a existência dos indivíduos no mundo dos direitos, ultrapassando, em muito, o papel de mero documento comprobatório do percurso do trabalhador no mercado de trabalho. Nela deve constar uma existência legítima (trabalhador responsável e obediente e com um percurso ocupacional identificável). Em contrapartida, os que não possuem tais credenciais ficam expostos a uma existência ilegítima e sujeita à repressão policial. Nesses termos, para Telles (1993 e 2001), a carteira de trabalho tem a capacidade de redimir o indivíduo do estigma da pobreza por fornecer um status de respeitabilidade e de

honestidade. Assim, não é de se estranhar que, ao perder o vínculo com o trabalho formal, os indivíduos sintam também uma perda do seu lugar na sociedade e de sua cidadania, (assim como tampouco é de se estranhar o fato de que nas batidas policiais a carteira de trabalho sirva como documento identificatório e classificatório dos indivíduos) (Silva, 2009, p. 57).

As conquistas de políticas e serviços sociais básicos esbarram na expansão do capital corporativo, do ideário competitivo e consumista. Aos tardios do terceiro mundo, herdeiros de passados coloniais de dominação e exploração, há um histórico de imposição de distorções socioeconômicas, esvaziamento da importância de direitos, de garantias básicas como trabalho, renda digna, bens vitais mínimos, informação, voto e cultura. Há tempos, portanto, a histórica mobilização para o consumo fez-se um pré-requisito para a ideia de uma cidadania estratificada, como se houvesse degraus de cidadania.

Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público (Santos, 2007, p. 143).

A condição de um cidadão predominantemente consumidor vai abortar possibilidades de outras cosmovisões, outras representações, reduzindo a vida ao fetiche do consumo e à ditadura do tirano, por exemplo. Portanto, a mercantilização de bens sociais que deixam de ser gestados pelo Estado, regula o acesso conforme a segmentação no mercado de trabalho, a capacidade de consumir e as classes sociais.

Historicamente o Estado brasileiro acaba por capacitar a difusão das forças do mercado, desde então, operacionalizada por um “consumismo como lei permanente da vida” (Santos, 2007, p. 152). A ideologia do consumo mostra capacidade para determinação de estilos de vida, valores e sentidos, como também menor investimento no papel de cidadão e mais dedicação ao papel de consumidor.

Segundo Bauman (2001) e Lipovetsky (2005a), a inclusão na sociedade contemporânea ocorre através do consumo, o que, na realidade, não se caracteriza

por uma verdadeira inclusão, mas dá, sim, uma falsa sensação de ser parte dessa sociedade por meio da possibilidade de adquirir um objeto de consumo, construindo, assim, sua identidade social e aproximando-se dos que também possuem o mesmo objeto (Costa e Ianni, 2018, p. 99).

O sujeito cidadão regulado e consumidor é, portanto, a representação elaborada pelo Estado neoliberal, fundamento dos processos de inclusão perversa e exclusão a partir do vínculo junto ao mercado de trabalho, pela submissão ao emprego precário e uma cidadania mercantilizada. Seguem reduzidas as possibilidades de identidade e representações, e as que lhe são atribuídas, por vezes, mostram-se conflituosas, estigmatizantes, constrangedoras e incongruentes.

As alterações no sistema de regulação social do trabalho e de sua proteção são exemplos de como o Estado assimila e promove a racionalidade neoliberal. Por exemplo, quando defende que o negociado entre trabalhador e empregador se sobreponha ao legislado, esvaziam-se os direitos conquistados pela classe trabalhadora, desestimulam-se processos de causas coletivas na justiça do trabalho. Todas as medidas de flexibilização da legislação trabalhista sintonizadas com as necessidades do mercado permitem mais precarização no vínculo do empregado. O discurso neoliberal impulsiona a extinção de regras para a relação capital-trabalho, regras são consideradas barreiras ao progresso. Em uma breve exploração e busca por exemplos, encontram-se estudos que demonstram na própria classe trabalhadora, quem esteja encarcerado no “circuito inferior da economia urbana” (Santos, 2008), incluindo a intermitência, ausência de garantias, baixa qualificação e remuneração e longas jornadas” (Tozi e Bozzi, 2021, p 186), defendendo a extinção de regras trabalhistas.

A psicoesfera neoliberal avança sobre a cabeça do trabalhador empreendedor de si. Como no caso do jovem trabalhador de lava a jato,

Enzo, 17 anos, órfão de pai e mãe. Mora com a irmã mais velha em frente ao lava jato, está no primeiro ano do Ensino Médio e diz que terminará seus estudos no CESEC. Pretende se tornar motorista de aplicativo quando completar 18 anos, pois, segundo ele, como motorista pode-se ‘trabalhar limpo’, além de ‘obter um carro’, - inicialmente alugado -, para atuar nas plataformas digitais de transporte. Enzo tem contato com motoristas de aplicativos que, segundo ele, relatam receber até R\$ 5.000 por mês (Tozi e Bozzi, 2021, pg. 204).

A pressão do discurso neoliberal para flexibilização das condições de emprego, visando o combate ao desemprego e aumento da produção, resulta apenas em mais desemprego, maior precarização das condições de trabalho e aumento da desistência na busca de emprego com proteção de direitos sociais (Schlindwein, 2021). O que reforça mais ainda a alternativa do empreendedorismo, da ideologia do individualismo e do trabalhador dono de si.

Ao tratar da realidade neoliberal dos trabalhadores de frigoríficos no Rio Grande do Sul, Walter (2016) explica a mudança de racionalidade do *welfare* para o *workfare*, como um novo modo de pensar o acesso ao bem estar. O termo *workfare* trata de uma meritocracia que capacita à individualização das conquistas de qualidade de vida e determina a submissão a empregos cada vez mais precários. O autor também lança mão do termo *learnfare*, a adaptabilidade do sujeito, considerando o rebaixamento do valor do trabalho, atrelado à racionalidade do individualismo e de um Estado promovedor de competitividade.

Harvey (2014a) lembra que o neoliberalismo defende a bandeira dos direitos individuais, deixando de lado qualquer viés democrático, de igualdade e solidariedade. Cenário onde observa-se o pressuposto da falsa igualdade da compra e venda da força de trabalho e a sujeição ao mercado (Martins, 2023). Também evidencia-se a prevalência dos interesses do capital dentro do poder judiciário. Nesse contexto, a luta da classe trabalhadora é atacada por intervenções que enfraquecem as adesões e as mobilizações são judicializadas para não haver prejuízos aos meios de produção (Casara, 2021).

Sob a égide neoliberal, ao mesmo tempo em que as leis que poderiam servir de limites ao poder econômico são afastadas (tanto pela agência legislativa quanto pela agência judicial), a estrutura jurídica readquire uma ‘estrutura feudal’, voltada à defesa do economicamente mais forte (Casara, 2021, p. 139).

Se por um lado há Estado provedor de uma cidadania regulada, por outro lado há grande esforço à competitividade para atrair investidores através de incentivos fiscais e infraestrutura. A lógica desse esforço do Estado neoliberal está atrelada à promoção de um

mercado de trabalho flexível, ofertando vagas de empregos precarizados para mão-de-obra barata, manutenção da concentração de renda e negação de mudanças estruturais²¹.

A política que ainda hoje é chamada de ‘social’ por inércia semântica não se baseia mais em uma lógica de divisão dos ganhos de produtividade destinada a manter um nível de demanda suficiente para garantir o escoamento da produção em massa: ele visa a *maximizar a utilidade da população*, aumentando sua ‘empregabilidade’ e sua produtividade, e diminuir seus custos, com um novo gênero de política ‘social’ que consiste em enfraquecer o poder de negociação dos sindicatos, degradar o direito trabalhista, baixar o custo do trabalho, diminuir o valor das aposentadorias e qualidade da proteção social em nome da ‘adequação à globalização’(Dardot e Laval, 2016, p. 284).

Segundo Martins (2008), de uma sociedade do contrato para a sociedade do trato, naturaliza-se o engajamento voluntário para o autoengano e a negação do imaginário contratual das relações de trabalho. Demonstra-se como a irracionalidade social sustenta a racionalidade econômica do ajuste de lucro da produção, pelo argumento de um limite ao uso de formas contratuais de trabalho na composição orgânica do capital, além dos excedentes de mão-de-obra.

Através da racionalidade neoliberal, diante da ameaça de desemprego, justificam-se o rebaixamento dos salários e a implantação de modelos de servidão. O capitalismo do terceiro mundo, conforme Martins (2023) é “imperfeito”, relativo ao modelo teórico, alimentado de relações sociais arcaicas, das distintas formas de violações e extração do lucro extraordinário através da sobreexploração.

Entende-se que o mercado de trabalho da vulnerável mão de obra da linha de produção dos frigoríficos, sustenta-se nessa mesma racionalidade neoliberal. Quando ocorre adoecimento e afastamento do trabalho, os excluídos necessários tornam-se economicamente desnecessários, conforme Nascimento (1994). Portanto, como um processo concomitante, o afastamento do trabalho pode se desdobrar em mais exclusão, ou seja, além da exclusão econômica, podem ocorrer a exclusão social e a cultural.

²¹Presidente global prevê dobrar produção e empregos na JBS que exportará à China - Capital - Campo Grande News. Acesso em 15/12/2025.

Fazer com que os indivíduos ajam no sentido desejado supõe que se criem condições particulares que os obrigam a trabalhar e se comportar como agentes racionais. A alavanca do desemprego e da precariedade foi sem dúvida, um meio poderoso de disciplina, em particular em matéria de taxas de sindicalização e reivindicação salarial. Mas essa alavanca “negativa”, cujo motor é o medo, sem dúvida estava longe de ser suficiente para a reorganização das empresas. Outros instrumentos de gestão foram necessários para reforçar a pressão da hierarquia sobre os assalariados e aumentar seu comprometimento. Assim, a gestão das empresas privadas desenvolveu práticas de gestão de mão de obra cujo princípio é a individualização de objetivos e recompensas com base em avaliações quantitativas repetidas (Dardot e Laval, 2016, p. 226) .

Este cenário em economias subdesenvolvidas capacita a adesão ao mercado globalizado para concorrer e manter-se com custos baixos. Quanto ao sujeito de exclusões no mundo do trabalho, seu desemprego e seu emprego precarizado, sua adesão a algum um tipo de servidão voluntária ou estratégia adaptativa ao metabolismo do mercado de trabalho, suscita questionamentos acerca das suas representações sociais resultantes do encontro entre o vivenciado e o concebido, quanto ao modelo de produção capitalista e seus efeitos.

2.1 Exclusão social

A origem do uso do termo exclusão social por René Lenoir, na realidade francesa em 1974, não levava em consideração a dimensão econômica ocupacional ou objetiva. Na época de René Lenoir tratava-se dos socialmente inaptos, aqueles pobres e dependentes do auxílio governamental, com gastos sociais crescentes entre os anos 1970 e 1980. Uma população que ia além dos tradicionais marginalizados, somavam-se camadas que pareciam estar economicamente inseridas e supridas pelo desenvolvimento social e proteção do Estado.

Nos anos de 1990 o termo exclusão social recebe estatuto teórico, designando o aumento do desemprego de longa duração e recorrente, instabilidade de vínculos sociais e a responsabilidade social do Estado.

O núcleo dos debates pela melhor categoria que explicasse o fenômeno tratou das mudanças no processo produtivo, na dinâmica de acumulação capitalista e a diminuição da oferta de empregos, com impacto na constituição das solidariedades e inserção social. Pierre Rosanvallon (1995, *apud*. Escorel, 1999) abordou a nova questão social pelo debate da inserção social através do mercado de trabalho, tratou de desemprego duradouro, precarização salarial e da solidariedade.

Robert Castel (2010) construiu uma matriz teórica acerca do processo de conformação e transformação do vínculo salarial. O autor conjugou em um esquema analítico os eixos

mundo do trabalho e mundo das relações sociofamiliares. Afirmou que a zona da vulnerabilidade concentra maior atenção pela capacidade de desequilíbrio social e a sua dinâmica faz aumentar os contingentes de novos dependentes.

A integração social sustentada no vínculo com o trabalho perde força, e outras zonas de integração social destacam-se. Os sobrantes do exército industrial de reserva são indicadores das zonas de assistência e exclusão, no debate público francês. A dimensão econômico-ocupacional, assim como o viés cultural, a degradação das redes sociais (família, pertencimento social) e do próprio processo de identidade, são o foco na década de 1990.

Serge Paugam (1994, *apud*, Ferreira, 2024)²² analisa a interdependência entre os pobres e o restante da sociedade. A pobreza na realidade européia dos anos 1980 foi representada como critério de elegibilidade à assistência social. Portanto, a representação social de desqualificados remetia a garantia de inclusão social, ainda que fosse no “último estrato” da sociedade, um tipo de exclusão relativa.

No cenário brasileiro autores também evidenciaram a representação acerca de processos de exclusão social pelos olhos dos não excluídos. Quanto ao desemprego, por exemplo, os resultados demonstraram que o sujeito excluído do mercado de trabalho e do processo de acumulação capitalista é representado como desnecessário (Nascimento, 2003) (Escorel, 1999) (Vieira, 2009).

Outras leituras da mesma realidade de processos de exclusão social retrataram possibilidades de acomodar a exclusão do trabalhador desempregado dentro da sociedade, no modo de produção capitalista, condicionando-o como reserva de mão de obra em prol da manutenção de ofertas de empregos precários, submetido à opressão e controle (Vieira, 2009).

2.2 Desigualdade radicalizada, inclusão perversa e exclusão

Para Martins (2023) a inclusão perversa ou exclusão social, trata-se de uma cultura de depreciação do pobre e de seu trabalho, além de mecanismos repressivos e de violência, o

²² FERREIRA, L. Serge Paugam. L'attachement social: formes et fondements de la solidarité humaine Social, revista de sociologia da USP, v. 36, n. 1, 2024. Serge Paugam, L'attachement social: formes et fondements de la solidarité humaine. França, Seuil, 2023. 640. Acesso em 15/12/2025.

que leva os mais vulneráveis às piores condições de trabalho e encarcera-os à renda abaixo do mínimo necessário para reprodução da vida.

Produto da miséria e duplamente vítima, o chamado excluído é produtivo de lucros que não seriam possíveis sem debilitação dos trabalhadores. O excluído fragiliza o poder de reivindicação do trabalhador ativo porque aumenta a oferta de força de trabalho em relação à demanda, trabalhador demais à procura de trabalho para trabalho de menos à procura de trabalhador (Martins, 2023, p. 98).

Dentre as críticas acerca do uso do termo exclusão social, refere-se a impossibilidade de apreender as “mediações constitutivas da materialidade histórica atual da forma capital, cujo escopo é de ampliação e radicalização da sua natureza intrínseca – a desigualdade” (Frigotto, 2010, p. 419). O termo exclusão determinaria, portanto, uma centralidade às consequências do metabolismo social, o que traria uma insuficiente compreensão da “crise estrutural do trabalho assalariado e da radicalização da desigualdade na atual crise do sistema capital” (Frigotto, 2010, p. 420).

Contudo, entende-se que entre a radicalização das desigualdades sociais e a exclusão social, estão as rugosidades hegemônicas estruturais que decidem o destino e o encarceramento da classe trabalhadora ao ciclo de alta do custo de vida, sujeitada a minimização do valor da sua força de trabalho.

Falar em inclusão no sistema metabólico do capital é tratar de uma “inclusão degradada”, “inclusão precária”, “inclusão forçada”, “inclusão perversa”, sob naturalização das relações sociais de dominação e exploração, capaz de gestar uma categoria de trabalhadores precarizados, o exército industrial de reserva (Sawaia, 2001) (Martins, 2023).

A sociedade exclui para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (Sawaia, 2001, p. 8).

“Para um número cada vez maior de membros da classe trabalhadora, a radicalização da desigualdade econômico-social constitui-se em mediação para a exclusão no sentido de eliminação” (Frigotto, 2010, p. 427).

Nesse mesmo sentido, o alcance das metas às custas da radicalização da insalubridade e acidentes, é parte do processo que progressivamente elimina o sujeito no mundo do trabalho, primeiramente desumaniza-o. Entre a desigualdade radicalizada e o processo de exclusão social, trata-se da compreensão de uma dinâmica do próprio metabolismo do capital que impõe aceleração dos ritmos na produção, acarretando agravos incontornáveis aos corpos dos trabalhadores, sejam lesões por esforço repetitivo e/ou adoecimento mental. De modo que na incapacidade laboral arrematam-se outras dimensões de um mesmo processo de exclusão, ao ponto de ser negada sua cidadania e seu lugar no mundo. Condição em que o sujeito fica restrito à existência física e sem humanidade, apenas seu corpo animal e metabólico. Representado como estorvo, sem direitos plenos de cidadania, passível de ser eliminado, gerador de gastos para a família, sociedade e o Estado.

A derrocada do trabalhador acidentado, que deixa de ter condições para *homo fazer*, constitui o pródomo do processo de exclusão social analisado no presente estudo. Pensar em um caminho de volta ao trabalho necessita primeiramente apresentar-se como elegível à condição de segurado da previdência social. O trabalhador acidentado espera obter reconhecimento de seu adoecimento, o deferimento do pagamento de auxílio doença, ter uma rede social de apoio que garanta mínimas condições à reprodução da vida e ajude-o a acessar serviços de saúde públicos.

A cidadania salarial oclui aqueles trabalhadores sem condições laborais à cidadania do acesso a serviços básicos. A própria luta de classe ou o lugar do trabalhador na relação de produção são ocluídos por projeções da psicosfera da cidadania regulada (Harvey, 2014b).

O que ocorre no mundo globalizado é a tendência à restrição da mobilidade social ascendente. Verificam-se contingentes cada vez maiores de indivíduos que passam a ocupar posições mais baixas na escala social do consumo ou da cidadania salarial. Nesse sentido, conforme Maiolino e Mancebo (2005) a mobilidade social justifica o entendimento de uma situação de exclusão e não apenas de desigualdade social.

Portanto, o excluído foi empurrado até os limites da desigualdade, exposto a sequências de riscos de acidentes laborais, apresentou sinais e sintomas do adoecimento e do grau de dependência a ser amparado em seus vínculos sociais.

O Estado neoliberal tratando da redução de gastos com saúde, previdência e educação, portanto, agrava as vulnerabilidades das categorias mais precarizadas da classe trabalhadora. A exclusão social remete à inviabilização da reprodução da vida humana, que gradualmente segue pelos caminhos das fronteiras do capitalismo.

Conforme Costa e Ianni (2018), o conceito de exclusão social retrata graus de vulnerabilidade que atravessam as dimensões social, biológica e psicológica. Ainda que se possa reconhecer a exclusão social enquanto condição da radicalização das desigualdades, entende-se, conforme as autoras, que o fenômeno não se esgota na desigualdade social.

Seus mecanismos estão inseridos nas estratégicas histórias de manutenção de uma ordem social perversa, no estabelecimento de formas de desigualdade, nos processos de concentração de riqueza. O excluído é parte integrante de uma sociedade, de forma a sustentar uma dada ordem social (Costa e Ianni, 2018, p. 84).

Segundo Costa e Ianni (2018) a exclusão social pode ser compreendida com base nos valores hegemônicos da sociedade podendo ser analisada com efeitos sobre indivíduos, grupos e territórios. Para estas autoras a exclusão social é um processo de vulnerabilidade composto de três dimensões, ou seja, precarização do trabalho, a precarização da sociabilidade primária e o estigma.

As autoras lembram que pela necessidade da renda para reprodução da vida, a classe trabalhadora é submetida ao processo de qualificação/ atualização. Contudo esse mesmo processo no âmbito individual recebe o viés da competitividade/ concorrência.

No lugar da proteção assegurada pelo trabalho, prevalece, hoje, o discurso liberal do empreendedorismo, que direciona com mais força a ideia de responsabilização do indivíduo sobre seu destino e êxito em sua vida profissional. O processo de individualização fragiliza os vínculos e suportes de proteção do trabalhador (BECK, 2011). Tais transformações impactam negativamente na forma com que essa categoria contribui para a inserção social dos indivíduos na sociedade contemporânea (Costa e Ianni, 2018, p. 91).

Os processos de individualização e de consumo, como bem lembram Costa e Ianni (2018), modificam o que seriam os pilares para constituição da identidade do trabalhador, a radicalização das desigualdades afeta a rede de sociabilidade primária. E quando a família e a classe social perdem força por conta da fragilidade dos laços societários, reforça-se o processo que leva o indivíduo para uma condição de exclusão permanente.

O relacionamento social converte-se em uma espécie de troca, ou seja, os sujeitos tomam atitudes a partir do que receberam ou com base no que receberão e esquecem-se dos vínculos de solidariedade e amizade, transformando os laços afetivos em uma questão de interesse e troca. É a busca por gratificação instantânea e felicidade individual (Costa e Ianni, 2018, p. 95).

Quanto ao sujeito afastado do trabalho por conta da inaptidão laboral, havendo prejuízos às relações societárias e vínculos familiares, este pode perceber-se determinado por estigmas (estereótipos degradantes) que concorrem para sua desvinculação da sociedade.

Costa e Ianni (2018) sustentando-se nos estudos de Erving Goffman, referem-se ao estigma como aspecto na dimensão da exclusão social, do sujeito vulnerável e estereotipado. Trata-se de representações sociais, identificação socialmente determinada e de caráter degradante, que delimita até mesmo a natureza do acesso ao mercado de trabalho.

Como observado no presente estudo, naturaliza-se que os postos de trabalho mais insalubres sejam adequados aos imigrantes (venezuelanos e haitianos, no caso específico na conjuntura atual), aos cidadãos de segunda ordem, ao subproletariado ou precariado.

A desigualdade segundo Escorel (1999, p. 24): “Revela como é realizada a distribuição de riquezas em um determinado contexto histórico-social e, por sua vez, possibilita identificar os valores sociais que orientam essa distribuição”. Por outro lado, a autora lembra que a igualdade é um produto da ação humana, serve como base para a sociedade determinar a natureza de suas interações sociais, assim como a distribuição das riquezas. A distribuição de bens e dos recursos apontam para determinadas modalidades e mecanismos, o que pressupõe lugares sociais, atribuindo-lhes valores, posições e papéis.

Estratificações sociais consideram, portanto, os papéis atribuídos, assim como as condições objetivas e subjetivas dos indivíduos para a dinâmica de mobilidade social. A posição dentro da estratificação depende da capacidade de consumir, do tipo de propriedade dentre os meios de produção e da divisão social do trabalho, ou seja, um sistema de classes sociais.

Por isso, o presente estudo entende que grupos sociais identificados por certa homogeneidade interna, como condições de trabalho, salários e doenças profissionais, podem constituir unidades de mensuração para se tratar de processos de exclusão social. Os constrangimentos comuns emergem através das teorias do cotidiano, de um vocabulário único, imagens compartilhadas com recorrência, conceitos que dão forma e conteúdo aplicáveis à realidade.

Na relação com a desigualdade, a pobreza pode ser retratada na objetividade dos dados econômicos e estratos de rendimento, assim como através da dimensão subjetiva, simbólica e histórica (Escorel, 1999).

O posicionamento de Fontes (1996) acerca do termo exclusão social, designa contingentes populacionais de desnecessários, como término de processos. Ou seja, inclusão forçada e exclusão interna, formas que asseguram prioritariamente a existência do sistema. A mesma autora situa a exclusão social a partir de externalidades responsáveis por fronteiras que impedem modalidades de inclusão, afirmando a exclusão por indiferença e por extermínio. A indiferença referida sustenta toda a legitimação de negação da humanidade dos mais precarizados.

A princípio, quanto ao mercado de trabalho assalariado,

evidencia-se uma inclusão forçada no processo de mercantilização da vida social e, em grande medida, a mercantilização da força de trabalho, tornando-se o assalariamento sua representação emblemática. A expansão acelerada do capitalismo e a inclusão forçada a seus mecanismos deram a tônica do processo econômico e social ao longo do século XX. A generalização da mercantilização da sociedade, componente essencial da expansão capitalista, reduzia (ou simplesmente eliminava) a possibilidade da sobrevivência individual fora do mercado (Fontes, 1996, p. 4).

Analisando o emprego precarizado dos frigoríficos, seguindo a proposição de Fontes (1996), pode-se compreender uma condição de inclusão forçada, seguida de exclusão interna, onde observam-se as degradações das condições de vida e o esvaziamento da cidadania. Constatando-se que na dinâmica de exploração são mantidos os pontos de vinculação ao sistema produtivo. Por outro lado, a exclusão em sua “acepção mais forte”, dada a condição

de naturalizar o extermínio do outro, passa a ser uma exclusão por externalização, em que são constituídas desigualdades hierarquizadas.

[...] exclusão em sua acepção mais forte, isto é, quando conduz inclusive ao extermínio do outro. Nesses casos, as fronteiras entre uma dimensão “interna” e seu contraponto, o “externo”, o lado de fora, o outro (ressaltando-se que a oposição entre o interno e o externo aqui não remete em absoluto às fronteiras dos Estados-nação, podendo ou não recobri-las) tornam-se mais rígidas, demarcando uma separação para a qual não se propõe um “universo comum”. Com isso, bloqueiam-se os pontos de contato, estreitando-se e enrijecendo-se as interfaces de conexão (Fontes, 1996, p. 17).

Entende-se, portanto, que a exclusão social, acatando à lógica mercantil e a ideia do empreendedor de si mesmo, em sua “acepção mais forte” é analisada nos casos em que o trabalhador do corpo improdutivo, adoecido e sem acesso a recursos previdenciários, identifica no autoextermínio a saída frente a condição de desnecessário e descartado.

Teriam uma existência lateral, supérflua, na maior parte do tempo indiferente. Expulsos não apenas do mercado de trabalho e de seus direitos correlatos, estariam sendo paulatinamente alijados do próprio mercado. Tragicamente, porém, não dispõem mais dos meios para dele sair de forma voluntária (Fontes, 1996, p. 20).

A experiência individualizada de vulnerabilidades, de vínculo precário com o mundo do trabalho e com redes sócio familiares, levando a uma mudança no processo de identidade, foi referida por Serge Paugam (1994, *apud*, Ferreira, 2024) como processo de desqualificação social. A fragilidade originada na relação com o mundo do trabalho abate como sentimento de inferioridade, somado à recorrência de acessos a serviços públicos de assistência.

A inclusão perversa caracteriza parâmetros que evitam a miséria extrema. Ao sujeito assistido, identificam-se rupturas, últimas etapas de um processo de desqualificação. Trata-se da acumulação de fracassos, sentimentos de indignidade, desesperança, agravos à saúde e enfraquecimento de vínculos familiares.

2.3 Exclusão degradante e histórica

O núcleo da exclusão, segundo Xiberras (1998) é a ruptura de vínculos sociais, materializados e simbólicos, condição abrangente dos estigmatizados, desqualificados, pobres e desempregados. Essa exclusão simbólica vai além da segregação geográfica e da exclusão do mundo do trabalho, segue cada vez mais como parte da normalidade da sociedade.

Contrário à condição de coesão social e solidariedade, tais desintegrações sociais promovem exclusão, negam lugares na sociedade, desde o vínculo econômico, até dimensões simbólicas que exigem responsabilização social.

No presente estudo, portanto, o rompimento simbólico nas representações sociais das entrevistadas, revela o estigma acerca dos venezuelanos e haitianos, que informa o lugar atribuído ao estrangeiro, fazem a escolha de um tipo de inserção degradada para o outro.

Parecem existir, portanto, lugares sociais destinados aos imigrantes e aos trabalhadores locais que necessitam do emprego nos postos mais insalubres dos frigoríficos JBS e BRF. Isso porque nas representações sociais acerca desses frigoríficos existem as evidências da degradação à saúde do trabalhador.

A própria divisão do trabalho, constatada com relação aos empregos precarizados está condicionada por estigmas, como bem relata Martins (2023, p. 221):

Há muitos anos, no interior do Rio de Janeiro, testemunhei um fato surpreendente e esclarecedor. Eu fora convidado a dar um curso para um grupo de religiosas muito engajadas na pastoral social. Todas brancas, menos uma, que era negra. Elas se orgulhavam da postura e da ação em prol de justiça social que tinham. Numa das aulas, pedi-lhes que expusessem individualmente sua compreensão das questões que estávamos examinando no curso. A religiosa negra foi a última a falar. Muito serenamente, disse que compreendia perfeitamente essa persistência de resíduos do cativeiro. Naquela comunidade, as tarefas servis de lavar, passar, limpar banheiros, varrer, cozinhar estavam reservadas a ela. Não estavam distribuídas equitativamente entre elas. Claramente, uma divisão estamental do trabalho.

Dentro de um cenário de inclusão forçada e excludente, exploração e degradação, parece ser compreensível que o precariado não afirme a exclusão a que está submetido. Contudo, estes trabalhadores fariam a partir de uma clivagem²³, de dois mundos, com o risco de se identificarem como excluídos. “Qualificados em oposição, esses mundos são ao mesmo tempo uma descrição e um julgamento realizado pelo locutor da exclusão, que é quem confere às palavras seus valores sobre o que é desejável e o que é desgraça” (Escorel, 1999, p. 64).

Contudo, acerca da exclusão dentro de um cenário reconhecidamente adoecedor, o trabalhador reafirma em suas representações sociais as bases na organização do trabalho precarizada, portanto, a negação da legislação acerca da sua segurança no trabalho, jornada de trabalho extra, falta EPI, baixo valor da mão de obra, ambiente degradante.

²³ WALTER, L. O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? Instituto Humanitas Unisinos – IHU, Cadernos IHU Ideias, n. 238ª edição, ano 14, 2016.

A noção de exclusão social é, portanto, um processo e um estado. Processo movimento que exclui, que conduz às rupturas nas trajetórias de vulnerabilidades. Após adoecerem por causa da organização do trabalho, são passíveis de isolamento social. Ostracismo aos que sucumbiram diante da produção e perderam a soberania de si mesmos.

Enquanto categoria, exclusão social trata do processo de fases de degradação, conforme o grau de precariedade e vulnerabilidade, o tipo de marginalização, a segregação e a natureza da discriminação.

A exclusão social como processo de desvinculação trata das falhas na integração social, e no caso do Brasil correspondente à sua história. Nesse sentido, pode-se considerar que a esta histórica dinâmica de uma estrutura excludente, a exemplo da escravidão, veio a ser completada, junto dos processos políticos e sociais, também a dimensão econômica.

Se a cidadania é restrita à capacidade de consumo, portanto, a política econômica brasileira historicamente acentua a exclusão social, com a pobreza que adentra ao mundo do trabalho, através dos empregos precarizados.

O aumento da visibilidade social do fenômeno da exclusão social na década de 90 decorreu assim de uma conjunção de fatores relacionados não apenas ao ritmo de crescimento das desigualdades, mas também ao regime político, à democracia. É sob a ótica dos direitos que Weffort (1992) aponta, como um grande obstáculo para a consolidação da democracia no Brasil, a não-integração de setores sociais, conformando uma “cidadania de segunda classe”. A transformação dos pobres em estrangeiros em seu próprio país (“inrangeiros”), excluídos da lógica social da modernidade técnica, é uma situação limítrofe que a democracia tornou visível (Buarque, 1993)" (Escorel, 1999, p. 72).

Lembrando José de Souza Martins (1997), quando diz que os elementos do processo de exclusão social são contraditoriamente combinados, entre o processo e o estado de exclusão social, confere observar a dinâmica de vulnerabilidades e fragilização de vínculos. Na realidade brasileira, expressa-se nos seus múltiplos graus de cidadania a gradação de vulnerabilidades, graus de acesso e usufruto de direitos constitucionais, até o limite de um sentido de não-cidadania, o que nega lugar social ao excluído.

2.4 Exclusão social e precariedade de vínculos

O conceito de exclusão social foi elaborado a partir dos trabalhos de Arendt, que estuda a condição humana na *vita activa* através de três atividades ordenadas axiologicamente. Parte daquela em que mais nos parecemos com os animais (o labor, o metabolismo, que responde a necessidades inexoráveis e irreprimíveis e cujo produto é a própria vida, a condição de *animal laborans*), passa pelo trabalho (a capacidade de fazer, fabricar e produzir que constrói o mundo em que vivemos, a

condição de *homo faber*), até atingir a atividades que mais distingue os homens como humanos que é a ação (englobando o agir e o falar, constituindo o *bios politikos*, a condição de interação entre homens e a construção de um mundo comum, a esfera pública). Assim, considero a exclusão social como um processo no qual - no limite - os indivíduos são reduzidos à condição (estado) de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício das potencialidades da condição humana (Escorel, 1999, p. 75).

Escorel (1999) analisa a exclusão social como processo que envolve vulnerabilidade, fragilidades, precariedades e, por fim, a ruptura de vínculos em cinco dimensões da existência humana em sociedade. Ou seja, (1) mundo do trabalho: *“Deixei de ter vínculo, meu crachá não está mais comigo, está na empresa. Precisei ir lá nessa semana, não tive acesso à catraca, tive que pedir na portaria para o segurança liberar, porque meu crachá ficou retido desde o dia que fui fazer o exame e levar o atestado para o médico me afastar.”* (Entrevistada 2); (2) dimensão sociofamiliar: *Falei com o médico, ‘o meu marido vai acabar me largando’. Ele falou, ‘chama teu marido aqui’. Foi ele e a menina de onze anos. O médico explicou a minha situação, disse que procurassem evitar incomodar e contrariar. Porque se você pegasse um copo de água e pingasse uma gotinha no chão, na minha cabeça aquilo ficava enorme, porque não podia acontecer aquilo.”* (Entrevistada 5); (3) cidadania: *“Eu hoje comentei isso com alguém no ponto de ônibus, a minha cidadania é muito privada, porque pago um seguro social todo mês e na hora que tenho que ter o meu direito como cidadã, ele é muito burocratizado”.* (Entrevistada 3); (4) das representações sociais: *“Eu não esqueço nunca o que o rapaz falou, ‘cuida da tua vida, porque tua vida aqui dentro é um crachá, pode ter certeza que lá fora já têm três ou quatro esperando a tua vaga”.* (Entrevistada 2); e (5) dimensão humana: *“A doutora me passou um atestado, o supervisor recusou pegar o atestado. Fiquei uma semana indo para a Seara, para trocar o curativo. Ficava a Deus dará numa tenda que ainda era do Covid-19. Levava frio, sereno até dá cinco e meia para bater meu ponto.”* (Entrevistada 2).

A precarização do mundo do trabalho, portanto, constitui o processo de exclusão social no cenário de diminuição de postos de trabalho, empregos de tempo parcial ou de duração limitada, desemprego recorrente e duradouro, dificuldades para inserção de mão de obra não-qualificada, rebaixamento do valor da mão de obra e pauperização da mesma.

Nesse âmbito a caracterização principal do fenômeno de exclusão consiste em que contingentes populacionais cada vez maiores são economicamente desnecessários e supérfluos conformando, além do denominado desemprego estrutural, uma situação em que não há, sequer como potencialidade, postos de trabalho que poderiam ser ocupados no processo de produção de bens e serviços. Não há espaço na vida

econômica para esses indivíduos: sua existência é disfuncional (no mínimo, incômodo) tanto em relação às mudanças tecno-estruturais da produção quanto em relação às propostas de ajuste e reforma do Estado, o que os aproxima da conceituação de *underclass* - inúteis e incômodos (Escorel, 1999, p. 76).

A exclusão social como processo assimilou a centralidade da produção, a marginalização do trabalhador e um déficit de integração social.

A crise do emprego transformou-se em crise social porque, além da superprodução de mão de obra desqualificada, as perspectivas de trabalho não conferem nenhuma garantia de estabilidade, de salário e de condições de trabalho que permitam uma integração completa e durável em uma comunidade de pertencimento (Escorel, 1999, p. 76).

Escorel (1999) refere que a dimensão sociofamiliar da exclusão social tem particularidade na realidade brasileira, em que a família mantém-se como principal suporte das relações sociais, aspecto também evidenciado por Martins (2023).

Segundo Sarah Escorel, observa-se o reforço da densidade desses vínculos sociais primários, como a família e a vizinhança. Ambas aparecem no contraponto a situações de desvinculação, ou seja, quando se vê o distanciamento da esfera pública e a mercantilização de serviços básicos.

A mesma autora refere que a dimensão política do processo de exclusão social trata do esvaziamento da cidadania, da incapacidade para se fazer representar, da precariedade no acesso e no exercício de direitos. Ela também menciona a importância da análise do processo de exclusão social através das representações sociais, pois trata do âmbito cultural, no cotidiano, quando pode ser identificada a radicalidade de desigualdades, vulnerabilidades e exclusão. Nessa dinâmica de radicalização a identidade do sujeito está em jogo, representado como aquele que não tem direito de ter direitos, podendo ser estigmatizado, discriminado, identificando-se às dores, ao sofrimento, às formas de violência no trabalho.

Ou seja, no âmbito das representações a exclusão social é o processo que nega a existência do outro, acentua-se o estranhamento, a desvinculação estatutária e a indiferença. O sujeito adoecido é desumanizado por consequência de sua improdutividade, representado como “só mais um crachá”.

Com tudo isso, entende-se que as formas de fazer a gestão da produção do precariado dos frigoríficos revelam a representação que a organização do trabalho tem acerca do trabalhador, assim como revela o processo de exclusão social como uma categoria, que propicia o entendimento das bases da interação social.

Nos frigoríficos observam-se concepções de exploração sociológica (sobrexploração) e psicológica (assédios, uso abusivo de medicação, autoexploração): *No refil era, 'anda gente, rápido, nós temos que fazer a meta', postava no grupo que o setor tal atingiu a meta, que nós estávamos para trás e colocava lá o valor. Gritava na linha, 'acelera, olha onde está o vareio. Fulano vem aqui, ajuda aqui'. No corte não era assim, o supervisor vinha com calma e falava, 'gente, vamos vê se a gente consegue a meta, atingir a meta, não estamos conseguindo atingir a meta, vamos ver se a gente trabalha mais'. Mas lá no outro setor as supervisoras gritavam, 'acelera', era pressão. No outro acelerava, mas de uma forma diferente de falar, mais com jeito. Mas na pressão, eles às vezes querem jogar a culpa no próprio funcionário. Mas é o trabalho que acaba moldando a gente para ter aquele compromisso, de ter que fazer isso, ter que dar conta. Aquela preocupação.*" (Entrevistada 4).

Nestes territórios da degradação, os trabalhadores referem-se às negligências que sofrem por parte da empresa, da aceleração, das metas, a competitividade promovida entre os turnos, deterioração de laços sociais, violência no trabalho, ausência de recursos para primeiros socorros.

A indiferença à condição humana como ação excludente pôde ser exemplificada no período da pandemia de Covid 19²⁴, quando os frigoríficos foram epicentro de contágios. Durante esse período, as várias intervenções do Ministério Público do Trabalho revelavam o desprezo com a segurança e saúde dos trabalhadores, expostos aos riscos de acidente e ao vírus, representados como descartáveis/ substituíveis.

Negligências nos casos de empregados que passam mal e precisam, por conta própria, providenciar transporte para serem socorridos na UPA. Nos resultados desse estudo há relato sobre o empregado que aguardou uma ligação para o SAMU, mas foi esquecido em detrimento da produção. Exemplo: *Não foi um acidente, ele veio para trabalhar, entrou a meia noite e passou mal. A menina mediu a pressão dele, falou, 'olha, o senhor vai lá para a área de lazer que vou chamar o SAMU'. Isso demorou mais ou menos uns quarenta minutos, mas SAMU nenhum chegou. Ele ficou na área de lazer, deitado naquelas cadeiras espreguiçadeiras, que eles compraram bastante. De madrugada o pessoal viu que ele não entrou para bater a água, que tinha que ajudar a fazer a limpeza. Eles vieram, vamos lá ver o fulano, chegando lá, o fulano já estava morto, deu parada cardíaca.* (Entrevistada 5).

²⁴ <https://exame.com/negocios/como-a-covid-19-invadiu-fabricas-da-jbs-maior-produtora-de-carne-do-mundo/>
Acesso em 03/2/2026.

2.5 Exclusão social e degradação do emprego

Standing (2014) traz que o aspecto da composição da força de trabalho permitido pela flexibilização da legislação acarreta o “lado a lado” de assalariados e temporários e/ou terceirizados, ambos exercendo a mesma tarefa. Segundo o autor, a racionalidade neoliberal que defende um trabalhador empreendedor, também consumidor com determinado poder aquisitivo, culpabiliza quem está adoecido ou desempregado e naturaliza o pressuposto de que é necessário concorrer por vaga no mercado.

No modelo neoliberal, o desemprego tornou-se uma questão de responsabilidade individual, tornando-se quase “voluntário”. As pessoas passaram a ser consideradas como mais ou menos “empregáveis” e a resposta foi torná-las mais aptas para o trabalho, atualizando suas “habilidades” ou reformando seus “hábitos” e “atitudes”. Isso facilitou a passagem para o estágio seguinte de culpar e demonizar os desempregados como preguiçosos e parasitas (Standing, 2014, p. 75).

O agravamento da precarização do emprego no sistema de produção capitalista é a fonte de degradação das condições de trabalho e das condições de vida. O emprego precarizado, portanto, é um contexto favorável a um permanente estado de angústia, do não familiar recorrente, um contexto de incertezas. Este também é cenário para serem analisados os processos comunicacionais que servem à possibilidade de familiarização ou construção de sentidos, até mesmo de regras de conduta e autogestão no trabalhador.

A banalização da precarização do emprego e o processo de exclusão social colocam em jogo a proteção da identidade do sujeito, ameaçando-o com a retirada da fonte de sua subsistência, por meio do desemprego ou da inaptidão causada por adoecimento, e sua condição para produção de si mesmo e do espaço.

La precariedad, como fenómeno laboral y social, consiste en un aumento de la vulnerabilidad de los trabajadores como consecuencia de las relaciones que definen la continuidad y el control de su trayectoria profesional. Ello comporta un incremento de la inseguridad, dependencia y vulnerabilidad del trabajador, tanto en lo que se refiere a la estabilidad del empleo como a la validez de las condiciones de trabajo. La precarización reduce la capacidad y autonomía de los trabajadores para planificar y controlar su vida profesional y social, a la vez que comporta una acusada asimetría de las relaciones de poder entre capital y trabajo que definen la relación laboral (Hernández e Ballester, 2012, p. 69).

No contexto das condições contratuais e da organização do trabalho dos frigoríficos, Heck (2012) refere-se aos territórios de degradação do trabalho, identifica na produção, os fatores de risco ao adoecimento, considerando nexos causais e a natureza epidemiológica quando se trata das LER/ Dort e agravos psíquicos. O autor aponta para a desarmonia no processo de saúde/doença do empregado de frigoríficos. Revela que a degradação do trabalho é a realidade dessas unidades de produção, já que as metas exigem sobrecargas físicas e psíquicas.

Nesse sentido, é possível compreender processos de exclusão social no viés de adaptação deste empregado ao sistema metabólico do capital e consequentemente ao processo de adoecimento gerador de agravos, o que sempre leva ao risco de inaptidão à continuidade do trabalho.

Disso, decorrem os inúmeros adoecimentos, pois o trabalho que é condição ontológica do ser social, foi reduzido a mera mercadoria, que precisa empregar os braços e mentes para assegurar a reprodução do capital, não importando se isso impactará na saúde de um conjunto de homens e mulheres (Heck, 2012, p. 17).

Existe uma construção social histórica por trás da reprodução do capital, que para o alcance das metas elege e explora o empregado como variável de ajuste (alienando-o de suas capacidades criadoras, ameaçando sua soberania e os limites de seu corpo, submetendo-o a condições degradantes de trabalho) e como capital variável²⁵ (como fonte de mais-valia) nas unidades de produção que compõem o mercado globalizado.

²⁵ Consideramos agora um conceito sistêmico distintivo que Marx propôs. Capital variável é uma expressão que se refere à venda/ compra e ao uso da força de trabalho. Mas o avanço da análise de Marx evidencia que o próprio capital variável dispõe de um sistema de circulação distinto. O trabalhador (uma pessoa) vende força de trabalho (uma mercadoria) para que o capitalista a use no processo de trabalho em troca de um salário em dinheiro que lhe permite comprar mercadorias manufaturadas pelos capitalistas, a fim de viver e poder assim voltar ao trabalho... A distinção que faz Marx entre o trabalhador (*qua* pessoa, corpo, vontade) e a força de trabalho (aquilo que é extraído na forma de mercadoria do corpo do trabalhador) oferece imediatamente um ponto fraco a uma crítica radical. Os trabalhadores são necessariamente alienados porque suas capacidades criadoras são apropriadas pelo capitalista como a mercadoria força de trabalho. Podemos, porém, ampliar a questão: que efeito tem a circulação do capital variável (a extração de força de trabalho e de mais valia) sobre o corpo (a pessoa, a subjetividade) daqueles através dos quais circula? A resposta se divide inicialmente numa consideração do que acontece em diferentes momentos do consumo produtivo, da troca e do consumo individual (Harvey, 2014b, p. 142).

Entre os entrevistados do estudo de Heck (2012) foi relatado o quanto se abrevia o questionamento a respeito dos motivos para as perdas na produção e o quanto se exalta o valor do produto de exportação. Aos empregados adoecidos ficou evidente a impossibilidade de gerir o seu trabalho, algo nítido na falha para adaptar-se à máquina e posteriormente ao restante da organização do trabalho, culminando em afastamento do emprego.

O sujeito com agravos à sua condição laboral denuncia dissonâncias entre os padrões seguros para a saúde e os padrões de lucro. Dentre as conclusões, as dissonâncias seriam uma pista para caracterizar um processo de exclusão social através da natureza degradante da organização do trabalho nos frigoríficos.

Diante das dissonâncias entre o concebido e o vivenciado podem ser analisadas as respectivas representações, correspondendo aos aspectos alienantes da produção do espaço e aos fatores de sobrecarga à integridade do trabalhador.

Ao tratar-se das sequelas dos frigoríficos, muitas delas acompanham o sujeito para o resto da vida, são consequências do processo de inclusão forçada ao sistema produtivo e adaptação ao funcionamento da indústria. Ou seja, as sequelas são resultantes da mobilização pela empregabilidade nos frigoríficos, seguida de sucessivos episódios de colapso físico e emocional, passando pela concretização de processos de adoecimento irreversíveis, chegando à inaptidão laboral, à desvinculação do mundo do trabalho e à exclusão social permanente.

Conforme Nascimento (1994) os processos de exclusão social atribuídos ao trabalhadores precarizados, se constituem por meio de uma multiplicidade de fatores, sejam: econômicos, através do seu afastamento forçado do mundo do trabalho; culturais, pela representação de não - reconhecimento ou de negação de direitos; e sociais, através da quebra de vínculos societários e comunitários.

Temos então um processo no qual se empregar em frigoríficos significa condições de trabalho altamente repetitivas, com seu limite na biomecânica dos corpos dos trabalhadores, que se afastam, ou tomam remédios para continuar aguentando o trabalho. Sentem dores e muitas vezes não tem isso reconhecido pelo Estado (INSS), o que instaura uma luta para ter reconhecidas suas doenças com o trabalho desempenhado (sofrimento que extrapola os limites da fábrica). No seu cotidiano, inúmeras atividades rotineiras estão impossibilitadas e com o passar do tempo os remédios se intensificam podendo causar problemas de estômago que levam ao consumo de mais medicamentos. Em casos mais graves os trabalhadores vão direto para cirurgia e já tem demarcado no seu corpo as heranças nefastas do trabalho nestes territórios da degradação do trabalho (Heck, 2013, p. 62).

Entende-se que através do trabalho precarizado da linha de produção dos frigoríficos a cidadania que sofreu esvaziamento é perdida diante do adoecimento e posterior afastamento do trabalho. Considera-se um tipo de determinismo da precarização e a ideia de que quem ali trabalha está fadado ao processo excludente, o que caracteriza a degradação da vida dos trabalhadores. Essa degradação aparece sustentada pela renda suficiente para manter-se vivo e produzindo. Segue na privação material, na condição de exclusão, refletindo uma não-cidadania, a falta de um lugar social. Sua sobrevivência é sem suportes materiais e simbólicos estáveis, apenas o aprisionamento ao corpo e suas necessidades, sem qualquer possibilidade de humanidade.

Na próxima seção serão abordadas características dessa categoria de trabalhadores, aspectos que os deixam mais vulneráveis e expostos a processos de exclusão social. Trata-se de um dos setores mais precarizados da classe trabalhadora, da submissão aos mais baixos salários, aos maiores riscos de acidentes de trabalho, à superexploração da sua força, ao grau mais baixo de cidadania.

CAPÍTULO 3 – PRECARIADO: PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL EM CURSO

O precariado, conceito abordado pelo economista Guy Standing (2014), é utilizado no cenário neoliberal e no contexto deste estudo para tratar da destituição de garantias sociais acerca: (1) do direito ao trabalho; (2) da insegurança no emprego e no trabalho; (3) da reprodução da qualificação; (4) da segurança da renda; (5) da falta de representação política. Toda essa caracterização revela o elevado nível de vulnerabilidade de um setor da classe trabalhadora, fazendo-o viver com mais frequência as múltiplas dimensões da inclusão perversa e consequente exclusão social. O que na realidade do capitalismo brasileiro parece metamorfosear-se para uma condição permanente, podendo chegar ao descarte ou eliminação do trabalhador adoecido e afastado do trabalho.

Standing (2014) descreve as características do precariado, partindo dos direitos que atualmente são negados à classe trabalhadora, direitos que foram defendidos por sociais-democratas, partidos trabalhistas e sindicatos após a Segunda Guerra Mundial. Naquele tempo tratava-se de uma agenda de “cidadania industrial” para a classe trabalhadora ou para o proletariado industrial, além de um contraponto ao bloco soviético.

As palavras de Standing (2014, p. 28) dialogam com este estudo ao definir a condição de precariado como resultante da espoliação somada à mais-valia pautada na racionalidade neoliberal. Trata-se do avanço das vulnerabilidades sociais, por consequência da negação das garantias e seguranças do trabalhador:

Garantia de mercado de trabalho - Oportunidades adequadas de renda-salário; no nível macro, isto é realçado por um compromisso governamental de “pleno emprego”.

Garantia de vínculo empregatício - Proteção contra a dispensa arbitrária, regulamentação sobre contratação e demissão, imposição de custos aos empregadores por não aderirem às regras e assim por diante.

Segurança no emprego - Capacidade e oportunidade para manter um nicho no emprego, além de barreiras para a diluição de habilidade, e oportunidades de mobilidade “ascendente” em termos de status e renda.

Segurança do trabalho - Proteção contra acidentes e doenças no trabalho através, por exemplo, de normas de segurança e saúde, limites de tempo de trabalho, horas insociáveis, trabalho noturno para as mulheres bem como compensação de contratemplos.

Garantia de reprodução de habilidade - Oportunidade de adquirir habilidades, através de estágios, treinamento de trabalho, e assim por diante, bem como oportunidade de fazer uso dos conhecimentos.

Segurança de renda - Garantia de renda adequada e estável, protegida, por exemplo, por meio de mecanismos de salário mínimo, indexação dos salários, previdência social abrangente, tributação progressiva para reduzir a desigualdade e para complementar as baixas rendas.

Garantia de representação - possuir uma voz coletiva no mercado de trabalho por meio, por exemplo, de sindicatos independentes, com o direito de greve.

Na caracterização do precariado, lembra-se que Standing (2014) considera-o distinto do cidadão e desenvolve a ideia de “habitante” ou “*denizen*”, para denominar um trabalhador de direitos mais limitados, algo vivenciado pelos “estrangeiros”, migrantes, sem direitos plenos de cidadania. Na realidade brasileira, o presente estudo considerou classificar como precariado as categorias precarizadas, que mesmo trabalhando com carteira assinada, tem incerteza acerca da sua seguridade (auxílio doença) e segurança no trabalho, contudo tem consciência do iminente acidente/ adoecimento a ser causado pelo próprio trabalho.

Uma maneira de descrever o precariado é como “habitantes” [*denizens*]. O “habitante” é alguém que, por uma razão ou outra, tem um conjunto de direitos mais limitados que o dos cidadãos. A ideia de “habitante”, que pode ser rastreada até os tempos romanos, tem sido, geralmente, aplicada a estrangeiros que recebem direitos de residência e direitos para exercerem seu comércio, mas não direitos plenos de cidadania.

A ideia pode ser expandida se pensarmos na gama de direitos dos quais as pessoas são merecedoras - civis (igualdade perante a lei e direito a proteção contra o crime de danos físico), culturais (igualdade de acesso ao usufruto da cultura e direito a participar da vida cultural da comunidade), sociais (igualdade de acesso a formas de proteção social, incluindo pensões e serviços de saúde), econômicos (igualdade de direito para realizar atividade de geração de renda) e políticos (igualdade de direito de votar, candidatar-se a eleições e participar da vida política da comunidade). Um número crescente de pessoas em todo o mundo não tem pelo menos um desses direitos e, como tais, pertencem ao “habitantes” em vez de ao conjunto de cidadãos, onde quer que estejam vivendo (Standing, 2014, p. 33).

No Brasil os trabalhadores resquícios da escravidão, cidadãos esvaziados, inseridos em uma inclusão perversa, são levados à exclusão social enquanto condição permanente.

Conforme Nascimento (1994) tratar-se-ia da parcela dos não-reconhecidos para integrarem plenamente o mundo do trabalho.

O histórico estrutural do fordismo periférico brasileiro é retratado por Braga (2014) no recorte do período entre 2003 e 2010 como tempo de crescimento econômico sustentado pela informalidade de 44%. A realidade dos trabalhadores foi marcada por avanços da degradação, pois o capitalismo financeiro à frente da produção fazia da redução de custos salariais a variável de ajuste para salvar margens de lucro (Braga, 2017).

O precariado analisado no presente estudo trabalha para sustentar sua vaga de emprego, sob as adversidades que caracterizam os frigoríficos, considerados territórios de degradação (Heck, 2012). O grau de vulnerabilidade é o potencial para o nexo causal entre ambiente, gestos, relações sociais e os processos de adoecimento por lesões e agravos psíquicos. Mais ainda, a organização do trabalho dos frigoríficos mostra-se, a quem é de interesse, no desdobramento da precarização através do alcance das metas. Tanto ineficiente quanto insegura àqueles que ocupam os postos de menores salários, a condição do precariado dos frigoríficos, suas diferentes formas de exploração e a alta rotatividade revela que o mercado de trabalho tem uma grande reserva de mão-de-obra de semi qualificados e não qualificados.

Também são precárias as suas condições de vida fora do trabalho. Quando estiver lesionado, inapto, não assíduo, o precariado passa a contrariar as normas da organização do trabalho e coloca-se em conflito com a vida produtiva neoliberal ou racionalidade neoliberal.

Ao considerar a realidade de trabalhadores precarizados, com carteira assinada, propõe-se uma condição trabalhista e organizacional que inclui precária e forçadamente, sob constante ameaças de adoecimento, perda de renda, seguido de desamparo social, evidenciando o tipo cidadania negada, dos mais precarizados da classe trabalhadora. A atomização da vida nessas condições de cidadania, na via do discurso do empreendedorismo, de um Estado mínimo ideal, leva essa categoria de trabalhadores precarizados à zona do fracasso.

Somam-se às inseguranças salariais, no ambiente de trabalho, conseqüentemente uma vulnerabilização social que revela algum grau de exclusão social. O acúmulo de derrotas dessa categoria da classe trabalhadora é paradoxalmente a razão da sua existência até agora.

À custa do precariado mantém-se a produção agroindustrial, e especificamente no caso dos frigoríficos há um contundente efeito de adoecimento.

Tudo dentro da fábrica está organizado para tirar o máximo do operário às custas de um desgaste físico insuportável, poluição, barulho e ritmo incansável de trabalho que deixa a pessoa humana despossuída de todas as reservas físicas, mentais e morais. (...) Quando o físico e a mente estão esgotados; quando o operário já adquiriu o suficiente número de doenças industriais incuráveis; quando vai ficando só o bagaço, então vem a substituição por um operário novo que entregará suas melhores energias que ficarão cristalizadas nos carros bonitos, produtos de seu suor, que percorrem e engarrafam as ruas das cidades, num ritmo louco de produção e consumismo muitas vezes inútil (Braga, 2012, p. 152).

“(...) Tem um ditado que diz: ‘pedra que muito rola, não cria limo’ (...)” (Braga, 2012, p. 151). É fato que a capacidade de organização classista fica vulnerável com a rotatividade da mão-de-obra e com a burocracia sindical, que pela via jurídica racionaliza e esvazia a consciência coletiva e identidade de classe. Existe uma falsa igualdade jurídica que pavimenta as ações individuais pela garantia de ressarcimento às violações de direitos.

A alta rotatividade dos trabalhadores nas linhas de produção dos frigoríficos, principalmente por motivo de adoecimento ou de insalubridade, trata de caracterizá-los como os “habitantes” ou *denizens*. Entende-se que a rotatividade não é restrita aos ajustamentos do número de vagas e postos de trabalho na indústria frigorífica, também se trata da permanente (re)composição do perfil da força de trabalho, facilitado pela existência do grande exército de reserva. A rotatividade, como mecanismo despótico, é recurso para disciplinar com ameaça e medo do desemprego, assim como para manipular o aumento da produtividade (Braga, 2012). Desse modo é possível a imposição de uma nova razão do mundo que atua na composição das representações sociais dos trabalhadores, propondo-os uma inclusão mesmo que perversa.

Ainda sobre a alta rotatividade, é fato que as estratégias coletivas, as normas de conduta, o senso comum, ficam subsumidos às mudanças nas equipes. Neste contexto, também se deve contar com o modo de autocontrole das cadências e da submissão ao imperativo das metas. As equipes, os turnos, os setores, todos diante das metas produzem intersubjetividades e representações sociais.

Neste sentido, à medida que o capital tirano precisa responder a um aumento de demandas, este encontra no precariado as melhores condições de impor derrotas sobre a

classe trabalhadora. E ainda que deva tomar medidas para atrair força de trabalho, de imigrantes, por exemplo, tem a capacidade de naturalizar a degradação.

O controle existente nas capilaridades da organização do trabalho em frigoríficos adota a gestão da concorrência para alcance de metas entre turnos e equipes, enquanto a solidariedade perde lugar para a solidão. Os tiranetes desse território de degradação são todos encarregados e capacitados para o alcance das metas. Aos servos que habitam esse território, a categoria do precariado, haverá necessidade de adaptar-se ao metabolismo da produção, no sentido de autoexploração e formas de violência.

Há necessidade de reconhecer a atuação de supervisores e de instrutores de treinamento operacional (os ITO), para controlar as cadências dos empregados, são parte de um “despotismo fabril”, como relatou Braga (2012), ao tratar do fordismo periférico. “Pressionados pela gerência técnica para realizar a produção prevista, os mestres ficam angustiados e descarregam nos operários, criando, por parte destes, comportamentos agressivos: a frustração leva à agressão” (p. 70).

A característica oligopolista do setor agroindustrial, especificamente dos frigoríficos, e a natureza da não qualificação ou semi qualificação da mão-de-obra representam a oportunidade para naturalizar os baixos salários e a aceitação sindical. Não havendo exigência de qualificação para contratar, basta a predisposição ao trabalho e a abreviação do treinamento no desenrolar de poucos dias de produção, também rapidamente com orientações para os gestos, ao uso de EPI, as leis e normas da empresa. A inexperiência do recém empregado ou o incipiente histórico que favorece identificar-se como classe trabalhadora fornece tempo mais ao processo de alienação, em contraste com o tempo necessário para a organização coletiva.

Como toda crise psicopatológica implica uma crise de identidade (Dejours, 1987/2005), considera-se analisar os tipos de alienação que o trabalhador pode vivenciar: alienação mental, alienação social e alienação cultural. Trata-se de dimensões de rupturas não isoladas que evidenciam o grau de sofrimento do trabalhador, além de seus recursos para proteger sua integridade psíquica.

Mostra-se relevante destacar na organização do trabalho em frigoríficos a correlação entre a propriedade política da tecnologia e sua funcionalidade dentro da hegemonia do modelo de produção. No exemplo citado por Winner (2017), a mecanização da produção

pode fazer frente à força política de uma categoria, mesmo que sejam trabalhadores qualificados e sindicalizados.

Winner (2017) evidencia o quanto a tecnologia de máquinas de modelagem pneumáticas deu condições de vantagem aos proprietários dos meios de produção na correlação de forças com os trabalhadores. O autor discute a substituição da mão-de-obra especializada por outra não qualificada (ou genérica), com intencionalidade de esvaziar o reconhecimento do saber-fazer de toda uma categoria.

Por fim, considera-se que o fazer na linha de produção dos frigoríficos, independente de ocorrer no Brasil, na Europa, ou nos EUA estará submerso a riscos de adoecimento. Heck (2013) apresenta esse aspecto do nexo entre trabalho degradante e especificidade de lesões por esforços repetitivos. Tratando-se da realidade de trabalhadores de frigoríficos nos EUA, França e Itália, constata-se que a natureza da organização do trabalho em frigoríficos preserva características de ser extenuante e insalubre.

Esses estudos assinalam que os esforços repetitivos constantes, ritmos de trabalho intensos, pressão por produção (condições de trabalho), podem resultar no adoecimento, também em frigoríficos de países tidos como desenvolvidos. Portanto, o trabalhador de frigoríficos americanos, franceses e italianos também está subordinado às condições degradantes de trabalho que podem impactar na sua saúde, o que não nos surpreende, pois a lógica vigente nesses países é a do capital, e por isso existe a constatação de tais condições (Heck, 2013, p. 55).

3.1 Trabalhadores imigrantes em busca de cidadania, no espectro do precariado dos frigoríficos

No presente estudo a atual precarização do trabalho e a caracterização do precariado dos frigoríficos requerem a análise da inclusão precária dos imigrantes latino americanos e caribenhos interiorizados no mercado de trabalho brasileiro, especificamente nas indústrias JBS e BRF Foods localizadas no município de Dourados - MS.

Retomando as referências de Guy Standing quanto a caracterização do precariado, entende-se que trabalhadores imigrantes interiorizados, guiados direta e indiretamente pela oferta de postos de trabalho, somam no espectro de um precariado. Os *denizen* identificados por Standing (2014), no presente estudo são também os migrantes haitianos e venezuelanos

condicionados a ocuparem as vagas reconhecidas pela mão-de-obra local quanto ao seu nexos com danos à salubridade físico-psíquica, vagas marcadamente rotativas.

Segundo as palavras de Faria (2023) os imigrantes nos frigoríficos são alocados nos postos de trabalho que mais agrupam aspectos da depauperação do ambiente laboral e das condições de trabalho.

Esse contexto permite a constatação, no grupo de observação online, dos preceitos de Sayad (1998) sobre a subordinação da estadia do imigrante à sua sujeição ao trabalho disponibilizado no “mercado de trabalho para imigrantes”, pois as vagas de empregos ofertadas aos venezuelano/a/s pelas empresas de frigoríficos foram aquelas não preenchidas pelos moradores de Dourados e dos municípios vizinhos, devido tanto a baixa remuneração quanto ao tipo de atividade laboral e suas dificuldades inerentes, aos turnos de trabalho, além de não serem condizentes com o nível de qualificação profissional de tais imigrantes na maioria das vezes (Faria, 2023, p. 15).

Pela perspectiva do trabalho e sua centralidade, como meio de subsistência, de reprodução da vida e constitutivo da identidade, considera-se que há riscos e vulnerabilidades na subjetividade daqueles que são submetidos a situações degradantes dos frigoríficos. A força de trabalho imigrante, por exemplo, a princípio tem o trabalho-emprego como meio de constituição da sua identidade. Contudo, a sua necessidade de migrar e distanciar-se da rede societária de origem, além da própria precarização da solidariedade, podem tornar a inclusão no mercado de trabalho cada vez mais degradada. Este aspecto ajuda a entender a condição de cidadania do precariado, com baixos salários, reféns do custo de vida, e no caso dos imigrantes, com maior risco de vulnerabilidades nos vínculos societários.

A migração de venezuelanos, intensificada em 2019, foi gerida pelo Estado brasileiro frente a necessidade do ordenamento das suas fronteiras, interiorização e direcionamentos dessa população ao mercado de trabalho (Silva, 2023).

O Decreto nº 9.285/2018 do governo brasileiro criou a *Operação Acolhida*, que em uma de suas modalidades de interiorização aborda a *Vaga de Emprego Sinalizada*, portanto, organiza o deslocamento dos imigrantes conforme vagas de emprego previamente disponibilizadas pelo mercado de trabalho, traçando a interiorização às diversas regiões do país. O Relatório Migracidades, para o período 2018 - 2022, divulgou a interiorização de 3.513 pessoas venezuelanos em Dourados – MS.

(...) As primeiras etapas da estratégia de interiorização para Dourados foram, em larga escala, realizadas pela modalidade “vaga de emprego sinalizada”, garantida especialmente nas indústrias do ramo alimentício. Este período inicial que se deu sob a égide da estratégia da interiorização articulada à garantia laboral, foi, por conseguinte, determinante para a forte ampliação do número de imigrantes venezuelanos no município. Mesmo aqueles e aquelas que chegaram a Dourados sem a garantia efetiva de emprego, talvez viessem motivados por recomendações de parentes e conhecidos anteriormente já estabelecidos neste município, estes relacionados na modalidade vaga de emprego sinalizada (Silva, 2023, p. 99).

A origem de vulnerabilidades desses trabalhadores imigrantes tem histórico em políticas neoliberais globais, que em cada particular geografia, articulam-se às forças capitalistas locais, aos donos dos meios de produção, beneficiados por commodities e pelo rentismo. Essas articulações se desdobraram em pacotes de ajustes imperialistas, aptos para ignorar as demandas populares.

Portanto, a dinâmica de comércio global com hegemonia do capitalismo financeirizado e transnacional atuou significativamente nesse processo migratório, desde a origem até o destino, Brasil.

Até agosto de 2020, já haviam sido interiorizados 2.179 imigrantes venezuelanos em Dourados, dentre os quais 397 advieram à localidade pela modalidade de interiorização de oferta de empregos sinalizada, pois deixaram Boa Vista já contratados pela empresa Seara Alimentos Ltda. (Silva e Folle, 2021, p. 1).

Silva e Folle (2021) retratam a oferta de emprego sinalizada, através da *Operação Acolhida*, como meio que viabiliza a alocação de força de trabalho imigrante, posicionada para preencher vagas ociosas, dentro de um plano de expansão das fronteiras do capitalismo.

No caso de Dourados, as quatro primeiras etapas de interiorização ocorreram majoritariamente na modalidade de oferta de emprego sinalizada, ao longo dos meses de fevereiro a maio de 2019, em razão de a empresa Seara Alimentos Ltda. ter contatado o comando da Operação Acolhida de modo a preencher as suas 400 vagas de empregos ociosas com mão-de-obra imigrante (Silva e Folle, 2021, p.2).

Portanto, diante da mobilização do capital, a atuação dos Estados nacionais tem papel na divisão internacional do trabalho, sendo possível considerar que o modelo de atuação para

recepção e interiorização dos imigrantes mostra-se viável para alocar oferta de mão-de-obra conjugado às metas de produção da agroindústria.

A respeito de as empresas ofertarem tantas vagas de empregos aos imigrantes, Fátima Matos considera ser [...] comum aqui em Dourados ouvirmos carros de som informando que está contratando pessoas. Agora, porque os brasileiros não querem ir trabalhar lá? Tem tudo isso, né? No caso dos Frigoríficos, eles têm três turnos e você tem que ir no que eles designarem, seja de madrugada, seja em qualquer outro horário. Tem também as câmaras que são muito frias, ou seja, várias situações. Têm alguns que estão em situação melhor, pois já conseguiram ser transferidos para outro setor de trabalho menos extenuante. Mas é fato que muitos reclamam (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022) (Silva, 2023, p. 114).

Ainda segundo os diretores da Cáritas, Dourados passou a ser um destino provável por contar com a instalação da Seara Alimentos, do grupo JBS. A direção dessa empresa demonstrou interesse em disponibilizar um número considerável de vagas de emprego. A bem da verdade, a alocação de mão de obra era também uma necessidade da empresa. Fato é que isso fez com que a Operação Acolhida considerasse Dourados como um dos principais destinos aos imigrantes encaminhados na estratégia de interiorização (Silva, 2023, p. 116).

A crise política, social e econômica constitui-se aos olhos de milhões de cidadãos venezuelanos a viabilidade de emigrar para buscar garantias de reprodução da vida. Silva (2023) refere 388.120 mil imigrantes venezuelanos em território brasileiro, mobilizados pela necessidade de emprego e renda.

Afirmamos que parte significativa das migrações internacionais se dá em decorrência da lógica própria do modelo capitalista que impera mundialmente, como um espelho das assimetrias das relações socioeconômicas vigentes em nível planetário, fruto das contradições das relações internacionais e da divisão internacional do trabalho imposta pelos países centrais do capitalismo em seu projeto de globalização neoliberal (Silva, 2023, p. 126).

Entende-se que se trata de um quantitativo de mão de obra que busca cidadania através do preenchimento de postos de trabalho precarizados, consonante ao que foi verificado no estudo de Silva (2023), onde “(...) as características da ocupação laboral fornecida pelas empresas aos imigrantes têm expressiva rotatividade” (p. 110).

Então é pertinente analisar o lugar social do emprego precarizado ofertado ao imigrante. O estrangeiro que habita e exerce seu papel nos frigoríficos, em busca dos plenos direitos de cidadania.

Um número expressivo destes migrantes irá trabalhar em setores em que há maior disponibilidade de vagas e também pouca necessidade de comunicação nas tarefas a serem desempenhadas, como no setor frigorífico. O próprio SINE busca encaminhar para vagas que não exponham a integridade do estrangeiro quando este não possui compreensão razoável do idioma (Walter, 2016, p. 18).

Portanto, o aspecto de exclusão social detectado pelo grau de vulnerabilidade característico para a população imigrante também vai permear a vinculação no mercado de trabalho, desde a ocupação laboral, passando por seu processo de inserção social, aquisição de bens, condições de moradia e de desenvolvimento social.

No entanto, apenas 397 foram contratadas para vagas de emprego de operador geral, por tempo indeterminado, com remuneração de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), as quais, majoritariamente, chegaram à localidade com a parcela única do aluguel social em mãos, no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), fornecida pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) (Silva e Folle, 2021, p. 2).

Parece evidente que tal processo de inclusão social de uma população vulnerável se desdobra em contexto atravessado por mazelas e contradições, característico “das cidades brasileiras, hegemônicas pela lógica capitalista típica de países em desenvolvimento” (Silva, 2023, p. 110).

(...) as características da ocupação laboral fornecida pelas empresas aos imigrantes têm expressiva rotatividade. Soma-se ainda o fato de que parcela considerável dos imigrantes se encontra em ocupações variadas nas empresas do ramo industrial e de serviços, não sendo desprezível o grande número inserido na informalidade, conforme relatam os entrevistados (ENTREVISTA Edraudio P. Lúcio e Odair L. Lima, jan-2022) (Silva, 2023, p.110).

Faria (2023) constatou em seu estudo etnográfico de comunidades de imigrantes venezuelanos em Dourados - MS os relatos que interpretavam as estratégias do setor frigorífico, nas quais identificou-se o intuito de abrandar investimentos e suprir demandas de metas da produção. Neste mesmo estudo o autor faz referência a natureza degradante do trabalho atrelado a condição de vulnerabilidade dos imigrantes.

É interessante perceber que a procura por indicação de trabalho reflete um grupo de imigrantes aptos a encarar os contraturnos oferecidos pela empresa. Durante a observação online, surgiram relatos em que a empresa instituiria turnos noturnos (00:00 às 8:00) para que as mulheres pudessem trabalhar durante a madrugada já que seus filhos estariam dormindo. Assim, a empresa se isentaria do oferecimento de creches e auxílios para as trabalhadoras (Faria, 2023, p. 22).

A análise acerca das condições de trabalho de imigrantes nos frigoríficos está, portanto, inserida no contexto de um emprego de servidão e um território de degradação. Esse aspecto contribui para evidenciar o potencial rebaixamento da qualidade das condições de trabalho desse setor produtivo, como observado nos estudos de Heck & Thomaz Junior (2012) e Silva & Folle (2021).

O Brasil, que nos últimos anos, dada a correlação de força política visivelmente favorável às pautas conservadoras e reacionárias, infelizmente o Congresso Nacional tem aprovado leis que precarizam o trabalho em virtude de perda de direitos trabalhistas há muito consolidados, além de perda da proteção social igualmente. Diante desse cenário de pauperização das classes trabalhadoras, se os nacionais estão a passar necessidades, que dirá o imigrante, uma vez ser mais suscetível e exposto à exploração, com trabalho tantas vezes informal, com jornadas extenuantes e salários baixíssimos. São nefastas as consequências de inserção desprotegida do imigrante no mercado de trabalho no Brasil atual (Silva, 2023, p.123).

Na realidade neoliberal revela-se um contexto de inclusão precarizada em que a população de imigrantes desloca-se da escassez de emprego e encarecimento da vida em seu país de origem para empregar-se em territórios de degradação, como os frigoríficos.

Complementa Fátima Matos que é comum para ela receber reclamações a respeito da natureza dos serviços exigidos em algumas empresas, por se tratar de trabalhos repetitivos. Com um tempo, os imigrantes passam a sentir dores na coluna e também nos braços (lesões por esforços repetitivos - LER). “No entanto, eu vejo que é em todo canto que tem trabalho repetitivo. O fato é que constatamos muitos imigrantes com problemas de saúde. Já vieram com algum problema? Não sei, pode ser que sim, mas o tipo de trabalho pode ter agravado” (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022). (Silva 2023, p. 114).

Silva (2023) constatou relevantes demandas de queixas laborais relatadas por imigrantes venezuelanos empregados na indústria frigorífica, evidenciando processos de adoecimento característicos de lesões por esforços repetitivos, queixas de sobrecarga de trabalho, e a necessidade de acessar serviços jurídicos para conseguir garantias de direitos.

Portanto, as marcas de precarização do trabalho em frigoríficos também estão registradas nos corpos vulnerabilizados dos imigrantes. Não se trata do estigma de estarem aptos à superexploração, trata-se de espoliação do metabolismo do modo de produção capitalista, da racionalidade neoliberal avançando suas fronteiras sobre a soberania dos corpos.

A reestruturação produtiva, a internacionalização do capital e o dinamismo para captação de mão de obra se desdobram na ordem global, solapando integralmente as subjetividades. Em condições reais, precarizam-se os vínculos de trabalho concomitante ao aumento da capacidade de exploração.

Na relação entre processo migratório e expansionismo capitalista, portanto, ocorre a inclusão social perversa do estrangeiro como desdobramento da geografia do capitalismo, de um tipo de determinismo espacial, da organização do trabalho e do seu vínculo. Na agroindústria, os imigrantes haitianos, assim como os venezuelanos são representados como perfil de mão de obra barata, faixa etária produtiva e espontaneidade para capacidade laborativa.

A migração é entendida não apenas como deslocamento de pessoas no espaço geográfico, mas, por colocar em movimento as sociedades envolvidas, também gera efeitos nos espaços social, político, econômico e cultural. É, portanto, uma atividade que tem implicações na sociedade como um todo e traz reflexos ambíguos nas esferas econômicas, sociais, jurídicas, políticas e religiosas, uma vez que o imigrante, na esfera econômica, é reduzido à condição de “força de trabalho”, sendo

definido pelo mercado de trabalho apenas como “trabalhador temporário” e não reconhecido enquanto sujeito de direitos (Silva, 2015) (Rauber, 2021, p. 43).

Rauber (2021) faz referência à natureza histórica da atuação dos Estados nacionais para a dinâmica de migrações e da divisão internacional do trabalho, afirmando que não se dispuseram para construir proposições à cidadania, mas para garantir um amplo precariado e suprir a necessidade de mão de obra:

Se no primeiro momento, após a descoberta, a chegada de imigrantes vinha atender aos interesses políticos e econômicos da Coroa Portuguesa, no século XIX os que aportaram no Brasil, na maior parte dos casos, estavam inseridos em processo migratório que tinha por objetivo atender à crescente demanda por mão de obra no setor agrícola (p.43).

A mundialização do capital, em termos de fluidez para integrar tecnologias, redes, técnicas financeiras, admite também o mercado de trabalho como recurso para ampliar lucros e demonstra outra interface excludente por natureza.

No contexto neoliberal do setor agroindustrial, consideradas as especificidades fordistas, tayloristas e toyotistas, decorre a necessidade de avaliar, portanto, as condições de trabalho dos imigrantes, contando haver indicativos (indicadores) acerca de maior vulnerabilidade desses trabalhadores.

Para além do pressuposto do trabalho como direito fundamental, o condicionamento das dinâmicas do mercado de mão de obra, no que se referem aos dados encontrados nos estudos mais recentes acerca de frigoríficos, apontam para a constituição da segregação ocupacional de um precariado com espectro que abrange a realidade dos imigrantes. Foi constatado, por exemplo, que estes empregados em frigoríficos passaram a ocupar os postos de trabalho mais adoecedores (Rodrigues, 2018), (Rauber, 2021), (Faria, 2023) e (Silva, 2023).

Entre os anos de 2011 e 2014, aos olhos dos imigrantes haitianos o Brasil era representado como emergente econômico - geopolítico, ainda que esta imagem estivesse sustentada pela harmonia com a ordem econômica financeira imperialista global, o país

aparentou ser alternativa acolhedora e promissora para mercado de trabalho. Aos venezuelanos também houve esse tipo de representação, como lugar favorável à reprodução da vida.

A contento, a dinâmica migratória de latinoamericanos e caribenhos para o Brasil não decorre de um viés exclusivo à busca por emprego, pois mostra-se condizente com a oportunidade aos donos dos meios de produção tirarem proveito da ampliação do precariado e expandirem modalidades de exploração.

O mercado de trabalho no Brasil, apresentou pujante criação de empregos entre 2010 e 2014, crescimento do PIB, aumento de imigrantes com maioria haitiana, sendo 41,9% dos imigrantes que foram incluídos precariamente no mercado de trabalho. Os imigrantes latinoamericanos e caribenhos representavam um lucrativo recurso para expansão da agroindústria (Rauber, 2021).

Mas essa expansão não aproveitou apenas o imigrante que refugiou-se no Brasil, houve além do papel mínimo do Estado, também mobilizações dos donos dos meios de produção para viabilizar a exploração dessa mão de obra, reduzir barreiras e exigências aos processos migratórios.

A ida de empresários de várias partes do Brasil ao Acre e ao Amazonas, empregadores de diversas atividades produtivas, sinalizou o encontro do capital com a força de trabalho. Trabalhadores disponíveis para vagas abertas nos canteiros de obras, nas indústrias pesadas, nos serviços diversos (Jesus, 2020, p. 193).

Partindo das leituras de Silva (2023), Faria, (2023), Rauber (2021), Jesus (2020) e Rodrigues (2018) constata-se que a dinâmica de rebaixamento da média salarial de trabalhadores imigrantes sulamericanos e caribenhos tem relação com o aumento dessa população que é destinada aos postos de trabalho de menor valor social.

Independentemente de suas habilidades e qualificações profissionais, de acordo com Cavalcanti Oliveira & Macedo (2019), aos trabalhadores haitianos são reservados quase que exclusivamente os postos de trabalho com menores rendimentos, em que realizam os trabalhos que exigem grande esforço físico e com longas jornadas de trabalho (Rauber, 2021. p.129).

Essas constatações vão ao encontro do que os estudos de Petean, Benini e Nemirovski (2021) relataram, de que os trabalhos realizados em frigoríficos são degradantes, além de exigir dos trabalhadores imigrantes força em excesso, agregado a um ambiente insalubre. É preciso entender que existem motivos que levam uma pessoa a se submeter a esse tipo de trabalho, como a insegurança por medo do desemprego, fazendo com que as pessoas se submetam a regimes de trabalho intensos, em condições precárias, em ambientes insalubres e de alto risco (Faria, 2023, p. 22).

Segundo Rauber (2021), entre os anos de 2018 e 2019, a quantidade de imigrantes haitianos é representativa nos postos de trabalho da agroindústria no ramo de abate de aves e suínos. O desdobramento desse processo é o da inclusão precarizada e naturalização da superexploração dos imigrantes. Além da centralidade do trabalho para determinar o lugar do sujeito na sociedade, outros aspectos de uma cidadania inacabada concorrem para processos de exclusão social dentro da vulnerabilidade dos imigrantes.

Após serem apresentados aspectos que caracterizam o precariado dos frigoríficos que estão no campo empírico deste estudo, o próximo capítulo tratará da correlação de forças entre os corpos dos trabalhadores vulnerabilizados, por vezes organizados, e as ofensivas da agroindústria.

CAPÍTULO 4 - FRONTEIRAS DO CAPITAL, LIMITES DOS CORPOS, PRECARIZAÇÃO E SERVIDÃO

4.1 Fronteiras do capital e limites dos corpos

O setor de frigoríficos empregou no ano de 2019, dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais do MTE), 522.741 trabalhadores, sua grande maioria concentrando-se na região sul do Brasil, principalmente Paraná e Santa Catarina. Naquele período o setor caracterizava-se pelos baixos salários, 65% recebiam menos de 2 salários mínimos, e sua organização do trabalho marcadamente adoecedora e incompatível à capacidade musculoesquelética, vide as exigências das linhas de abate e processamento (Ruiz, 2022).

Movimentos repetitivos e postura estática são exigências básicas para o trabalho nas sessões de abate e processamento de carnes dos frigoríficos. A organização real do trabalho, que também é composta de ritmo, destreza, metas e posição ergonômica, deve ter fundamentalmente uma análise conforme a descrição dos próprios trabalhadores, sobretudo aqueles adoecidos.

Este conjunto de aspectos da organização do trabalho são os meandros da verticalidade que norteiam a transformação e da capacidade da produção dos frigoríficos, todos conjugados às técnicas e tecnologias adequados para o mercado global. Portanto, diante da constatação de doenças deste tipo de trabalho é inegável a importância que medidas como a NR 36 devem ter nesses ambientes, de modo que nos frigoríficos os trabalhadores não fiquem esquecidos às gestões que fazem a negação dos limites dos seus corpos para a aceleração incessante em direção às metas.

O grupo de patologias conhecidas pela sigla LER/ Dort, tomou dimensões “epidêmicas” a partir do final da década de 1980, sendo inicialmente reconhecidos entre trabalhadores de digitação / processamento de dados, e se espalhando por todos os ramos econômicos. Bancários, metalúrgicos, papeleiros, químicos, farmacêuticos, pedreiros, entre tantos outros. O manual de dor relacionada ao trabalho do Ministério da Saúde traz uma relação extensa de profissões e situações de trabalho para ocorrência das LER/ Dort, inclusive nos frigoríficos (Ruiz *et. al.* p. 96).

O estudo de Heck (2012) esclarece a respeito do nexo entre as condições de trabalho em frigoríficos e determinados processos de adoecimento, destaque para as Lesões por esforços repetitivos/ Distúrbios osteomusculares e Doenças mentais. O autor refere-se a processos incontornáveis de adoecimento generalizado nesse setor, desde a escala internacional até o frigorífico da Sadia em Toledo - PR, objeto empírico do seu estudo. “São *território de degradação do trabalho* onde a experiência de se empregar nesse tipo de atividade pode trazer consequências irreversíveis para a saúde dos trabalhadores” (Heck, 2012, p. 11). Ou seja, trata-se de um processo de inclusão perversa, sob condições de trabalho que resultam em incapacidade laboral, dores constantes e adoecimento irreversível capazes de acarretar prejuízos ao autocuidado, às atividades da vida diária e consequentemente ao funcionamento psíquico.

O estudo de Petean, Benini e Nemirovsky (2021) a partir do cruzamento de dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais do Min. do Trabalho); do Banco de dados do Ministério da Agricultura, acerca do abate de carne no Estado de Mato Grosso do Sul; e da análise documental de processos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho e procedimentos do MPT (Ministério Público do Trabalho), chega a conclusão de que a intensificação do trabalho entre os anos de 2007 e 2017 fez elevar a quantidade de adoecimento, onde os afastados por períodos de 360 dias ou mais equivalem a 5,3% dos empregados no setor de frigoríficos.

As relações de poder e de controle, as contradições no cenário em que o capital e a produção são valorizados, caracterizam os frigoríficos como espaços de submissão e servidão. E os autores perceberam, na gestão da produção, a exploração do mais-valor absoluto e mais-valor relativo, constatando a expropriação do *saber fazer*, do controle, afastando-o da capacidade de reflexão e ação, além da cristalização de um processo mecânico e objetivo.

Também acerca dos recursos de gestão da produção, apesar de ilegal, observou-se que o prolongamento da jornada de trabalho (horas extras) ocorre concomitante ao alto nível de absenteísmo.

Infelizmente, não se teve acesso – o pedido dos dados foi negado pelo departamento jurídico da empresa – a uma série histórica do registro de ponto, para conseguir extrair tendências do prolongamento da jornada de trabalho, das ausências dos

trabalhadores, do número dos afastamentos e outras informações. Contudo, referendando os fragmentos de horas extras encontrados em fontes distintas, constata-se que a extensão da jornada é algo corriqueiro no cotidiano da indústria frigorífica, mesmo que viole os dispositivos legais. Mediante os dados coletados, assume-se que o prolongamento da jornada é algo inerente ao sistema produtivo dos frigoríficos e não tem se alterado ao longo dos anos (Petean, Benini e Nemirovsky, 2021, p. 470).

Os autores constataram que os frigoríficos não são indústrias e sim “manufaturas modernas”, por meio do uso da “maquinaria como ferramenta auxiliar e de transporte”, apontam esteiras e nórias, como exemplo. Os frigoríficos assemelham-se à produção do fim do século XIX, pré-fordista, um protótipo da linha de montagem da indústria norte-americana, ou melhor, uma linha de desmontagem.

Em consonância à denominação de território de degradação (Heck, 2012, 2013), os autores conferem aos frigoríficos estudados o nexos com processos de adoecimento, pressupondo que os determinantes sócio histórico do adoecimento estão ligados ao aumento de produção e afastamentos de trabalhadores.

Entre os anos de 2008 e 2017 foi identificado o aumento de três vezes no número de trabalhadores afastados dos frigoríficos. No mesmo período houve o aumento de produtividade com menor tempo de trabalho, após entrar em vigor a NR36, em 2013 (implantação de pausas que propiciem recuperação psicofisiológica). No período delineado pelo estudo foi também constatado aumento no peso dos animais abatidos nos frigoríficos, o que acarreta aumento da fadiga muscular dos empregados:

O aumento de peso também foi observado nas aves, com variação de 18,7%, considerando o mesmo período: janeiro a dezembro de 2017 (Sipoa/DDA/SFA-MS, 2019). O porte do animal abatido tem efeito direto sobre o processo de trabalho, aumentando o peso das partes a serem manipuladas e, por consequência, a fadiga muscular (Petean, Benini e Nemirovsky, 2021, p. 473).

Heck (2014) lembra que o Estado neoliberal desdobra-se em operador do capital financeiro na agroindústria brasileira, antes mesmo de tratar-se de postos de emprego para força de trabalho sobrando, a lógica estatal é de subserviência à hegemonia do capital global presente em um setor produtivo de “manufatura moderna” e baixa complexidade.

Aos trabalhadores, portanto, ocorre dedicar sua força de trabalho ao processo de expansão do setor frigorífico, ainda que se coloquem vulneráveis à degradação de sua saúde, atuam como autômatos, submetidos a uma de inclusão social perversa.

Walter (2016) faz referência ao termo clivagem psíquica, como um recurso subjetivo de trabalhadores de frigorífico, que capacita maior concentração para execução de gestos repetitivos na linha de desossa de aves. O autor faz referência ao quadro de embotamento afetivo decorrente da clivagem psíquica, desdobrando-se em dificuldades cognitivas da compreensão da realidade, isolamento social, dificuldade de leitura e de locomoção em espaços urbanos.

Alguns casos identificados na época da pesquisa demonstraram acidentes in itinere de graves proporções que deixavam o trabalhador vários dias hospitalizado em Unidade de Tratamento Intensivo, tais eram as dificuldades de alguns em perceber o seu meio quando em situação de trânsito como pedestres (Walter, 2016, p.24).

Neste cenário o autor também destaca na organização do trabalho, as estratégias coercitivas baseadas em ameaças de desemprego, assédio moral e sexual, estratégias para remunerar e dar promoções segundo critérios subjetivos. Observaram-se nesse tipo organizacional, a corrosão das relações humanas, competição exacerbada e individualização das relações subjetivas de trabalho.

Conforme Dejours (2013), lembra-se que as empresas fornecem orientações específicas para o assédio, para manejar planos de demissão, para burlar a legislação trabalhista e as ações dos fiscais do trabalho. De modo que trata-se do encorajamento para, em uma inversão da razão moral, ser apto para infligir sofrimento ao outro.

Walter (2016, p. 34) trata da servidão como coadjuvante na organização dos frigoríficos, que enfatiza a “razão instrumental do trabalho, a individualização e espaços coletivos de discussão incipientes ou truncados por esquemas defensivos individuais e/ou pouco eficazes em direcionar o sofrimento para a dimensão de reconhecimento e do prazer, bem como espaços reduzidos de solidariedade entre os trabalhadores”.

O neoliberalismo toma formas aderentes para a governabilidade, seus efeitos revelam-se na base estrutural ideal para os donos dos meios de produção. Conforme Heck (2014), não

ocorrem rupturas radicais com a dinâmica neoliberal, são exatamente ajustes da realidade para o *status quo* do mercado global.

É a lógica do capital que se reproduz pela via estatal: Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital. Continua sendo assim, mesmo com os ajustes das políticas sociais. Não obstante, no que tange a divisão internacional do trabalho, o Brasil tem tido papel central para o fornecimento de commodities minerais e agrícolas. A atividade de processamento de carnes tem recebido grandes investimentos por parte do Estado, principalmente às grandes empresas brasileiras (JBS, Marfrig e Brasil Foods), via BNDES (Heck, 2014, p. 46).

O papel de operador do neoliberalismo atribuído ao Estado brasileiro é de arcar com o financiamento de oligopólios agroindustriais, assim como também tem o encargo previdenciário ao lidar com altos índices de afastamentos por adoecimento no setor frigorífico.

Nesse sentido, a expansão territorial do capital se consolida estimulada pelas políticas de Estado via destinação dos recursos do BNDES. Repetimos um Estado máximo para o capital e que financia sua expansão geográfica nos lugares. Hegemoniza o território com o projeto do agronegócio, mas, ao mesmo tempo, cria suas contradições (Heck, 2014, p. 48).

Considera-se importante observar o papel dos sindicatos, a adesão ao neoliberalismo, a proposição do papel mediador da tolerância da degradação em troca da manutenção da exploração e contínua exposição ao adoecimento. A atuação para luta de classes, ou mesmo a denúncia das condições insalubres de trabalho, aparecem negados junto com as contradições do capitalismo. O que resta é a racionalidade neoliberal, por exemplo, encaminhando para processos de ressarcimento individual, dando condições para a alienação social do trabalhador, pois propicia o afastamento dos debates e das lutas coletivas. Uma dinâmica que afasta a reflexão e o agir coletivo sobre o processo de trabalho, em condições de negligenciar as limitações da integridade ou soberania do corpo.

Quando o sindicato nega a luta de classes, concomitante ao seu papel de colaboração para expansão do capital, confirma ao empregado a individuação do fracasso e do sucesso.

A luta resume-se ao contingente, negociado e ao diálogo entre capital e trabalho. E até mesmo assume-se que não se deve negociar tudo que os trabalhadores demandam. Necessita-se de um acordo que faça todas e todos (capital versus trabalho) felizes. Aceita-se de forma acrítica o contrato desigual entre o capital e o trabalho, culminando no consentimento do capital como única alternativa possível e legitimando a sua hegemonia (Heck, 2014, p. 51).

Todavia, ainda que a racionalidade neoliberal conduza, no cotidiano, à negação das contradições do modo de produção capitalista, Heck (2014) aponta que a incapacitação laboral, o não reconhecimento do adoecimento e das respectivas condições de vulnerabilidade social podem provocar processos de identificação e solidariedade dentro do coletivo de trabalhadores lesionados. Neste sentido, é possível considerá-los compartilhando representações sociais com base nos relatos acerca dos encontros com as fronteiras da globalização perversa.

O corpo reduzido à dor e a nomeação coletiva de um fenômeno compartilhado entre trabalhadores lesionados podem sustentar uma teoria do cotidiano que trata do nexo entre trabalho degradante e lesões por esforço repetitivo (LER).

E, no âmbito mais geral, me parece ser desse descontentamento – expresso nas pequenas paralisações, por exemplo – que a partir principalmente de 2005 surge outra entidade na região que tem tido destaque na denúncia central das doenças laborais sofridas pelos trabalhadores, a Associação dos Portadores de Lesões Por Esforços Repetitivos (AP-LER) (Heck, 2014, p. 54).

Em consonância com as produções da Rede CEGeT (Rede Centro de Estudos da Geografia do trabalho), Heck (2022) destaca a conjuntura política brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI, a ênfase do determinismo social do processo saúde-doença no mundo do trabalho, os movimentos de avanços marginais da classe trabalhadora mediados por períodos neodesenvolvimentistas e a luta de classes no cenário neoliberal.

Heck (2022) argumenta a respeito do desenvolvimento teórico da categoria território, constituído na primazia de uma hegemonia do capital em detrimento do trabalho, da organização do trabalho considerada processo social e histórico, do avanço da voracidade do

capital sobre os limites dos corpos e “carga biomecânica e mental, incompatíveis com a saúde e dignidade humana” (Heck, 2012, p. 10). Partindo do pressuposto do autor, os territórios de degradação serão analisados no presente estudo como condições de trabalho anti-humanas, adoecedoras que consequentemente promovem processos de exclusão social.

O autor faz o resgate da dimensão organizativa da classe trabalhadora em torno de parâmetros que auxiliem a esclarecer consequências dos avanços das fronteiras do capital sobre os limites dos corpos, trata-se de um arcabouço legal, que propôs a mediação na desigual luta de classes, instrumentalizando os trabalhadores em um período histórico, entre 2002 e 2016, marcado por governos neodesenvolvimentistas.

Neste contexto político favorável ao esclarecimento da inclusão social perversa do mundo do trabalho, o histórico de um processo de vulnerabilização da integridade dos corpos dos trabalhadores, de agravos e comunicações de acidente de trabalho levou à forma organizativa da classe trabalhadora, a fim de denunciar e enquadrar em ilegalidades a exploração da força de trabalho nos frigoríficos.

O autor retoma da década de 1990 a relevante atuação da CONTAC (Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores da Alimentação - CUT), e a organização em torno do nexo entre natureza do trabalho e adoecimento, as vozes dos trabalhadores que descreveram suas dores, o agravante modo de exploração relacionado à divisão sexual do trabalho e os esforços dos corpos mediados pela medicalização²⁶ (uso de analgésicos para bloqueio de receptores de dor).

Segundo Ruiz *et al.* (2022) houve duas iniciativas básicas por parte do movimento sindical naquele período: a) proposição de cláusulas protetivas nas negociações coletivas anuais entre sindicatos e empresas; b) pressão ao governo federal e parlamentares para criação de legislação própria sobre o tema (Heck, 2022, p. 460).

²⁶ O uso do termo medicalização pretende conter a intencionalidade de um auto diagnóstico e justificada prescrição da medicação. A urgência da racionalidade instrumental da produção constrange o tempo e a crítica acerca da relação com os devidos profissionais de saúde. O destino desse ato pode tratar de negação da realidade em benefício da produção e em detrimento dos limites do corpo.

Somado ao debate para legislar acerca do trabalho em frigoríficos, o autor também faz referência a atuação do Estado brasileiro, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, em ações de vigilância, fiscalizações e autuações frente à constatação de irregularidades:

[...] ritmos de trabalho inapropriados, jornadas exaustivas, desrespeito aos intervalos intra e inter jornadas, ilicitudes nos sistemas de controle de frequência dos trabalhadores e trabalhadoras, enfim, foram muitos os pontos levados nestas inspeções [...] (Heck, 2022, p. 460).

Com destaque para o contexto neodesenvolvimentista, o autor refere tratar-se de um cenário hegemônico do capital sobre o trabalho. Contudo, no âmbito do Executivo Federal, quando acessado por movimentos populares e dos trabalhadores, o Ministério do Trabalho favoreceu a condução do arcabouço jurídico demarcado a partir dos limites dos corpos em meio às condições degradantes dos frigoríficos.

A iniciativa não significou ofensiva com potencial de frear as fronteiras do capital, pois teve negado o caminho para elaboração de legislação específica, além de ter sofrido fortes contra-ofensivas das entidades empresariais (Associação Brasileira de Frigoríficos, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, União das Indústrias e Empresas de Carne). Conforme Ruiz *et al.* (2022), argumentava-se pelas vozes do empresariado, além do discurso de um impacto contraproducente sobre o setor, que o avanço deveria apenas ter a intenção de uma necessária “harmonização”, pela elaboração de um anexo à NR 17 (Ergonomia), somado a implantação de um reduzido tempo de pausas durante as jornadas de trabalho, alheio a recuperação da fadiga musculoesquelética dos corpos dos trabalhadores.

Tratou-se, portanto, de uma conquista estratégica marginal da classe trabalhadora, resultando na norma regulamentadora dos frigoríficos, a NR 36²⁷.

Todas essas iniciativas irão resultar na promulgação da NR dos frigoríficos, publicada em abril de 2013. O movimento sindical foi bem-sucedido em tal

²⁷ Cabe destacar que conforme o relatório *Fábricas de acidentes. Condições de trabalho insalubres e inseguranças nos frigoríficos brasileiros*, de junho de 2024 (Brasil Repórter, 2024), entre 2012 e 2022 ocorreu a queda dos acidentes de trabalho LER/ Dort, fraturas e adoecimento psíquico. Nesse sentido, acredita-se que a criação da NR36 teve efeitos de mudanças.

iniciativa, mas isso só ocorreu por também existir uma conjuntura mais favorável, ou seja, na vigência dos governos neodesenvolvimentistas do PT. Destaca-se também que o recuo em torno da criação de uma legislação específica, que dependeria de aprovação no Congresso Nacional, também expressa os limites dos governos neodesenvolvimentistas dependentes de acordos com bancadas conservadoras. Ou seja, a NR foi a conquista possível dentro de uma conjuntura mais favorável e que não pode ser esquecida, mas com o avanço da restauração neoliberal o enfraquecimento dos sindicatos e entidades de fiscalização, a NR passou a ter seu descumprimento como prática cotidiana dos frigoríficos (Heck, 2022, p. 436).

No ano de 2014 o Brasil sentiu com mais força os efeitos da crise de 2008, houve queda significativa de crescimento econômico no PIB, impactando a proposta neodesenvolvimentista e promovendo recessão. Ainda que o governo petista, com Dilma Rousseff à frente, tenha buscado adequar-se por meio de medidas de austeridade, sinalizando ao mercado financeiro e setores da burguesia, o que ficou constatado ao final foi a progressiva adoção de medidas neoliberais, que diante de tamanha crise política fortaleceram-se e popularizaram forças golpistas, as quais lograram êxito em 2016, além de impulsionarem manobras e pavimentaram a vitória da extrema direita neofascista nas eleições de 2018.

Sob ataque das medidas neoliberais após o desmoronamento do neodesenvolvimentismo houve o enfraquecimento das ações fiscalizadoras de ambientes de trabalho. Diante de cortes orçamentários sucessivos as atuações do Ministério Público do Trabalho decaem, assim como as notificações de acidente de trabalho. Revigorada, a força do capital e o então Estado neoliberal abrem espaço para avanços nos descumprimento da NR 36, assim como passam a atacar seus dispositivos protetores.

Atualmente no Mato Grosso do Sul²⁸, o Ministério Público do Trabalho conta com apenas 23 auditores fiscais responsáveis pela atuação.

A frágil ofensiva que buscou proteger a integridade da classe trabalhadora é brutalmente atingida por consequências da crise do capitalismo de 2008. Neste sentido, Heck (2022) resgata a série de eventos pós publicação da NR 36, os quais demonstraram forte impulso da classe burguesa contra a estratégia neodesenvolvimentista que por sua vez esteve afastada de mudanças estruturais, sempre apoiada em ciclos de expansão nos preços de commodities, tentava sustentação em um viés conciliador de classes.

²⁸ <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/falta-de-auditores-fiscais-e-desafio-para-combate-ao-trabalho-escravo-em-ms> Acesso em 14/12/2025.

O golpe do impeachment de 2016 resultou em uma brutal derrota da classe trabalhadora e suas frágeis conquistas anteriores. Naquele mesmo ano é aprovada a Emenda Constitucional 95, que estabelece limitação do crescimento de despesas do Estado por 20 anos; 2017 é marcado pela contrarreforma trabalhista, como um ataque frontal à classe trabalhadora, onde legislou-se para retirada de direitos e pelo aprofundamento das vulnerabilidades; 2019 marca a reforma da previdência, afastando acesso da classe trabalhadora de recursos que constituem proteção previdenciária e garantias mínimas para reprodução da vida.

É neste contexto de diminuição das fiscalizações e de defensiva do movimento sindical (ambos impactados, dentre outras coisas, pelo sufocamento orçamentário/financeiro) que os projetos do governo neofascista, em aliança com empresários do setor frigorífico, surgem para diminuir as conquistas do movimento sindical como as pausas de recuperação psicofisiológicas previstas na NR. Pelo menos três iniciativas foram registradas nos últimos dois anos por parte do governo federal em aliança com empresários do setor para suprimir as pausas nos frigoríficos. As ações se deram nos dois primeiros momentos com o intuito de rever as pausas de recuperação térmica relacionada aos ambientes de trabalho frios e, no segundo, com a proposta de revisão da NR dos frigoríficos que poderia atingir as pausas de recuperação psicofisiológica (Heck, 2022, p 467).

O autor destaca que foram sucessivas abordagens do Estado brasileiro, no período neofascista e neoliberal, para desconfigurar a NR 36, atacando, juntamente com o empresariado do setor, as necessárias pausas de recuperação psicofisiológicas e térmicas. Constatou-se entre os anos 2016 e 2020, que mesmo à base de subnotificações de agravos à saúde, contabilizaram-se 85.123 casos no setor de frigoríficos.

O agravo da precarização dos frigoríficos foi constatado durante a pandemia de COVID19, quando a estratégia da doutrina de choque, lembrando Klein (2017), utilizou os tempos e os lugares da crise sanitária para conseguir maior lucro. Esta foi a essência do cenário da inclusão perversa neoliberal, onde o setor dos frigoríficos evidenciou novamente sua negação às vulnerabilidades dos empregados, até então submetidos à degradação imposta pela quantidade das metas que ditam o modo de organização e a gestão do trabalho, passaram também à exposição deliberada ao contágio do Sars Cov19.

Todos sabemos que esse quadro de precarização e adoecimentos não se iniciou com a pandemia da COVID-19. Mas todos estamos vendo que a crise sanitária está possibilitando a ampliação destas (e outras) tendências destrutivas. Isso porque, é exatamente neste contexto que os capitais aproveitam para desenvolver novos laboratórios de experimentação do trabalho, onde home office, trabalho intermitente, flexibilidade e uberização do trabalho são exemplares, aumentando o abandono e descaso em relação à classe trabalhadora, que foi obrigada a trabalhar na pandemia (para garantir os altos lucros corporativos) sem que os devidos cuidados, exigências e regulamentações garantissem prioritariamente a saúde da classe trabalhadora em relação aos enormes riscos da pandemia (Ruiz, 2002, p. 7).

O mercado globalizado sob a égide do neoliberalismo mobiliza territórios para além da necessidade de suprir abastecimento de alimentos, a tendência da expansão extrapola o equilíbrio do meio ambiente, sendo a explicação para eventos epidêmicos e pandêmicos onde se observam constituição de crises que também oportunizam novos cenários de lucro.

Sob a racionalidade neoliberal, no tocante a atuação em questões sociais, como assistência à saúde e seguridade, o constatado em situações causadas por eventos como a pandemia de SarsCov19 (Covid19), são desdobramentos de mercadorização de demandas sociais. Mesmo porque dentro dessa racionalidade não se admite um Estado assistencial ou providencial, o que ocorreu no Brasil foi a urgência da população submetida a discursos negacionistas e aos atos de corrupção de gestores do governo federal.

Ao ser considerado essencial, o setor de frigoríficos foi mantido em funcionamento, oportunizando os lucros para a indústria global de alimentos, intensificando a superexploração da força de trabalho. A classe trabalhadora, por sua vez, seguia na luta por algum tipo de cidadania. Contudo, é sabido que o essencial dentro da lógica do capital não trataria da cidadania, outro sim, referia-se a manutenção do lucro e do consumo, escancarando a essência anti-humana do capitalismo dentro dos frigoríficos.

Assim como fora constatado por Ruiz (2022), também no município de Dourados o evento epidemiológico da Covid19 causou elevado contágio entre trabalhadores dos frigoríficos. Por outro lado, por tratar-se de um tipo de acidente de trabalho devido às condições laborais, observaram-se intervenções externas por parte de órgãos fiscalizadores para posteriormente forçar, por via judicial, o reconhecimento de providências de protocolos de segurança.

A essencialidade da produção foi usada para não interromper as atividades nos frigoríficos, mesmo no período dos diversos casos de contágio dentro das unidades

produtoras e estes sendo epicentros para propagar o vírus por toda cadeia de produção de proteína animal. Mesmo diante de diversas constatações feitas pelo Ministério Público do Trabalho, reiteradas solicitações para intervenções judiciais nas unidades da JBS e BRF Food, existiram decisões favoráveis à produção sob argumentação do valor desta para a economia da região.

O lucro em detrimento da saúde é resultado de uma forma de organização do trabalho que ignora as reais necessidades dos(as) trabalhadores(as), o que realmente importa para o grande empresariado são as altas taxas de produção e exportações, mesmo que para atingi-las seja necessário expor os trabalhadores(as) a rotinas de trabalho degradantes e até mesmo não observar protocolos de segurança necessários para evitar o contágio de doenças, como é caso da covid-19 (Ruiz, 2022, p. 31).

A reportagem da revista Exame de 8 de setembro de 2020²⁹ aborda o que de fato foi essencial para o capital durante o cenário de explosão dos casos de Covid19 nos frigoríficos e concomitante contágio da população dos municípios e regiões onde a produção está inserida.

Na reportagem a JBS se declarava comprometida com a manutenção de abastecimento de alimentos no mercado global, tendo contratado mais de 15 mil trabalhadores naquele ano, contabilizando o dobro do lucro estimado pelos analistas do setor. Contudo, em suas unidades produtoras no Brasil somavam 4 mil casos de trabalhadores testados positivo para o Covid19, 23 unidades de frigoríficos em sete Estados. A empresa, entretanto, negava irregularidades, limitava-se em afirmar que mantinha os órgãos competentes informados.

A matéria também trouxe que o primeiro caso de contágio da JBS ocorreu em uma unidade nos EUA, que naquele caso suscitou a paralisação temporária da produção. Mas no território brasileiro o que fora constatado revelou-se pelas diversas intervenções do Ministério Público do Trabalho, através de ações civis públicas, tendo objetivo de forçar adoção de protocolos de segurança que pudessem proteger a integridade dos trabalhadores.

A JBS apoiou-se na não obrigatoriedade, com base na legislação, para realizar testagem em massa. A postura da empresa revelou-se satisfatória para proliferação do vírus, sem testagens, sem fornecimento suficiente de máscaras, agindo com morosidade para isolar

²⁹ <https://exame.com/negocios/como-a-covid-19-invadiu-fabricas-da-jbs-maior-produtora-de-carne-do-mundo/>
Acesso 14/12/2025.

trabalhadores testados positivo ou com sintomas. Naquele cenário, os grandes lucros da JBS combinavam com a falta de segurança do trabalho, o que levou ao fechamento temporário de ao menos seis unidades.

No mês de julho de 2020 na unidade da JBS em Dourados, somente um acordo com o Ministério Público do Trabalho conseguiu uma testagem em massa. A reportagem lembra que, mesmo outros escândalos envolvendo corrupção e segurança alimentar, tendo efeitos para depreciarem ações da empresa, ainda havia em 2020 um cenário econômico favorável ao mercado produtor brasileiro, devido ao interrompimento da produção em unidades dos EUA, pela desvalorização da moeda brasileira, o real, frente ao mercado global e pelo aumento de 53% das exportações para a China.

Durante as ações de fiscalização e vigilância, constataram-se casos em que a JBS manteve empregados com doenças crônicas expostos ao contágio nos locais de trabalho, omitia e refutava casos de trabalhadores testados positivo. A postura da JBS contribuiu para o contágio comunitário, demonstrando o que de fato foi essencial para o capital, ainda que a integridade da população da região da cadeia produtiva estivesse ameaçada.

Sob ordem judicial, o Estado acabou custeando e operacionalizando testagens em massa dos trabalhadores da JBS, como foi o caso do município de Dourados onde um quarto da força de trabalho da unidade testou positivo. Naquele período a unidade JBS de Dourados empregava mais de 4 mil trabalhadores³⁰.

Dourados, um município com quase 223 mil habitantes, tinha 6.058 casos de Covid-19 e 82 óbitos até 7 de setembro, segundo o Ministério da Saúde. Além da JBS, outros frigoríficos, inclusive a BRF, registraram surtos em fábricas na cidade. “Toda a pandemia em Dourados se iniciou através de frigoríficos. Isto é um fato epidemiológico”, disse Julio Croda, epidemiologista e ex-chefe do departamento federal de imunização e doenças transmissíveis do Ministério da Saúde. A ABPA refuta a avaliação de Croda, e diz que a indústria sempre agiu para controlar o coronavírus.³¹

³⁰<https://apublica.org/2020/06/contaminacao-de-indigenas-em-dourados-partiu-de-frigorifico-da-jbs/>. Acesso em 14/12/2025.

³¹https://exame.com/negocios/como-a-covid-19-invadiu-fabricas-da-jbs-maior-produtora-de-carne-do-mundo/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento. Acesso em 14/12/2025.

A faceta capitalista dos frigoríficos, da ideologia hegemônica, produto da psicosfera, ainda que pese à relevância econômica em escalas local e global, não deixa de subsidiar uma representação de território degradante, de condições epidêmicas das LER/ Dort ao Covid19, por exemplo. Nesse sentido, na próxima seção busca-se tratar da servidão como aspecto da dinâmica social a que os trabalhadores precarizados são submetidos. Trata-se de um aspecto relevante para tentar compreender em quais condições de inclusão perversa esses trabalhadores lidam com a correlação de forças entre o capital e o trabalho.

4.2 Emprego e a servidão do precariado

Martins aponta que, no Brasil, políticas econômicas atuais, que poderiam chamar-se neoliberais, acaba, por provocar, não políticas de exclusão e sim, políticas de inclusão precária e marginal, ou seja, incluem pessoas nos [...] processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital (Sawaia, 2022, p. 40).

Kuazaqui e Lisboa (2024), consideram, partindo das condições da correlação de forças entre o capital e o trabalho, que nos frigoríficos são praticáveis formas de trabalho análogo a escravidão. Analisam a redução de custo operacional e de impostos, com aumento da margem de lucro, como condicionantes de precarização. Além destes, quando se parte de preceitos jurídicos e conformidades da NR 36, a verificação de condições de trabalho e características corporativo e organizacionais também sustentam a analogia com trabalho escravo: “No caso dos frigoríficos, a jornada exaustiva, condições degradantes, não cumprimento de normas preventivas de riscos de acidentes” (Kuazaqui e Lisboa, p. 6, 2024).

Observam-se sob a perspectiva doutrinária do trabalho, a amplitude de interpretações quanto ao conceito de degradação do trabalho, considerando a ocorrência de coação, assim como negação de liberdade, também sustentando analogia a trabalho escravo, quando este:

[...] de natureza urbana, meio no qual, poderá haver a contraprestação pecuniária, mas que será de pequeníssima monta, além de serem desrespeitadas outras normas de tutela do trabalho, como a extrapolação da jornada de trabalho além do limite

legal, não concessão de férias, não atendimento a normas mínimas de segurança e medicina do trabalho, etc. (Kuazaqui e Lisboa, p. 9, 2024).

Martins (2023) trata sobre a sobreexploração, insuficiência de condições à subsistência, papel do trabalhador como matéria prima do processo de reprodução ampliada do capital e capital variável. O autor faz referência à recente forma de escravidão brasileira, caracterizando-a como a minimização da condição humana; a inclusão perversa das camadas mais precarizadas no mercado de trabalho; a premissa do trabalhador livre e proprietário apenas de sua força; trabalhador sob condição de cativo da reprodução do capital e do endividamento preestabelecido no custo de vida.

Conforme Walter (2016), não é constatada a existência do trabalho escravo *stricto sensu* nos frigoríficos, ainda que sejam observadas as condições de superexploração da força de trabalho, recorrência de adoecimentos por LER/Dort e transtorno mental, brechas legais e intervenções insuficientes de órgãos fiscalizadores.

Advinda de paradigmas liberais para aperfeiçoamento da produção e do acúmulo de capital, a racionalidade neoliberal constitui discursos que naturalizam a exploração e espoliação pelo trabalho. Contudo, do ponto de vista daquele que vende sua força de trabalho ocorre, de certo modo, a possibilidade de análise do quanto é impactante esta racionalidade em desdobramentos nas condições laborais, nas relações sociais, no psiquismo e no corpo.

A relação capital-trabalho delineada pela racionalidade neoliberal está pressuposta em mecanismos de governança, como a instrumentalização das relações de poder dentro da produção (assédio moral, *bullying*, violência), negação de qualquer representação da classe trabalhadora e a gestão do valor da força de trabalho através do risco do desemprego.

A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instalada pouco a pouco em todos os assalariados pelas ‘novas formas de emprego’ precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores. Foi esse contexto de *medo social* que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a ‘naturalização’ do risco do discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da

sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores (Dardot e Laval, 2016, p. 329).

Partindo das palavras de Dardot e Laval (2016), considera-se o pressuposto de que os paradigmas da racionalidade neoliberal agregam características tirânicas, ou seja, consideram-se articulações do corpo político do detentor do poder (Chauí, 2020), constituído por múltiplos olhos, braços, pernas que sempre alcançam e ouvidos habilidosos em múltiplas frequências. Considera-se que a racionalidade neoliberal é um instrumento da tirania do modo de produção capitalista, onipresente e onisciente, também capaz de auxiliar na compreensão das representações sociais acerca do vínculo com o mundo do trabalho.

A servidão, ao contrário da vontade espontânea, trata-se de coação, do exercício de forças atuantes no seio das relações sociais e políticas. Chauí (2020) retoma proposições de La Boétie acerca do mecanismo pelo qual ocorre a servidão e refere três aspectos onde estariam encaminhadas as vias do fenômeno.

No primeiro aspecto, segundo Chauí (2020) aquilo que exerce o poder possui vasto corpo propiciado pelos próprios subjugados, reconhecido “corpo político ativamente produzido pelo dominador”.

Um segundo aspecto, é referente à condição contratual dos subjugados, ou seja, o condicionamento de um “contrato e do pacto social e político” também o que viabiliza poderes aos subjugados, contentando-os pelo ideal de serem tiranos também.

“Eis por que, escreve La Boétie, é ilusão supor que são as armas e alabardas, as fortalezas e os exércitos os protetores do tirano. Sua proteção é a sociedade inteira que o deseja porque deseja tiranizar também” (Chauí, 2020, edição Kindle, cap. I).

Por fim, um terceiro aspecto, dentre os mecanismos da servidão, o papel dos tiranetes é fundamental, como ocupantes de uma categoria entre o tirano e o povo, são a classe dominante, os mesmos que fazem as leis, que “vigiam e punem – os ‘seis, os seiscentos e todos os que vêm a seguir’, os poderosos que rapinam, torturam, destroem, esmagam e oprimem” (Chauí, 2020, edição Kindle, cap. I).

A heteronomia é a essência da servidão, um encontro de contradições, o desejo heterônomo que agrega as intenções da sociedade, enquanto negação de suas distintas partes, porém, um caminho em direção a um símbolo soberano de unidade.

Ter corpo e o espírito dos homens – eis o desejo do tirano; ter parte no mando e nos espólios – eis o desejo dos grandes; ter segurança, crenças e bens – eis o desejo do povo. Todavia, porque nenhum desses desejos pode ser plenamente satisfeito no real, a servidão voluntária produzirá um bem imaginário que possa figurar de maneira fantástica o preenchimento do desejo de servir: a figura do Um (Chauí, 2020, edição Kindle, cap. I).

Servir para ter bens, é o que cabe ao povo, vincular-se ao mecanismo de tirania como cooptação, identificando-se com um desejo tão inorgânico que leva habitualmente à desumanização voluntária. Uma ordem de itinerário iniciado pela inclusão perversa, seguida de adoecimento e da exclusão do trabalhador inapto para produzir. Encarregar-se das metas do mercado global, através da intensificação dos gestos, ao ponto de transformá-los em competências básicas para adaptação, ou seja, um itinerário para a vulnerabilização da classe trabalhadora.

Fascinados pelo brilho dos tesouros, os tiranetes fazem queixas acerca dos gestos descompromissados dos subordinados, assediam os trabalhadores mais precarizados, os piores colocados em grau de vulnerabilidade. Aos tiranetes, habitua-se explorar e diante da má adaptação do povo são impostas medidas terapêuticas para conseguir a servidão voluntária: coação, ilusão e costume. A burguesia, o trabalho e a religião, por exemplo, são articulações para justificar a oposição ao ócio e a valorização da relação entre o trabalho e a honestidade.

Conforme Chauí (2020), La Boétie identificou: a modificação de costumes do povo, transformando o ódio em amor pelo tirano; atribuir ao outro a tarefa de vigiar, punir, cobrar e taxar, enquanto o tirano se distancia de qualquer identificação com o mal que há na sociedade; e aos mercenários, a concessão do papel de guardiões dos bens tirânicos.

Fisicamente, um tirano é um homem como outro qualquer - tem dois olhos, duas mãos, uma boca, dois pés, dois ouvidos; moralmente, é um covarde, prova disso estando na exibição dos signos de força. Se assim é, de onde vem seu poder, tão

grande que ninguém pensa em dar fim à tirania? Seu poder vem da ampliação colossal de seu corpo físico por seu corpo político, provido de mil olhos e mil ouvidos para espionar, mil mãos para espoliar e esganar, mil pés para esmagar e pisotear. O corpo físico não é ampliado apenas pelo corpo político como corpo de um colosso, também sua alma ou sua moral são ampliadas pelo corpo político, que lhe dá as leis, lhe permite distribuir favores e privilégios, seduzir os incautos para que vivam à sua volta para satisfazê-lo a todo instante e a qualquer custo (Chauí, 2020, edição Kindle, cap. V).

A servidão na escala global do mercado de trabalho, analisada junto ao contrato de sujeito neoliberal, formatando adesões para a normatividade, vai além de um adestramento dos corpos. Essa condição é artifício da inclusão perversa, com intuito de disputar nas subjetividades as representações sociais acerca da exclusão social em curso.

A racionalidade neoliberal opera o engajamento de cada sujeito, aproveitando o utilitarismo de sua liberdade individual e capturando seu desejo, consegue fazer com que o trabalhador produza para a empresa como se fosse produzir para si mesmo, sem a ameaça de se perceber alienado e inserido em um processo de exclusão social. Dardot e Laval (2016, p. 327) referem que “a gestão moderna é um governo ‘lacaniano’: o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito”.

A sociedade e o espaço constituem para si a condição de reféns da ideologia hegemônica de cada época, essência da racionalidade do tirano, ainda que não se trate da negação do sofrimento e das condições psicossociais insalubres, mas da elaboração das representações sociais que explicam o cotidiano.

Considerando frigoríficos como territórios da degradação (Heck, 2012) e da servidão (Walter, 2016), no próximo capítulo a ideologia hegemônica dentro de territórios será discutida para considerações acerca das condições em que a racionalidade da produção (ou racionalidade do tirano) disputa força com a percepção dos constrangimentos enfrentados no cotidiano do emprego precarizado.

CAPÍTULO 5 - PSICOSFERA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

5.1 Psicosfera

Pereira (2021) discorre acerca da necessária abordagem de ressonâncias entre a subjetividade e as normas produzidas no tecido social, enfatizando o conceito de psicoesfera e as dinâmicas demandadas pelo capitalismo globalizado neoliberal. Este conceito geográfico é usado no presente estudo para tratar da hegemonia ideológica no tempo espaço do trabalhador precarizado.

Neste sentido, a análise da complexidade das variáveis determinantes para as condições de cidadania e dos elementos da globalização neoliberal orientada pelo capitalismo financeiro, solicita tratar a respeito da subjetividade, para além das aparências da globalização de fábulas, pautando os precedentes das representações sociais acerca desta realidade. Parece, portanto, haver a necessidade de revelar a psicoesfera que atua junto a produção das representações sociais. Esta primeira como *status quo* da racionalidade neoliberal e as representações como ajuste do sujeito frente às contradições entre *status quo* e realidade material do cotidiano.

Ben *et. al.* (2014) relatam a relação de trabalhadores rurais e urbanos com a lógica do capital agroindustrial. Os autores trazem para o debate a relação entre campo/cidade/agroindústria, *status quo* determinante na adequação de trabalhadores rurais e urbanos ao atendimento de demandas impostas por complexos agroindustriais e mercado de exportação de carnes de aves/ suínos e derivados.

A globalização do mercado subverte os menores territórios, somam-se as marcas da produção e o discurso da exportação, obtêm-se elementos relevantes para as representações acerca dos paradigmas neoliberais. O cooperativismo empresarial, por exemplo, passa a ser um dos aspectos presentes na produção do setor, que traz o discurso de desenvolvimento econômico e social do trabalhador associado/cooperado/integrado.

A pequena propriedade rural familiar transformada e representada como unidade de produção da agroindústria, promove doutrinação contrária à emancipação intelectual dos pequenos produtores e objetiva torná-los dependentes do setor agroindustrial, delimitando o que produzem e consomem.

As propriedades rurais que não atenderam ao sistema agroindustrial e os camponeses que não modificaram seu modo de produzir, em sua maioria foram extintos do meio rural. Portanto, os camponeses associados mudaram sua vida cotidiana para atender as novas relações de produção e trabalho. As formas de

produção estão voltadas para a padronização de alimentos criados artificialmente e combinados para atender metas de produtividade (Ben *et al.* 2014, p. 40).

Ben *et.al.* (2014) resgatam o significado do cooperativismo e desvelam o uso subversivo do termo pela agroindústria. Ou seja, o cooperativismo como sistema de produção que nega a exploração pelo capitalismo, passa a ser deformado e representado como práticas discursivas da educação corporativista e um modo de produção usado dentro do agronegócio.

A agroindústria fomenta a organização de produção associativista mutualista, mas ao caracterizá-la como fragmento corporativo, acaba por demandar metas de produtividade, certificações de qualidade, especialização, competitividade, ou seja, tornando-a dependente de insumos, de assistência técnica e créditos.

Outro aspecto presente nas mudanças decorrentes da relação entre cidade/campo/agroindústria são as intervenções de racionalidade neoliberal através de processos de profissionalização e da própria representação acerca do aprimoramento tecnológico da produção agrícola. Os produtores empregados na agroindústria subjugam-se à necessidade do capital para conseguir vender sua força de trabalho.

Essa (re) produção envolve a internalização de valores que são fomentados nas sociedades de classes construídas pelo modelo de produzir a vida pela sociedade dominante. Sendo assim, práticas formativas no âmbito escolar desenvolvidas nas sociedades capitalistas são importantes, para (de) formar mão de obra que atenda as necessidades do agronegócio (Ben, *et.al.*, 2012, p.43).

Contudo, para além das modificações que os interesses da agroindústria causam na organização do trabalho, tendo o intuito de ampliar a produtividade e reduzir o tempo da preparação da matéria-prima, considera-se questionar o impacto deste sistema de produção nas representações sociais e as possíveis fissuras sociais causadas no interior da produção.

Neste sentido, a ideia de psicosfera como uma espécie de arcabouço explicativo hegemônico da realidade excludente, aponta para a necessidade da investigação da natureza dos produtos subjetivos do tecido social, as teorias elaboradas no cotidiano que, por vezes, estão em consonância com a intencionalidade de negar a existência da luta de classe, buscando salvar o capitalismo de seu colapso. Nessa dinâmica entre ideologia, condições de

cidadania e representações sociais da realidade se explica a racionalidade neoliberal, propagando a ideia do empreendedorismo, da concorrência e do individualismo.

A formação socioespacial de cada lugar é perpassada por ideologias que dão contorno ao uso hegemônico do território e espírito atual da época, o *zeitgeist*, que está encarnado em uma globalização perversa. Neste sentido, os papéis tirânicos do dinheiro e da informação estão na essência do capitalismo atual.

As especificidades de um tecido social costurado por subjetividades próprias de um determinado tempo, a partir do “espírito de uma época”, produzem sociabilidades e um espaço geográfico também específico, como nos ensinou Samira Kahil (2010). Assim, os usos hegemônicos do território ganham traços comuns (porque orientados por um mesmo motor), ainda que possam tomar feições específicas nos diferentes lugares, quando entram em conta as particularidades próprias de cada formação socioespacial (Santos, 1978) (Pereira, 2021, p. 273).

A mesma lógica da acumulação financeira, também está em outras dimensões da vida, como no aspecto psicossocial, um cenário onde a subjetividade tem papéis de produto e produtor. Como uma razão do mundo, também encarnada na estrutura social, traz compulsoriamente a sustentação do hegemônico no cenário da luta de classes.

São lúcidos e necessários os diagnósticos da emergência e do funcionamento da acumulação financeira que preside as ações hegemônicas no mundo globalizado (Chesnais, 2005; Dowbor, 2017), bem como o modo pelo qual tal lógica acaba transbordando e se atomizando em tantas outras instâncias da vida, difundindo uma “razão neoliberal” (Dardot; Laval, 2016). É ao mesmo tempo absolutamente necessário buscar compreender as formas de legitimação e a perpetuação das esferas do poder, com a voracidade com a qual ele hoje se apresenta (Ribeiro, 2007), no controle das finanças e da informação (Pereira, 2021, p. 274).

O capitalismo voraz, quando adentra em fases de crises, fomenta modos de racionalização, sequestra e subverte símbolos e signos, utiliza estratégias como empreendedorismo, mercantilização da vida e competitividade. A racionalidade adotada para superação de crises é de natureza mediadora e na dimensão socioespacial é realizada em processos de vulnerabilização da classe trabalhadora.

Assim, a partir de uma mudança no mundo do trabalho, foram criadas as condições para a ampliação da referência ao empreendedorismo como política de enfrentamento do Estado, cada vez mais frágil na condução da relação capital x trabalho, como mecanismo de difusão do individualismo crescente que o ideário neoliberal promoveu para a esfera laboral. Compreende-se, diante de todo o quadro de mutações laborais, que o contexto sócio-político e econômico produz essa pressão para tornar os trabalhadores empreendedores. Há, de certa forma, um resgate da figura do empreendedor e de sua função social, e, nesse sentido, essa prática reforça o fim da centralidade do emprego (Oliveira, Moita e Aquino, 2016).

A vulnerabilização da classe trabalhadora resulta da precarização do trabalho, das suas condições e dos seus vínculos, produto da flexibilização neoliberal. O Estado acolhe e acata a racionalidade do capitalismo voraz e esta atuação traz a intencionalidade neoliberal em episódios de contrarreformismo. A subjetividade da classe trabalhadora, portanto, mostra-se em pleno cenário de mobilização gerado por um Estado cada vez mais burguês e o avanço das fronteiras do capital sobre os limites dos corpos é comprovadamente precursor de processos adoecedores que deixam muitos inaptos.

Como as crises exigem também novos arranjos, adaptação de objetos (formas) e de normas (incluindo as subjetivas), elas sempre são acompanhadas de novas ideologias e comportamentos. Novamente, estamos em pleno domínio de uma psicosfera, constantemente atualizada e necessária ao controle dos espíritos, conforme alertou Milton Santos (2000) (Pereira, 2021, p. 275).

Acuada em vulnerabilidades, a classe trabalhadora reage para um cotidiano de constrangimentos sobre seus corpos e sua subjetividade. Territórios de degradação, de condições de trabalho análogas a escravidão, acompanham elementos de uma psicosfera capaz de fabular constatações da perversidade da racionalidade neoliberal.

Segundo Milton Santos, “A tecnosfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo. A psicosfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo” (SANTOS, 1994, p. 32). Samira Peduti Kahil complementa - “(...) poderíamos definir ‘psicosfera’ muito mais como um fator em um duplo sentido: ela não é isolável e acha-se entretecida à esfera técnica do território e, portanto, a um momento nodal histórico e, sem nenhum romantismo de nossa parte, poderíamos dizer, – é o espírito de uma época

(Zeitgeist). ‘Psicosfera’ é paráfrase virtuosa de Milton Santos para o conjunto de crenças, desejos, hábitos, linguagem, sistemas de trabalho, associados ao espírito de uma época” (Kahil, 2010, p. 477) (Pereira, 2021, p. 276).

A maximização dos resultados da produção, exposição a riscos e responsabilização por seus fracassos e sucessos, são essência da racionalidade neoliberal, são pontos cardiais da geografia de degradação no campo empírico deste estudo. Além deste aspecto, conforme Pereira (2021) é necessário considerar que esta nova interface do capitalismo (o neoliberalismo) traz consigo a servidão não consciente e negada pelo próprio servo (empregado servil).

Assim, “[...] a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo a inteira responsabilidade por eventuais fracassos” (Dardot; Laval, 2016, p. 328). Essa nos parece ser uma face nova da psicosfera no tempo presente, diretamente ligada aos anseios neoliberais - “Precisamente, a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular diretamente a maneira como um homem é ‘governado’ à maneira como ele próprio ‘se governa’” (Dardot; Laval, 2016, p. 333). É assim que, nos parece, o atual período histórico também atualiza a clássica ideia de La Boétie (1987) em seu “Discurso da servidão voluntária” – trata-se agora de servir a um novo tipo de tirano, mas aparentemente sem se dar conta de tal processo, além de não se reconhecer como servo (Pereira, 2021, p. 277).

No Brasil neoliberal existe um terreno fértil para empregos de superexploração de mão de obra, um vasto precariado, condições territoriais capazes de acolherem os impulsos dos capitais globais, uma gestão do Estado mobilizada para subsidiar a precarização e mercantilização da vida. E neste caso, ideologia e psicosfera perversas estão na intencionalidade das ações do Estado, das contra reformas que retiram direitos da classe trabalhadora e permite precarizações maiores ainda. As palavras de Pereira (2021) dialogam com o presente estudo ao considerar a capacidade deste cenário acarretar subjetividades em conformações neoliberais.

No entanto, a crise política e econômica, instalada a partir de 2014, foi capaz de reduzir rapidamente a vitalidade do país, com claros prejuízos à classe trabalhadora, que viu crescer o desemprego e diminuir as vagas formais de trabalho, jogando milhares de famílias ao trabalho precário e aprofundando a vulnerabilidade social

entre os mais pobres. Como as saídas possíveis à crise sempre passam pela produção de normas, é através de novos mecanismos normativos, absolutamente imersos na ideologia neoliberal, que supostamente os problemas poderiam ser vencidos. Assim, dentre as tantas investidas recentes da ideologia neoliberal de modernização societária no Brasil, caberia citarmos a Reforma Trabalhista de 2017 e uma nova vaga de alterações da legislação, já em 2019. Ao invés de garantir a ampliação dos postos de trabalho formais, tais normas permitiram a expansão da precarização do trabalho justamente dentre aqueles que ainda detinham alguns direitos e uma parca proteção (Mattei, Heinen, 2019). Mais uma vez, tratou-se de uma elaboração antecipada da ideologia e de uma psicosfera perversas que apontavam para a necessidade de “mais modernização” (compreendida tantas vezes como necessária ao aumento da competitividade), capazes de administrar e fazer expandir as subjetividades que legitimam tais ações no conjunto da sociedade (Pereira, 2021, p. 280).

A psicosfera e as subjetividades são essenciais para compreensão do permanente avanço do capitalismo, sempre mais perverso, desumanizador e excludente, assim como para a análise do “aparente recuo da consciência de classe e das lutas dos trabalhadores para a superação do capital [...]” (Pereira, 2021, p. 281).

Tozi e Bozzi (2021) destacam a psicosfera do empreendedorismo pelo aspecto contraditório, quando analisados desencontros vividos no cotidiano de motoristas em aplicativos, como exemplo, a flexibilidade de horários e o excesso de horas na jornada de trabalho.

“O elogio a um benefício laboral do qual não se pode usufruir expõe a efetividade da psicoesfera do empreendedorismo: os trabalhadores a defendem, mesmo que não possuam objetivamente condições de exercê-la” (Tozi e Bozzi, 2021, p. 207).

Considerando que mutações na psicoesfera pressupõem reelaborações de representações sociais acerca do mundo vivido e do território, desta perspectiva é possível e necessário admitir períodos de esgotamento, contradições evidentes, oposição e/ ou adequação do trabalho à realidade do modo de produção.

O neoliberalismo tem caráter construtivista, atuante nos indivíduos, como foi lembrado por Walter (2016), o *learnfare*, condicionando-os a aprendizagem contínua, na intencionalidade para superar obstáculos à circulação do capital. A interação com o ambiente deve ser a matéria-prima para o cenário de mutações e desempenho. A concorrência entre indivíduos tem principal papel na racionalidade neoliberal, mais do que a troca. O direito privado prevalece sobre o direito público dentro do âmbito do Estado, em seu modo de existir

ou de gerir. Até mesmo os próprios Estados passam a estabelecer concorrência em suas relações (Dardot e Laval, 2016).

Ao descrever o trajeto que leva à maior produtividade, ao adoecimento e ao desemprego, o trabalhador relata sobre inclusão perversa, o processo de vulnerabilização e as dimensões de sua exclusão social. Ao remontar o que foi percorrido, vivenciado nas condições de trabalho, ele acessa, compartilha e reproduz representações sociais acerca do território de degradação.

Desse modo, considera-se que o trabalhador pode recorrer inclusive às ideologias do próprio paradigma neoliberal, as quais distanciam-no de uma análise que use parâmetros materiais e históricos da realidade. Trata-se da sua condição para constituir ou simular socialmente uma realidade, também constituir processos de adaptação às mudanças, usufruir da capacidade criativa e construtiva de suas representações sociais.

A dinâmica que acomoda solidariedade e concorrência, cooperação e violência, emancipação e servidão provoca constrangimentos. A contar com a degradação do trabalho, é cabível explorar o processo pelo qual o precariado dá sentido a esta realidade, teorizando-a cotidianamente.

Na próxima seção a teoria das representações sociais é abordada com intuito de auxiliar na compreensão dos conhecimentos produzidos pelo trabalhador precarizado acerca do território de degradação e das múltiplas dimensões de sua exclusão social.

5.2 Representações sociais - contribuição da Psicologia para análise da precarização através do conhecimento elaborado pelo trabalhador

Este estudo recorre à contribuição da Psicologia social, mais precisamente no âmbito do projeto de Serge Moscovici, da teoria das Representações Sociais, pela busca do conhecimento abarcando o papel da circulação da informação, dos meios de comunicação, da influência social, das vias que conduzem e induzem os processos de representação, que culminam na própria produção e consolidação de esquemas que matriciam as explicações acerca da realidade e sustentam o senso comum.

Diferentemente das representações coletivas de Durkheim, as representações sociais referentes a teoria de Serge Moscovici trazem a reflexão acerca da diversidade e distribuição desigual de poder, consequentemente trazem uma heterogeneidade que é reflexo das relações de classes no modo de produção capitalista.

As contradições nas representações sociais são o caminho para mobilização do corpo político referenciado por Harvey (2014b) no debate sobre as possibilidades transformadoras.

Na qualidade de “máquina desejante” capaz de criar ordem não apenas em seu próprio interior, mas também em seu entorno, o corpo humano é ativo e transformador em relação aos processos que o produzem, sustentam e dissolvem. Logo, pessoas corporificadas dotadas de capacidades semióticas e vontade moral tornam seu próprio corpo um elemento fundacional naquilo que há muito chamamos de “corpo político” (Harvey, 2014b, p. 138).

A organização solidária da categoria pressupõe, portanto, que há construção de representações sociais com nexos acerca dos limites, da soberania e do corpo enquanto território. Nesse sentido, os debates podem pautar as contradições, as dores, os algozes e o custo na saúde do trabalhador.

Há, em todo caso, uma geografia histórica (das contradições do sistema capitalista) no campo de forças em que se somam precarizações com características do desenvolvimento desigual, peculiar à divisão internacional do trabalho e submissão aos determinantes econômicos e políticos locais.

No presente estudo, entende-se que os trabalhadores partilham conhecimentos muito em função das contradições do modo de produção capitalista, para conceberem a realidade, fazerem a alteração desta, ressignificando paradigmas, transmutando ideias em práticas e vice-versa.

O conhecimento emerge do mundo onde as pessoas se encontram e interagem, do mundo onde os interesses humanos, necessidades e desejos encontram expressão, satisfação ou frustração. Em síntese, o conhecimento surge das paixões humanas e, como tal, nunca é desinteressado; ao contrário, ele é sempre produto dum grupo específico de pessoas que se encontram em circunstâncias específicas, nas quais elas estão engajadas em projetos definidos (cf. Bauer & Gaskell, 1999). Uma psicologia social do conhecimento está interessada nos processos através dos quais

o conhecimento é gerado, transformado e projetado no mundo social (Moscovici, 2021 p. 9).

O caráter dinâmico das representações sociais traz consigo a natureza do processo pelo qual estas são elaboradas, assim como as estruturas de conhecimento que passam a ser estabelecidas nestas elaborações. O processo que equivale a nomear o não familiar, é ao mesmo tempo constituidor de nova linguagem, é dialético ao relacionar objeto e sujeito.

Como ferramenta metodológica, na análise do contexto social do trabalho, a teoria das representações sociais constata conceitos, valores, ideias e práticas que ao sujeito favorecem interações com o meio material e social; neste contexto a comunicação, submersa nas representações é atrelada a símbolos e signos, que também tramitam historicidade do lugar e da classe trabalhadora.

São das fissuras sociais, evidências das contradições do modo de produção capitalista e da inclusão social perversa, que alimentam-se demandas para produção de novos sentidos. Ou seja, o não familiar dentro do território de degradação dos frigoríficos suscita representações sociais para adequação dos corpos ao metabolismo da produção regida pelo mercado global.

No presente estudo as entrevistadas, em seus conteúdos acerca das metas da produção, tratam do impacto no metabolismo dos seus corpos. A instabilidade subjetiva é gerada na instabilidade da dimensão do mercado global de commodities e sob condições precárias.

As evidentes instabilidades no âmbito da circulação do capital variável, associados às diferentes janelas para o mundo construídas por meio dos momentos de produção, da troca e do consumo, deixam o corpo laborante a mercê de toda uma série de forças que se acham fora do controle de todo e qualquer indivíduo (Harvey, 2014b, p. 156).

É acerca das tarefas de uma Psicologia Social, enquanto campo científico que abarca o sistema cognitivo, que a teoria das representações sociais irá auxiliar na análise das reações humanas diante do não familiar, assim como dos respectivos processamentos de informações. Moscovici (2021) destaca que estas representações sociais são capazes de eclipsar o olhar e a

percepção, de modo a invisibilizar objetos diante dos olhos. O que também ajuda a entender a psicosfera no jogo entre a fábula, a ilusão, a aparência do objeto e a sua realidade. Por fim, é evidente um padrão de interpretação comum a cada meio social, cada grupo tem seu modo de dirigir e conformar as reações de seus membros às suas rotinas diárias, atribuindo-lhes maneiras de problematizar, ajustar estranhamentos e elaborar conclusões.

Entende-se, sobretudo, que as representações sociais intervêm nestas atividades cognitivas, assim como podem mostrar-se independentes da própria cognição. Elas têm capacidade de convenção, de alocar, categorizar conforme determinado meio social e seus respectivos pressupostos de uma realidade pré-determinada nas dimensões materiais e históricas.

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhes são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções (Moscovici, 2021, p. 35).

As representações sociais possuem uma face icônica e outra simbólica, carregam ideia e imagem que se compensam, se evocam e isso faz se equivalerem. Por meio das representações sociais ocorre a construção da familiaridade, sustentada em marcos referenciais, do fato puro ao símbolo abstrato, em um percurso onde não ocorra mais estranhamento e que haja apaziguamento em favor da familiaridade.

O não familiar é conduzido pelas imagens, ideias e linguagens pré-existentes no meio envolto por práticas sociais. São condicionantes que pavimentam com convenções e memórias o tratamento do não familiar.

Contudo, é importante frisar que Moscovici (2021) chama atenção para uma incompletude, justamente onde ocorre o predomínio de convenções e memórias na composição da representação, pois, de fato, fragmentos do não familiar podem seguir inabalados e perturbadores.

A qualidade da comunicação é fruto das representações sociais partilhadas, o que remete à importância do território, o espaço vivido, para a necessidade da fluidez dos sentidos da compreensão das imagens e das crenças do outro.

As representações sociais trazem consigo o conhecimento socialmente contextualizado, estruturado e estruturante, representação - ação, atuação de um conhecimento coletivo, histórico, (intra e inter) subjetivo, passível de ser captado e analisado. Estas são, portanto, produtos da íntima relação entre linguagem e prática, possuem flexibilidade e permeabilidade.

Por tratar-se de conhecimentos com funcionalidade simbólica e ideológica, a compreensão das representações sociais deve partir dos contextos onde são produzidas. Aparecem essenciais na existência do território, pois na perspectiva de constituição e sustentação da ordem, acomodam os pressupostos de natureza ideológica, *epistemes* historicamente localizadas e as ressonâncias do imaginário social. Simultaneamente, observa-se um campo socialmente estruturado capaz de um *imprinting* social e uma vocação à abertura para novas formas de ancorar fatos não familiares (Spink, 1993).

Na dimensão subjetiva o processo comunicacional forja, portanto, as representações sociais, onde há dinâmica de consolidação de modelos simbólicos, compartilhamentos de imagens e valores, elaboração de repertórios-modelo para interpretar, explicar, construir regras e proceder nos encontros com a realidade (Moscovici, 2021).

Representação social, enquanto ferramenta teórica deste estudo, vem como proposição para compor uma metodologia qualitativa e sustentar a compreensão do conteúdo das entrevistas dessas trabalhadoras. Neste sentido, as hipóteses de Moscovici (2021, p. 54) auxiliam considerar os conteúdos expressos pelas trabalhadoras participantes como representativos frente à realidade da sua categoria.

(1) a hipótese da desiderabilidade, isto é, uma pessoa ou um grupo procura criar imagens, construir sentenças que irão tanto revelar como ocultar sua ou suas intenções, sendo essas imagens e sentenças distorções subjetivas de uma realidade objetiva; (2) a hipótese do desequilíbrio, isto é, todas as ideologias, todas as concepções de um mundo são meios para solucionar tensões psíquicas devidas a um fracasso ou a uma falta de integração social; são portanto, compensações imaginárias, que teriam a finalidade de restaurar um grau de estabilidade interna; (3) a hipótese do controle, isto é, os grupos criam representações para filtrar a informação que provém do meio ambiente e dessa maneira controlam o

comportamento individual. Elas funcionam, pois, como uma espécie de manipulação do pensamento e da estrutura da realidade, semelhante àqueles métodos de controle “comportamental” e de propaganda que exercem uma coerção forçada em todos aqueles a quem eles estão dirigidos.

Estas hipóteses são vistas a partir de produções sociais, admitidas na perspectiva de providências para transformação do não familiar em familiar, ou seja, o recurso que emana, por exemplo, de conflitos, ameaças, excessos e desencontros do ritmo do metabolismo da produção registrados nos corpos. Representações sociais são salvaguardas do meio social do trabalho, ao lidar com instabilidades, evocam pressupostos facilitadores do consenso, ao mesmo tempo que previnem a desintegração nas mais diversas dimensões do sujeito.

O não familiar passa por uma reconstrução, reapresentação capaz de atrelar aspectos do sujeito (memórias) e do meio social (tradição), algo para afastar e buscar tomar lugar daquilo que ocorre de mais ameaçador, então compor o (novo) familiar, socialmente aceito, acrescentando mudanças de valor e sentimentos.

Processo em que, sob tamanhos constrangimentos de uma realidade de vulnerabilidades, o sujeito e seus pares se permitem composições distantes, estranhas e alheias às análises daqueles com quem não compartilham convenções ou estejam descompromissados com a priorização do veredito que busca sentimento de familiaridade.

As representações sociais negam um processo de natureza intencionalmente desvinculado de propósitos restritos ao compromisso de consensualidade, referente à relação entre sujeito (ou meio social) e o não familiar.

A princípio, portanto, uma investigação científica metodológica estaria diametralmente oposta à dinâmica das representações sociais. Pois, o primeiro, embasamento teórico científico sistematizado, propõe a precursão do estranhamento alimentado da inquietação compromissada. Todavia, tornar-se senso comum é o objetivo da ciência, buscar fazer dos seus resultados algo universalmente familiar e consensual.

O contraste com a ciência é marcante. A ciência caminha pelo lado oposto da premissa para a conclusão, especialmente no campo da lógica, assim como o objetivo da lei é assegurar a prioridade do julgamento sobre o veredito. Mas a lei tem de se apoiar em um sistema completo de lógica e provas a fim de proceder de uma maneira que é completamente estranha ao processo e à função natural do

pensamento em um universo consensual ordinário. Ela deve, além disso, colocar certas leis - não envolvimento, repetição de experimentos, distância do objeto, independência da autoridade e tradição - que nunca são totalmente aplicadas (Moscovici, 2021, p. 59).

Moscovici (2021) detalha a função de tornar o não familiar em familiar, denotando a ação de mecanismos de: (1) “ancoragem”, onde ocorre classificação do não familiar sob paradigmas atrelados ao pensamento social e/ ou à memória, o que remete a protótipos e à pressuposições de critérios; e (2) “objetivação”, que após domesticar aquilo que era não familiar, atribui-lhe funções e coloca-o em uso.

O primeiro mecanismo tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar. Assim, por exemplo, uma pessoa religiosa tenta relacionar uma nova teoria, ou o comportamento de um estranho, a uma escala religiosa de valores. O objetivo do segundo mecanismo é objetivá-los, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. As coisas que o olho da mente percebe parecem estar diante de nossos olhos físicos e um ente imaginário começa a assumir a identidade de algo visto, algo tangível. Esses mecanismos transformam o não familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlar (Moscovici, 2021, p. 60).

Após capturar o não familiar às rédeas dos olhos da mente, categorizando-o em pressupostos individuais e sociais; é na objetivação, como apropriação que domestica o que foi tornado familiar que se “transforma a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra” (Moscovici, 2021, p. 71).

Uma vez que uma sociedade tenha aceito tal paradigma, ou núcleo figurativo, ela acha fácil falar sobre tudo o que se relaciona com esse paradigma e devido a essa facilidade as palavras que se referem ao paradigma são usadas mais frequentemente. Surgem, então, fórmulas e clichês que o sintetizam e imagens, que eram antes distintas, aglomeram-se ao seu redor. Não somente se fala dele, mas ele passa a ser usado, em várias situações sociais, como um meio de compreender outros e a si mesmo, de escolher e decidir (Moscovici, 2021, p. 73).

O cotidiano dos frigoríficos, repleto de constrangimentos, ganha significados conforme são processadas as representações sociais dos empregados. Dentro do processo de inclusão social perversa constitui, portanto, os pressupostos individuais e sociais que

subsidiar tais significados, as dores e as ideologias, as regras de conduta e as normas de segurança, tudo consta nas elaborações dessas representações.

Partindo de um roteiro e uma entrevista semiestruturada, conforme os objetivos do investigador, as trabalhadoras participantes deste estudo explicaram suas teorias acerca dos frigoríficos, sustentando argumentos por meio de exemplos de fatos recorrentes e episódios marcantes da organização do trabalho, de processos de adoecimento e afastamento. Além disso, relataram perspectivas sobre outras possibilidades de fontes de renda, com o viés de ser empreendedor de si mesmo.

O próximo capítulo apresenta os resultados da pesquisa empírica, organizados em formato de categorias que agregam as representações sociais acerca dos temas eleitos pelo pesquisador. Cada categoria está precedida de uma sinopse e no conteúdo descritivo dessas categorias estão elencadas apresentações do pesquisador seguidas dos conteúdos verbalizados pelas entrevistadas.

CAPÍTULO 6 - TRABALHO PRECARIZADO, ADOECIMENTO, AFASTAMENTO E EXCLUSÃO SOCIAL

Conforme foi referido no capítulo da Metodologia, seguiram-se as etapas: leitura flutuante de todo o corpus; identificação de temas recorrentes utilizados na constituição das representações sociais e consolidação das seguintes categorias: Organização do trabalho; Processo de adoecimento no trabalho; Afastamento do trabalho e consequência de vulnerabilização; Aspectos da vida precarizada e alternativas empreendedoras.

O agrupamento dos temas obedeceu critérios de semelhança de significado lógico, semântico e psicológico, resultando em categorias.

Por último, realizou-se a descrição das categorias à luz da identificação e aglutinação dos elementos que fundamentam as representações sociais.

6.1 Categoria Organização do trabalho

Sinopse da categoria: trata-se de uma categoria constituída de elementos do trabalho (emprego) precarizado, repleto de constrangimentos da exploração de um precariado marcado por vulnerabilidades sociais. Destacam-se os contrastes entre a organização prescrita de perspectiva da ideologia hegemônica e a organização do trabalho real, identificada enquanto avanço das fronteiras do capital sobre os limites dos corpos. Os corpos são mercadorias disponibilizadas para a produção, são apenas crachás e sempre haverá crachás disponíveis para a fábrica. Esta é a consciência acerca do território degradante, representada pelas entrevistadas que estão adoecidas e afastadas do trabalho. Observa-se em meio ao exército industrial de reserva, a linha tênue de continuidade entre a inclusão perversa e a exclusão social.

6.2 Descrição da categoria Organização do Trabalho

Existe um contingente de reserva em um mercado de trabalho de muitas oportunidades precárias, combinado com a expansão do mercado internacional para esse ramo da economia.

“A oportunidade de entrar na empresa foi através de indicação de um colega, a dezoito anos a empresa estava criando novas linhas para exportar para o Japão, precisava de muito trabalho manual para desossa de perna de frango”(Entrevistada 1).

“O que motivou foi a necessidade de trabalho, Dourados não tinha opção, o que é diferente de hoje, que falta mão de obra. Então não era o que eu queria, mas era o que tinha no momento.” (Entrevistada 1).

A representação social acerca da empresa trata de uma relação de dependência que tenderia a favorecer a população para o seu desenvolvimento social e econômico. A estratégia desempenhada pelos supervisores, que dá base ao discurso da racionalidade neoliberal, que visa justificar alcance das metas da linhas de produção, é a dissonância cognitiva, que conforme Dejours (2013), trata-se do empréstimo de pensamentos alheios ao caráter perverso da inclusão social no mercado de trabalho.

“O que movimenta é o dinheiro que sai da BRF, tudo da BRF. Por conta da BRF e da JBS é que as pessoas têm dinheiro para comprar cama, geladeira, reformar a casa. Então vai ter um impacto muito grande na cidade, no município, se uma empresa dessas fecha as portas.” (Entrevistada 1).

“Fui me dar conta que estava na maior distribuidora, fabricante de alimentos do mundo quando entrei lá. Não sabia que a SEARA, a JBS era isso, a nível de mundo, ela está em todos os continentes. Tudo bem abastecer uma cidade, mas abastecer o país, a gente tinha que fazer cinco mil quilos só de barriga. Embalar cinco mil quilos daquela barriga, para o Oriente Médio, para a China. Quando começa a trabalhar, você diz ‘meu trabalho vai sair do país para entrar em outro’.”(Entrevistada 3).

“Dentro da empresa, a supervisão e direção, não falam para você sobre a escala da empresa. A gente entra com a ideia de que vai trabalhar em frigorífico grande, porém não tem noção de onde. Fiz várias funções, houve um tempo que tive que fazer as etiquetas para colocar no produto, fazia etiqueta para o italiano e várias outras línguas. Daí foi que eu disse, daqui vai para a China, para o Oriente Médio, Europa. Eles não chegam e passam essa consciência de trabalhar para abastecer o país. Não, entrou, trabalha e pronto. Acho que torna até o trabalho da gente menosprezado, você acha que está fazendo um trabalho intermunicipal, um trabalho que não é tão importante. Mas sabem da importância, é falado entre eles e não passam para o funcionário.”(Entrevistada 3).

Dentro da teoria do cotidiano acerca do emprego inserido numa escala global, a prosperidade da agroindústria gera desenvolvimento para o país, benefícios para a população através da abertura de vagas.

A representação social acerca da empresa está nutrida de racionalidade neoliberal, a consciência de dependência aparece no senso comum (naturalização). Há uma construção de um discurso mitológico e uma relação comensural do trabalhador com a empresa. Esta relação se sustenta através da psicosfera, da ideologia hegemônica que propõe uma inclusão ilusória.

“A empresa prosperando, iria trazer muita gente de fora, Dourados não tem mão de obra. Para o país seria excelente, se ela resolve duplicar, dobrar o volume de abate. O Estado consegue suportar, pelas plantações que tem aqui, de milho, tudo ajuda a empresa querer aumentar, o pessoal querer investir na cidade, no Estado de Mato Grosso do Sul, gerar bastante emprego para o país, tem áreas que não tem empregos. Ajudaria bastante o desenvolvimento do país, assim como manter o pessoal vivendo bem. De várias regiões tem gente que se desloca para cá.” (Entrevistada 1).

Frente às exigências de adaptar-se à organização do trabalho globalizada, sustenta-se a racionalidade do capital para individualização do esforço na venda da força de trabalho, partindo também da necessidade do emprego e do salário.

A consciência dos efeitos do capital sobre os limites do corpo precede a teoria acerca da resignação frente à exploração. A racionalidade neoliberal parece estar escondida na ausência de uma responsabilização do caráter anti-humano da linha de produção do frigorífico. Ainda que reconheça, de antemão, que a produção é sustentada pelo esforço físico, de produzir bastante em tempo determinado, a representação social se consolida com a hegemonia da individualização da conquista do bem estar social.

“Quando se falou da empresa, entrei pela necessidade, imaginava que seria algo tranquilo e no início não foi. Exigia bastante esforço físico, no primeiro momento a rotina assusta pela exigência do esforço, com os horários. Imaginei que seria bem mais tranquilo e quando me deparei com a realidade dentro da indústria vi que não era algo fácil, que iria exigir bastante de todas as formas, de vontade.” (Entrevistada 1).

O emprego representa abster-se de usufruir tempo com a família e benefícios para si. Contudo, essa dedicação é o que garantiria aquilo que já foi conquistado, além da subsistência.

“Eu abro mão de muita coisa hoje pelo emprego. Eu abro mão às vezes de estar com a família, de algum momento, de alguma festa, de algum evento, porque pra mim é prioridade para mim, sabe? Não é a primeira, mas ele representa... , hoje tudo que eu tenho é graças a empresa, é minha casa e as minhas filhas que dependem também de mim, né. Então, assim, para mim é bem importante.” (Entrevistada 1).

“Teve uma vez que a ITO [Inspetor Técnico Oficial], não lembro o que falou, falei não vou poder, queriam que a gente fosse trabalhar. Ela falou, que a SEARA JBS, que não sei o que. Falei que vivo JBS lá dentro, fora da empresa tenho outra vida. Não sou JBS vinte e quatro horas. Uma que meu salário não é o seu. Você, às vezes, é JBS vinte e quatro horas, precisa forçar o funcionário e dizer isso e aquilo. Porque o seu ganho, você faz porque é melhor para você, agora eu com essa merreca, nem classificada fui, não vou viver JBS vinte e quatro horas. JBS era só uma fonte de renda. Não era aquele bom lugar, foi um aprendizado. Porque, o que fui lá foi ser a guerreira que vai a todos os empregos. Ali sou só mais uma. Para eles era bom porque eu trabalhava bem, que não é todo mundo que trabalha igual. Só que não valorizavam. Para mim era só o meu ganha pão mesmo, que era importante.” (Entrevistada 4).

“Esse emprego não representa muita coisa, era mais a necessidade mesmo. Estava mais pela necessidade, por estar sozinha, ter contas a pagar. Meus filhos moravam com meu ex marido. Eu quis sair de casa, tinha separado e o que é meu também é dos meus filhos. As meninas vinham no final de semana. Sempre ajudei com roupa, calçado, então precisava daquilo para pagar minhas contas, mas não que a empresa representava algo para mim que era muito importante.” (Entrevistada 4).

“A gente ganha financeiramente muito pouco, às vezes até o supervisor faz umas pesquisas, perguntando quanto é o aluguel. O aluguel vai quase quarenta por cento do salário e outras coisas básicas. Teve um aumento salarial de três ponto oito, mas vem os descontos. Tomar uma cerveja no final de semana é raro, você tem que pagar aluguel, luz, gás, energia, foi noventa por cento do salário. Uma expectativa muito grande que se cria e depois a realidade é totalmente diferente.” (Entrevistada 3).

O cargo e as funções de supervisor acarretam manter-se mobilizado vinte e quatro horas ao dia, planejando e executando. A imaginação fica voltada às demandas da onipresença da organização do trabalho. Portanto, é uma organização do trabalho que ocupa parte significativa do tempo fora da empresa, concomitante ao seu funcionamento de vinte e quatro horas. Mais um elemento que compõe as representações sociais acerca da organização do trabalho, a unicidade do tempo e dificuldades para moderar encargos e reverberações do trabalho fora do ambiente da empresa.

“Nessa função que estou, é raro às vezes que eu não me pego pensando no trabalho. A casa é uma extensão da empresa através do celular, atendendo e tratando problema, final de semana, domingo, sábado. Portanto, podendo ir além daquelas onze horas diárias dedicadas ao trajeto e tempo dentro da empresa.” (Entrevistada 1).

“Ao chegar em casa demoro, vou dormir quase três horas da manhã devido aos efeitos do barulho e da vibração das máquinas. Você chega com o corpo desfalecido depois que você para. Enquanto está trabalhando, você está se agitando. A hora que você para, sente tudo, principalmente no outro dia quando acorda. Aí, você tem que fazer força para ir ao banheiro, tomar um banho para recomeçar de novo. Então é uma nova luta, é muito cansativo para a gente, que já tem problema. Falo, ‘meu Deus, eu não aguento mais’. Acordar entre dez e meia e onze horas. Onze e vinte estou saindo de casa. É preciso estar no ponto de ônibus às onze e quarenta. Chegar lá na empresa uma e dez, depois de dois ônibus. Ir para casa dormir, almoçar e jantar é lá na empresa. Só tenho sábado para poder levantar, limpar casa, lavar minha roupa e no domingo quero descansar. Mas não é fácil, é muito difícil.” (Entrevistada 5).

Ou seja, acerca da mobilização do trabalhador, a consciência da sua situação socialmente adversa, permite destacar as percepções das privações peculiares às condições de trabalho e a consciência da perda de soberania.

Cada vez mais sobra mês no fim do meu salário”. Ou esta dramática consciência de uma jovem mulher cortadora de cana-de-açúcar, boia-fria como o marido. Ela se considerava explorada na situação de trabalho porque, “quando fazia amor com o marido, seu corpo doía, mas não doía quando estava cortando cana no canavial. Considerava-se explorada porque essa era a evidência de que seu corpo já não era seu, mas do canavial”. Uma concepção de exploração mais ampla e antropológica do que a concepção meramente econômica. Mas consciência de privação e

usurpação do que é parte da condição de humanização da pessoa. (Martins, 2023, p. 171).

A organização do trabalho tem parâmetros para realização das tarefas e alcance das metas, ou seja, diminuir custos sem comprometer a qualidade. A atuação como supervisor tem base na criatividade, aprimoramento e engajamento. A liberdade aparece enquanto paradoxo sustentador da racionalidade neoliberal.

“Se tiver uma ideia de melhorar, a empresa estimula demais, tanto no cargo de liderança, quanto no cargo de funcionário. Então o funcionário tem muita abertura, caso fique mais fácil, caso melhore, fique mais leve, mais rápido, mais ágil.” (Entrevistada 1).

“A empresa deixa nas mãos, tendo um procedimento para garantir segurança e qualidade, se tem oportunidade de mudar, a empresa é muito aberta, gosta de inovar. Tem vários programas que eles estimulam funcionários a participarem, cadastrar projetos de inovação. Mesmo um simples funcionário da linha pode sugerir, colocar a opinião, tentar inovar, sugerir uma nova tecnologia. A empresa estimula demais essa participação.” (Entrevistada 1).

Ao contrário da organização do trabalho real, dentro das representações sociais, a organização prescrita superou as características que causavam prejuízos à saúde dos empregados quanto às suas necessidades biológicas básicas. Existe uma norma da fábrica, de três paradas de vinte minutos a cada cem minutos trabalhados, independente do grau de desgaste da atividade. Mas existe uma realidade precarizada que impõe a centralidade da produção.

“O funcionário a cada uma hora e quarenta minutos, pode estar indo ao banheiro, tem uma pausa de vinte minutos. Não sei se é lei, mas a empresa segue esse padrão à risca. Fica bem tranquilo, todo funcionário tem o direito de fazer três pausas de vinte minutos dentro da fábrica, ir ao banheiro, beber água. São obrigados a se retirar do setor, mesmo aqueles que gostam de trabalhar.” (Entrevistada 1).

Considerando que o valor da força de trabalho distingue-se dos valores de todas as outras mercadorias, que o limite mínimo do valor do trabalho é o custo dos elementos básicos de subsistência do trabalhador, entende-se que a extensão da jornada de trabalho tem

limites “elásticos” justificados por determinações das condições histórico sociais onde está inserido o trabalhador. Portanto, a relação de exploração é de fato o elemento constituinte do valor da força de trabalho, o elemento regulador na racionalidade do capitalismo.

“A gente chegou, bateu ponto, janta e desce para o corte. Tem quatro pausas, mas muitas vezes, na maioria das vezes só ia ao banheiro na hora que chegava, quando estava subindo para o corte e depois só na hora que estava descendo. Então, na pausa você tem vareios [excedentes] para fazer. Se tiver com vareio a gente vai sair às seis horas, cinco e cinquenta, cinco e meia de lá, não pode ficar para o outro turno. A gente pega as coisas do outro turno, mas não pode deixar porque o supervisor não quer.” (Entrevistada 3).

A norma que compõe a organização do trabalho, ao estabelecer pausas para beber água e ir ao banheiro padroniza o ciclo de satisfação destas necessidades, o que parece atender à supressão de interrupções e acúmulos na linha de produção da desossa. Nesse sentido, há reconhecimento do que é mais prioritário, seguir produzindo está na centralidade da organização do trabalho. O corpo social perde seu valor quando se trata de sua natureza biológica, o que não tem reconhecimento, dimensão da exclusão.

Na organização prescrita do trabalho, ao contrário do real, os casos de aumento de demanda e de produtividade não acarretariam em sobrecarga de trabalho, já que existem dados acerca da capacidade individual de produção. É considerada uma nova organização do trabalho que faz investimentos em automação e que antes dependia especificamente do trabalho manual.

“Aumento de demandas não reflete no funcionário, a empresa tem a sua capacidade limitada. Se aumentar a demanda, é aumentado o quadro de funcionários, não vai haver sobrecarga. Hoje tem esse cuidado de análise antecipada, vamos colocar mais pessoas, não tem nenhum impacto.” (Entrevistada 1).

“Teve bastante gente que entrou e não ficou. Falei, não vou aguentar isso aqui. Isso aqui não é pra mim. Doía tudo, para mim o refil é o pior setor. Era muito naquele negócio que eles querem atingir meta e aquela pressão louca em cima do funcionário.” (Entrevistada 4).

Uma organização prescrita do trabalho garante qualidade e aumento da produtividade, por meio de uma rede de funcionários que tiram as dúvidas e evitam intercorrências na

execução da tarefa. Outra representação da organização do trabalho real acarreta sobrecarga em estratos do seu gerencialismo.

“O funcionário tem esse amparo de um líder, as chamadas madrinhas e padrinhos que se voluntariam, dando suporte e apoio. Tem o líder, tem essas madrinhas e padrinhos que são treinados para ficar ensinando, tirando dúvidas, dando apoio.” (Entrevistada 1).

“Padrinho e madrinhas são um grupo de funcionários mais antigos, ajudam em todos os sentidos, qualquer tipo de dúvidas. O iniciante fica com eles, próximo, que em qualquer dúvida vão auxiliar, seja uma bota que está apertada, algum incômodo.” (Entrevistada 1).

“Lá tem supervisor, tem o controlador de linha e tem ITO. O ITO controlador de linha, tem hora que desaparece e volta dizendo ‘vamos, vamos, vamos’. Supervisionar também seria ajudar e não tem como ele ajudar, ele também está sobrecarregado. O supervisor fica na linha muito pouco tempo, ele não tem um ITO, às vezes faltam dois, três. Você vê a controladora pegando uma banda de porco, dá quase cinquenta quilos, porque não tem um apoio. Apoio é uma pessoa responsável para fazer essas coisas que está em excesso, tipo vareio demais. A gente não tem um apoio, não tem ITO, é sobrecarga em cima de uma só pessoa, que ao mesmo tempo vem em cima da gente e nos sobrecarrega também. Você olha para ela assim, é como se estivesse jogando a toalha, é essa a sensação que a gente tem, não é de inutilidade dela, é muita coisa e uma pessoa só não consegue.” (Entrevistada 3).

“Não há como uma pessoa ter um controle, mesmo ela tentando controlar, alguma coisa sai, os olhos dela não é só na nossa linha, são várias outras coisas. Tem que pegar caixa, pegar aramado, pegar tanque. A máquina precisa de lâmina, tem que ir ao almoxarifado. Precisa de luva, tem que ir atrás de luva porque é escasso. Você tem trinta e cinco mulheres trabalhando na linha, vai ter umas vinte e sete luvas disponíveis. A pessoa vai ter que sair, vendo se faltou em outra linha, se sobrou. O serviço dela é meio que fantasma, ela não está naquele lugar, é igual a supervisor. O supervisor você vê na hora que chega e na hora que vai embora, quatro horas da manhã o supervisor aparece na sala.” (Entrevistada 3).

O empregado assume o ritmo ditado pela organização do trabalho, o contrário tem custos significativos. O sentido do trabalho foi estabelecido e parece arriscado perdê-lo.

“Pensar a sua vida fora da empresa, já pensei, mas por conta do tempo, nesse ritmo por dezenove anos, não sei se me adaptaria, é um trabalho diferente, não é como qualquer outro. Sentiria muita falta daquela agitação e rotina. Adaptei-me, gosto da rotina. Sentiria muita falta, a gente acaba se acostumando.” (Entrevistada 1).

Segundo as normas, entre a produtividade e a saúde dos trabalhadores, considera-se haver equilíbrio, garantindo que haja produção, com possibilidades de flexibilidade de horário para produzir.

“Sobre a necessidade de controlar [restringir]os processos biológicos e dar conta das tarefas, hoje não tem. No passado que deve ter bastante ruído sobre isso, hoje não. O funcionário a cada uma hora e quarenta minutos, pode estar indo ao banheiro, tem uma pausa de vinte minutos. Não sei se é lei, mas a empresa segue esse padrão à risca. Fica bem tranquilo, todo funcionário tem o direito de fazer três pausas de vinte minutos dentro da fábrica, ir ao banheiro, beber água. São obrigados a se retirar do setor, mesmo aqueles que gostam de trabalhar. A empresa obriga se retirar da área de produção durante essas pausas fixas. Entrou para trabalhar às cinco da manhã, às seis e quarenta tem que parar, ir ao banheiro, beber água, ainda que não esteja com sede e não queira ir ao banheiro, ele deve se ausentar. Então, é bem interessante e não é qualquer empresa que faz isso. Tem atividades que não são tão pesadas, mas todo funcionário tem que cumprir essa regra, uma pausa de vinte minutos a cada uma hora e quarenta. Hoje a empresa é bem tranquila nessa parte, no passado não tinha toda essa questão.” (Entrevistada 1).

“Tinha pausa, que a gente tomava água, ia ao banheiro, porque tinha vontade. E se não tinha vontade naquela hora, não tinha, a gente faz quando tem vontade. Retornava para a linha, ia trabalhando até sentir vontade de ir ao banheiro, chamava a supervisora e perguntava se poderia ir ao banheiro. Ela dizia não, teve a pausa, você não foi durante a pausa. Era muito raro abrir uma exceção, quando levei essa carta do médico, à JBS, ‘favor liberar a funcionária, quando ela sentir necessidade de ir ao banheiro e beber água, não nas pausas somente’. Não era só nas pausas, se sentisse vontade eles tinham que me liberar. Não queriam liberar. Tinha vez de ficar ali me explodindo, dava a pausa e sair correndo. Depois que mostrei essa carta para ela, única coisa que ela fez foi trazer eu para o lado de cá do bebedouro, que ficava desse lado da linha e eu bem de costas para o bebedouro. Para sair rapidão e tomar uma água, mas só que, para ir ao banheiro. Na primeira semana funcionou, depois já começou de novo.” (Entrevistada 4).

Uma representação da organização do trabalho refere equilíbrio para garantir produtividade antes de tudo, através do comprometimento do empregado que prolonga seu turno no meio da semana, tendo o sábado de folga. Outro aspecto de representação destaca que a organização do trabalho manipula horários das jornadas de trabalho para benefício do aumento de produtividade.

“A empresa não trabalha sábado, é um dia que gostam de estar com a família, vide os comentários. Foi acordado trabalhar a mais durante a semana, para poder ter folga no sábado. A vontade do funcionário prevaleceu. Preferem ficar quarenta minutos a mais todos os dias, o sábado livre e se for trabalhar é hora extra, mas é raro. Poucas empresas se preocupam com isso, já o comércio abrindo domingo, é um absurdo. Foca-se muito na indústria e o comércio trabalha de segunda a domingo. Sábado até dezoito horas, não tem uma alma viva no centro e as lojas estão abertas.” (Entrevistada 1).

“De segunda a sexta tem um horário, sábado folga, domingo é outro horário. A gente estava trabalhando num ritmo bem puxado, eles estão trazendo o domingo para a sexta-feira. Então, além de você fazer o domingo no domingo, você faz o domingo na sexta. No domingo você entra mais cedo e sai no mesmo horário, uma hora mais cedo, sai seis e dez da empresa. Para isso a justificativa é muito simples, no domingo a gente produz mais, a meta é dois mil porcos. Na semana a gente tem menos horas que o primeiro e segundo turno, mas trabalha mais, chega a fazer mil e setecentos porcos. Sexta e domingo eles querem botar dois mil, a meta do supervisor, se quiser dois e cem para ele está ótimo.” (Entrevistada 3).

Aquilo que é considerado benefício entregue pela empresa, sustenta-se como discurso de ameaça velada, pois traz a comparação com outras realidades e lugares de trabalho precarizados.

A empresa que rege sua cooperativa de créditos arrecada dos empregados e entrega serviços. Seguem-se comparações, é enfatizado o difícil acesso no caso dos mesmos empregados almejarem esses serviços via recursos próprios ou como serviços públicos.

“Quanto aos recursos disponíveis para cuidados à saúde, a empresa tem plano de saúde Unimed excelente, toda família é beneficiada. Plano odontológico. Na cooperativa de crédito, pode ser um contribuinte com valor baixíssimo e a empresa fornece óculos até dois graus para toda a família, o que custaria mil, dois mil reais, e a empresa fornece gratuitamente. Tem plano funeral gratuito e um valor excelente que consegue cobrir boa

parte da despesa. Seguro de vida, pela cooperativa de crédito, empréstimo, juros baixíssimos, quase de graça o empréstimo, pode financiar carro, reformar casa. Pelo banco jamais conseguiria juros naquele valor. Tem a previdência privada, se contribui com um valor, a empresa contribui com o mesmo valor. Se sair da empresa, resgata como se fosse uma poupança. Se você guardou dez mil, você sai com vinte mil, a empresa contribui junto.” (Entrevistada 1).

Quando considera-se ter conquistado melhorias na qualidade de vida após dezoito anos, a representação da precarização é reduzida à constatação do predomínio de movimentos repetitivos e trabalho manual. A precarização, portanto, é tratada de forma antagônica através da automação.

“Sobre a correlação do aumento da produtividade e a cadência de ritmo, a empresa investiu muito em tecnologia. Quando entrei era tudo manual, hoje uma máquina faz o trabalho de cem pessoas. Foi investido muito em tecnologia, por conta de adoecimento de funcionários, ritmos, pausas fisiológicas que não eram respeitadas. Quanto a produtividade, tem muita tecnologia, teve muita substituição de todo trabalho que era manual e hoje se faz com máquinas. Então teve muito investimento, todas as partes do processo foram investidas, parte de peito, de perna de frango que era toda manual, hoje tem máquina para tudo. Funcionário faz serviço mais leve possível, embalar um produto. Hoje é outra vida.” (Entrevistada 1).

“Mesmo estando no papel, que era de operadora de máquina, não recebia o mesmo salário que os outros recebiam. Caso precisassem, tinha o curso para transpaleteira, estava apta a fazer transporte para o túnel de congelamento e para câmaras frias. Operava a transpaleteira com medo. Lembro que o supervisor ia tomar café da manhã e pedia para operar a transpaleteira. Ele saiu para o café às quatro horas, fui até o final do turno. Às vezes, quando ele tinha uma reunião, pedia para ir antes e sumia. Eu ficava ali, mesmo não gostando, fazia certinho. Trabalhava contrariada, mas ia e fazia.” (Entrevistada 4).

O cenário de menor precarização é evidentemente comparado à outra empresa do ramo, cita-se a quantidade de horas trabalhadas, a prevalência de trabalho manual e a indistinção de esforço físico compatível entre gêneros. Ainda em comparação, a outra empresa do mesmo ramo tem a descrição de alto grau de vulnerabilização, como um tipo de fantasma utilizado para falar do bom e do mau tirano.

“Quanto a realidade de empresas do mesmo ramo, escuto falar que a carga horária é bem mais puxada do que a que estou. Sobre a quantidade de trabalho, ainda existe bastante atividade manual na concorrente, a desossa de suíno é toda manual, atividade manual, dizem que é muito pesada. Não é avaliado o lógico, que homem e mulher têm forças diferentes, parece que não levam muito isso em consideração, também tem atividade pesada que mulher faz. Eu vejo falar muito isso, não posso comprovar porque não conheço, nunca entrei para conhecer.” (Entrevistada 1).

A representação social acomoda, no caso do supervisor tiranete, predominantemente a psicossfera e o prescrito, o que concorre para contradições e para a centralidade do lucro da empresa.

A organização do trabalho real representada por quem trabalha na linha de produção destaca-se pela sobrecarga de tarefas e de ritmo, também a intencionalidade do assédio. A autoexploração concorre para o adoecimento sendo sustentada, dentre outros, pela expectativa de reconhecimento como promoção e algum aumento salarial. A organização real somente é perceptível quando impõe suas fronteiras, justificada a centralidade da produção sobre os limites do corpo.

“Assédio moral tem mais. Veja, ‘se você não fizer, vai levar suspensão’. Eu digo, bem que podia ser comigo um negócio desse, ‘Você vai dar suspensão? Vamos no RH, eu e tu’. Eu entendi assim, se vai me ameaçar, então me ameaça lá, porque isso é assédio moral e lá mesmo dentro do RH você responde por uma punição de assédio moral.” (Entrevistada 2).

Caracteriza-se a organização do trabalho, destacados os casos de assédio moral e a forma das exigências para alcance das metas.

No trabalho, hoje, a pretexto de obter maior eficácia e competitividade, convoca-se uma massa de funcionários para colaborar com as estratégias da empresa, mesmo que com isso se inflija sofrimento e injustiça aos outros. Desses outros, consegue-se que sofram a injustiça sem lutar. E aqueles que restam são transformados em testemunhas que não prestam socorro às vítimas, testemunhas que não testemunham (Dejours, 2013, p. 86).

“A gente teve, logo quando, não sei se você lembra, morreu triturado um mecânico dentro da máquina de presunto³². E logo em seguida houve uma reunião da CIPA. Eu não esqueço nunca o que o rapaz falou, ‘cuida da tua vida, porque tua vida aqui dentro é um crachá, pode ter certeza que lá fora já têm três ou quatro esperando a tua vaga. (Entrevistada 2).

E não pense você, se morrer aqui a SEARA’, a empresa, ele não citou nome, falou a empresa, ‘não vai chorar suas lágrimas. Sabe quem vai sentir saudade? Um cachorro que tu tem, um gato que tu tem e deixa em casa. Esses vão te esperar todos os dias, todo dia de manhã. Uma mãe, um pai, um filho, um primo, são essas pessoas que vão te esperar. E se tu não voltar? Tu vai ser só um crachá’. Foi uma pessoa que veio fazer essa palestra da CIPA, depois do acidente com o mecânico. Daí a gente começa a pensar, realmente a gente é um crachá. Você é uma numeração ali. Virei um crachá, comecei a ter mais entendimento disso. Antes de cair a ficha acerca da representação que a empresa tem do funcionário ser um crachá, eu chegava e me doava mil por cento para a SEARA.” (Entrevistada 2).

“Ainda que aleguem que não tem nada a ver com a empresa, mas foi lá que comecei, nunca tinha sido internada por algo desse tipo.” (Entrevistada 4).

“Muita pressão, fui classificada como a melhor refiladora daquele setor que só tinha mulher. Homens na parte que lançam produtos para a linha, onde eram apenas mulher. Rapazes, eram só separação, o restante era só mulher. Das oitenta fui selecionada a melhor refiladora. Onde sofri mais foi nesse setor de refile.” (Entrevistada 4).

A organização do trabalho precarizada foi descrita pelas condições e escassez dos EPI, fato comprovado pelos setores de segurança do trabalho e qualidade dos produtos. Esse elemento contribui para acirrar a degradação das relações entre os pares, os conflitos são em torno da precariedade da organização.

“Os EPI, as luvas de aço não são novas, é raro quando chega nova, eles liberam 4 luvas novas para cada setor. A de botãozinho branco é P, botãozinho vermelho é média, a azul é grandona, a verde é maior. Tínhamos que colocar a luva de “fio corte”, a de borracha e a de aço por cima, depois abotoar e o feixe está quebrado.” (Entrevistada 4).

32

<https://www.douradosnews.com.br/dourados/tst-reconhece-responsabilidade-da-jbs-por-morte-de-funcionario-em/1254650/>

“Sei que estava trabalhando, o fecho não fechava, quando fui pegar uma peça de coxão mole, aquele fecho estragado enroscou na linha e saiu me puxando. O técnico que estava atrás de mim, viu, tirou e questionou, ‘essa luva desse jeito?’. Eu disse que é assim direto, quando não vai na sala de corte pedir emprestado. Ele questionou sobre a supervisora. Falei que estava ciente, sabe que falta EPI. Chamaram ela para a salinha, conversaram, tiveram que chamar sua atenção, estão lá para isso. No outro dia, ela me deu uma advertência quando entrei no setor para trabalhar. Olhou e disse que eu estava de batom. Eu não estava de batom, mas foi assinada a advertência.” (Entrevistada 4).

Somado à vulnerabilização da integridade dos empregados, a organização do trabalho acaba por pressionar pela produtividade e pela instabilidade na percepção das regras e normas internas de segurança. É nesse sentido que se observam o papel de supervisores tiranetes negligentes para a qualidade e segurança, mas efetivos para imposição da coação.

Considerando-se todos os meios de controle e de vigilância de que dispõem as instâncias de gerência, entende-se que

A força do assédio decorre, ao contrário, justamente de seu caráter público. É isso, aliás, que faz dela um método, uma técnica até, e não um desregramento isolado: nada menos que um método de governo das empresas. O assédio é exercido contra uma vítima, sob o olhar dos outros que sabem, que veem e que se calam (Dejours, 2013, p. 87).

“Eu estava no terceiro turno e quando encontrava com ela, tinha esse tipo de medo, pavor, um terror daquela pessoa. Sentia que ela sabia, que eu sentia, que ela me prejudicou. Ela tinha aquela coisa de olhar nos olhos, parece que fugia de mim e eu fugia dela. Fiquei com trauma dela, não gosto dela. Tem outros supervisores muito exigentes, o corte é muito grande e cada linha tem seu supervisor, eu via e não tinha esse pavor igual tenho dela.” (Entrevistada 4).

“Têm as metas, os supervisores são negligentes na questão segurança, dos EPI. O supervisor, em questão de EPI, a função dele é chamar atenção. ‘Mas vai fazendo assim com essa daí mesmo, depois consigo uma para você’. O perito que analisou meu caso foi até lá para avaliar o trabalho, se tem risco. A linha estava no horário de pausa, o perito falou que queria que alguém operasse a máquina desmembradeira, para saber como a funcionária

trabalhava. Lógico que o perito percebeu, esse rapaz deveria estar com as luvas de lã, a verde e a de borracha grossa. Foi só o ITO fazer, estava só com a luva verde. Ele ligou, operou a máquina, não estava com os EPI. Então eles são negligentes em cobranças, eles têm que ser exemplo.” (Entrevistada 4).

“Vejo eles catando carne do chão e jogando dentro no tanque. Uma supervisora foi pega pela qualidade, porque era muito ambiciosa. Cai da linha, você está trabalhando na correria, aí transborda, vai caindo no chão, ela passa pega e joga no tanque. Ela foi pega pela qualidade. No corte vi isso também, vários supervisores pegando do chão e colocando no tanque. A qualidade que fica fiscalizando isso, eles são negligentes na parte da qualidade do alimento, e na questão de EPI.” (Entrevistada 4).

As pressões exercidas pelas exigências da supervisão somam-se a ameaças de agressão entre empregados e acarreta a instabilidade psíquica. A organização do trabalho aparece permissiva às formas de violência recorrentes, ao assédio e agressões verbais. Não são observadas garantias ou normas que disciplinam a integridade dos empregados diante de ameaças e agressões físicas³³.

“Teve um dia que ela me irritou tanto, batia, falando, jogando, não dava conta, via o serviço, ficava desesperada. Falava, fulano está pegando, você não está pegando, e veio. O supervisor já estava observando de longe. Daí ela, ‘vou te pegar’, falei vem agora, vem aqui me pegar, falei para ela. Ela estava do outro lado, saiu e veio, só senti, que o supervisor pegou a faca da minha mão. Ela veio, sem nada encostou, o povo falando, para ela voltar para o lugar dela. Ela falando um monte de coisas pra mim, estava me ameaçando de morte, meteu a mão em mim. Virei o soco nela, dei um murro, falei que ela era grande, mas não era duas. Fui para cima dela, peguei a chaira, ela começou a chorar e dizer para o supervisor que a agredi, bati nela. O supervisor tinha tirado a faca, se ele não tivesse tirado a faca, naquele dia eu teria feito uma besteira e sairia por justa causa.” (Entrevistada 4).

A degradação do ambiente social de produção é catalisada na competição, através de gestos que intencionam a eliminação do outro, somado a inação da supervisão que aparenta importa-se apenas com as metas de produção.

³³<https://www.folhadedourados.com.br/dourados-discussao-na-linha-de-producao-da-jbs-termina-com-homem-es-faqueado/> Acesso em 13/02/2026. A reportagem relata consequências de uma discussão entre dois funcionários da linha de produção, seguido de tentativa de homicídio com uso de faca (instrumento de trabalho).

“Meu supervisor falou que ela agrediu primeiro, disse para ela tirar o crachá e ir para o RH. Ela começou a chorar, falar que ele passava a mão na minha cabeça. Ele falou, que estava sabendo sobre as conversas que ela estava falando sobre ele. Ele disse que eu trabalhava bem, ela tinha que aceitar isso. Falei para o meu supervisor, que estava cansada. Estava nem aí se me mandassem embora, se rasgasse ela na faca, não estava nem aí, cansei, não aguentava mais, mulher me ameaçando de morte lá fora. Então se é para matar alguém, mato ela primeiro.” (Entrevistada 4).

As metas da produção desumanizam as cadências, precedem o mal estar, o sofrimento, a frustração, fazem coabitar violências e solidariedade. A unicidade do tempo e a convergência dos gestos produzem a agilidade, antevê solidariedade junto aos novatos. Gestos são transmitidos entre humanos, a cadência desses gestos é transmitida pelas máquinas.

“Colocam um novato, não existe treinamento para ele, fazem entrevista, passou, tem aquele trâmite burocrático para começar a trabalhar. Pega o EPI, pega o novato e joga na linha. Até me policio nesses casos, a gente acaba criando aquela sensação de raiva do novato porque ele não está no nosso ritmo. Então, olha só, a gente que está lá há três anos, ficando possesso da vida com um novato que entrou há um dia na linha. Então, é como se a gente produzisse o nosso e mais o da pessoa que não teve treinamento, que está na linha e não pode ser cobrado” (Entrevistada 3).

“O novato aprende com você. Muitas vezes cheguei e alguém pediu para ensinar fulano como é que faz, como é que chaira. Contratam uma pessoa para trabalhar, essa pessoa não sabe chairar e jogam na linha. Você fica com tanta dó de ver a pessoa lá se matando com aquela faca cega, que pegou na luva e já perde o fio. Você que já tem experiência, tem dificuldade, imagina o novato. Você para o seu para ajudar ele a chairar. O novato é cobrado e a gente trabalha por ele.” (Entrevistada 3).

O processo de adoecimento que gera absenteísmo desqualifica o empregado, contrastando com sua autopercepção do grande esforço e qualidade. Quando degradado, torna-se inelegível.

“Quanto ao contrato nunca reclamei. Nunca questionei e conversei com os outros. Na época tinha muito venezuelano. Nunca cheguei a questionar, nem sequer pedir aumento para o meu supervisor. Quando troquei de supervisor foi que ganhei minha promoção, sai do nível um, fui para o nível dois. Mas porque ele quis me dar, ele percebeu que trabalhava bem. Um

dia estava na linha, a secretária chegou e disse, “tenho um negócio para te mostrar, você agora é operadora dois”. Dois anos na empresa trabalhando, e posso mudar de nível. Falam que existem esses níveis, é um plano de carreira. Eles falam tudo, mas não fazem isso na prática. Tem gente que vai para três anos e ainda é operador um. O critério para progredir é não ter falta, não ter advertência, não ter suspensão. Nunca falaram sobre atestado médico por violência dentro do local de trabalho. Atestado interfere na progressão, sim porque até o kit assiduidade da Seara, uma falta e você não recebe.” (Entrevistada 2).

A organização do trabalho apresentava-se como reconhecedora da capacidade de desempenhar múltiplas funções, ainda que não houvesse treinamento. Por consequência da pandemia de Covid19, o processo de contratação foi abreviado devido à grande quantidade de funcionários que adoeceram após o contágio dentro dos frigoríficos. O treinamento para adaptação às funções do cargo ocorreu sem contar com experiência prévia, somado à sobrecarga dos instrutores técnico operacional (ITO) e supervisores, já que muitos destes foram afastados naquele período.

“Meu irmão falou que estavam entrevistando na JBS, precisando de muita gente, que saiu muita gente. Foi na pandemia que entrei, não estava tendo funcionário, estavam afastados de atestado. Entrei bem na época feia, supervisor de atestado, estava tudo contaminado lá dentro. Me contrataram, lá é bem difícil para contratar, e saiu contratando todo mundo, realmente precisavam. Fiz a entrevista de manhã, me mandaram ir atrás de papel, foto. Fiz tudo e levei lá de volta. Entraram em contato, que era para estar naquele dia, fui, já era para trabalhar, não fiz teste médico. Quando entra na empresa, normal seria entrevistar, mandar para casa, aguardar ligarem. Leva quase um mês para ligar, vai passar por médico, não tive isso. Larguei tudo lá, carteira de trabalho, eles pegaram, fizeram tudo, naquele dia já comecei a trabalhar.” (Entrevistada 4).

“Chegou até o ITO do refile, ele saiu espalhando, levou a gente no refile para conhecer. Levou até a supervisora que estava emprestada e cuidando de mais dois setores na fábrica velha, onde está o corte, os supervisores estavam de atestado, com Covid. Ela estava na bisteca quando cheguei, falou que eu ficasse, que já iria me explicando, pegando a caixa. Coloca um plástico, coloca as bistequinhas, coloca outro plástico, vai intercalando, coloca outra caixa em cima. Fiquei com ela, até gostei do setor, só que é bem gelado. Fiquei uma semana emprestada, fui para o refile na outra semana, já me colocaram na linha para trabalhar, coisa de louco, as mulheres xingavam, jogavam peças de patinho. A quem não

pegava peça, xingavam palavrão, fiquei assustada. Estava faltando muito funcionário doente, aquela correria, é corrido, mas o pessoal é muito louco lá. Tive a explicação de uma funcionária mais velha, que as meninas são assim mesmo, que era o meu começo e se ficassem bravas comigo, que não ligasse. Foi assim, aprendi na pressão.” (Entrevistada 4).

A condição de ofertar postos de trabalho e a intenção de ampliar a capacidade produtiva revelam incongruências na aparente valorização de trabalhadores imigrantes. A ênfase para os benefícios aos imigrantes em detrimento dos trabalhadores locais é uma referência às condições de vulnerabilidade do precariado, ou seja, baixos salários frente ao custo de vida, empregos precários e postos reconhecidamente de grande rotatividade. Vagas ocupadas por trabalhadores classificados como desordeiros e indolentes, aparenta a incongruência diante da racionalidade do capital.

“A touca branca com uma roda azul em cima é do ‘halal’. Ali dentro, naquela parte separada tem o buffet deles, os pratos deles tudo. Por exemplo, na hora do lanche nós temos mortadela, eles não podem comer mortadela, eles comem queijo, o nosso povo fica bravo, ‘por que eles podem e nós não podemos?’ (risos). ‘Cara lá de fora, caramba. Eles passavam fome, aí eles chegam aqui e ainda querem comer queijo?’. As meninas ficam brabas, vão até lá e começam a pegar os queijos. Tenho acesso ao queijo, mas eu nunca fui. Elas entram, tem uma portinha. Teve outro dia que um ‘halal’ passou assim por mim e eu estava comendo. Ele estava com um vidrinho de pimenta, ameaçou, aí falei, ‘ah, pensei que era um docinho que você ia por aqui’. Ele falou ‘pega lá’. Eu falei não, nós somos proibidos de entrar lá, não pode, eles tira a gente de lá na força. Ele falou, ‘Então tá’ e fez assim. No outro dia quando ele saiu de lá, que eu já ficava perto da porta da saída, veio com um docinho e soltou na minha bandeja (risos). Aí melhorou.” (Entrevistada 5).

“Vejo uma empresa que gera muito emprego, está crescendo bastante, aumentou muito, comprou aquela parte daquele Posto da base, comprou outro lado e lá atrás ela desceu. Então, antes disso eram oito mil funcionários, ela emprega bastante gente. Mas só que você vê muita gente reclamando de emprego. E hoje a JBS deu essa oportunidade para estrangeiros, venezuelanos. Na época que entrei, ela trouxe um avião com noventa venezuelanos. Com cesta básica, os três primeiros meses de aluguel, energia paga e o salário. E por que para nós daqui, eles não fizeram isso? A JBS valoriza muito os venezuelanos, haitianos, os estrangeiros deitam e rolam. Até a minha amiga, a questão que ela levou uma facada, foi uma haitiana.” (Entrevistada 4).

“Quando abriu o banco Original, abri minha conta que era para todos os funcionários transferirem para receberem pagamento. Ela liberou o limite para todos os venezuelanos, teve venezuelano que fez empréstimo e comprou carro, comprou apartamento, deu a entrada. Teve venezuelano que fez empréstimo e pediu as contas, fugiu, eles não conseguiram recuperar, alguns eles conseguiram. E por que para nós daqui não? Por que esse preconceito? Nós trabalhamos mais do que eles, eles mais brigam, não são todos. Os venezuelanos são demais, eles encostam, deitam e rolam, são poucos os bons trabalhadores. Falo, se uma empresa é importante para nós, para gerar emprego, ela tem que reconhecer a gente também. Por que essa oportunidade de pagar os primeiros três meses de aluguel, isso tudo na pandemia? Por que não fez para nós, brasileiros? Tem muita gente carente!” (Entrevistada 4).

“Os venezuelanos dão trabalho e são preguiçosos também, eles são preguiçosos (risos). Quando é para trabalhar no sábado, por exemplo, elas não vão, mesmo estando em experiência. Não tem punição, porque você não é obrigado. É obrigado quando é troca de dias.” (Entrevistada 5).

A representação acerca da vulnerabilidade decorrente da organização do trabalho precarizada parece acomodar-se para a condição de uma filiação social, referindo a precondição de ter certas garantias para a subsistência.

Os limites do corpo são tratados quando da soma de uma fonte de renda extra, referido ao aumento na pouca renda percebida pelo emprego no frigorífico. A representação do emprego precarizado destaca que há distinção entre os ganhos do capital e a pouca recompensa ao trabalho.

A organização do trabalho delimita o ciclo diário de produção em três turnos, assim como também delimita que o último turno supra o que deixou de ser produzido nos turnos anteriores. Nesse bojo, a organização do trabalho aparenta a ênfase maior na entrega diária e menor nos turnos. O reconhecimento de lado e as metas um passo à frente, o capitalismo não é outra coisa além de priorizar a exploração da força de trabalho. O tempo de cada turno, o tempo do terceiro turno que faz a continuidade dos dois primeiros, serve para encerrar a produção diária. A lógica da produção sobrepõe-se ao tempo singular dos corpos, trata-se do tempo que só ganha sentido e função à luz da mais-valia.

A cooperação, contudo, aparece como contrapartida à racionalidade individualista, contra o que pode preceder a instalação da violência. Ainda nesse ponto, há destaque para o ritmo acelerado da organização do trabalho que estabelece cadência dos gestos e, por conseguinte, a interpretação de um tempo que parece passar mais rápido. O metabolismo da produção contagia o metabolismo do trabalhador, o controle da velocidade trata-se do determinismo das metas da organização real do trabalho. Tem também o determinismo do desejo do supervisor.

“Parece que tem da parte da empresa algo dizendo das características pessoais, que pessoas como você vão adoecer. Mas também, o que os trabalhadores falam é que o ritmo da produção é acelerado. No refile era, ‘anda gente, rápido, nós temos que fazer a meta’, postava no grupo que o setor tal atingiu a meta, que nós estávamos para trás e colocava lá o valor. Gritava na linha, ‘acelera, olha onde está o vareio. Fulano vem aqui, ajuda aqui’. No corte não era assim, o supervisor vinha com calma e falava, ‘gente, vamos vê se a gente consegue a meta, atingir a meta, não estamos conseguindo atingir a meta, vamos ver se a gente trabalha mais’. Mas lá no outro setor as supervisoras gritavam, ‘acelera’, era pressão. No outro acelerava, mas de uma forma diferente de falar, mais com jeito. Mas na pressão, eles às vezes querem jogar a culpa no próprio funcionário. Mas é o trabalho que acaba moldando a gente para ter aquele compromisso, de ter que fazer isso, ter que dar conta. Aquela preocupação.” (Entrevistada 4).

“Uns falam que cada um faz o seu, mas não adianta, vai ter que fazer, porque nós não podemos deixar vareio. Quando começa a acumular, que é um tanque, o aramado, vem o supervisor e joga aquelas peças que passaram, junta dois, três aramados. E se a gente não fizer, se não ajudar o colega, vai ter que fazer no final, porque não pode deixar o vareio. Então, é uma coisa assim, que não é controlado por nós. Eles que controlam.” (Entrevistada 4).

Aos olhos do trabalhador o capital faz o necessário para avançar em seus estágios. É fato histórico, um modelo de sociedade constituído pelo detrimento do trabalho, que naturaliza acidentes/doenças do trabalho e culpabiliza o fator humano. O princípio da centralidade do trabalho para a subsistência coloca o trabalhador em condições de constrangimentos, a distanciar-se ou não da alienação de seus limites, dos riscos de agravos à sua integridade.

“Cada minuto para a empresa é dinheiro, é mais para eles ali, é mais produção. Nós não. Nós ali dentro, para eles não temos valor nenhum. Se você faltar, por exemplo, não for num sábado que é para ir e você não vai, quando é hora extra não é obrigado, mas quando é troca de dia você tem que ir. Se você não for, mesmo pegando atestado, você é punido.” (Entrevistada 5).

Os riscos de agravos diante da prioridade da produção e lidar com a cadência ditada pela organização real do trabalho seguem a tendência a reduzir custos pela mão de obra, como variável de ajuste para garantir a normalidade, referendando a racionalidade do capital.

“Sobre o processo de automatização, a transformação, do manual predominante à automação predominante, uma mesa, por exemplo, tinha mais de duzentos funcionários, foi se falando que teria uma máquina que faria o trabalho daquelas duzentas pessoas. Foi projeto de um ano, dois anos, veio investimento, foram instaladas as máquinas. Parte da mão de obra foi realocada em tarefas manuais, boa parte não precisou mais.” (Entrevistada 1).

Outro aspecto dessa organização do trabalho é sua mão de obra de origem precária. Enfatizou-se a precarização e vulnerabilização da vida desde a entrada para o mercado de trabalho, passando por dificuldades de acesso à escolarização e profissionalização.

O camponês, por exemplo, vai para a cidade pretendendo ser operário industrial. Só que a nova dinâmica capitalista exclui e demora para incluir e aí começa a tornar visível o que se chamou de exclusão. Em outras palavras, o momento transitório da passagem de exclusão para inclusão está se transformando num modo de vida que permanece: o modo de vida excluído que não consegue ser reincluído. E tal modo de vida compromete sua dignidade, sua capacidade de ser cidadão, sua condição humana, do ponto de vista moral e político (Sawaia, 2022, p. 41).

“Penso que ali é um lugar para pessoas muito necessitadas, igual eu estava. Muitos falavam, que ali é lugar de louco, porque se xingam, se humilham, é coisa assim de louco, sua cabeça vai a mil. Então essa é a visão que tenho, um lugar que vi o pessoal falando que iria mudar. Pensava assim, vai melhorar, vai ser bom para mim, vou conseguir, vou crescer. Mas foi para mim uma enganação, passando melzinho na boca. Hoje vejo que é enganação, um lugar, de louco, um negócio, que eles tentam enganar as pessoas.” (Entrevistada 4).

“Quanto a perspectiva da vida melhorar através do trabalho, nunca fui assim, esse negócio de “eu quero ter isso, eu quero ter aquilo”. Queria trabalhar, sempre trabalhei, desde criança, praticamente. A minha mãe tinha o sítio, então a gente ia para a roça ajudar, estudava, mas foi ali na empresa que adoeci. Entrei nessa depressão.” (Entrevistada 5).

“Tive uma discussão com a menina lá dentro, lembro que um dos líderes na época, quando falei “vou pegar essa menina”. Ele falou, “calma, você não vai fazer isso”. Porque estava mexendo com faca, aí ele falou não, vou tirar você daqui. Toda vida fui essa pessoa. Não sei se foi por causa da infância, porque a nossa vida foi bem difícil, meu pai bebia, botava todo mundo para correr, esfaqueava a minha mãe, batia na minha mãe. Depois que a mãe se separou, ele casou com a empregada da minha mãe, viveram juntos até falecerem em dois mil e vinte e dois. A mãe continuou com aquela agressividade e nós fomos acostumados, qualquer coisinha que você fazia ela já mandava pegar e era vara de marmelo. Na época tinha um pé de marmelo em casa. Cortava varas, os irmãos mais velhos pegavam e traziam. Pegava a gente e trazia para poder surrar. Depois ela vinha passar salmoura no nosso corpo, porque era tudo marcado de vara.” (Entrevistada 5).

Os riscos para a vulnerabilização no emprego reconhecidamente precarizado são provenientes da própria condição de proletariado precário que se submete a servidão. Até se deparar com o real da organização do trabalho, pode predominar a representação da garantia para reprodução da vida, depois é representado como intolerável aos limites do corpo.

“Já tentei, pedi demissão e não me deram. Pedi férias, não me deram. Desde o início do ano que venho tentando sair. Pedi demissão ao supervisor, ele falou, ‘não, você é uma boa funcionária’, ‘vou dar um jeito’, ‘o dia que você não estiver bem, você fala comigo e te boto em outro lugar’. De junho de dois mil e vinte e dois para cá tem sido muito difícil me preparar para ir trabalhar. Até então achava que era coisa da cabeça, que estava desgostosa, mas não era. O meu corpo que não está mais suportando. Fiz três pedidos de demissão e não me deram. Liguei para o RH da empresa, perguntando se tinha como ser desvinculada. Não, não desvincula, ‘tem que vir falar com o supervisor, ele tem que fazer a sua desvinculação da empresa para o RH tomar conta dos papéis’. Tava sendo uma ida forçada, antes tinha a noção de que o trabalho me dava aquilo que precisava, estabilidade social. E agora já não estava nem pensando nisso, só quero sair daquele lugar.” (Entrevistada 3).

A organização do trabalho concorre para que o trabalhador se aliene dos limites, negue os riscos, no sentido de estar apto a superexploração da sua força de trabalho.

Existe o zelo para o ajuste dos limites do corpo. Uma teoria do cotidiano acerca do trabalho em frigoríficos trata de um ambiente que exige muito esforço físico até a superação desses limites, levando às lesões. A permanência nesses empregos significa trabalhar doente. No gerencialismo da fábrica há estratos que lidam em negar o sofrimento, o médico do trabalho trata disso.

“A representação que a empresa tem do empregado é que somos máquinas, essa é a resposta. Estou a três anos nesta empresa, nunca vi a disponibilidade de um psicólogo da empresa. A importância que o trabalhador tem para a empresa é ir lá, trabalhar e produzir. Adoeceu, vai ao médico, pega atestado. A parte humana é deixada de lado, é diferente de você trabalhar um dia fazendo uma coisa e você trabalhar todos os dias fazendo a mesma coisa. Teve vezes de estar doente e não ir ao médico, na maioria das vezes nunca fui. Ia trabalhar mesmo ruim, a imunidade agora está normal, mas gripava duas, três vezes durante o mês. A gente trabalha num ambiente muito frio e quando quer ir ao banheiro recebe aquele choque térmico lá fora. Não há ser humano que aguentar e o médico só vai lá para avaliar o seu atestado. Ele olha papel e periódico, o periódico é a audiometria. Você nunca vai ver no periódico que o colaborador está inapto ao trabalho, sempre apto. Cheguei para o médico e falei, não estou bem, minha cabeça não está boa. Ele falou, procure um clínico lá fora para lhe encaminhar a um psiquiatra. Você chega e diz não estou bem, ele não diz vou te ouvir melhor e no papelzinho está apto ao trabalho.” (Entrevistada 3).

A racionalidade realizada é evidenciada em suas contradições. O empregado realiza-a com um tipo de comprometimento, uma característica adquirida, de submissão ao risco, que ao mesmo tempo o aproxima da meta estipulada e do próprio limite.

“Falo que a gente é substituível para eles, a gente não é insubstituível. Então não adianta você se matar, igual eu fiz, porque se falar que a visão da empresa sobre nós é uma visão boa, que ela quer a gente ali e tal, ela passava por cima de tudo. Ela faria de propósito, querer você ali, promete que vai fazer isso por você e não faz. Você vai falar, vou sair. Saia. Ela não está nem aí, você não ganha nem um mérito. Igual, ‘melhor refiladora do terceiro turno’, quem foi? Ganhei uma plaquinha, um certificado, uma lembrancinha, ou operador dois? Não. Então, a gente é só mais um para ela, essa é a minha visão. Até hoje. Vi um

funcionário que é um venezuelano, era lá do refile e me dava muito bem com ele, um amor de pessoa, mas como o refile é o setor mais puxado, ninguém ficava, saía. Da época que entrei no refile, está lá até hoje, esta minha amiga, o resto saiu tudo. E esse rapaz venezuelano, ele entrou depois de mim. Ele pediu para ir embora, trabalhava na transpaleteira, levando os tanques para pesar. A supervisora pediu, pelo amor de Deus, porque lá não ficava ninguém, para ele não ir embora. Ele falou, 'não, quero sair, não quero mais isso aqui para mim'. Ela foi no RH, implorar para fazerem uma proposta para ele. Fizeram uma proposta e ele ficou.” (Entrevistada 4).

“Tenho um sobrinho que está há oito anos, ele tem problema também, ansiedade, essas coisas. Cuidava dele, morava comigo, quando ele tinha quinze anos, foi o primeiro emprego dele, só que ele está lá até hoje. E assim, vejo ele conquistando umas coisinhas de operador, agora, oito anos. Se está chovendo ele não falta, vai debaixo de chuva. Mesmo tomando fluoxetina, risperidona, carbolíto, aqueles medicamentos fortes, ia igual um zumbi, mas está lá trabalhando.” (Entrevistada 4).

Aquele funcionário da manutenção que morreu dentro da máquina ano retrasado. A máquina que mói, prepara o hambúrguer. Esse mecânico foi mexer nessa máquina, na hora da limpeza, foi num domingo. A gente chegou lá, tinha polícia, Samu. O cara era técnico de manutenção, foi mexer e caiu dentro da máquina, não sei quem ligou, sem sensor essa máquina ligou, matou ele esmagado. Acho que está com dois anos que aconteceu isso. Essa máquina, quem opera é meu sobrinho. Até então eles disseram que iam mudar a máquina. Ficou essa máquina sem usar durante uns dois meses, disseram que estava vindo outra. Até hoje estão usando a mesma máquina que matou o cara.” (Entrevistada 4).

Ainda que se reconheçam vieses pessoais e neoliberais para relação interpessoal nos espaços de trabalho, toda organização do trabalho é realizada no comprometimento para as tarefas, também admitindo que estas sejam com metas coletivas e formas de controle.

A característica comum à organização do trabalho em linhas de produção de frigoríficos é a centralidade das metas e a atribuição do controle e fiscalização para fazer a melhor extração da força de trabalho. Nesse cenário, a questão do trabalho coletivo e da atividade deôntica aparecem vulneráveis.

“Lá em cima tem uma pessoa desossando, joga na linha, são homens. Tira o lombo e joga, vai acumulando, desceu, peguei o meu, outro pega, outro pega, outro não pegou.

Aquele que não controla vai acumulando lá na ponta, aí começa o brigueiro, é onde começa. Tem que ser rápido, você pega, enquanto não limpou aquele, você vai acumulando o seu do lado. Tem gente que vai amontoando vareio, amontoa, não pega, deixa descer. Não tem como a gente controlar, tem que acelerar para dar conta, mesmo assim, você vai colocando ali do lado, você vai fazendo rápido, olha o seu parceiro de lado, e quando deu uma pausa você vai lá e faz o do colega, ajuda.” (Entrevistada 4).

Quanto às atribuições daqueles que fiscalizam o trabalho, há referência para a distinção de papéis dentro de estratificações da própria classe trabalhadora. O papel do tiranete refere-se a intervenções que façam aumentar a produtividade, a concentração dos empregados e maior extração da força de trabalho. O perfil da supervisão modula a adesão dos trabalhadores, a centralidade na produção, as metas e o avanço sobre os limites do corpo é o ponto comum de chegada.

“Quando nos apresentaram, falaram, esse é um dos líderes que vai ficar aqui dentro para cuidar o pessoal, se está trabalhando certo. Então, ele começou a invocar comigo e com ela, para separar nós duas. ‘Vou separar essas duas’. Então quando ele separava, me colocava lá na ponta da linha e ela lá no meio. Eu ficava chorando lá e ela chorando do outro lado por causa do distanciamento.” (Entrevistada 5).

“Distanciamento significava mais insegurança para nós duas. Eu ficava lá junto com as outras que eram todas estranhas, não conversava. Me castigavam, era tipo um castigo. Se você chegasse atrasada dentro do setor, ele te catava pelo braço aqui assim, praticamente quase te erguia, levava lá em outro lugar para você fazer um serviço mais difícil.” (Entrevistada 5).

“Então, o seu supervisor tem metas dele, que a gente tem que respeitar. Eles falam abertamente que têm as próprias metas. A meta, a nossa meta hoje está na balança, não tem como fugir, a balança tem lá, ela vai dizer. Mas qual é a meta? A meta hoje é três e duzentos, hoje é dois e novecentos, porque na semana toda deu bom. Quando o primeiro e o segundo turno não conseguem bater as metas deles, sobra para a gente. A minha meta hoje é sete tanques, sete tanques e meio. Sabe-se de onde vem a determinação desse modo de agir. Vem da gerência, gerente de produção. Quem é eu não sei.” (Entrevistada 3).

“O supervisor tem um salário de seis a sete mil reais, fora a meta do dia como comissão. É claro que a meta faz aumentar o ganho dele no mês, porque se não, não haveria

tanto desespero, tanta cobrança. Porque todo mundo sabe, ele bateu meta hoje, está ótimo. É para o bolso dele, é meta de corte, é meta de produto, é meta de tudo.” (Entrevistada 3).

A representação social acerca da fiscalização e controle traz o elemento da desmobilização da sociabilidade e da empatia. Nem reconhecimento do comportamento individual e nem a prática deontica, a organização do trabalho atua sob a racionalidade do capital, avessa ao trabalho como via emancipatória. A organização do trabalho prescreve parâmetros de avaliação em cima da razão do lucro.

“Nesse último mês aconteceu uma coisa, fiquei bem chateada, a gente bate metas, todo mundo bate metas juntos. Se o desossador bate meta é porque houve uma equipe lá embaixo, que refileou para ele. Chamaram os desossadores na salinha, fizeram uma reunião para parabenizá-los por terem batido a meta. E a gente, eles não disseram nada, como se o nosso serviço tivesse sido menosprezado. Se você desossa, vai ter que ter alguém para limpar a sua peça lá embaixo. Só que nesse caso, o supervisor ou alguém responsável, controlador de linha só vê a parte que tira a carne do osso, corta ao meio e joga na linha, mas o serviço de dá um produto com cem por cento de qualidade é de quem faz o refile. A gente não foi vista nesse dia, como todos os outros dias. A vanglória é só para quem desossa, refile fica lá embaixo, como um sentimento de ser menosprezado.” (Entrevistada 3).

Entre os elementos da produção existe um aparente tipo de organização do trabalho fordista com controle sobre eficiência e disciplina.

“Eles te tiram lá de dentro, jogam lá para fora, para pendurar frango, como aconteceu com um senhor. Tiraram ele da depenagem, porque ele bateu boca com o chefe, colocaram ele no frango, lá fora. Ele de uniforme marrom, falou que a cadeira dele ficava aqui e a esteira passava lá, ele tem cinquenta e dois anos de idade. Então toda vez que a caixa vinha, ele tinha que fazer isso aqui (gesto) para abrir. Ele falou que não estava aguentando as costas, que tem que ser muito rápido, que são onze pessoas na linha para pegar os frangos. Tem que pegar de dez a treze frangos para pendurar, rapidão, não pode deixar passar. Aí ele falou que aquilo não era para ele. Aí nós vimos ele lá dentro, duas horas depois. Ele estava lá na porta da salinha esperando o chefe. ‘O que você está fazendo aí?’. ‘Lá para aquele inferno eu não volto mais. Aquilo não é serviço de gente, aquele cóco no meu ouvido, aquelas galinhas com uns olhos desse tamanho me olhando quando abro as caixas. Não quero saber não.’ (Entrevistada 5).

Destacam-se críticas em relação a organização do trabalho precarizada, acerca do agravamento de processos de adoecimento. O empregado queixa-se quando aparecem seus limites, seus processos de vulnerabilização. Nessas mesmas críticas o empregado faz reivindicação acerca do reconhecimento e do detrimento da solidariedade onde forjam-se estranhamentos entre pares da mesma categoria de trabalhadores precarizados.

“Teve um sábado de hora extra que fui, ia dar dez horas da noite, eu sozinha lá na pena, já que a outra não vai no sábado. Aí chegou essa líder, que tinha falado a história sobre eu estar tomando pinga lá, ‘fica na linha para mim só um pouquinho, eu vou ali e já volto’. Não custava nada fazer um favor. Só que eu não podia também, porque estava na restrição. Aí eu peguei e fui, cheguei lá, não tinha cadeira e fiquei em pé por uma hora. Só para ver a contaminação do frango, se vem com ração. Ele vem com o pescoço para baixo, as pernas para cima. Ele vem com as vísceras retiradas, então você vê se tem ração. Se tiver ração você empurra que a menina pega e joga do outro lado para desossar. Aí, eu comecei olhar, ainda brincando com as meninas ali, tinha um som lá dentro nesse dia. Dia de sábado eles ligam o som e as meninas davam risadas. Aí de repente foi ficando sério, foi ficando ruim, foi entrevando todo o corpo. Eu sei que deu aqui um formigamento, começou a rodar tudo, eu segurei na calha, aí teve uma menina lá do SIF (Selo de Inspeção Federal) que viu, chamou a líder, falou que eu ia cair. Aí ela veio correndo e me pegou, eu estava sobre a plataforma. Já foi me tirando e tirando meu avental. O acidente ia acontecer nessa hora, mas as pessoas ficam se cuidando, um ao outro, olhando. Eu perguntei sobre a outra que havia pedido o favor, lembrei que ela falou que já voltava. Responderam, ‘foi embora no ônibus das dez’. Nesse momento eram onze e quinze mais ou menos. Eu tinha ficado uma hora e pouco em pé. Ela já tinha ido embora. Aí a outra líder foi e conversou com o supervisor, mas ninguém fez nada. No outro dia ela nem olhava para mim. Falei, ‘que mulher nojenta’, tirou da restrição, colocou eu na linha e deu no pé. A minha líder ficou muito brava, todo mundo cobrou ela, que comentou depois, ‘Eu nem lembrei que ela tinha problema’. ‘Como não sabe, se ela está na pena?’. Só fica na pena quem tem problema. (Entrevistada 5).

Quando é constatado o problema no trabalhador, suas reações para as situações de constrangimento diante de precarizações do trabalho concorrem para a vulnerabilização social, estratégias individuais e isolamento social. Por consequência, o que descrevem aparenta um proletariado precário, detectado na constituição de suas representações sociais onde estão acomodados sentimentos e significados de materialidades da realidade dos mais

vulneráveis empregados nos maiores frigoríficos da agroindústria. O reconhecido processo de adoecimento segue atribuído à superação dos limites do corpo e vulnerabilização da sua integridade.

“Quanto ao conhecimento do trabalho em outras empresas desse ramo, do que ouço dizer de quem já trabalhou, a área dos frigoríficos é assim. A minha cunhada ficou treze anos na BRF, é outro tipo de carne, peças menores. Essa minha cunhada fez cirurgia nos dois punhos. Não sei que problema deu nela, teve que tirar um pedaço do osso daqui e pôr aqui. Sei que ela fez uma cirurgia no pescoço, quando ela estava lá também, fora os outros problemas que ela teve. Ela fez umas quantas cirurgias no tempo que estava lá, de problema que deu. Então da SEARA JBS, sabia que era trabalhoso, ouvia falar, mas nunca tinha ouvido falar de sequelas, de problemas de saúde. Conhecia essa parte de BRF, que diz que é doença do frango, que era problema no punho, essas coisas. Sabia isso lá da BRF, da Perdigão. Da JBS sabia que era ralado, até o pessoal falava, quem aguenta BRF trabalha de boa na SEARA, porque parece que a linha lá ainda é mais rápida. É mais leve a carne, só que é mais rápido, por conta que o movimento repetitivo é rápido. Mas nunca tinha ouvido falar da SEARA. Tentei entrar na BRF também, na época não consegui, com um mês consegui na SEARA. Já tinha ouvido e presenciado de pessoas da BRF e não da SEARA, não conhecia muita gente da SEARA, somente o meu sobrinho. Meu sobrinho é igual, vai doente trabalhar. Agora conheço e creio que realmente são todos os frigoríficos que causam esses problemas.” (Entrevistada 4).

A representação social acerca da organização do trabalho trata do território da degradação em que as pessoas são levadas a uma aparente neurastenia e/ ou outros motivos que os façam perderem capacidade laboral ao longo do tempo.

“Trabalho há três anos e nunca tive um domingo que não fosse trabalhar, a não ser quando faltava, quando estava doente. Se não estiver bem, não vou. ‘Ah, você não veio?’, ‘Por que você não foi ao médico?’. Porque a minha doença não era de médico, a minha doença é cansaço. Então, a gente que trabalha no terceiro turno não sabe o que é ter um domingo para descansar.” (Entrevistada 3).

Por recorrência dos agravos físicos e psíquicos que limitam movimentos, funções e possibilidades de postos de trabalho é reconhecido o processo que vulnerabiliza o trabalhador e concorre para processos de exclusão social.

A precarização do emprego aparece progressiva, sendo necessária a adaptação também progressiva do trabalhador aos aspectos constrangedores da organização do trabalho, com destaque para a estratégia de automedicalização. Além disso, a condição de adoecimento psíquico e físico acarreta aparente funcionamento traumático, o território de degradação representado aglutina memórias de episódios fatais. A vulnerabilização causada pelo processo de adoecimento altera, amplifica a percepção dos riscos.

“Nós estávamos dentro da sala do médico, a mesa do médico estava lá sem médico. Na hora que mais precisa não tem médico, tem que chamar o SAMU, o cara morreu lá na área de lazer esperando o SAMU. Não foi um acidente, ele veio para trabalhar, entrou a meia noite e passou mal. A menina mediu a pressão dele, falou, ‘olha, o senhor vai lá para a área de lazer que vou chamar o SAMU’. Isso demorou mais ou menos uns quarenta minutos, mas SAMU nenhum chegou. Ele ficou na área de lazer, deitado naquelas cadeiras espreguiçadeiras, que eles compraram bastante. De madrugada o pessoal viu que ele não entrou para bater a água, que tinha que ajudar a fazer a limpeza. Eles vieram, vamos lá ver o fulano, chegando lá, o fulano já estava morto, deu parada cardíaca. Eu falei, olha, eu não vou para o hospital, daí a menina falou que eu tinha que ir, que a pressão estava alta e eu estava ofegante. Só tem ela no ambulatório, é uma enfermeira. Ela falou, ‘você vai ter que ir, não dá para ficar assim’. Eu falei não, fico lá na área de lazer de boa. O técnico de segurança falou, ‘O que? Pra acontecer igual ao outro?’”. (Entrevistada 5).

A violência aparece como um recurso recorrente acessado diante de conflitos. Nesse ponto a civilidade aparece prejudicada entre os pares na linha de produção. São constrangimentos da organização do trabalho que alimentam a vulnerabilização dos corpos, prejudica a comunicação, a filiação e a identidade social de classe.

“Não me dava mais quase com ninguém ali dentro. Teve uma mulher, uma vez começou da bacia dela de água. Sempre tem água para ficar lavando as mãos. A bacia de água aqui, quando a pessoa não gosta da outra, ela ‘pá’, jogava água em mim. Eu dizia, vamos parar com isso que não vai dar certo. Começamos a bater boca, discutir lá dentro. Tinha vários funcionários que eu não me dava bem. Se chegar lá hoje e falar quem eu era quando entrei, vão falar, ‘ela queira me matar’, ela não gostava de mim. Cheguei a bater em uma mulher lá dentro, dessa que jogou água em mim. Dei um murro nela, joguei lá longe e saí chorando. Chamaram na salinha e entrei chorando, falei para tirar ela de perto de mim.” (Entrevistada 5).

Somando a precarização das condições de trabalho aos agravos que abreviam limites e reduzem funções dos corpos, tornam-se nítidos os processos de vulnerabilização social. Após reconhecer processos de adoecimento, a organização do trabalho conta com as metas dos lesionados. Contudo, o desequilíbrio psíquico está indo além e está em jogo nesse território de contínua degradação e vulnerabilização social.

Representação social do agravo psíquico no trabalho faz referência a estigmas e segregações. Há referência a intolerância social à crise do outro, considerada inadequada. Refere-se também acerca da vulnerabilidade decorrente da crise, do surto de agressividade, com possibilidades de reconhecimento do sofrimento, da indisciplina que causa ruídos na produção e do adoecimento causado no trabalho. A representação social do processo de adoecimento traz referências às dificuldades da organização do trabalho para reconhecer as vulnerabilidades dos trabalhadores lesionados.

“Me estressava principalmente quando a gente ia mudando que eu parava lá na ponta. Se a pessoa daqui, dez pessoas tinha aqui, estou aqui, sou a onze. Todas as vísceras que passavam aqui, eram por cor, cada um tinha que tirar a sua víscera. E tinha alguém que nunca fazia o serviço certo, então passava. Quando o frango chegava aqui eu tinha que tirar, era obrigada a tirar. Eu virava as costas e deixava passar. Passava, ia lá no tal do PCC (Ponto Crítico de Controle), onde não podiam chegar vísceras e nem contaminação, nada no frango. A mulher desse tal de PCC, quando chegavam as vísceras, olhava para mim e falava, ‘as vísceras’. ‘Vou deixar passar, não vou ficar carregando ninguém nas costas não, estou arrebrandando meus braços’.” (Entrevistada 5).

“Nos conhecemos agora. Ela entrou na mesma época, era de outro setor. Setor dos miúdos, frios. Aí, como ela ficou com problemas nos braços, tudo, né? Diz que tem depressão, não sei, de vez em quando sobe a pressão dela. Que eu ví lá foi só isso, sobe a pressão, os braços que ela não aguenta e daí colocaram ela lá, junto comigo, para a pena, que é o único lugar onde que o serviço é mais leve. Você fica sentada, com uma cadeira aqui, ela com a outra cadeira ali. De vez em quando a máquina que retira penas, que depena, o frango já vem sem a pena, passa ali, mas tem muitas que as penas ficam na pontinha da asa, aí você tem que tirar. O serviço é feito só com uma mão. Só com essa. Aí, quando vem muita pena você tem que trabalhar com as duas. Para quem tem lesão nos ombros, é tenso, é horrível.” (Entrevistada 5).

A representação social acerca dos venezuelanos destaca a disposição para solidariedade, como um tipo de cultura endógena.

“Eles são unidos entre eles e falam para a gente que o brasileiro não tem união. Se você está em pé e ele está sentado no banco do ônibus, ele levanta e dá lugar para você. Já pegaram meu auricular, quatro meninas venezuelanas viram quem pegou. Eu voltei, falei, “Vocês viram meu auricular que deixei em cima do banco?”. Elas falaram, “Fulana pegou”. Quem é fulana? “Vamos lá ver”. Chegaram, encurralaram a menina no canto para pegar (risos). “Não é tua, é dela, devolve para ela”. Então, eles têm essa união de um ajudar o outro.” (Entrevistada 5).

A organização do trabalho levou a composição da sua mão de obra a uma diversidade cultural, abrindo-se às demandas de maior lucro, custos reduzidos e expansão do mercado consumidor. Trata-se de ter acesso ao exército de reserva de mão de obra disponibilizado conforme a necessidade de emprego e grau de vulnerabilidade, como no caso do excluído necessário.

“Eles matam a galinha, colocam no gancho, aí elas entram para passar na sangria, onde tem um pessoal que chamam de halal, outros que são de fora, do Marrocos, usam barbinha. São outros estrangeiros, da halal. Eles ficam só para matar o frango, na sangria. Agora, não sei como é que mata. Com certeza tem alguma máquina. Um processo em conformidade para o consumo mulçumano. Talvez seja, porque só eles que estão na sangria.” (Entrevistada 5).

“É evidente que são estrangeiros, eles falam outra língua que a gente não entende, é pior que venezuelano. Venezuelano não chega nem perto deles, na fala. Lá tem um restaurante novo agora, que é separado para eles.” (Entrevistada 5).

A representação social acerca dos estrangeiros faz referência ao aspecto da filiação social, ao espaço público de fala deles, congruente aos seus comportamentos de solidariedade. O aspecto da filiação social também está presente na análise das vulnerabilidades sociais e nas estratificações dentro do precariado, desde as funções indicadas pelos uniformes, às nacionalidades.

“Você identifica as pessoas pela roupa. A minha roupa é branca, a touca é branca, porque sou a mais velha da firma. Roupa branca com touca verde é da parte da higienização,

chão, essas coisas, lixo, rodo, tudo lá dentro. A touca branca com uma roda azul em cima é do “halal”. (Entrevistada 5).

Uma teoria social do cotidiano mediada pelo trabalho trata-se além da própria prática dialógica acerca da realidade comum, da dimensão afetiva que se encontra nesses espaços. O fluxo de acomodação dos componentes de uma teoria social do cotidiano pode acarretar as oportunidades aos/ dos espaços de solidariedade, assim como a negação destes.

A organização do trabalho descrita e analisada no discurso das entrevistas, tratada como dimensão real da organização, revela as precariedades, o ritmo, o tempo, o discurso do trabalhador que revela o encontro constrangido com as prescrições e com as condições de trabalho, o que gera suas representações acerca dos seus limites e do seu processo de adoecimento.

6.3 Categoria Adoecimento no Trabalho

Sinopse da categoria: A Entrevistada 1 retrata a compreensão do adoecimento no trabalho sustentada em elementos da psicosfera, nesse caso acredita-se que esta racionalidade é congruente com a ocupação do cargo de supervisão. As demais entrevistas caracterizam elementos das representações sociais de trabalhadoras adoecidas e afastadas do trabalho. Constata-se que os processos de adoecimento são consequências dos encontros entre os limites dos seus corpos e as fronteiras do capital.

6.4 Descrição da categoria Adoecimento no trabalho

Para a supervisora entrevistada a representação social do adoecimento é decorrente do trabalho que acomoda uma predisposição individual daqueles que adoeceram e a culpabilização ou consequências do modelo antigo ou pré-automatização da produção.

“Teve no passado, nos meus primeiros dois anos, devido não ter toda essa automatização. Conheci pessoas que adoeceram na empresa, alguns colegas ao meu lado. Acho que isso é genético, depende de cada pessoa. Pessoas que executavam a mesma função não tiveram problema, logo pode ser do físico de cada pessoa. Teve funcionário que

executava a mesma função, mas que não teve nenhum problema, assim como teve funcionários que já tiveram problemas nos ombros ou no pulso.” (Entrevistada 1).

Para as entrevistadas adoecidas e afastadas do trabalho, os elementos das representações sociais abarcam as perspectivas dos cargos mais precarizados dos frigoríficos, franjas do precariado dos frigoríficos.

As características degradantes da organização do trabalho e os limites do corpo³⁴ exposto aos riscos da produção foram elementos recorrentes à categorização acerca do adoecimento no trabalho.

“Podia ir ao banheiro só na pausa. Se alguém sentisse vontade depois não poderia ir, tive até uma infecção urinária recorrente que subiu para o rim e fiquei vinte dias internada, no ponto de perder o rim e fazer diálise, o médico deixou isso bem claro. Ele mandou uma carta para a JBS.” (Entrevistada 4).

A qualidade de vida prejudicada em um processo de exclusão social, o afastamento do trabalho e o desdobramento para etapas da vulnerabilização social concorrem para a representação e o peso importante de um determinismo a partir da própria precarização das condições de trabalho.

O trabalhador lida com seu processo de adoecimento, assim como identifica fatores desse processo que o faz perder a própria soberania e se perceber vulnerável enquanto trabalha.

“A bexiga enche demais. Um dia, fui ao banheiro, estava muito ruim, isso aqui tudo doendo. Uma dor, uma dor, uma dor. Eu disse, vou ao banheiro, não tinha dado pausa ainda, mas vou. Quando voltei, uma venezuelana veio me irritar, “não é hora de ir ao baño”. Nem troquei idéia, calcei a minha luva e fui embora. Eu trabalho e todo mundo aqui tira pausa, não tiro pausa. Todo mundo aqui vai ao bebedouro, não bebo água, a não ser quando peço para alguém trazer água para mim, tomo na linha. Larguei a linha lá e fui embora para casa, não sou obrigada a ouvir grito de ninguém. O supervisor não falou comigo no outro dia, sobre o porquê abandonei a linha.” (Entrevistada 3).

³⁴ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/06/27/brf-deve-indenizar-em-r-150-mil-funcionaria-que-perdeu-gemeos-no-trabalho.htm> Acesso em 08/02/2026. O fato noticiado desvenda no território de degradação as referências da estigmatização que se desdobra em determinações das condições histórico-sociais para superexploração da força de trabalho (mulher, gestante, negra, venezuelana, terceiro turno).

“Abrir mão de si para continuar produzindo, sempre, desde o tempo que entrei até hoje. Hoje em dia quando a bexiga começa a apertar já vou direto para o banheiro. Estava esquecendo, sou hipertensa, quanto mais, beber água, ir ao banheiro, é melhor.” (Entrevistada 3).

Uma das entrevistadas faz referência ao seu processo de adoecimento mental atual, citando seus ataques de pânico³⁵ que tiveram origem em uma crise iniciada ao término do terceiro turno da linha de produção da JBS, com três dias de idas e vindas de hospitais, até os dez dias seguidos em que acabou internada para tratamento psiquiátrico.

“Fico mal na crise, tem dor no peito, no coração, pensamento que posso ter infartado até morrer. Fico nervosa, preocupada, em pânico, não fico perto de ninguém. No começo de choro tomo um rivotril, mantenho a calma por causa da medicação, que é uma coisa que eu quero cortar. Depois que fiquei internada percebi uma sequela muito grande, qualquer coisinha mexe comigo e entro em pânico. Adquiri tudo isso na JBS, onde você entra saudável e sai todo adoecido.” (Entrevistada 4).

Ainda que ocorram recorrentes agravos à saúde dos empregados durante a produção, a organização do trabalho aparece omissa e o sofrimento é resignado entre os adoecidos. A precarização da organização do trabalho pode corresponder à solidão do trabalhador, individualização do sofrimento e consequentes maneiras alienantes de adoecer, pois também são precárias as condições que mobilizam para engajar-se em busca do socorro médico e de testemunhas.

“Quanto aos problemas de tendões, ombro e psicológico, os supervisores e colegas sabiam da minha questão, das dores de articulações e tendões. A gente entrava com medicamento escondido, às vezes um colega perguntava se tinha algum comprimido. Todo mundo reclamava de dor, nunca reclamei, as pessoas falavam que é normal a gente ficar com muitas dores por consequência dos movimentos repetitivos.” (Entrevistada 4).

³⁵ “Embora os ataques de pânico geralmente durem apenas alguns minutos, eles produzem considerável estresse no paciente. Além de ter sintomas fisiológicos de alarme, como sensação de sufocação, tontura, sudorese, tremores e taquicardia, os pacientes com transtorno de pânico geralmente têm a sensação de morte iminente. A maioria também apresenta agorafobia (ou seja, um medo de estar em lugar ou situação da qual seria difícil escapar ou extremamente desagradável). Pelo fato de os ataques de pânico serem recorrentes, os pacientes, com frequência, desenvolvem uma forma secundária de ansiedade antecipatória, preocupando-se constantemente sobre quando e onde o próximo ataque irá ocorrer” (Gabbard, 2006, p. 194).

“Tinha as tonturas, era nervosa, falava o que tinha que falar, as respostas sempre na ponta da língua, não abaixava a cabeça para ninguém e sempre agressiva. Na época que fui afastada, o médico da firma deu um laudo para levar ao INSS, que não me dava com ninguém, vivia mais sozinha, não tinha compatibilidade com as pessoas.” (Entrevistada 5).

Diante do acidente de trabalho caracterizado na agressão sofrida com arma branca, a organização do trabalho ausenta-se para o trato de casos de violência, se omite para os trabalhadores violentados e para os violentadores.

“Acho que é muita carga e o que me aconteceu há quase dois anos. Fui esfaqueada na mão por uma haitiana, colega de trabalho e a empresa praticamente me largou a Deus dará, não se mobilizou em nada. O meu pai pagou consultas, inclusive para tirar os pontos. Depois de um mês de férias, não consegui pensar em voltar, faltei uma semana, pois não me sentia segura.” (Entrevistada 2).

“A interpretação da empresa acerca da agressão sofrida, o que entendi, e que qualquer pessoa que ouve a história, que não for inventar ou mentir e falar como de fato aconteceu, é que poderia muito bem ter saído dali viva ou morta e nada mudaria.” (Entrevistada 2).

“A doutora me passou um atestado, o supervisor recusou pegar o atestado. Fiquei uma semana indo para a Seara, para trocar o curativo. Ficava a Deus dará numa tenda que ainda era do Covid-19. Levava frio, sereno até dá cinco e meia para bater meu ponto.” (Entrevistada 2).

“A interpretação que peguei foi essa, que poderia muito bem ter morrido lá, que era mais um crachá que eles iam cancelar. Quem socorreu foi um supervisor da padronização, ele que me levou direto para o ambulatório. Estava sangrando muito, mas quando chego ao ambulatório eles fazem aquelas perguntas de praxe. Para a empresa, a gente tem sempre culpa, quer se eximir de qualquer coisa. Disse que não foi briga, fui pegar o meu EPI que estava reservado e a pessoa pegou. A única coisa que falei foi, ‘fulana, me dá a minha luva’, só isso. Ela não me devolveu e me tacou a faca. Percebi que não queria saber de conversa, era um olhar raivoso, tipo, ‘se vier, tem mais’. A pessoa continua lá, trabalhando como se nada tivesse acontecido na vida dela, como se ela não tivesse feito nada. Porque isso para mim é um crime.” (Entrevistada 2).

A reivindicação por reconhecimento do empenho individual sustenta-se, contudo, pode levar a encruzilhada que afasta o trabalhador da consciência de classe. O sofrimento torna-se alienado, pessoalizado e a crítica ao processo adoecedor é fragmentada. A respeito dos efeitos da submissão da força de trabalho através das artimanhas³⁶ da supervisão, as metas realizadas destacam que a produção está no centro da organização do trabalho. E nesse sentido o trabalho é garantia de renda insuficiente, fonte de constrangimentos, condição de servidão, imobilidade ascendente e representação de um processo excludente.

“Nesse refile não consegui nada, só dei muito de mim para eles. Ajudei a supervisora atingir metas e ser classificada. Com meu salário baixo, classificada em nada, fiquei muito chateada, me fazia mal ver todo mundo entrando, passando pelo tempo de experiência e classificado depois de sete meses. Com todos esses problemas, de não alcançar o que me prometeram, sempre estava disposta a cumprir horário e trabalhar com qualidade. Mesmo prejudicada, entristecida e desgostosa. Às vezes triste, com vontade de chorar e mal. Trabalhei várias vezes chorando, acho que é característica minha mesma. Nunca deixei de fazer ou falei ‘não vou’. Não deixei isso me afetar, de não fazer porque não consegui o que me prometeram. Sempre fui uma pessoa esforçada e dedicada ao meu trabalho, dava o meu melhor. Ouvi muita gente falar em fazer de qualquer jeito, não fazer mais e estar nem aí. Só abandonava caso desse um problema e não estivesse bem mesmo. Consegui oportunidade com o supervisor no corte, mas não fui classificada a nada.” (Entrevistada 4).

Concorre-se para um processo de vulnerabilização acrescido pelos agravos que são comprovados em exames periódicos e pelo adoecimento psíquico que é rechaçado pela empresa.

“Tenho outro acidente de trabalho, uma sequela, perda de audição constatada por exame que tive que fazer quando fui transferida do setor de refile para o corte. Tirei foto do laudo, acho que eles não iam deixar a gente ver isso, mas, erraram em dar o papel em nossas mãos. Outro exame que fiz quando retornei do afastamento, o médico estava no ambulatório e nem cheguei a pôr a mão nesse papel. Não sei se deu mais queda de audição ou se perdi do lado direito. Percebo no dia a dia, parecia que não escutava. As pessoas falam e pergunto

³⁶ <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2025/06/27/supervisor-em-frigorifico-que-negou-saida-de-gravida-em-trabalho-de-parto-tem-historico-de-assedio-contra-gestantes-em-mt.ghml>. Acesso em 08/02/2026. O fato noticiado faz referência às consequências do assédio de um supervisor que impediu uma trabalhadora gestante de interromper suas atividades por conta da centralidade da produção.

três vezes, fico até com vergonha. Depois que entrei na JBS sinto várias dores no pé e tem dias que ataca. Não sei se é de ficar tanto tempo em pé, dói isso aqui todinho. A articulação da mão direita, meus dedos doem. Sempre foi assim, trabalhando direto, vivia com dor nas mãos, principalmente na direita. Tinha uma época que dava pontada nesse dedo, que ficava assim e de repente gritava. O doutor falou que os tendões estavam todos inflamados.” (Entrevistada 4).

O processo de adoecimento caminha por eventos que apresentam sinais evidentes do trabalhador perdendo sua soberania e tornando-se inapto para seguir produzindo. As crises recorrentes durante a jornada de trabalho sinalizam o esgotamento do sujeito até o seu afastamento temporário ou permanente do trabalho, o que obrigará refletir para além da psicosfera, ater-se a sua própria degradação que causa sintomas físicos e psicológicos. Por mais insalubre que seja representada, a organização do trabalho não disponibiliza equipamentos e profissionais capazes de fazer os primeiros socorros. Por tratar-se de um ruído que desmobiliza ou atrapalha a rotina de metas, os episódios de crises³⁷ no local de trabalho acarretam atos truculentos para excluir o trabalhador adoecido das vistas do setor.

“Nos últimos três meses venho trabalhando à base de crises que sentia. Trabalhando normal, brincando com as meninas, na cabeça da gente parece que liga uma luz. De repente senti a perna e o braço formigar, não conseguia mais respirar, cabeça tonta, ânsia de vômito, pressão alta, parecia que ia explodir. E aquela angústia no peito, uma vontade de chorar, gritar. Larguei tudo, fui direto para o ambulatório. Cheguei lá, minha pressão estava vinte por doze. Era entre duas e três da manhã. O expediente tinha começado entre onze e cinquenta e meia noite. O rapaz falou, vou lhe encaminhar para a UPA. E aquela respiração, aqui ela vai, faz todo percurso de uma respiração normal. Quando estou em crise, ela não passa daqui, parece que tem alguma coisa que trava, a respiração não entra para os pulmões. E ânsia de vômito. O rapaz mandou outro menino chamar o táxi. Só em sair de lá, já comecei a sentir a melhora, a respiração foi melhorando, o aperto no peito foi diminuindo, quando cheguei à UPA, o doutor perguntou o que eu tinha sentido, falei para ele. Ele disse, ‘vou ser bem franco com a senhora, não vou lhe medicar para a sua pressão, sua pressão já

³⁷<https://mspantanalnews.com.br/jovem-de-18-anos-e-preso-apos-surto-ameacas-e-apreensao-de-drogas-em-frigorifico-de-dourados/> Acesso em 08/02/2026. O caso noticiado descreve um episódio de surto e o estigma atualizado para traficante. A desigualdade ficou mais radical após o surto, houve prejuízo psíquico, social e material. O trabalhador ficou mais vulnerável, sua cidadania esvaziada, intensificando-se um processo de exclusão social.

está boa, está normal. O que a senhora teve foi uma crise de ansiedade’. Deram clonazepam e morri, só deu tempo de pegar um ônibus, chegar até em casa e capotar. Depois vem o pós remédio, um vazio. Você olha para a sua casa e parece que está em outro ambiente, que não é você que está ali. Quando acorda está tudo desconhecido. Comecei a me policiar mais, todos os dias venho trabalhando nesse ritmo.” (Entrevistada 2).

“Tive dois apagões, mas não sei te dizer como. Apagão, de estar fazendo uma coisa aqui, após apagão já não lembro mais de nada. Não me socorreram, saí da sala de corte, fiquei me sentindo como se todo mundo tivesse me olhando. Como se tivessem percebido aquilo, pareciam olhar como se fosse louca, mas não comentam. Vou descrever da maneira que entendo, era como se tivesse uma crise de sonambulismo acordada.” (Entrevistada 2).

“Penso, será que vou conseguir ir amanhã, será que não vou? Se não conseguir, vou ao consultório, pego atestado e pronto. Minha filha fala, ‘mãe, vai lá pega atestado, pega uns três dias, procura descansar, você não vai aguentar’. Já falei para o supervisor, ‘Você está achando que estou vindo por quê?’. Quando passo mal, às vezes me levam para a sala dele. Chorando muito, aquela dor na alma, aquela agonia. Ele senta na minha frente, pergunta o que está doendo. Falei, a alma é que dói e você não tem noção do que é isso. Ele falou que iria me liberar, mas primeiro teria que melhorar. Vou para o ambulatório e fico lá, um bom tempo, médico não tem, não tem oxigênio, não tem remédio, tem nada.” (Entrevistada 5).

“Antes de ser afastada do trabalho não tomava remédio. Acontecia tudo, desmaiava lá dentro, era agressiva, caía. Às vezes estava boa na linha, de repente uma tremedeira, debruçava em cima da calha e já me tiravam debilitada, toda roxa.” (Entrevistada 5).

“Uma coisa que todo mundo reclama, você vai de boa, até feliz dentro do ônibus, mas quando entra para dentro daquela guarita começa a doer tudo. Todo mundo, ‘aí meu Deus quero ir embora, aí meu Deus está doendo tudo’. Não sei se é psicológico, como já aconteceu de chegar, não conseguir almoçar, a comida não descer. Ir para o vestiário, sentir aquela moleza, aquela coisa ruim. Encostei na parede, a menina me perguntou se estava ruim, falei, “estou, só me ajuda a sentar”. Ela colocou uma blusa minha no chão, sentei e fiquei. Perguntou, ‘Quer ir para o ambulatório?’, falei não. Deixa aqui um pouco, vai passar, acho que é a pressão. Ela saiu e outra veio, falei, ‘então vamos para o ambulatório, me ajuda a vestir aqui’. Ela ajudou a me vestir, colocar bota, meia, touca. Cheguei lá, mediu

minha pressão, falou, ‘sua pressão está sete por quatro’. Foi uma queda de pressão, na hora vi que ia cair. Ela falou, ‘você não vai entrar, vai ficar aqui deitada. Fiquei lá a tarde toda até melhorar.’ (Entrevistada 5).

“Não que me lembro de sofrer acidente, mexendo com faca. O único acidente que tive foi agora que me arrastaram para fora, deslocou esse braço. Depois que tiraram a faca de mim, avançaram com muita violência para me arrastar para fora. Então, na minha visão achei muito errado o que eles fizeram. O mesmo venezuelano médico, que colocou o braço no lugar, chegou e falou, ‘larga ela, solta ela, solta’, todo mundo se afastou. Não tinha condições, porque na agressividade estavam dando pancada, um arrasta daqui, outro arrasta dali.” (Entrevistada 5).

Enquanto o processo de adoecimento aparece negado pela empresa, quanto ao nexo com o trabalho, a conduta de medicalizar o trabalhador busca adaptá-lo a tolerância às dores, expondo-o ao progressivo agravamento das suas lesões.

O adoecimento psíquico que aparece em muitos empregados, evidentemente, caracteriza a organização do trabalho e não aparece restrito a setores ou funções da produção.

“Quase todos aqueles funcionários têm alguma lesão por esforço repetitivo. Um monte tem problemas de ansiedade e depressão. Tem a mulher do meu amigo, ele é desossador, ela é supervisora e está afastada por depressão, por três meses. Ela é só cobradora de metas, supervisora. Nem sabia que ela estava afastada. O marido que me falou, está afastada com depressão.” (Entrevistada 3).

O quadro sugerido por Dejours (2013, p. 89) ajuda-nos a refletir sobre o caso de adoecimento depressivo da supervisora que esteve afastada.

O preço a pagar pelo sofrimento ético – como se nota com frequência nos últimos anos no mundo do trabalho – é o ódio de si, o desespero. É por isso que, nos últimos quinze anos, apareceram tentativas de suicídio e mesmo suicídios consumados até nos locais de trabalho. Com o ódio de si vem também a erosão da “compaixão” rousseauiana e, no mesmo movimento, na sequência, inevitavelmente, o desmoronamento da solidariedade.

A vulnerabilização social decorrente do adoecimento fica demonstrado na repercussão dos limites frente aos constrangimentos do trabalho e na percepção de dependência do uso de medicação para lidar com os constrangimentos fora do trabalho. Nesse sentido, sustenta-se a ideia de um processo de exclusão social pelo acúmulo de restrições referentes à saúde física e mental.

“Antes estava fazendo muito uso de remédio, agora a psicóloga está ensinando controlar um pouco e o rivotril só uso em caso de crise. Fico mal na crise, tem dor no peito, no coração, pensamento que posso ter infartado até morrer. Fico nervosa, preocupada, em pânico, não fico perto de ninguém. No começo de choro tomo um rivotril, mantenho a calma por causa da medicação, que é uma coisa que eu quero cortar. Depois que fiquei internada percebi uma sequela muito grande, qualquer coisinha mexe comigo e entro em pânico. Adquiri tudo isso na JBS, onde você entra saudável e sai todo adoecido.” (Entrevistada 4).

“Comprava e fazia uso direto de medicação para dar conta do turno, dorflex e dipirona. Estou conversando aqui, mas não consigo ficar muito tempo assim sentada, fico mexendo, sinto que a dor aqui queima. Saí com minha filha, levei uma mochilinha de lado, com uma garrafinha d’água, um celular e um cartão dentro. Estava desse meu lado e começou a doer. Não aguento nada desse lado, tudo incomoda.” (Entrevistada 4).

“Com ansiedade e o problema de bursite no braço consigo ter controle tomando medicamento. O médico falou que meu problema é para o resto da vida, portanto é confiar em Deus”. (Entrevistada 4).

O uso de remédios para se manter produtivo aparece como evidência (pista) do caminho da degradação, demarca o momento dos sinais e sintomas, expõe limites do corpo até o ponto irremediável. Esse elemento [auto medicalização] acerca do processo de adoecimento, sustenta uma teoria do cotidiano da organização do trabalho como fonte de sintomas em constante processo de precarização. O limite até a inaptidão causada pelo adoecimento não se repercute em mudanças de melhoria da organização do trabalho, mas no trabalhador entre a negação e a negligência diante do próprio adoecimento psíquico.

Eis o destino preestabelecido pela organização do trabalho, da precariedade e da servidão nos frigoríficos, demonstrado nas estruturas resultantes das entrevistas.

Eis que a inaptidão ao trabalho é precedida pela contínua medicalização do corpo sem soberania, que seguiu extenuado e produtivo, e agora vive sob a ameaça de perdas de vínculos e rupturas psicossociais.

O itinerário das entrevistadas responde ao roteiro de múltiplos aspectos que acentuam processos de exclusão social. Observa-se que a ruptura com o mercado de trabalho parece ser iminente, sendo precariamente adiada por meio do uso de analgésicos. São alguns precedentes da inclusão perversa, é um processo que se mostra em condição permanente/perpétua. Lembra-se que as entrevistadas citam dificuldades para acessar o auxílio doença, que muitas contratam advogados para reclamar seus direitos, por consequência do pedido negado na previdência social. Necessitam resignar-se diante do território de degradação, passando para servidão. Gradativamente deixam de estar aptas ao trabalho, por isso produzem com base no uso de drogas que reduzem as dores de lesões causadas por distúrbios osteomusculares, além de outras comorbidades prévias que se agravam devido às condições de trabalho. Eis as repercussões da organização do trabalho na integridade física/psíquica, nas vulnerabilidades sociais e nas representações que expressam a prevalência do sofrimento psíquico.

“Voltei ao trabalho há um ano, para dar conta, preciso tomar remédio para dor. Carregava os remédios, principalmente um que dá sono. Faço tratamento com a reumatologista, para fibromialgia, artrite reumatóide, reumatismo articular nos nervos. Não posso ficar muito tempo em pé, colocaram restrição, tenho que trabalhar sentada. Já tomei aquele paco, [paracetamol + fosfato de codeína]. Foram vários remédios para as dores nesses anos todos. Teve uma vez que enchi uma dessas caixas de compra com embalagens de remédio, a intenção era ver quanto remédio tinha tomado. Meu marido falou para queimar, que não é bom ter aquilo dentro de casa.” (Entrevistada 5).

“Tem muita gente que conversa sobre remédio psiquiátrico. De vez em quando algum pergunta o que você toma? Falo, fluoxetina, sertralina que o dr. tinha passado, quatro comprimidos por dia, mas não resolveu nada pra mim. Você vai acostumando, vi que ultimamente os remédios não estavam fazendo efeito. Fiquei dois dias sem tomar, aí piorou a situação.” (Entrevistada 5).

“Meu filho falou, “mãe, não fica tomando essas coisas. A senhora está se drogando, isso é droga”. Ele fala que é droga, queira ou não queira, é uma droga. Falou, “mãe, a

senhora tem que ter controle”, mas é mais forte que a gente. Faz tempo que não usava assim, entre aspas, porque dia vinte e três de dezembro, sexta-feira, estava muito nervosa, passei por uma situação que acabei usando. No domingo usei de novo, antes era bem mais frequente.” (Entrevistada 4).

“A questão da ansiedade eles souberam depois que fui diagnosticada. Até o outro supervisor, quando ficou no lugar do meu, perguntou se fazia uso do rivotril, falei sim. Perguntou, “você não sente sono, não tem medo de cair, porque você trabalha com faca?”. Ele lembrou que uma vez lhe deram rivotril, quando ele perdeu a mãe, ficou bem mal, apagou. Falei, nunca dormi por causa de rivotril. Sinto que vai passando, uma hora dá uma acalmada. Se estiver chorando, diminuo, parece que consigo dar uma controlada na situação. Também lembrei que passei pelo médico no ambulatório, que está tudo lá, o medicamento que tomo. Falei igual o meu médico particular falou, que sou muito elétrica e acelerada no duzentos e vinte. O rivotril nem faz cócegas, é questão de crise, se começar a ter frequente, fazer uso até quatro vezes ao dia. Nessa época que ele me questionou, estava assim, passava mal, era mais um rivotril.” (Entrevistada 4).

“A necessidade de seguir produzindo, apesar da percepção de agravos ligados ao trabalho traz a percepção de louco. Sabe o que é todo dia você tomar um relaxante muscular? Olha a loucura, vou tomar para trabalhar direito. Trabalha direito hoje, mas lá na frente, qual a gravidade para a minha saúde? Quero trabalhar sem sentir dor, vou recorrer a qualquer coisa que tira a dor e deixa ter meus movimentos. Não estou pensando no amanhã, estou pensando na produção. Posso trabalhar com dor, porém não sou a mesma pessoa se estiver sem dor. Então vou me entupir de antiinflamatório, de relaxante muscular, vou à farmácia, compro qualquer remédio. Não é ‘eu quero’, tenho a obrigação de produzir. Até no hospital, o médico vai e passa remédio. Ele diz, ‘mas a gente não pode dar atestado’. ‘A gente é orientado a não dar atestado’. Orientado por quem? Mas, por quê? Você está entendendo?” (Entrevistada 3).

O corpo como território produtivo é a representação necessária para que essas trabalhadoras tenham valor dentro da lógica produtivista, tratam de uma artimanha artificial [medicalização] que condiciona a negação dos seus limites, concorre também para um processo de clivagem psíquica inaugurado pela continuidade do adoecer produtivo.

A representação social acerca da vulnerabilidade causada pelos agravos permanentes sofridos no emprego precarizado e servil destaca um declínio, uma degradação escalar do corpo/mente. A superação dos limites, vulnerabilização da integridade do corpo território, rebaixamento do desempenho, a perda da capacidade laboral, o afastamento e o risco de não conseguir retornar ao mercado de trabalho.

“Existem muitos relatos sobre adoecimento, como o caso de uma colega que fez cirurgia nos punhos. Ela até ganhou na justiça, duzentos e cinquenta mil reais contra a SEARA, que continuou com ela por quatro meses. O médico colocou no laudo que ela não poderia mais exercer a função. Logo, ficava onde a gente trabalha com transpaleteira, só assinando numeração de bateria. Também tem o caso do meu vizinho também com bursite nos ombros, cotovelos, punhos e hérnia de disco.” (Entrevistada 4).

A representação do processo de adoecimento e consequências de rupturas destaca o sentimento de inferioridade, desqualificação e estigmatização. O processo de exclusão social conforme Paugam (1994, *apud*, Ferreira, 2024) e Martine Xiberras (1998, *apud*. Escorel, 1999), recai sobre o indivíduo segregado, submetido a rupturas de vínculos sociais, materializados e simbólicos.

“Depois do ocorrido na empresa, em uma entrevista, por exemplo, se falar que tem problema, não vão me querer. Se me calar, falar que não tenho problema, a idade chega e creio que as dores vão ser mais fortes, e às vezes acho que não vou conseguir me dedicar, ser a mesma por conta do problema que adquiri na empresa. Num outro emprego já sentiria na hora, vou ficar a base de remédio para dar um resultado bom.” (Entrevistada 4).

Alguns casos de trabalhadores lesionados que sofrem a redução da sua aptidão resultam em transferência para outras funções também submetidas a metas. Ou seja, por decorrência dos agravos físicos ou psíquicos que limitam movimentos, funções e postos de trabalho, é reconhecida a contiguidade no processo que vulnerabiliza. Também nesse aspecto o processo de adoecimento é contínuo quando decorre da rigidez da produção e suas metas.

“Os problemas no corpo, como os de tendão, por exemplo, começaram aparecer depois de um ano que estava no emprego, quando já era necessário tomar remédio também. Entrei em dois mil e dez, um ano depois tinha dores, período que operava a máquina de moela. Lembro que nós fazíamos ginásticas para os pulsos, porque era muito rápido e repetitivo. Esse braço aqui ficou torto, ele incha, não posso fazer força. Deu desgaste na

coluna cervical, na altura do pescoço. E agora que voltei de afastamento, começou a doer a coluna lombar. Fiz uma ressonância, deu hérnia de disco também. Então, por isso que estou fora da desossa.” (Entrevistada 5).

O afastamento, decorrente do processo de adoecimento, trata da vulnerabilidade do corpo que requer cuidados. Essa condição evidencia dinâmicas nas quais pode se observar exclusão quanto às filiações sociais. Logo, a representação acerca do sofrimento e adoecimento psíquico revela ao trabalhador vulnerável a concepção de desrazão que o conduz à segregação, dificuldades para manter vínculos e para os cuidados da família, impossibilitando a compreensão e mesmo o interesse acerca do seu sofrimento.

“Ali, na linha, se eu visse uma colega lá tirando víscera, se virasse aqui, já via ela lá do outro lado dando risada. A mesma pessoa, no mesmo tempo. Ai olhava de novo, via que ela estava trabalhando lá, que ela não estava aqui. Às vezes, onde estava, via um bicho grande, pardo, passava por baixo da calha. Não era onça. Eu falava ‘meu Deus, isso não é de Deus. Jesus amado, tira isso de mim senhor’. Alucinava, não tinha mais como continuar, tinha que me afastar. Cheguei a falar que iria fazer a perícia e se não passasse, voltaria e detonaria com a empresa. Cheguei a falar isso para o supervisor. ‘Porque são vocês que marcam, vocês sabem o dia e a hora que a gente vai passar pela perícia’. Passei de boa, tranquila, só que já estava bem debilitada. Lembrar que até os caminhões de galinha não podia ver na rua que já entrava em crise de pânico.” (Entrevistada 5).

O sofrimento psíquico referido trata da mobilização subjetiva que antes engajava o corpo para o trabalho, depois passou a abarcar a alienação e a desrazão. Destaque para o uso contraditório de relaxantes musculares e a centralidade do trabalho. A representação (do custo) da contradição, *ser louco* e produtivo.

“Quanto a necessidade de seguir produzindo, apesar de perceber os agravos ligados ao trabalho, a percepção é ser louco. Sabe o que é todo dia você tomar um relaxante muscular? (Entrevistada 3).

Nesse ponto de reflexão os seus elementos da representação social [o significado e os sentidos] acerca do adoecimento são sustentados pelos enfrentamentos diários dos constrangimentos, associados aos estigmas, aos afetos, às dores percebidas no limite - fronteira entre o corpo e a organização do trabalho precarizada.

“Você chega em casa e chora. Eu ligava para a mãe desesperada. A coitadinha entrou até no site e disse, ‘Tu compre sertralina!’. Disse, mãe, não posso comprar esse remédio sem receita, mãe. Sempre disse, gente não estou bem. Mas tem gente que diz, ‘você está ficando louca’. Falei que vou ao psiquiatra, perguntaram, ‘você está doida?’. Que loucura! Olha o teu preconceito, cara! O dia que você precisar de um psiquiatra é por que você está louco?” (Entrevistada 2)

O processo de adoecimento decorre da coisificação do humano, do trabalhar feito uma máquina que vai quebrar e será substituída. Percebe-se a organização do trabalho constituída de peças humanas descartáveis. A exclusão é parte do processo, está prevista pela trabalhadora adoecida. Na condição de adoecida se percebe como um estorvo a ser excluída por fracassar como *homo faber*.

“Quanto à percepção e sentimento do adoecimento causado pelo emprego, é como se hoje você fosse a pessoa mais importante do mundo e amanhã você diz, ‘não estou bem’, eles respondem, ‘está descartada’. É um sentimento que você é uma peça de reposição, tanto pode repor alguém, como pode ser substituída de imediato.” (Entrevistada 3).

A vulnerabilização está no centro da atenção, em meio a todos os eventos da vida. A perda de soberania gera sofrimento e mobiliza, preocupa e restringe a identidade do trabalhador em processo de adoecimento. Aparece a crítica à servidão, baseado na consciência dos limites do corpo, na constatação de não conseguir responder pelos próprios atos, no ritmo da produção em direção à morte. O processo de exclusão social envolve fatores econômicos (afastamento do trabalho); culturais (representação de não - reconhecimento ou de negação de direitos); e sociais (quebra de vínculos societários e comunitários) (Nascimento, 1994).

“Agora não quero voltar para lá, não volto mais, nem amarrada. Vou falar uma coisa, o que sinto mais é que os sintomas da ansiedade cessaram, aquele aperto no peito. A pessoa que estava há uma semana em casa, se lesse essa carta teria chorado horrores. Não é que não sinta, é como se agora eu estivesse me dosando. Sei que eles estão lá me esperando. Uma semana atrás, a cabeça ia ter a perspectiva de não ver mais esse povo, a cabeça estava focando em outra coisa. Ela estava focando em tirar a própria vida.” (Entrevistada 2).

A condição da precarização da vida e o baixo salário restringem os recursos, os cuidados para remediar o adoecimento decorrente da atividade em si e da responsabilidade de

seguir produzindo. O nível de precarização pelo viés de uma cidadania salarial [dependente do salário ou poder de consumo] está nas iniquidades de acesso à assistência médica e qualidade da mesma. Nesse ponto, a adesão ao serviço de saúde privado não se refletirá na fonte do seu adoecimento, contudo terá impacto na renda e no custo de vida.

“Se tiver necessidade de cuidados à saúde, os recursos disponíveis seriam a automedicação e o SUS, porque não tenho plano de saúde, é muito caro. Já tenho dentro da minha bolsa melatonina para dormir, remédios para não sentir dor, remédio para não dormir. A minha saúde mental foi desgastada pelo cotidiano do trabalho, pela responsabilidade que ele impõe para produzir. Vou dar um exemplo, vou tomar um remédio para não dormir na linha. A minha bolsa cheia de remédio foi me dando ciência que não estava bem.” (Entrevistada 2).

“Estou sem Unimed atualmente, vou pedir se voltar para lá. Mas não adianta, o médico vai me afastar, vou levar um atestado e o problema só continua. A nossa Unimed é muito cara, quase cento e cinquenta reais. Todo mês você desconta, se você for ou não for ao médico você desconta. O da BRF não, só paga se usar. Acho que quarenta e cinco por cento do pessoal da JBS tem Unimed.” (Entrevistada 2).

Dentro das representações constituídas acerca do processo de adoecimento do trabalhador, aparece uma argumentação jurídica que subsidia a classificação (qualificação) dos danos sofridos, mediante intuito indenizatório. Remete-se à perspectiva de uma cidadania com base em uma sociedade do contrato. Equiparando meio de produção e força de trabalho, são reclamados os prejuízos causados à parte mais frágil.

“A advogada explicou que pode fazer pedido de rescisão indireta, danos morais, e da Unimed é por acidente de trabalho. A Unimed, tem o seguro de vida, frente ao acidente de trabalho. E eles não consideraram isso como acidente de trabalho [ser esfaqueada por uma colega de trabalho]. A minha advogada conseguiu que eles fizessem a CAT, fizeram com data errada. Eles manusearam o documento do INSS com data errada, colocaram que o acidente na SEARA aconteceu comigo no dia vinte e cinco. Quem trabalhou na SEARA dia vinte e cinco? Só eu e a haitiana? Isso era Natal. Parou dia vinte e quatro, voltou dia vinte e seis. Só que a advogada já pediu o prontuário e veio explicando, do dia, da hora que entrei à hora que saí de lá, e tem a data também. Tem uma data errada nessa CAT, o juiz vai

perguntar, quem manuseou a data errada foi a empresa. Tem o BO e eles colocam lá que não houve comunicação à polícia.” (Entrevistada 2).

A representação social, comprometida com a acomodação de contradições da organização do trabalho, abarca o território de degradação e ideologia hegemônica evidenciados na autoexploração, no adoecimento e na resignação. No abrandamento dessas mesmas contradições, ocorre a adesão ao desejo do tirano, à servidão e à artimanha da sedução do supervisor tiranete. O mesmo supervisor que determina metas da produção também é chamado ao socorro do empregado que sofreu AVC durante o alcance dessas metas.

“O que prende a SEARA é assim, já pedi demissão, não vou mentir. Mas o que me prende à SEARA? Ser uma boa funcionária, nenhum dos dois supervisores que pedi demissão me deu. Eles me prenderam. Porque mesmo não estando cem por cento o meu físico, minha velocidade e meu ritmo de trabalho, posso achar que não estão tão bons, mas para quem vê está excelente. Mas não estou me achando tão boa, produtiva como antes. Já pedi demissão duas vezes. Na primeira vez ele falou, vou fazer uma carta para você pedir férias, arejar a cabeça, dá uma melhorada. Fez a carta e mandei para o RH. O RH, o que faz? As suas férias foram canceladas por causa da sua audiência. Pedi para outro supervisor, ele chegou para mim e disse ‘não, não vou te dar a tua demissão, espera a audiência’. Eu já vinha dando sinais que não estava bem. Esses supervisores, a gente não consegue demissão sem passar por eles. Essa resposta que deram, significa que precisam que os outros funcionários se espelhem em você. Sabe por quê? A pessoa não tira pausa, tem dez minutos de pausa para ir ao banheiro, não tiro pausa, vou ao banheiro na hora que subo, às onze e depois só vou ao banheiro quando saio.” (Entrevistada 3).

“Na JBS você entra bom e sai louco. Nesses últimos três meses vi coisas no trabalho, um haitiano que trabalhava atrás de mim, num dia de domingo, uns dez minutos que a gente tinha acabado de começar, o rapaz teve um AVC. Qual a conduta de um AVC? Chamar primeiros socorros de urgência. Não, “vou procurar o supervisor”, “vou procurar brigadista”. Um brigadista vai saber fazer uma massagem cardíaca direito? A pessoa teve um AVC e durou uns vinte minutos ou mais para ter uma assistência. Retiraram ele de lá e levaram para o ambulatório que não tem médico. Parece que foi para o Hospital da vida, estava tendo um AVC, uma parte do corpo estava morta. O meu amigo que era líder na época colocou ele no ombro, a boca já estava torta e ele se tremendo. Aquilo me deixou num

mal estar, porque sou hipertensa e vi que a vida da gente não vale nada. Esse rapaz morreu nesse AVC.” (Entrevistada 2).

O adoecimento causado pela organização do trabalho é refletido em absenteísmo, o que contraria as regras para a progressão funcional da empresa, mas denuncia a perversidade da inclusão social. Estabelecendo um processo de exclusão e de sofrimento quanto à negação do direito de afastar-se do trabalho mesmo sob prescrição médica.

“Quanto aos colegas com lesões de tendão, existe um monte, quase todo mundo que trabalha lá. Quase cem por cento, incluindo venezuelanos e brasileiros, todos adoecem. Só que até o atendimento para um venezuelano aqui é fácil. Eles vão ao médico e pegam dois, três dias de atestado. Um brasileiro vai e mal recebe um, como da vez que fui à UPA, antes dessa minha crise de ansiedade, numa sexta-feira à noite, estava com o braço ruim. A médica deu um dia de atestado e ainda disse, esconda, a gente é orientado a não dar atestado. Com os venezuelanos não tem essa questão. Tem venezuelano que pega três, quatro dias de atestados. Pode ser a língua? Quem está avaliando não entende? Quem fala só se queixa, do seu modo. Na minha vez a médica passou duas injeções, uma injeção de ibuprofeno, que nunca mais na minha vida tomo, arde, queima, coça, dói. Você não sabe de que jeito fica, se fica em pé, se fica deitado, é muito ruim. Também tomei uma de tramal. Ela disse, ‘vou lhe dar um dia de atestado’, que foi na sexta, ‘mas a senhora não comente e saia daqui com ele escondido, a gente é orientado a não dar atestado’.” (Entrevistada 2).

“Sei que foram essas coisinhas de trabalho assim que me deixaram muito mal, foi onde começou tudo. Sempre procurando dar o meu melhor e triste por causa dessa classificação que não consegui. A suspensão que veio prejudicou, porque não se pode ter advertência, suspensão e atestado. Tive todos esses problemas e quando atacava ficava mal, tinha que dá atestado. Daí, fui me sentindo prejudicada, me dedicava muito bem quando estava lá, sabia que era a melhor.” (Entrevistada 4).

Acomodar contradições da organização do trabalho acarreta em condutas contraditórias condicionadas na dinâmica entre limites do corpo e avanços das fronteiras de expansão do modo de produção. Ou seja, constatados os agravos, decide-se continuar trabalhando com uso de drogas (lícitas e ilícitas) e a consciência da piora da qualidade de vida. Destaca-se, portanto, o risco do alto potencial de abuso de estimulantes,

antidepressivos, anestésicos e miorrelaxantes. A centralidade na produtividade acarreta a degradação dos trabalhadores através da alienação para autoexploração, ou autoextermínio.

“Na minha mochila tem losartana, minha médica falou que não posso me desapegar dele, por causa da pressão alta e o torsi-lax³⁸. Anador, nunca comprei nem dorflex, é mais torsi-lax, meloxicam, nevalgex. Quando não tenho dinheiro, peço para um colega. Estava tomando até pregabalina, nessa minha lesão o doutor passou. Um dia estava tão desesperada de dor, eu disse, vou tomar pregabalina, ela dá um alívio, mas não é para problema muscular, é para problemas de nervo. Estava indo trabalhar com o alívio da pregabalina.” (Entrevistada 2).

“Esse emprego resultou em mudanças na qualidade de vida. Não tenho vida social. Qualidade de vida de tudo que você pensar que um ser humano, que um trabalhador tem, não tinha. Eu trabalhava feito uma máquina de domingo a sexta, era uma máquina. Cheguei a tomar copos enormes de café para ir trabalhar. Quando chegava minha folga, que você pensa, ‘vou sair para a casa de um amigo’. Era como se o corpo recebesse a notícia de que é só descanso. O seu corpo está tão cansado que você só fecha os olhos e acorda com mais cansaço. Isso é percebido muito nos colegas de trabalho, tinha gente de dormir na linha. Tenho colega que dorme na linha, que é igual a mim, precisa tomar canecas de café. Tem gente que usa entorpecente para trabalhar, para o corpo aguentar. Agora imagina um entorpecente para uma pessoa que trabalha numa situação de risco o tempo todo? Um piso escorregadio, todo engordurado. Um trânsito de gente, trânsito de tanque, de máquinas, de jacarés. É uma situação de risco o tempo todo e as pessoas têm que usar uma certa droga para que o corpo fique anestesiado.” (Entrevistada 3).

Primeiramente, estar alheio aos próprios limites, não se reconhecer pelas dores, ter em mãos a receita da medicalização e adiar o afastamento do ambiente adoecedor. Em seguida, reconhecer-se apenas pela capacidade produtiva, sustentar uma normalidade artificial e no final perceber-se em uma loucura.

Esse tipo de estratégia de defesa é paradoxal, por um lado é um meio de proteção frente ao sofrimento e seus efeitos sobre a saúde, favorece ignorar o sofrimento e negar suas causas. Por outro lado, a mesma estratégia pode tornar-se obstáculo para pensar o trabalho.

³⁸ FREITAS, W. *et al.* Abuso de carisoprodol e seus riscos à saúde: o papel do farmacêutico na prevenção da automedicação. Revista Foco, [S. l.], v. 18, n. 11, p. e10432, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n11-069. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/10432>. Acesso em: 12 fev. 2026.

Dentro da organização real do trabalho, a medicalização [assim como o uso de drogas ilícitas] constitui um controle para tolerar a organização prescrita e uma adaptação precária do trabalhador.

O afeto³⁹ proveniente das dores, das lesões, do não reconhecimento por parte da organização do trabalho, atua para modificar a representação social acerca do trabalho, repensar os limites do corpo, questão considerável quanto à continuidade da capacidade de vida laboral após dano irreversível. Nesse aspecto da consciência das contradições, a representação social pode abarcar também os efeitos da percepção de injustiça e sustenta a aversão ao território de degradação e servidão. Relatam sobre a alta rotatividade, partindo do grau de precarização do emprego há uma certeza da degradação da capacidade laboral.

“Você fica todo doído, tem que pensar bem e precisar do emprego para poder ficar⁴⁰. Hoje as pessoas da minha idade, a maioria que não está afastada, de fora, estão lá dentro trabalhando nas linhas, olhando contaminação de frango, não podem nem erguer os braços. O frango passa, estando contaminado, só empurra. A pessoa que está boa pega do outro lado. Até os novos que estão entrando, dois três dias e estão pedindo a conta, não estão aguentando.” (Entrevistada 5).

“Mas voltando, não quero, quero nem esperar sessenta dias, quero ir lá pedir demissão. Sabe quando você começa a entender as coisas? Comecei a entender as coisas quando comecei a passar mal, chegava em casa e despejava tudo que tinha que chorar, chorava, era um alívio. Quando tinha que acordar, você acorda mais cansada do que antes. Comigo é assim, não sei como é para os outros, acordo mais cansada do que o normal.” (Entrevistada 2).

“Eu disse, quero ir embora. Ele disse, ‘faz o seguinte, se afasta’. Mas afastar, um tempo vou ter que voltar para lá, não quero voltar. É como se ali fosse a fonte dos meus delírios, todos em um só lugar. Quando estou trabalhando tenho vontade de matar um, tenho vontade de sair gritando, correndo⁴¹. A minha irritabilidade aumentou muito nesses últimos

³⁹ LANE, S. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In LANE, S. e BADER, S (orgs). Novas veredas da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995.

⁴⁰ <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/19/ritmo-productivo-extenuante-em-frigorifico-da-jbs-causa-doencas-ocupacionais-diz-justica-do-ms/> . Acesso em 15/12/2025.

⁴¹ <https://www.folhadedourados.com.br/ms-funcionario-da-jbs-e-baleado-por-colega-dentro-do-frigorifico-e-esta-em-estado-grave/> A reportagem trata de uma tentativa de homicídio envolvendo dois funcionários da JBS,

meses. Sou calma, na vida sou calma. Você mal vai me ver batendo boca, mas no trabalho já mudou isso. A personalidade sofreu muitas alterações por causa desse trabalho. Imagina o ser humano estar trabalhando e pedir para alguém arrumar um comprimido para dor, para relaxamento muscular, todo santo dia.” (Entrevistada 3).

“Avaliando a situação do mercado de trabalho, vou falar pela SEARA, todo dia procuram gente para trabalhar⁴². Porque quem está lá dentro já não está mais aguentando, incluindo muitos estrangeiros. Quem está lá já sabe que não quer ficar. Depois do meu afastamento uma colega que ia para nove anos, quando voltei, ela não estava mais. Uma colega ia fazer sete anos e pediu demissão. Então, a SEARA não prende.” (Entrevistada 2).

“Fui por conta própria para a UPA, pois quando cheguei em casa começou a ânsia de vômito, dor de cabeça, tontura. Vou para a UPA, quando não estou bem, porque se precisarem encaminham para a psiquiatria. Cheguei lá chorando muito, estava bem debilitada, aí chamaram a assistente social, conversei bastante com ela. Estou procurando ajuda, quero melhorar, estou cansada disso todos os dias. Acordar e ter que lutar contra você mesma, é difícil.” (Entrevistada 5).

6.5 Categoria Afastamento do trabalho e consequências da vulnerabilização

Sinopse da categoria: Categoria instituída pelos temas relacionados ao afastamento do trabalho ocasionado por adoecimento laboral. Demarca-se esse tempo-espço pela dificuldade de acesso aos recursos que tratam da cidadania do trabalhador e do detrimento dos limites do corpo ao ponto de torná-lo permanentemente inapto ao trabalho, submetendo-o a dimensões (econômica, cultural e social) de exclusão social. Alguns elementos destacados nesse tempo-espço de vulnerabilidades são: a realidade do estado de bem estar social negado, dinâmicas de exclusão social, constrangimento do acesso a direitos sociais, papel do sindicato, racionalidade privatista e individualista. As entrevistadas afastadas do trabalho, diferente daquela que ocupa cargo de supervisão, expressaram suas representações sociais acerca da negação de reconhecimento aos seus direitos.

no município de Campo Grande-MS. Destaca-se que o autor da tentativa de homicídio já apresentava sinais e sintomas de psicose. Acesso em 13/02/2026.

⁴²<https://www.douradosnews.com.br/dourados/frigorifico-abre-200-vagas-de-emprego-em-dourados/1256428/>. Acesso em 15/12/2025.

6.6 Descrição da categoria Afastamento do trabalho e consequências da vulnerabilização

Quanto à ideia da cidadania, do cidadão que tem direitos e possibilidades de acessá-los, as representações que são elaboradas pela entrevistada que ocupa o cargo de supervisão tratam das garantias ofertadas pela empresa, remetem à cidadania salarial, como aquela que supre necessidades através da falsa sensação de ser parte da sociedade pois existe a possibilidade de adquirir um objeto de consumo (Costa e Ianni, 2018). A entrevistada aponta o esvaziamento da cidadania mediante dificuldades de acesso aos serviços públicos, citando a desproteção social à saúde e educação dos filhos. Logo, desvincular-se desse emprego significa descer degraus da cidadania, aproximando-se das franjas do precariado.

“Penso que a gente tem muitos deveres e poucos direitos. Penso mais em questão de governo. A empresa dá muitos direitos para nós, que a gente não tem aqui fora, uma empresa de nível global, como se fala.” (Entrevistada 1).

“Temos direito à saúde com a empresa, coisa que não tenho aqui fora com o governo. Tenho direito a um convênio médico excelente, minha família também. Então vejo que a empresa traz muitos direitos, ela dá a possibilidade de colocar um filho numa creche particular. Sem a empresa você não consegue nem numa pública, você não consegue nada, é difícil. A empresa dá o direito de ter uma alimentação saudável, com várias opções no cardápio, que muitas famílias não conseguem com o governo. Então vejo que a empresa contribui demais para a gente ter uma vida digna como cidadã.” (Entrevistada 1).

“O funcionário tem o café da manhã, tomo café na empresa, se quiser comer uma fruta, comer o pão. Tenho direito a duas opções de salada e de suco. Se sentir fome, tenho lanche da tarde. Antes de vir embora ainda posso tomar um lanche da tarde, pão e frios.” (Entrevistada 1).

“Acho que a gente tem muitos direitos, a empresa contribui demais, consegue fazer sua parte de modo excelente na nossa cidadania. Temos direito a dentista e muitas coisas que o governo aqui fora não faz. Os nossos direitos, fora da empresa não são cumpridos, a gente contribui e paga pela saúde, mas tem um retorno baixíssimo.” (Entrevistada 1).

“Os funcionários no final de ano ganham presentes para os filhos, coisa que o governo não faz. Muitos pais não podem dar um presente de natal e toda criança filho de funcionário, até onze anos, tem direito a um presente excelente no final do ano.” (Entrevistada 1).

A entrevistada que ocupa o cargo de supervisora nega-se a falar sobre a atividade sindical e sobre o sindicato, ainda que sejam dezoito anos trabalhando na indústria. A sua representação social acerca do processo de exclusão social acomoda a individualização da mobilidade e da vulnerabilização social.

“Quando se fala de processo de exclusão social, o que vem à cabeça são pessoas que não têm ou não tiveram oportunidade. Tema difícil, vejo que a própria pessoa que se exclui de certa forma. Eu poderia me excluir também, minha família era extremamente miserável, tinha tudo para me sentir uma excluída da sociedade. Minha mãe e meu pai analfabetos e pelo contrário, nunca usei isso para me sentir excluída. Acho que as pessoas se vitimizam demais, mas quando você quer e tem um objetivo, não tem sociedade nenhuma que vai te excluir. Você pode virar até um empreendedor, a gente tem ali vários exemplos de pessoas sem condições nenhuma.” (Entrevistada 1).

“Quanto à exclusão no mundo do trabalho, acho que a idade é uma questão que exclui. Você já deve ter ouvido falar muito isso, quando a pessoa é mais nova, ela não tem experiência e quanto a pessoa é mais velha, tem vários postos de trabalho que ela não é contratada por conta da idade.” (Entrevistada 1).

A representação acerca do desemprego traz a identificação do trabalhador com o capital, referindo ao desejo tirânico como único. Condiciona-se à defesa do papel dos tiranetes, como vozes ativas da psicosfera.

Outro subsídio da representação social trata das crises sanitárias como ameaças que impactam a produção e a oferta de empregos. Ocorre a acomodação acrítica acerca das crises financeiras que atormentam permanentemente o mercado e modo como estas se inserem na globalização, além de colocarem em risco a estabilidade dos direitos-benefícios dos empregados, faz a mente da supervisora não se desligar do trabalho.

“O desemprego já foi vivenciado e presenciado, tenho medo, é algo que preocupa bastante. Vejo que é grande o impacto para a sociedade, se uma empresa dessas fechar. Muitas pessoas dependem desse trabalho.” (Entrevistada 1).

“Quanto a sentir ameaça pelo risco de desemprego, a gente passou pela crise da Covid19, agora estamos passando pela gripe aviária, então é ameaçador, a gente não consegue ter todo controle.” (Entrevistada 1).

A diante, na descrição desta categoria abarcam-se perspectivas daquelas que ocupam os cargos mais precarizados. Elementos das representações sociais de entrevistadas retiradas à privações. Aparentam um tipo de cidadania de desproteção social [cidadania excludente], em um território de degradação e servidão, sem que haja regras e até mesmo organização representativa dos trabalhadores. A cidadania regulada, como demonstrou Silva (2009), é degradada ao nível dos baixos salários, ínfimos frente ao custo de vida, onde tem sentido a servidão, a inclusão perversa e a exclusão social.

“Penso na cidadania como ter direito e ter acesso a serviços públicos. Eu hoje comentei isso com alguém no ponto de ônibus, a minha cidadania é muito privada, porque pago um seguro social todo mês e na hora que tenho que ter o meu direito como cidadã, ele é muito burocratizado. Para eu ter acesso, só daqui a muito tempo. Hoje eu falei isso, ser trabalhador hoje é você não poder adoecer, porque a sua necessidade como cidadão passa por uma burocracia, que se você pensar bem, você vai se arrastando para o seu trabalho e não vai atrás desse direito por ser uma coisa muito escassa. Você ter que mendigar um direito que você tem por lei. Contribuo com a previdência social a quase vinte anos e no episódio que tive a quase dois anos atrás, só tive um pedido que deu deferido e outro o médico negou. Parece que hoje você ser trabalhador não pode adoecer, vai para um INSS, no caso, e ele simplesmente está para dizer não. O médico não te examina, ele te critica. É como se você tivesse naquele lugar querendo uma coisa que não é sua, inventando uma doença. E muitos parecem ter prazer em humilhar a gente como cidadão, porque eles podem e a gente está a mercê do que eles vão pensar. Então, ser cidadão hoje e ser trabalhador é a coisa mais difícil que tem.” (Entrevistada 3).

“O trabalho te dá muitas vias, também te tira muitas. Em conjunto, sociedade, você é participativo, ativo ou não. Quando falo sociedade, entendo responsabilidades, ela te cobra mais do que ela te dá. Você é mais cobrado do que lhe é ofertado. Entendo que a sociedade hoje está virando um comércio, de uma certa maneira ela vira um comércio. Por quê? Eu quero ter uma maneira de sair, de ter contato com gente, com pessoas. Certo? Mas não há esse conjunto de amigos, de pessoas que sejam do trabalho. É muito difícil você vê pessoas, colegas seus de trabalho, vocês se reunirem é muito difícil mesmo. Por quê? Questão social, questão cultural, étnicas. Nesse contexto, imagina um alagoano, um potiguar, um haitiano, um venezuelano e um sul matogrossense numa roda. Não há aquela integração, não tem como vocês interagirem entre si. Então, é como se dissesse, você cata as pessoas a dedo para ter esse jogo que fala (se chama) sociedade. E a empresa, nesse caso, poderia fazer algo. Entendeu? Por quê? Deveria ter o que? Não sei, lá tem um clube, uma associação. Não custa nada você ter um dia, proporcionar um lazer para as pessoas. Vamos um dia parar de pensar na produção e vamos pensar na qualidade de vida do nosso funcionário, como sociedade. Vamos deixar de ser hoje uma empresa e vamos ser um núcleo social, vamos trazer essas pessoas para a gente ver qual afinidade que eles têm, para a gente ver quais as necessidades. Mas não há preocupação com isso. Estou aqui há três anos, peguei um período de pandemia. Voltou, liberou agora, esses dias. A interação social que teve foi dia do trabalhador. Você, empresa, você não se põe um dia para ver o seu funcionário como uma pessoa fora daquela empresa. Você não se preocupa em dizer o que é essa pessoa lá fora. O que essa pessoa lá fora está precisando, está deixando de ter, deixando de fazer. Então, vamos tentar proporcionar um pouco? Não tem, não há. É uma sociedade industrializada. Entendeu? Você já sai do seu trabalho para a sua folga, mas você já está pensando que amanhã você já tem que voltar. A sua casa vira a indústria, porque você não se esquece dela. No caso, você sai dela, mas ela não sai de você.” (Entrevistada 3).

São destacadas as consequências das características precárias da organização do trabalho, o desempenho na função, processos de adoecimentos, filiação e vulnerabilização

social, a perda da capacidade laboral até o descarte do mercado de trabalho. As vagas de empregos mais precarizadas são preenchidas sob condições de trabalho reconhecidamente insalubres e degradantes. São recorrentes os aspectos da organização do trabalho potencialmente adoecedores e condicionantes aos processos de vulnerabilização social, que sustentam historicamente o desenvolvimento de economias dependentes dedicadas a superexploração da força de trabalho. Encontram-se também uma filiação social com elementos precarizados e fora de vínculos familiares, sendo sustentada pela relação de prestação de serviços e por estratégias não coletivas de luta.

Acerca do sindicato refere-se que são poucas informações sobre as atribuições desta entidade e dos seus serviços prestados. Não há menção à própria categoria representada pelo sindicato, quanto menos à luta da classe trabalhadora. A representação social acerca do sindicato trata de inação e atuações de fiscalização sem participações da categoria, propõe-se que a entidade intervenha nos aspectos precários e colabore com empresa. Por outro lado, foi descrita (acima) a expectativa de a empresa abdicar da centralidade da produção e exercer um papel de integralização e socialização dos empregados.

“Sobre o sindicato, a SEARA pinta e borda porque o sindicato não é atuante. A maioria das pessoas não paga sindicato, então não vão lá. Eles não atuam muito, como é na BRF. Oitenta por cento dos funcionários da BRF são sindicalizados, a gente não.” (Entrevistada 2).

“Não há vínculo com o sindicato, porque tornou-se opcional. O sindicato só vai quando é aumento de salário, houve uma briga enorme por causa desse aumento de salário. Mas a primeira vez que o sindicato foi lá falar do aumento salarial, eu assinei uma folha, mas acho que só trinta por cento está sindicalizado. Esses feriados que eles trocavam o ano todo e só queriam dar no final do ano, o sindicato barrou, disse que não poderia mais. Trocou um feriado hoje, dá no final de semana ou como tem que ser, não pode acumular de maio para dar em dezembro. E também acho que a atuação do sindicato é bem independente de você ser associado ou não, é um sindicato. Você tem que fiscalizar, lá tem duas pessoas que são do sindicato, parece que é no primeiro turno ou segundo, mas a ação mesmo você não vê. Ação, ‘ah, tem algo errado? Tem, então vamos lá’. Você tem que ir, tem que ver o que tem de errado na empresa, para dar a possibilidade dela se adequar. Você não vê isso, não é porque a pessoa não contribua, mas é sindicato.” (Entrevistada 3).

“Quanto à percepção e representação do sindicato, vou ser bem realista, é uma coisa que sou bem leiga para falar, porque nunca tive contato. O contato que estou tendo agora é que o meu vizinho entrou para o sindicato. Ele está com um monte de problemas da JBS. Ele veio com uns papéis, mas eu disse, ‘vizinho, seus papéis estão diferentes, nem posso te dizer, não estou conseguindo entender’. Entrei com meu advogado particular, já ele já procurou o

sindicato. E a única coisa que ele falou para mim, é que achou que foi rápido, não demorou a marcarem a audiência, já está agendada a negociação. Pelo sindicato foi rápido, porque a gente contrata advogado e demora. Mas não posso falar nada, porque sou leiga na parte do sindicato.” (Entrevistada 4).

Encontram-se ressonâncias com a racionalidade neoliberal quanto às atuações individuais para garantia dos direitos trabalhistas, recorrendo aos serviços de advogados particulares, como cidadão consumidor. Buscam-se garantias no direito privado, fora de uma perspectiva coletiva sindical, sob uma ruptura de vínculos societários da categoria. Em decorrência do afastamento do trabalho, a condição de relatar sobre os eventos que precederam o adoecimento também é analisada juridicamente com base em prontuários, laudos, boletins de ocorrência.

“Ainda tenho uma perícia da mão para fazer. Foi nomeado o perito, que não marcou a perícia ainda, é contra a Unimed. A audiência da SEARA era para ser hoje, mas acho que eles pediram adiamento e segundo a advogada não estou bem para falar. A minha voz, de vez em quando, dá uma gaguejada, mas diminuiu depois dos remédios. Quanto à melhor condição para falar e me expressar melhor, acho que será quando o meu sistema nervoso entrar em sintonia, ficar mais relaxado. Fui à consulta com o psiquiatra, abri a boca e comecei a chorar. Quando foi para sair as coisas, acabei desabando. É como se revivesse os fatos, tem que memorizar e colocar em palavras.” (Entrevistada 2).

“A advogada irá solicitar o prontuário da UPA. O clínico que me atendeu na hora, muito bom por sinal, disse que demora mais ou menos duas semanas para liberarem o prontuário. Tenho até que ver com ela, porque é tanta coisa na cabeça. Ela trouxe umas coisas para mim, porque não tenho ninguém aqui. Vou perguntar a ela se solicitou o prontuário da UPA e do CAPS.” (Entrevistada 2).

“Consegui minha advogada, na época que tinha uma companheira. Por mim, eu não tinha feito nada, ela disse, ‘isso não está certo, é teu direito, vai atrás. E se essa mulher te mata, tu não ia valer nada?’. Fui até a polícia, abri um BO, fui fazer o exame de corpo de delito. A minha companheira na época que encontrou essa advogada, porque eu não tinha cabeça. Eu não sabia que tinha entrado em choque com o que aconteceu.” (Entrevistada 2).

“Quanto à possibilidade para a aposentadoria, a advogada está montando todo o processo. Quando saí do hospital Evangélico, no outro dia que cheguei em casa falei para a advogada, ‘olha, aconteceu assim, assim, peguei a faca e não vou mentir, peguei mesmo’. Ela falou, ‘só faz uma coisa, pega o chamado do SAMU’, eles têm no relatório que foram chamados. ‘Pega um relatório, eles devem ter por escrito’. Também do hospital Evangélico, do atendimento. Tem o atestado do hospital Evangélico que passei por lá e o prontuário, o número, o que foi feito. ‘Traz aqui, a gente vai por no processo também’, como todos os atestados que já mandei para ela.” (Entrevistada 5).

O processo de adoecimento acarreta mais vulnerabilização por depender de pessoas próximas ou de uma rede social para acessar serviços públicos, tanto em caso de judicialização, como no próprio tratamento de saúde, por exemplo. A desfiliação social destaca-se por aspectos que impactam no momento que se rompe o vínculo com o emprego e mercado de trabalho. Por outro lado, a filiação possibilita reações frente ao processo de vulnerabilização e atua também na constituição da representação social sobre afastamento e consequências.

“Por algum tempo percebia que já precisava procurar ajuda. Quando fui ao periódico da empresa. Há uns dois meses atrás, falei tudo que estava sentindo, ele disse que eu precisava procurar um psiquiatra. Fui até a Cabeceira Alegre, passar por um clínico e na hora ele faz aquele papel para o pedido de marcação de consulta. Quando eu chego na portaria, na recepção, apareceu uma moça e disse, ‘eu não marco porque eu não sou daquela área’, aí eu fiquei com esse papel. Liguei para o CAPS duas vezes, marquei a primeira consulta, a menina que iria comigo, porque só vai com acompanhante, não pôde ir e eu remarquei. Ficou remarcado, a menina também não pode ir porque ela faz psicólogo online e ela tinha consulta. Então liguei, a moça disse que conseguiria encaixar e fui para o acolhimento.” (Entrevistada 2).

Outro elemento da representação social acerca das consequências do afastamento faz referência ao isolamento social, afastamento da família e prejuízo dos vínculos. O estado de choque pós acidente de trabalho constrange a contestação e a elaboração crítica da servidão. O sujeito com mais filiações e redes sociais aparece com menos riscos para a alienação, vulnerabilização e incapacitação permanente.

“Após migrar e iniciar no emprego fiquei sozinha sem família. É tanto que a minha advogada está com o meu atestado, do doutor do CAPS, para entregar. Eles não querem aceitar. Só aceitam se for alguém da minha família. A advogada tem uma procuração geral minha, que dá plenos poderes para ela fazer tudo em meu nome. E eles sabem, porque a gente responde tudo isso quando vai fazer a inscrição, sabem que eu não tenho família aqui.” (Entrevistada 3).

A identidade em seu prisma sócio afetivo e familiar fica em risco por causa das consequências do adoecimento psíquico e seus agravos. A trabalhadora percebe-se segregada, vulnerável e em um processo de exclusão social, precedido por uma inclusão social perversa em seu emprego no frigorífico.

“Estava difícil, ele [marido] era motorista, carregava crianças de escola. Depois, quando vieram esses ônibus novos da prefeitura, ele pegou um para trabalhar. Ele passava lá em casa, me pegava, colocava no banco ali, para sair um pouco. Às vezes via aqueles

caminhões de galinha na rua, entrava em crise, praticamente atrapalhava ele. Para ele estava sendo pesado aquilo. Então, se eu precisasse de um remédio, tinha que levantar e pegar sozinha. Tinha a ajuda da minha filha e ele foi se distanciando. Falei com o médico, ‘o meu marido vai acabar me largando’. Ele falou, ‘chama teu marido aqui’. Foi ele e a menina de onze anos. O médico explicou a minha situação, disse que procurassem evitar incomodar e contrariar. Porque se você pegasse um copo de água e pingasse uma gotinha no chão, na minha cabeça aquilo ficava enorme, porque não podia acontecer aquilo.” (Entrevistada 5).

Outro elemento da vulnerabilização decorrente do afastamento do trabalho e dos riscos de desemprego são os danos à saúde, preocupações, ansiedade, perda do controle das emoções, das condutas e dos pensamentos. Nesses casos, a filiação social medeia processos de vulnerabilização, contar com o apoio da família propicia condições para identificar e entender os limites através de sinais do corpo. Já a negação destes sinais faz a trabalhadora atuar como uma máquina automática, que acarreta danos psíquicos.

A família, portanto, aparece como um elemento de suporte frente a processos que constituem exclusão social, quando relacionada diretamente à situação de desemprego, negação de benefícios previdenciários e/ou de acesso a serviços públicos de saúde.

Portanto, os vínculos societários/comunitários sustentados pela família são contrapontos à exclusão associada aos empregos precarizados e a determinados grupos sociais de excluídos necessários.

“Quanto à situação de desemprego, já vivenciei e não foi tão pesada, tão amedrontadora como agora. Porque estava no meu Estado, na minha casa. Não tinha responsabilidades, ter uma conta de luz, internet, ter um aluguel para pagar, uma conta de água. Eu não tinha essa responsabilidade, porque estava na casa da minha mãe. Então a situação de desemprego me dava a oportunidade de escolher um emprego que achasse melhor. Não vou me apegar na primeira pedra, na primeira tábuia que vier, porque eu estava amparada. Aqui não, a minha cabeça já está pensando qual será a minha busca. Será a mesma coisa? Me apegar na primeira cruz que tiver? Porque opção é só uma, arrumar um emprego. Mas com a mentalidade que adquiri agora, que para eu ter um emprego tenho que estar bem. Eu tenho que estar bem, não o físico, a cabeça. Se a minha cabeça não estiver bem, volto para a minha terra e fico lá na casa da minha mãe e lá eu começo a procurar com a consciência que não posso me apegar na primeira coisa que aparecer. Agora a necessidade me pede, mas a minha saúde vem em primeiro lugar.” (Entrevistada 3).

“Quanto à situação de desemprego, só se for falar da minha vida quando jovem, igual todo mundo, correr atrás de emprego, ter dificuldade para encontrar. Mas depois eu casei e a gente tinha nosso próprio negócio. Tem pessoas que passam muito tempo

procurando emprego e não conseguem. Já presenciei e ajudei muita gente que convive com desemprego, com dificuldades e que precisa de ajuda.” (Entrevistada 4).

Dentro da condição de afastamento da atividade laboral, o adoecimento psíquico leva à vulnerabilização, à perda da soberania de si, tornando o trabalhador inapto, a ponto de ser um risco para si mesmo. A representação do adoecimento e vulnerabilidade agrega pensamentos místico-religiosos, considerações para além dos recursos científicos de tratamento. O sofrimento decorre do processo de vulnerabilização social e o corpo é conduzido pela ideação de autoextermínio. Nesse sentido todos os outros espectros da identidade foram suprimidos diante do sofrimento que levou ao afastamento do trabalho.

No limite do corpo constata-se o cansaço, a privação do sono, LER/Dort, esgotamento físico e psíquico. Na condição de servidão a trabalhadora recebe salário insuficiente para a reprodução da própria vida, mas é qualificada para produzir produtos de primeira linha. Quase não ia ao banheiro e pouco bebia água, preocupada com a sua insuficiência em produzir. Não gostava de pegar atestado médico, trabalhava com febre. Foi promovida e foram ampliadas as suas atribuições, também classificada como a melhor refiladora do setor, onde mais sofria. Esfaqueada na mão por uma colega de trabalho haitiana, foi deixada a “Deus dará” pela empresa após a agressão. Trabalhava à base de medicações para suportar as dores do corpo. Percebeu o esgotamento psíquico e reconheceu que era só mais um crachá para a empresa.

Dentro de uma leitura psicológica, acredita-se que após o esgotamento físico/psíquico e a perda de soberania de si, o próximo movimento, para busca da reintegração da autoestima e do self, é a identificação majorada com o superego sádico, o sentimento de culpa⁴³. O adoecimento e a perda de sentido da vida compõem a representação social do afastamento e suas causas. Alguns relatos estão focados no autoextermínio, sob uma tristeza que pavimentou a representação da morte e a perspectiva de nunca mais ver os familiares.

“Com a passagem pelo CAPS, provavelmente haverá a avaliação do dr., o que justificou o pedido de internação. Relatei para ele, quando perguntou, falei, ‘Dr. vou ser bem sincera, só estou aqui hoje pelo amor que tenho pela minha mãe’. Como estou sendo sincera agora, pelo amor que tenho a ela que ainda estou aqui. Vou nem imaginar ela sentir uma dor de perder um filho.” (Entrevistada 2).

⁴³ CARONE, Marilene; FREUD, Sigmund. 1985: luto e melancolia. J. psicanal., São Paulo, v. 49, n. 90, p. 207-224, jun. 2016. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352016000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 8/2/2026.

“No período em Dourados, trabalhando na SEARA, só tenho folga aos sábados, então é como se o corpo sentisse o cansaço da semana todinha, quando dava seis horas da noite já estava dormindo, acordava duas horas da madrugada. Vendo aquela escritora, Ana Beatriz, ela é psiquiatra também. Ela escreveu “Mentes brilhantes”, tem o um e o dois. Um eu tinha, mas alguém pegou, enfim. Ela falou uma coisa que me descreveu na depressão, o depressivo, a pessoa que tem depressão não consegue dormir como uma pessoa normal. Eu chegava em casa, almoçava, arrumava as minhas coisas, limpava a casa, sou muito chata com limpeza. Deitava para assistir, eram seis horas, sete horas já estava dormindo. Depois das duas da tarde eu acordava e o sono não me pegava mais. E hoje tenho um sério problema de chegar em casa e não conseguir dormir, ficar alerta. A hora que acho que o meu cérebro entende que precisa tirar um descanso é três e meia, quatro horas da tarde, para acordar oito e meia, oito e cinquenta da noite, para me arrumar e ir para o trabalho.” (Entrevistada 2).

“Tem uma coisa que o psiquiatra falou, que não sai da minha cabeça, que sou um risco para mim mesma. Por isso do internamento, porque tinha dia de sair do trabalho e uma coisa falar assim, ‘se joga na frente do carro, vai!’. Um dia, eu saindo da SEARA, entrando no ônibus, uma voz falou, ‘não é neste, é no que está passando na pista’. Daí, eu fico assim, meu Deus, o que está acontecendo com a minha cabeça? Não é falta de Deus, porque tudo que a gente mais clama é por ele e para ele. Quando o médico da terra não dá jeito, a gente clama à ele. E todo dia dizer, ‘não senhor, de novo não’. Já passei por um processo de depressão, sei como que é mais ou menos. Porque é viver tudo aquilo que vivi. Só que dessa vez com um agravante, porque tem essa porcaria dessa ansiedade.” (Entrevistada 2).

“Quando tomei um haldol todo, a data não vou saber lembrar, foi lá atrás no meu tratamento. Desse remédio que tomei, caí entre a parede e o vaso, a brecha é isso. Quem me amparou, quem me livrou? E se a minha cabeça pega no vaso? Eu iria sangrar até morrer, que ninguém sabia que eu estava no banho. E outra coisa, tomei esses remédios e acho que alguém, algum ser superior me curou, tirou aquela coisa, porque nem em médico eu fui.” (Entrevistada 3).

O processo de vulnerabilização decorrente do afastamento do trabalho refere-se a desvinculação do empregador, incerteza quanto ao acesso à previdência social, risco de ser excluída por não - reconhecimento ou negação de direitos. A averiguação da condição de inaptidão pelo INSS também requer adesão ao tempo burocrático que se distingue do tempo de vulnerabilidades, este sim, congruente ao sofrimento.

“A partir do adoecimento e impedimento para seguir trabalhando e produzindo na empresa, é contar com a boa vontade de quem pode, de um INSS, um afastamento, vou ter que passar por uma perícia. Eu vou estar à mercê, porque não sei o que vai dar, qual resultado será. Um afastamento de sessenta dias, podendo ser ou não ser beneficiada. Então, nesses sessenta dias, a empresa não tem vínculo comigo. Você está me entendendo? Qual a

importância do trabalhador para uma empresa? No momento que adoece não tem mais vínculo.” (Entrevistada 2).

“Acontecendo da solicitação ao INSS, caso der negado, vou esperar sessenta dias para voltar ao psiquiatra, ver qual será o processo, o procedimento do tratamento, para voltar ao médico da empresa, ver o que ele vai fazer, se eu volto ou não. Mas provavelmente você volta para toda tortura, porque nada muda. Se você disser assim, ‘Doutor, amputei meu braço! Ele vai te perguntar, ‘Mas e o esquerdo?’ Entendeu?’ (Entrevistada 2).

“E é preciso vivenciar a contradição que se expressa na exclusão, desenvolvendo algum nível de consciência da contradição que se vive ao agir” (Sawaia, 2022, p. 40). Importante identificar que a acomodação das contradições dentro das representações sociais seguiu para uma contestação da psicosfera, a produção perde importância para a soberania do corpo. Os afetos causados pelas dores predominam ao tempo de uma metamorfose nas representações sociais acerca do emprego precarizado.

“Deixei de ter vínculo, meu crachá não está mais comigo, está na empresa. Precisei ir lá nessa semana, não tive acesso à catraca, tive que pedir na portaria para o segurança liberar, porque meu crachá ficou retido desde o dia que fui fazer o exame e levar o atestado para o médico me afastar.” (Entrevistada 2).

A vulnerabilização decorrente do afastamento do trabalho interfere na mobilização para preservar-se, há condições de problematizar o que precedeu o processo de adoecimento, ou seja, ao constituir-se uma nova representação social acerca do território de degradação a conclusão é se negar a retornar ao trabalho.

O limite do corpo é percebido após adoecer e a representação do corpo-máquina não se sustenta. O mal estar visto como frescura é o mesmo que prejudica o desempenho. O benefício é afastar-se do que faz mal. O processo de adoecimento faz identificar-se com os casos de outros colegas, ainda que tenham particularidades, o aspecto comum entre todos é o limite diante da exploração da força de trabalho.

“Ultimamente estou bem fraca, nos últimos três meses, sentindo uma sobrecarga, cheguei a pedir férias para espalhar a minha cabeça, mas não deram. Eu estava faltando muito, quero trabalhar, mas aquele ambiente não me faz bem. Estava faltando demais e nunca fui de faltar. O meu primeiro atestado na SEARA foi com uma supervisora. Liguei para contar a minha situação, ela disse, ‘você pode ir ao médico, se ele lhe der atestado, você cumpre o atestado’. Tinha noite da gente fazer cinco mil quilos de barriga, umas barrigas desse tamanho, enrolar no papel filme, deixar toda prontinha. Cansa, bem ou mal, cansa.” (Entrevistada 2).

“O ‘x’ da questão é quando eu voltar para lá, como vai ser a minha reação. Para o trabalho eu não vou mais não. Eu não quero voltar para lá. Não quero porque o vínculo com aquele negócio me faz mal. A qualquer hora posso ter o benefício cessado e ter que voltar. A advogada tem o parecer dela e eu tenho a minha vontade que é de ficar bem.” (Entrevistada 2).

“Acho que comecei a perceber o meu limite agora. Porque, de verdade, para mim eu era uma máquina. Mas comecei a sentir que se eu não tomar conta da minha cabeça, meu corpo não vai fazer o que quero que ele faça. A minha cabeça limita o meu desempenho, porque é um mal estar. Para quem está de fora é frescura, mas você não sabe o que estou sentindo, só imagina que eu estou sentindo. O que parece frescura, para mim pode ser uma escala de trezentos degraus. A colega supervisora que está de atestado. O colega que morreu, depois que teve o AVC lá dentro. A colega de Fátima do Sul que está há quinze anos na empresa. Cada um tem seu limite, cada um tem seu modo de adoecer. O meu chegou no ponto máximo. Eu adoeci, a primeira doença que notei em mim não foi física, a doença que percebi foi a cabeça. Qualquer um pode adoecer, posso estar doente do meu braço, está tudo uma porcaria, mas a que me prejudicou mais foi essa daqui, quando a gente perde o senso. Dizem que a memória da gente é isso, né? Você perder o controle. E se acontecer de eu ter um surto e não voltar desse surto? Valeu o que? Você começa a pensar sobre a loucura. Eu não vou mentir, pensei nisso ontem e, graças a Deus, procurei tratamento. Porque tem gente que entra no surto e sai, tem gente que entra no surto e não volta, vira criança. Não sei se iria acontecer comigo, mas é uma realidade que eu poderia estar nela.” (Entrevistada 2).

Outro elemento acerca do processo de exclusão social remete à desfiliação no interior da classe trabalhadora, condicionada pela centralidade da produção, a sociedade industrializada usa o tempo de folga para dedicar-se a pensar no trabalho (na produção).

A representação de exclusão social também faz referência à discriminação, xenofobia, sofrida por trabalhadores que migraram para ocupar vagas de trabalho degradantes. Este aspecto de exclusão retrata a historicidade da inclusão perversa no Brasil, refere-se a representação social pautada em discriminação de grupos estigmatizados.

“Agora, pergunta, ‘teu supervisor mandou mensagem perguntando como você está? Não’. ‘Quantas pessoas trabalham contigo e mandaram mensagem? Só duas’. Um dia você estava lá, de repente você sumiu. Nem aquele ‘oi sumida’! Nem isso. Até a gente entender quem de fato é amigo, e quem é colega, só passando por uma situação muito ruim. O amigo vai mandar ao menos uma mensagem de conforto, e quem não está nem aí para tu, nem para saber como você está te procura.” (Entrevistada 2).

Em meio a aceleração dos gestos, das dores do corpo, dos episódios de assédio, negligência aos limites do corpo, os trabalhadores poderiam estar propensos a testemunharem e esconjurarem os constrangimentos perpetrados pela organização do trabalho. Contudo, a

aceitação da servidão é conduzida dentro do precariado e o que está em jogo é a reprodução da vida, ainda que convivam com estigmas.

“Quanto a ser excluída, não, porque com dezoito anos comecei a andar, sair de cidades, morei em quatro Estados diferentes. Vejo que não há uma exclusão, mas é como se você fosse estudado, observado. Há casos, mas não é como era antes, como a cinquenta anos atrás. Nordeste vai para São Paulo, vai só carregar saco de terra na cabeça. Aqui mesmo são poucos brasileiros, o resto é tudo venezuelano. Eu e o vizinho de lá, que está com a luz acesa onde tem a moto, somos os mais antigos daqui. A gente se conversa, já entendo um pouco do que eles falam, eles também já entendem. Tem umas pessoas aqui, nem todo mundo olha com maus olhos, diria que trinta por cento da população daqui. Antigamente chamavam de forasteiros. Olha para a gente como se fôssemos forasteiros. Está vindo tirar nosso emprego. Mas não é isso. É que a precariedade oferecida a ele pelo emprego daqui está tão ruim, que está tendo que vir gente de fora se agarrar na primeira oportunidade. Você está entendendo? Eu não estou tirando o emprego dele, estou indo pegar uma vaga que ele não quis, porque sabe quais as condições estão oferecendo. Estou indo para um lugar onde tu não quis. Mas nesse quesito de exclusão social, por ser nordestina, ter sotaque, nunca.” (Entrevistada 3).

6.7 Categoria Aspectos da vida precarizada e alternativas empreendedoras

Sinopse da categoria: O conteúdo abarca as representações sociais acerca do mercado de trabalho, antes e durante o emprego no frigorífico, além das (im)possibilidades de empreender outras fontes de renda. Representações tratadas por trabalhadoras empregadas sob condições precarizadas dentro de um cenário global, de oligopólios. As vulnerabilizações se desdobram desde a inclusão perversa quando proveniente das franjas da classe trabalhadora, condicionam submissão a vagas de empregos criticamente insalubres, com baixos salários, alta rotatividade. O precariado é mão de obra genérica ou sem exigência de qualificação.

Observação: O ramo econômico dos frigoríficos foi decretado como atividade essencial durante a pandemia de Covid19 (Decreto número 10.282, de 20 de março de 2020). O governo federal adotou medidas de suporte a empregos (medida provisória 943/2020, 944/2020, 936/2020).

6.8 Descrição da categoria Aspectos da vida precarizada e alternativas empreendedoras

Um dos elementos abarcados na representação social acerca do empreendedorismo trata e espelha o avanço do capital, a constituição de oligopólios, a prosperidade dos donos dos meios de produção, a percepção fragmentada da realidade, a grande fabulação acerca da atual fase do capitalismo.

“Quando se fala na palavra empreendedorismo, acho que é arriscar, gerar emprego e oportunidades no mercado de trabalho. Acho interessante porque quando a gente não arrisca, a gente está pensando somente na gente. Porque imagina só, agora o dono da Marfrig está investindo tudo que ele pode. Ele já é uma pessoa bem sucedida, é dono da Marfrig e possui não sei quantos por cento das ações da BRF, e ele está comprando⁴⁴. Ele poderia ficar sossegado, mas não, ele está investido. Então assim, quantas oportunidades essa pessoa não vai trazer para o país? Então se você não é empreendedor, você também não está gerando lucro para o país e isso é ruim. São poucos que se arriscam, poderia ter mais empreendedores no país.” (Entrevistada 1).

Enquanto o capital demanda alcance de metas, o trabalhador demanda renda para garantir a reprodução da vida e afastar riscos de vulnerabilidades. Conforme Dardot e Laval (2016), a alavanca negativa do desemprego e da precariedade é um meio poderoso de disciplina, o medo é o motor. Mesmo seguindo com baixa remuneração, em condições adoecedoras, vendo colegas pedindo demissão, as representações do emprego precarizado acomoda possibilidades de continuar aderindo à organização do trabalho.

“Já ocorreu oportunidade ou ocasião para outra fonte de renda, quando estava no trabalho anterior ao frigorífico. Lá sim, mas daí você vê aquela assecuridade, a estabilidade de estar em um serviço e se prender àquilo. Estou aqui, mas há quanto tempo? Se eu pedir para sair, vou deixar tudo para trás. Eu acho que essa segurança que você tem impede de arriscar em algo que pode te levar a outros horizontes. É uma insegurança que te proíbe de crescer, de prospectar algo novo. Então você fica procrastinando uma situação que mais cedo ou mais tarde o seu eu sabe que chegou ao máximo, não tendo como extrair mais nada, não tendo mais o que fazer ali. (Entrevistada 3).

“Sigo entre continuar trabalhando na SEARA ou o risco de desemprego. O que ouvi foi, ‘Você está louco, eu não vou continuar aqui não’. ‘Trabalho de servente, qualquer outra coisa, é bem mais digno do que aqui, noutro emprego a gente é bem mais valorizado’. ‘Vou procurar emprego em qualquer outro canto, mas aqui eu não quero mais’. Falam de correr atrás, não ter medo, tomar a decisão, ‘estou saindo’. Eu acho que me sentia medrosa. A vez que eu pedi as contas tinha sete meses, oito meses, nove meses de trabalho. Falei, ‘vou sair’. A vez que falei assim, ‘vou sair, me dá as contas’. E a outra vez que teve aquele problema com a menina, e falei pode me mandar embora, pode dá “justa causa”, estou nem aí. Foi

⁴⁴ <https://www.gov.br/cade/pt-br/assuntos/noticias/cade-aprova-venda-de-acoes-da-brf-para-a-marfrig> Acesso em 15/12/2025.

aquela coisa assim de surto. Mas aí no tempo normal, com cabeça fria eu sentia um medo de sair, enfrentar dificuldade, as contas, o aluguel, eu ficava com medo. Mas outras pessoas eram bem decididas. Falavam, 'não, vou sair, não quero isso para mim', e saiam mesmo." (Entrevistada 4).

"Os fatores que me fizeram continuar na empresa, medo de ficar desempregada, da necessidade de cumprir com meus compromissos. Uma coisa que procuro honrar é se tem conta para pagar. O povo fala assim, 'você se preocupa muito com que os outros vão pensar'. Mas me sinto mal, não gosto de ficar devendo para ninguém. Eu preferia estar ali, às vezes sofrendo, mas com as contas todas em dia." (Entrevistada 4).

A representação social acerca do mercado de trabalho destaca precarização generalizada e tensionamento ao conformismo. Quando há risco da demissão faz-se referência ao não reconhecimento da sua produtividade, sendo um fator gerencial causador de constrangimentos.

A condição de precariado leva ao segundo emprego para melhorar a renda, o que acompanha a percepção de possibilidades para escolha futura da opção menos precarizada.

"A doutora lá, até chegou a fazer uma proposta para eu sair da SEARA. Ela falou, 'Quanto você ganha lá, com convênio e alimentação? Eu cubro!'. Estava tudo certo, mas deu um problema lá, eu estava meio assim, falei, 'será que eu saio e dá um B.O?'. Realmente teve um problema com outra doutora, acabou não dando certo, que daí eu ia ficar frequente lá. Ela queria que eu chegasse cedo, preparava o cafezinho dela e ficasse por lá, organizando uma coisinha ou outra. Para mim ia ser bom, maravilhoso, eu gostava muito de lá. Só que daí acabou tendo problema, naquela época não ia dar para prosseguir com a proposta e ia deixar para mais adiante. Eu também tive uns problemas familiares e tive que acabar saindo de lá. Estava muito feliz com a proposta, já pensando em sair da SEARA." (Entrevistada 4.)

Na perspectiva do precariado, empreender é congruente à "viração", descrito como vender a força de trabalho a partir de condições vulneráveis de autoexploração. E a condição de cumprir compromissos financeiros remete à possibilidade de somar outras atividades remuneradas precárias, informalidade, sem horário estabelecido, dependente das demandas do contratante.

"O meu trabalho [na área de estética e beleza], por conta, é diferente de alguns outros, como venda, mecânico de moto, mecânico de máquina de lavar e geladeira. Porque são coisas que a pessoa precisa. Meu irmão trabalha por conta, com consertos de máquina, ar condicionado, um monte de coisas. Hoje, o pessoal tem necessidade do ar condicionado, não é luxo com esse calor que está. O celular dele não para, ele atende a noite, tem dia que ele chega meia noite. Vejo que nessas áreas é melhor, já a minha é mais complicada." (Entrevistada 4).

“A palavra empreendedorismo representa que a pessoa não vai depender de ninguém, ela mesma que vai buscar o seu salário. Ela é responsável pelo seu horário, vai fazer o seu tempo, não vai ter aquela pressão, ‘você tem que cumprir isso, você tem que’. É você responsável por tudo. Às vezes, tem gente que fala, é melhor trabalhar para os outros, chega o dia e seu salário está ali, seu pagamento. Empreendedorismo é mais difícil porque às vezes você não consegue atingir aquela meta. É aquela coisa, você tem o compromisso, chega o mês e você não conseguiu atingir para cumprir com todos os seus compromissos. O que te faz ir trabalhar para fora é aquilo, chegou o mês e você tem o seu. Cheguei a pensar muito nisso, se conseguir um servicinho por fora é melhor, porque você faz seu horário, você trabalha por conta. Dá para você arrumar outro emprego de meio período, alguma outra coisa, por que não dá para depender só da nossa área, a beleza é coisa supérflua.” (Entrevistada 4).

A representação acerca do empreendedorismo está condicionada a não depender de outra pessoa, mas a realidade de reabrir um salão para procedimentos estéticos foi possível somente com parceria para dividir custos. A realidade remete ao contraditório da concorrência (entre empreendedoras), da racionalidade neoliberal.

“Quanto ao pensamento em algo próprio, dentro da ideia de empreendedorismo, sempre tive a ideia, mas sempre com medo. Porque quando eu aluguei a casa onde moro, aluguei de ‘ameia’ com meu irmão, então tinha que pagar metade lá e sozinha aqui no salão. A questão é que meu irmão casou, acabei ficando sozinha com o aluguel da casa e aqui eu entreguei por conta da pandemia, fiquei com medo. Depois tinha essa vontade, mesmo estando lá na SEARA, de recomeçar o meu salão. Tinha todas as coisas montadas na salinha da casa, mas tenho uma cachorra, é ruim pra mim, o espaço é pequeno. Para atender uma cliente, tinha que prender a cachorra em um quarto, ela é grande, é cansativo para ela, dependendo do procedimento, duas, três horas, é demorado. E chega um filho, uma coisa, trabalho com mulheres. Mas fiquei há anos atendendo assim, até que agora depois que entrei com esse processo, as meninas falaram, ‘vamos abrir lá de novo?’. Estava alugado aqui, o dono ligou, o mesmo que aluga a casa pra mim. ‘Está vazio’. Eu falei, ‘estou com medo, não vou querer’. Minha cunhada é cabeleireira, faz vários procedimentos, falou ‘vamos abrir uma parceria’. Abriu em três, a outra não ficou, daí ficou assim, cada uma faz sua função. Divide o aluguel, daí comecei de novo, mas está bem fraco, bem parado. Aquele medo, aquela coisa, mas sempre tive vontade e comecei de novo. Vamos ver se vai dar certo.” (Entrevistada 4).

O empreendedorismo parece se sustentar em discurso motivacional. A realidade faz predominar o peso dos riscos, a insegurança, os meios legais e até a impossibilidade de tornar-se empreendedor.

“Hoje a palavra empreender é muito motivacional, mas quando você pensa os riscos dá dois passos para trás. Empreender no Brasil hoje significa ter que pagar mais de

quarenta impostos. Para você abrir uma firma em seu nome, você tem que pagar imposto. Imagina você ter que declarar o seu mercado, aquilo que você está expondo. Então, hoje muita gente empreende, mas não pela via legal, vai pela clandestinidade. Alguns têm sorte, entram num mercado de via clandestina, com um ano conseguem montar o seu local de trabalho todo legalizado. Hoje empreendem mais aquelas pessoas que não são loucas, mais pela via da clandestinidade, escondo os impostos, pego alguma coisa, vendo, mas não muito declarado.” (Entrevistada 3).

As rotinas e a possibilidade de ter controle do limite da carga de trabalho na indústria fazem admitir não correr riscos em projetos de empreendedorismo para o autossustento, pois exigiria muito além do desgaste atual.

“Durante todo esse tempo não ocorreram oportunidades de outras fontes de renda, a dedicação é cem por cento ao frigorífico. Várias vezes houve o desejo de trabalhar por conta própria. Pensei em montar um lava rápido, já pensei em abrir loja, mas quando avalio, acredito que minha dedicação vai ser maior do que a que tenho hoje como empregada, por isso que não me arrisquei. Acho que vai exigir muito mais, você ser o dono. A gente entende uma rotina de empresa, parte jurídica, recursos humanos, produção. Então, por entender a rotina e gestão de uma empresa, não senti vontade de arriscar, porque vejo que vai exigir muito mais de mim como dono do que como empregado, seria pior ainda.” (Entrevistada 1).

A organização do trabalho aparece conivente frente ao empreendedorismo clandestino de quem busca renda extra para somar com os baixos salários pagos pelos frigoríficos. Clandestinamente o ato de empreender acaba permeado de antagonismos, já que a criatividade deve ser recrutada para anunciar, expor, esconder e camuflar o produto que está à venda.

A realidade desse tipo de empreendedorismo revela possibilidades e constrangimentos dentro do cenário de precariedade. A clandestinidade amplia a auto exploração que se desdobra da flexibilização técnica e social daquele que se arrisca por negar a centralidade da produção e do emprego, tirando proveito do local de trabalho, usando-o como público consumidor.

“Lá na empresa tem vendedora de Boticário, vendedora de Avon, vendedora de casaco de frio, vendedora de roupa, vendedora de tênis. Elas estão empreendendo. Mas isso não é legal, a empresa não permite, porém não é uma situação cega, é sabido pelas pessoas, que há um comércio ali dentro. É claro que se sabe, só que aí eu vou citar aquela frase, “o salário é tão pouco que eles, de certa maneira, fecham os olhos”. Porque há como você saber. Como é que você vai trabalhar com a bolsa do seu trabalho e volta com a bolsa do Boticário? Até onde eu sei a gente trabalha com porco, não é com material cosmético. Então, há esse empreendedorismo ali. Uma venezuelana, ela vende de tudo que você imaginar. Ela

vende perfume, bolsa, casaco, ela vende tudo. Tem uma brasileira que vende Boticário. Elas caçam clientes lá dentro.” (Entrevistada 3).

Em meio a rotina da produção dentro da organização real do trabalho há uma cultura endógena que trata da técnica, da ergonomia, da preocupação com a incolumidade. A inteligência astuciosa é reconhecida e funcional para a organização do trabalho quando concebida como o empreendedorismo do precariado enquanto atua dentro da produção.

O fluxo migratório de mão de obra em direção às vagas remanescentes sustentou o fôlego do capital durante a pandemia de Covid19. No mesmo tempo da admissão da mão de obra, ocorre a expansão da internacionalização das empresas, em decorrência do aumento das demandas de exportações. A organização do trabalho estrutura cargos para adequar-se, necessitando de mão de obra, sem exigir qualificação para o trabalho manual.

A não exigência de experiência e de qualificação aparecem como oportunidade de inclusão social para o precariado, que desde sua origem se caracteriza pela vulnerabilização das condições de vida. Houve um contingente importante de migrantes admitidos nos frigoríficos, que passou a ocupar cargos e desempenhar funções insalubres. É importante pensar a natureza da inclusão de excluídos necessários.

“Antes de chegar ao cargo de supervisora, em dezenove anos de empresa, trabalhava como faxineira.” (Entrevistada 1).

“Antes de trabalhar na JBS, no cargo de auxiliar de produção, trabalhava como auxiliar de limpeza em um escritório de contabilidade e era muito diferente na minha cidade.” (Entrevistada 2).

“Nunca tive experiência com esse ramo, esse tipo de empresa, tipo de serviço. O que motivou (encorajou) tentar essa vaga a princípio, eu achei que não ia dar em nada, vou tentar por tentar. Nordestino é sempre estigmatizado em qualquer lugar que ele vai e por isso eu disse, ‘vou lá tentar e não vai dar em nada’. Quando cheguei lá, fiz a entrevista com um dos supervisores que hoje é coordenador e ele disse ‘você vai ficar’. Outras pessoas estavam vivendo aquilo também, de migrar e tentar um emprego na JBS. Na época, havia bastante venezuelanos, haitianos, muito alagoano. Potiguar mesmo, acho que têm poucos, acho que é uma raridade ver um potiguar aqui, mas alagoano e cearense tem bastante. Nesse dia, por exemplo, tinha bastante alagoano no processo seletivo.” (Entrevista 3).

“Antes de trabalhar na empresa, trabalhava como cabeleireira, mas quando veio a pandemia fechei o salão. Antes disso, era casada, me separei há cinco anos. Em maio agora faria quatro anos de empresa, então quando comecei a trabalhar para fora, por conta, tinha um ano que estava separada, mas mesmo separada continuava trabalhando para o meu ex

marido, a gente era comerciante. Ele teve restaurante no centro, por muito tempo, hoje ele tem só a pizzaria. Mesmo separada, trabalhava com ele nesse mesmo ponto, esse salão aqui eu aluguei. Depois resolvi entrar na SEARA, porque entrou a pandemia e fechei o salão, entreguei esse ponto aqui. Entrou aquela coisa de ter que fechar tudo e salão de cabeleireiro foi uma das primeiras coisas a fechar. Fiquei com medo de seguir pagando o aluguel de onde moro e ter que pagar aqui com o salão fechado.” (Entrevistada 4).

“Antes de trabalhar na BRF, no cargo de desossadeira, trabalhava na Cruzeiro do Sul, no cargo de cobradora. Mas já tinha os problemas psicológicos.” (Entrevista 5).

A abertura da grande quantidade de vagas refletia a precarização das condições de trabalho no período da pandemia de Covid 19, constatado o alto número de empregados afastados por decorrência de contaminação dentro das linhas de produção dos frigoríficos.

“Nesse dia, por exemplo, tinha bastante alagoano no processo seletivo. No dia, não conversamos porque estava um frio e chovendo. Eu olhava para um lado e só via haitiano, olhava para o outro e só via venezuelano. Os alagoanos ficaram mais para trás porque era enorme a fila. Estavam fazendo processo de seleção para os três turnos, estavam precisando de gente, porque a empresa estava afastando funcionários doentes e pegando muita gente por causa do Covid19.” (Entrevistada 2).

A mobilidade social ascendente fica apenas no campo dos desejos, do sonho de ser capaz, estar inserida e interferir na organização do trabalho. A ascensão social tem parâmetros na realidade do cotidiano que são condicionantes para dar sentido à vida do trabalhador.

“Eu tenho o ensino médio completo, o meu sonho agora é fazer a faculdade de engenharia da produção, tenho muita vontade de fazer, nem que seja à distância. Aqui tem engenharia de produção semipresencial, eu sei que a Anhanguera tem e eu queria fazer, para depois poder trabalhar na área. Eu já estava com isso até na cabeça, comprar um celular melhor para ver as aulas, porque o meu celular tem poucos gigas, ou então vou comprar um note. Mas agora vou ter que repensar como vou fazer, a faculdade eu quero, engenharia da produção, ou engenharia da qualidade. A qualidade é aquela que inspeciona tudo que está sendo feito na produção, ela pode embargar uma carga. Vou dar um exemplo, lá na SEARA, se a Qualidade achar alguma coisa que está errado naquele tanque, aquele tanque fica lacrado, não vai para a indústria. Ou essa outra, engenharia da produção, vou fazer uma das duas.” (Entrevistada 2).

Martins (2023, p. 145) refere que emergem utopias a partir da sobre exploração do trabalho:

É nesse âmbito que o imaginário do trabalho, abrigo da utopia, pode se desenvolver como imaginário social do trabalhador. Mesmo na escravidão direta e dos recintos de confinamento que eram as senzalas, havia um espaço imaginário que abrigava a consciência clandestina dos cativos. Infelizmente, tema muito pouco estudado.

“Eu sei cozinhar muito bem. O meu sonho é um dia, lá na frente, quem sabe, ter meu próprio restaurante. Meu sonho é fazer gastronomia, mas gastronomia hoje é curso para rico, muito caro. Antigamente você via uma pessoa com aquele negócio na cabeça, ‘é um cozinheiro’, hoje não, ‘é Chef’. O status da profissão aumentou o valor. E não é nem da profissão, é que hoje o filho de papai quer fazer gastronomia, aí eleva o valor do curso.” (Entrevistada 3).

A análise que se debruça sobre o emprego precarizado e seus efeitos de exclusão social, inicia-se por meio de pressupostos teóricos, simultâneo à detecção empírica das representações sociais. Chega até a elucidação dos conteúdos e fragmentos da vulnerabilização das condições de vida das trabalhadoras. Também revela-se o processo de inclusão social perverso pautado pelo discurso da psicosfera e pelo sofrimento causado nos limites do corpo.

O campo empírico deste estudo foi descrito, nomeado e caracterizado pelo olho da mente das trabalhadoras, quando fizeram referência aos seus empregos, seus processos de adoecimento e consequências do afastamento do trabalho.

As bússolas conceituais da Geografia foram: território, corpo, limites do corpo, fronteiras do capital e psicosfera.

As ferramentas para coleta dos dados foram entrevistas semi estruturadas, transcritas, analisadas, categorizadas. A organização dos temas e consolidação das categorias obedeceu critérios de semelhança de significado lógico, semântico e psicológico.

A cidadania esvaziada das entrevistadas referendou a proposta da categoria precariado, conforme as condições do emprego precarizado, a degradação e a servidão como oportunidade de renda-salário que se mostra inadequada ao custo de vida; sem oportunidades de mobilidade social ascendente; inquestionável desproteção para acidentes e doenças no trabalho, ainda que existam normas de segurança e saúde; insegurança previdenciária que concorre para a ruptura social; baixa crença e adesão na representatividade sindical.

A teoria das Representações sociais propõe as bases para compreensão das teorias do cotidiano, que explicam o processo de construção do espaço, a racionalidade orientadora das normas, os encontros entre o ambiente constrangedor e os corpos das trabalhadoras, suas formas de sofrimento e processos de adoecimento.

Parte-se do princípio que o senso comum acerca do cotidiano obedece normas. A construção coletiva das representações sociais estão alinhadas a essas normas, existe uma ideologia da psicosfera normatizadora dos discursos, estigmas e opressões.

Foi possível pensar o campo empírico através do conceito de território, considerando a racionalidade do modelo de produção capitalista, admite-se um território neoliberal. Cotidianamente, do lado da classe trabalhadora são territórios vividos como campos de forças, onde o corpo degradado, lesionado e alterado, impacta a saúde mental ao ponto de fazer segregar o sujeito, reconhecendo-o improdutivo e descartável.

O território é campo de forças o qual acredita-se ser mensurado no encontro entre o ambiente e os corpos, como na relação entre a precarização do trabalho e o processo de saúde/doença das trabalhadoras. A força que representa a racionalidade tirânica é a psicosfera, ideologia dominante ou hegemônica, que tem capacidade de fazer subjetivar os constrangimentos que causam sofrimento e adoecimento. As subjetividades, portanto, estão expostas às influências dessa ideologia, assim como as representações sociais são construídas reproduzindo-a e/ou negando-a.

São constituídas representações sociais acerca do território e suas partes de constrangimentos. Em suma, o campo empírico deste estudo está naquilo que é falado a respeito do trabalho, enfatizando as partes de vulnerabilidade, de precarização, que causam sofrimento e adoecimento.

A exclusão social, processo de múltiplas dimensões, foi analisada a partir da categorização dos conteúdos das entrevistas que trazem representações sociais e aspectos das rupturas.

As dimensões dinâmicas de exclusão transcorrem em processos de inclusão perversa e se acentuam no cotidiano do emprego precarizado e servil dos frigoríficos. As trabalhadoras entrevistadas fazem parte do grande exército industrial de reserva que beneficia o modo de produção capitalista.

A situação, hoje, parece sugerir que esse exército industrial de reserva tornou-se desnecessário economicamente e dá o termo exclusão, pois não seria mais reserva e constituir-se-ia em estorvo. Isso, em parte, pode ser verdade, embora haja indício de que, até por vias mais perversas possíveis, há certa articulação com a economia. Nesse sentido, só iriam constituir-se como excluídos de fato aqueles de quem não se pudesse “extrair nenhum centavo de mais-valia” (Sawaia, 2022, p. 47).

Antes da admissão ao emprego precário dos frigoríficos haviam outras vulnerabilidades como a baixa escolaridade, por exemplo. A vida vulnerável e espoliada empurrou para a aceitação da servidão, inclusão perversa no mundo do trabalho. Logo, a representação acerca da inclusão no mercado de trabalho traz consciência do determinismo para a sujeição a qualquer forma de exploração. A oferta do emprego precarizado nos frigoríficos é necessária para expandir o mercado consumidor, para concorrer e equacionar baixos custos de produção. São necessidades do capital supridas com mão de obra [exército industrial de reserva] não qualificada, sob condições vulneráveis e adoecedoras.

Pela adesão à racionalidade hegemônica da psicosfera condicionam-se os comportamentos, o uso de recursos técnicos, regras, estímulo do imaginário, produção de sentidos e representações sociais. No âmbito dessa hegemonia observa-se o mito da empresa enquanto entidade, que apaga o trabalhador da cena da produção. Este mito aparece como fator relevante e compensatório diante das jornadas desgastantes de metas, estabelece vias para legitimar a racionalidade do individualismo e do rentismo, fazendo assimilar a prosperidade do tirano como pressuposto do bem estar do trabalhador.

A precarização das condições de trabalho é assimilada como realidade através da racionalidade da individualização e negação da solidariedade, o que faz o sujeito se perceber como unidade de produção entre concorrentes.

O discurso da psicosfera, combinado nas representações sociais, trata da divisão do trabalho e da imposição de dependência servil, da identificação do trabalhador com o desejo do tirano. Trata-se, por exemplo, da adesão ao discurso de atrair o capital para o território de menor densidade técnica, adaptar-se e submeter-se às formas de exploração da mão de obra, dos recursos naturais e fiscais.

O cinismo da psicosfera afirma uma neutralidade do aumento das demandas sobre a integridade do trabalhador, negando a exploração em detrimento do aumento da densidade tecnológica dos frigoríficos.

É importante afirmar que a ideologia na psicosfera mimetiza princípios universais abstratos que operam como jogos de poder com capacidade de moldar visões de mundo e institucionalizar discursos mediadores, como o empreendedorismo, por exemplo. É nesse sentido que a ideia de acomodar contradições na composição das representações sociais da

classe trabalhadora revela o peso da ideologia hegemônica, reforçando o sujeito empresarial, empreendedor de si mesmo, porém descartável ou estorvo improdutivo.

Portanto, no convencimento de uma utopia da globalização, do Estado mínimo e do livre mercado, apesar das dores da realidade precarizada e das artimanhas para afastar-se dos constrangimentos, a ideologia hegemônica busca sempre prevalecer nas representações da classe trabalhadora (Harvey, 2014b).

No caso das metas do mercado global, por exemplo, até o ponto onde são transformadas em competências para adaptação, observa-se a concomitante vulnerabilização da classe trabalhadora.

Quanto ao discurso de resignação do precariado, pode ser considerado como reconhecimento da servidão. O baixo salário é representado como suficiente para manter o *animal laborans*, mas compromete a mobilidade social para melhorias de condições de vida.

O metabolismo do capital está visível no metabolismo do sujeito, no trabalho braçal, assim como no trabalho de planejamento e supervisão. De todas as formas o desejo do tirano invade o corpo território do trabalhador, esse desejo pode ser distinguido, tendo em vista os constrangimentos que causa.

Entre o tirano e o povo (as franjas mais vulneráveis da classe trabalhadora), estão os tiranetes (representam a racionalidade da produção), alguns são os representantes das pressões acionárias, aqueles que têm “parte no mando e nos espólios” (Chauí, 2020), os donos dos frigoríficos.

Sob a análise dos mecanismos da servidão, os supervisores ocupam um papel fundamental, pois fazem as leis, vigiam, punem, rapinam, torturam, destroem, esmagam e oprimem.

Tiranetes de menos poder dentro da organização do trabalho, os supervisores das linhas de produção atuam na lida direta com os cargos mais precarizados, agem para mobilizar os corpos de menor valor e maior rotatividade (cargos de auxiliar de produção ou operador de produção).

Observou-se que entre supervisores o *workfare* é a meritocracia que capacita à individualização das conquistas de qualidade de vida e determina a submissão à inclusão

perversa. Cabendo ao trabalhador, vincular-se ao mecanismo de tirania como cooptação, pegar emprestado um desejo tirânico que o leva à própria desumanização voluntária.

No gerencialismo sobre a força de trabalho, os supervisores são recompensados para garantia do cumprimento de metas, são catalisadores da degradação do trabalho. A sobrecarga de tarefas e do ritmo são sustentados pelo assédio desses supervisores. São atores da inclusão perversa, ainda que atuem de maneira distinta, às vezes negligenciando outros assediadores, às vezes passando por cima de normas do controle de qualidade, mas sempre buscando acelerar os subordinados.

Ao contrário do que dizem os slogans de nossos políticos e de nossos patrões, a guerra econômica não existe. O imaginário social – poderosamente orquestrado, é verdade – faz a metáfora passar por realidade, e a concorrência desenfreada, por uma guerra. Se fosse guerra, todos os abusos seriam, se não permitidos, ao menos desculpáveis. Mas não sendo guerra, os colaboradores são responsáveis pelo sofrimento que provocam ou ao qual não se opõem (Dejours, 2013, p. 86).

Das metas à falta de EPI, consideraram-se os diversos recursos para mais-valia. Essa precarização atinge além dos postos mais baixos da produção, também os estratos da gestão. Trata-se de outros meios de exploração, outras expressões das contradições constituintes do capitalismo.

Constata-se que mesmo havendo investimentos no maquinário, que uma máquina venha a substituir 200 trabalhadores, ainda persistem más condições de trabalho. Ou seja, o maquinário está no centro e recebe investimentos, o trabalhador é colocado à margem da produção sendo tratado como variável de ajuste [capital variável].

Os constrangimentos à integridade dos trabalhadores dos frigoríficos são determinados por um modelo fordista-taylorista-toyotista, que garante controle pela disciplina, continuidade da produção, redução de custos dentro das atribuições de fiscalização e apropriação da criatividade em forma de *commoditie*.

As normas do cotidiano são determinadas no momento da produção, trata-se da organização real do trabalho. Para além da NR 36, as representações reconhecem as conquistas das normas que tratam da insalubridade ambiental dos frigoríficos e das suas doenças laborais. As trabalhadoras entrevistadas referem que existem parâmetros que

asseguram medidas de segurança ao trabalhador, mas é sabido que as metas do mercado prevalecem, como um motor que acelera os ritmos em direção a perda de soberania do corpo.

Antes do adoecimento observa-se que a representação acerca da relação com o trabalho trouxe a adesão à racionalidade hegemônica, ao custo de necessitar reafirmá-la diante de qualquer outra alternativa que possa ser emancipadora. Não se trata de reconhecer a exploração de mão de obra, mas trata-se de não jogar por terra uma representação de equivalência entre o sujeito e a empresa. Assim delineou-se o processo de inclusão no mundo do trabalho, mas sob condicionantes de manutenção da servidão e da degradação, exemplo de inclusão perversa.

Ainda que haja uma racionalidade acerca da produção coletiva, as condições de trabalho no frigorífico interferem negativamente na cooperação e solidariedade. As artimanhas da racionalidade neoliberal tratam de desumanizar as relações sociais no seio da organização do trabalho. As cenas de competitividade, as formas de assédio e as violências registradas entre trabalhadores da linha de produção evidenciam o esvaziamento da solidariedade. Ainda que as situações de vareio demandem cooperações para finalizar as metas do terceiro turno, por exemplo, os conteúdos das representações sociais tratam de vulnerabilidades ocasionadas pelos conflitos interpessoais.

Entre as entrevistadas fala-se sobre o constrangimento do assédio. Nesses casos, ainda que identifique as testemunhas das situações de assédio moral e violência, a trabalhadora se refere à dúvida quanto à solidariedade e parece vislumbrar o seu destino na solidão, com posterior afastamento causado por adoecimento.

A violência entre trabalhadores aparece como consequência da autoexploração somada à percepção de injustiça. Discursos que precedem atos de violência são a respeito de perceber-se mais explorado por decorrência da indolência do colega de turno. Diz-se que o outro não quer trabalhar ou trabalha menos, que o seu sofrimento eleva-se por conta do baixo ritmo do outro.

Aos novatos da empresa não é oportunizado tempo de aprendizado acerca da organização do trabalho prescrito. O veterano ensina ao seu modo a relação do corpo com a técnica e com a produção. Essa característica da organização do trabalho traz mais riscos às relações sociais, também subsidia a representação que o novato terá acerca do trabalho.

Quanto ao emprego de imigrantes de outras partes do Brasil e de outros países, considera-se característica de uma geografia com ritmo e avanço desigual da modernização do processo produtivo, o que leva ao recrutamento dessa força de trabalho submetida a condições precárias.

A adoção de mão de obra estrangeira analisada à luz da participação da empresa no mercado global representa adesão aos critérios e parâmetros de controle de qualidade. Apoia-se em baixo custo de produção, submetendo as necessidades básicas do precariado à inclusão perversa. Portanto, as mudanças nas condições de reprodução da vida e a histórica precarização do trabalho fazem a classe trabalhadora arcar com as consequências da competitividade no mercado de commodities de proteína animal.

As históricas carências sociais de países de economia dependente, pressupostos para o precariado que vende sua força de trabalho nos frigoríficos, expressam o desenvolvimento desigual implícito em projetos coloniais que se estendem ainda hoje, sob tecnologias que embutem mão de obra barata.

O mérito para progredir dentro das empresas está atrelado à assiduidade no trabalho, por outro lado, o adoecer é demérito que evita progredir. A representação desse aspecto está ancorada na negação dos limites do corpo, em suportar todos os constrangimentos das dores até o colapso, numa dinâmica perversa de inclusão.

Entre a perspectiva da centralidade da produção e a centralidade do emprego para subsistência, o precariado não tem valor para a empresa. A possibilidade de substituí-lo por máquinas ou por outro crachá, a regra de punir o absenteísmo, as artimanhas dos supervisores, resultam em mais autoexploração do trabalhador. O processo de adoecimento, portanto, é ocasionado pelo trabalho, pelas razões da produção, enquanto mecanismos de negação dos limites do corpo, usufruindo da capacidade dos trabalhadores moldarem-se às metas.

Além da importância quanto a sujeição que caracteriza o processo de exclusão social, pressupondo que o sujeito excluído nunca tenha cometido qualquer infração (Nascimento, 2003), a compreensão crítica, materialista, histórica e geográfica deverá debruçar-se na análise da voracidade do capitalismo, como um determinismo de degradação e servidão. Ou seja, determinismo de exclusão social baseado na negação do auxílio doença aos inaptos; não reingresso no mercado de trabalho por conta de lesões irreversíveis, a exemplo das LER/Dort; sofrimento/ adoecimento psíquico que tem nexos com a gestão baseada em assédios e a

sobrecarga sobre os limites do corpo; alienação como consequência do sofrimento psíquico e a necessidade de não parar de trabalhar, por medo do desamparo do Estado neoliberal e por necessidade de garantir a reprodução da vida.

A exclusão social no campo dos direitos (cidadania), tem nexos com o modo de produção que insere ou inclui o sujeito de maneira perversa. Ainda que a exclusão social seja negada no discurso da psicosfera, a materialidade da vida precária trata de comprovar aquilo que é imputado ao sujeito descartável. Não se trata somente de usufruir do exército industrial de reserva, de explorar estrategicamente a mão de obra feminina, utilizar força de trabalho dos imigrantes, da xenofobia ou de estigmas, a exclusão é imputada e chega ao seu auge por decorrência da improdutividade do sujeito adoecido e conforme a desassistência do Estado neoliberal.

A improdutividade é imprópria para o trabalhador, pois trata-se de uma transgressão à ordem do capitalismo, que somente considera cidadão aquele que tem capacidade de consumo. Porque tudo é mercadoria, inclusive assistência à saúde, acesso à justiça e previdência. Ao improdutivo, portanto, será imputado o não reconhecimento de seus direitos sociais, por isso são identificados no presente estudo como *denizen*.

Ao percebe-se descartável quando está doente e inapto ao trabalho, também constata que a sua inclusão era perversa e sua expulsão parcial ou total de vínculos societários é iminente. O ser humano é reduzido a objeto, apenas um crachá quando perde a capacidade laboral, sua humanidade é morta, ele identifica rupturas societárias, o esvaziamento de seus direitos e atua para o autoextermínio ao perceber-se excluído.

Portanto, o adoecimento, o atestado e as recomendações médicas não interrompem a prioridade da produção. Cabe ao trabalhador, portanto, embargar e resguardar a si próprio diante do sofrimento psíquico, operando sob o avesso da psicosfera, fato que ajuda a explicar a alta rotatividade de mão de obra nesse setor. Do lado da psicosfera, as trabalhadoras adoecidas referem que na racionalidade da produção o sofrimento é naturalizado, até mesmo o adoecimento quando constatado através de laudo médico.

Conforme a correlação que acomoda a psicosfera e o sofrimento do trabalhador, ainda que, em algum momento, se sustentou certo equilíbrio e que o adoecido de agora já possuiu capacidade laboral e esteve mobilizado para produzir, constata-se que as dores e as alterações

psíquicas foram determinantes para afirmar o caráter degradante e excludente das linhas de produção dos frigoríficos.

As representações sociais das entrevistadas afastadas do trabalho afirmam que o adoecimento mental teve origem no trabalho e mais ainda, trazem o nexo entre os sintomas e o custo de existir dependendo de remédios.

Essas representações sociais estavam entre aquelas das linhas de produção, que a princípio exibem a servidão, mas eximem o caráter degradante das condições de trabalho e confirmam a naturalização do itinerário para quem repete movimentos e se queixa das dores. O mesmo também ocorre com relação aos agravos resultantes das formas de violência, até que se constituam traumas que desmobilizam à continuidade do trabalho, desencorajam o sujeito conforme a queda da fábula da psicosfera.

A negação da realidade e a resistência a pensar sobre as fontes de adoecimento caem por terra após o afastamento do trabalho. Seguem, nesse sentido, a constatação da alienação social ao referir-se à mesma dor que parece não mais reverberar nos colegas que seguem trabalhando.

A inclusão perversa se sustenta até o trabalhador se tornar um crachá cancelável. As mazelas da organização do trabalho são representadas por desumanizar, tratando-se de afirmar o sujeito como mercadoria barata, caso apresente defeitos torna-se elegível à exclusão do mundo do trabalho. Logo, a representação de um processo de inclusão tem muito pouca sustentabilidade, a depender dos limites do corpo.

Pensar a soberania do corpo faz do psiquismo do trabalhador um campo de forças antagônicas, entre promessas de reconhecimento e a realidade que manipula, coisifica e descarta. As condições de trabalho precárias são tão insustentáveis quanto os sintomas que mobilizam e conduzem a alienação mental ao processo de exclusão social.

Todas as entrevistadas ocupantes de postos na linha de produção relataram episódios de alienação mental, todas estavam sob tratamento psiquiátrico após histórico de sofrimento mental. Os sinais e sintomas das entrevistadas afastadas do emprego são consequências de um isolamento simultâneo do real e dos pares com quem trabalhavam.

A alienação mental é, em termos esquemáticos, o estado psicopatológico em que se encontra um sujeito quando perdeu o vínculo com a realidade, por um lado, e por outro, quando o que ele considera verdadeiro não é reconhecido como tal pelos outros. Quando um sujeito rompeu seus vínculos com a realidade e com os outros, estará, mais cedo ou mais tarde, condenado ao hospital psiquiátrico, único local de vida capaz de tolerar os seres humanos que foram parar nessa situação (Dejours, 2013, p. 93).

Um resultado desse campo de forças, em um sujeito que não é máquina e não é humano, é a conclusão do enlouquecimento. Nesse caso, observaram-se a ausência de outros tipos de resolução que não fossem: alienar-se e idealizar o autoextermínio. Esse adoecimento psíquico gera rupturas na dimensão da negação de direitos.

Na racionalidade da individualidade o corpo é representado como dócil, instruído, flexível, saudável, limitado, deformável, inválido e descartável. É nesse sentido que a representação da medicalização é o ajuste do trabalhador à produtividade. Antes do ato final, do processo de exclusão do mundo do trabalho, o sujeito recorre aos remédios, que gradualmente perdem efeito, enquanto tenta contrapor sintomas causados por uma condição de saúde precária e permanentemente degradada pelo trabalho.

Produzir apesar de qualquer constrangimento e a auto medicalização como bricolagem, no momento em que o compromisso com a reprodução da vida revela a face da servidão. No campo de forças antagônicas, entre a obrigação de produzir e os sintomas do adoecimento destaca-se a hegemonia da normalidade e a pressão para manter vínculos sociais, ainda que os sintomas façam questionar representações que neguem todos os conflitos expressos e latentes.

A cidadania representada por todas as entrevistadas não refere-se ao cidadão de direitos que usufrui dos serviços públicos. Um elemento que compõe tais representações sociais trata da renda e capacidade do trabalhador consumir serviços de saúde privados, nesse sentido revela a dimensão econômica da exclusão social.

A fábula da inclusão social se sustenta, ainda que medicalizada, até as últimas consequências da exploração da força de trabalho, mesmo em situações de readaptação em outros postos. Contudo, as entrevistadas adoecidas antecipam a ruptura e a exclusão social, já que o corpo terá um futuro inapto, quando não poderão ser *homo faber*. Não se referem somente ao cargo que deu início ao adoecimento, mas consideram que não serão aceitas no

mundo do trabalho. Portanto, apontam que a condição perversa em que foram submetidas leva ao processo de adoecimento, corroendo a aptidão laboral permanentemente.

Existem, portanto, evidências de consciência acerca da precarização e superexploração e outras mazelas do trabalho em frigorífico, através de relatos que apontam a falta de soberania do corpo, uso abusivo de analgésico e de ansiolíticos. Outra evidência da consciência da precarização está na negação em resignar-se e no desejo de deixar esse emprego.

A inclusão perversa também falhou quando evidenciou-se a ruptura de vínculo com o mundo do trabalho causada pelo esgotamento psíquico, destituindo o trabalhador de sua identidade, tornando-o um crachá descartável. Ainda que as trabalhadoras relatem sobre os pagamentos de valores indenizatórios, representam a ameaça à sua cidadania ao reconhecerem a própria incapacidade laboral. Nesse aspecto a cidadania regulada advoga pela luta individual por direitos, eximindo-se da luta sindical e da consciência de classe. O trabalhador enfrenta a assimetria em embates jurídicos, por indenizações de casos graves de agravos adquiridos no trabalho. Prevalece a representação do sindicato ausente da atuação diante dos casos das trabalhadoras entrevistadas.

A cidadania regulada, portanto, retrata a tirania do capital que cativa com a promessa de suprir necessidades como alimentação, assistência médica, acesso à educação e acesso a crédito. Segue mantida a centralidade da produção, com baixo custo, além do cativeiro de degradação e das condições de subsistência que seduzem juntamente com o medo do desemprego e do abandono do Estado neoliberal. Após o adoecimento, que será determinante, a dimensão econômica da exclusão social, a negação do benefício e abandono do Estado se desdobram em outras dimensões da mesma exclusão social.

A inclusão perversa é representada com predomínio na crítica à servidão, de modo que o trabalhador pensa em emancipar-se do território degradante. Portanto, em tempos de dor e sofrimento demarcam-se os limites no território do corpo, através das lesões e dos sinais e sintomas psíquicos.

A alienação social também aparece nas representações sociais das entrevistadas adoecidas. Elas fazem referência a relação verdadeira com o real, mas sem obterem reconhecimento por parte daqueles com quem trabalham. Elas queixam-se de não serem promovidas e da falta de recompensa diante da degradação a que se submeteram. Do ponto

de vista subjetivo o sofrimento se desdobra em adoecimento psicológico. O sujeito acaba incerto da realidade e perde parâmetros do seu relacionamento com o real, duvida de si mesmo e de sua identidade. Os casos de alienação social podem ser identificados nas consequências do assédio e de critérios subjetivos de promoção/ progressão.

Após o afastamento do trabalho, quando o sujeito fica reduzido ao estigma da doença, passa a ser identificado por estereótipos degradantes e vivenciar sentimento de inferioridade. Contudo, a família aparece como recurso diante da desqualificação social, garantindo que haja integridade da identidade do sujeito.

Os vínculos familiares representaram proteção contra a alienação social das trabalhadoras afastadas por adoecimento. No caso da supervisora entrevistada, a família também é representada como elemento fundamental na produção do sentido do trabalho e suas respectivas precarizações.

Considerou-se como hipótese que a precarização das condições de trabalho assimilada como realidade, dentro da própria racionalidade da individualização e negação da solidariedade, traz a intenção de fazer o sujeito se perceber como unidade de produção entre concorrentes. É nesse sentido que o motor da servidão na cidadania regulada é o medo do desemprego e das rupturas de vínculos, além do desejo de reconhecimento.

Contudo, a servidão também falhou quando esgotaram os limites do corpo e as estratégias psíquicas de defesa, dentre elas a própria aceleração, definida por Dejours (2013, p. 89) como:

[...] entorpecimento intencional do pensamento para impedir o acesso do sofrimento ético à consciência: isolar-se de uma parte de si para se anestesiar. É algo possível de se fazer e várias estratégias já foram descritas. Uma delas consiste em se atarefar, em sobrecarregar o aparelho psíquico por meio de um ativismo profissional frenético, por meio do zelo no cumprimento da tarefa. Para não pensar mais, a pessoa se embrutece pelo excesso de atividade; mas ela não pode parar. É uma estratégia custosa e pouco sutil, que se resume a uma espécie de esgotamento voluntário.

O emprego precário é a linha tênue entre a radicalidade da desigualdade e a exclusão social, trata-se de um lugar inseguro onde existe violência e autoexploração. Sendo importante destacar que, ainda que o emprego seja precário e haja ciência da sua degradação,

as entrevistadas representam a manutenção do vínculo servil como meio para redimi-las do estigma da pobreza, ainda que se coloquem sob outras vulnerabilidades.

Nessa perspectiva de psicosfera, a autoexploração serve de artimanha para conseguir outras fontes de renda, outro trabalho de natureza precária. As entrevistadas referem que outras colegas de trabalho vendem produtos como calçados, vestuário e cosméticos no ambiente da fábrica, sem qualquer intervenção da administração.

As desigualdades sócio-históricas do precariado determinam sua representação social sobre o empreendedorismo. Empreendedor, contrário à fábula da psicosfera, trata-se de uma condição de existir sob incertezas, um estado de vulnerabilidades, mercadorização das demandas sociais e de si mesmo, mais uma forma de autoexploração. Nesse sentido, o empreendedorismo compõe formas de inclusão em condições mais perversas e mais próximas das rupturas sociais.

Diante de tudo, podemos CONCLUIR que:

Mediante as representações sociais analisadas, o processo de exclusão social desencadeado nas linhas de produção dos frigoríficos é primeiramente um processo de exclusão na dimensão econômica, quanto ao aspecto de precarização que leva ao adoecimento e à ruptura com o mundo do trabalho.

A inaptidão decorrente do adoecimento traz à tona os aspectos da exclusão cultural e social. Ou seja, quando o sujeito perde o vínculo com o mundo do trabalho, observa-se o processo de esvaziamento da sua cidadania, de negação de direitos e de reconhecimento, sucedendo em rupturas de vínculos societários, comunitários e solidários.

Portanto, o território de degradação é também território de servidão do precariado, logo o processo iniciado pelo adoecimento, torna-se uma condição permanente de exclusão social.

Diante disso, pode-se dizer que os frigoríficos como territórios da degradação conformam-se em um determinismo geográfico da exclusão social e, por que não dizer, do adoecimento mental, alimentando ideações e tentativas de autoextermínio.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

ALVES, Natália. Morar na periferia: o ponto de vista de mulheres pobres. In. Melazzo, E. e Guimarães, R. (orgs). **Exclusão social em cidades brasileiras. Um desafio para as políticas públicas**. Editora UNESP, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEN, Marilúcia, *et.al.* **O trabalhador do campo e da cidade na lógica do capital agroindustrial: Santa Catarina e Paraná**. Geografia Ensino & Pesquisa, v.18, n.3 p. 37-54, set./dez. 2014.

BOCKORNI, Beatriz; GOMES, Almiralva. **A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração**. Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. Boitempo, 2017.

BRAGA, Ruy. **Precariado e sindicalismo no Sul global**. Revista Outubro, n. 22, 2 Semestre de 2014.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado. Do populismo à hegemonia lulista**. Boitempo, 2012.

BRASIL. Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017. **Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal**. Planalto, Brasília, DF, 29 mar. 2017. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 20 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora N 36 (NR-36): Segurança e saúde do trabalhador em empresas de abate e processamento de carnes e derivados**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952. **Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 1952. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em abr. 2024.

CAMACHO, Rodrigo. **O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio.** Revista Nera. Presidente Prudente, v. 22, n. 50, p. 64-90, set./dez. 2019.

CARONE, Marilene; FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia.** Jornal de Psicanálise. São Paulo, v. 49, n. 90, p. 207-224, jun. 2016.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal.** Autonomia Literária, 2021.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** Petrópolis RJ, Editora Vozes. ed. 9, 2010.

CASTEL, Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”.** Caderno CRH, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CAVECHINI, Caio. *et al.* **Carne e osso: um retrato do trabalho nos frigoríficos brasileiros.** São Paulo: Repórter Brasil, 2011. Disponível em: [Carne, Osso \(reporterbrasil.org.br\)](http://Carne,Osso(reporterbrasil.org.br)). Acesso em 28 mar. 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Contra a servidão voluntária.** Autêntica Editora, 2020.

CIAMPA, Antonio. **A estória do Severino e a história da Severina. Um ensaio de Psicologia Social.** 3. São Paulo, SP: Brasiliense, 1993.

COSTA, Maria; IANNI, Aurea. A dialética do conceito de exclusão/inclusão social. In: **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, pp. 75-101.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social.** Ed. 2, rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

DEJOURS, Cristopher. **O trabalho entre banalização do mal e emancipação.** Revista Brasileira de Psicanálise, v. 47, n. 2, p. 85-97, 2013.

DEJOURS, Cristopher. **A loucura do trabalho. Estudo de psicopatologia do trabalho.** ed. 5, impressão 9, São Paulo: Cortez, (1987/ 2005).

DUARTE, Luciano. e FRANK, Bruno. **Psicosfera: contribuições teóricas a partir de investigações geográficas.** 1. ed. -- Porto Alegre, RS : Totalbooks, 2023.

ERICSON, Sóstenes. **Desalentadas subjetivação em dizeres sobre as mulheres que desistiram de procurar trabalho.** Revista Katal., Florianópolis, v.23, n.3, p. 707-719, set./dez. 2020.

ESCOREL, Sarah. Exclusão social: em busca de uma categoria. **In: Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social [online].** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, pp. 23-81.

FACAS, Emílio. Sociedade da Performance e a falácia da liberdade no discurso neoliberal (p. 63-75). In. SOUSA-DUARTE, F; MENDES, A; FACAS, E. Orgs. **Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho.** Editora Fi, Porto Alegre, 2020.

FARIA, Guélmer. **“Venezolanos en Dourados MS”: um estudo netnográfico de comunidades imigrantes nas redes sociais digitais.** Periferia, v. 15, p. 1-29, 2023, e74521

FAVRETTO, Jacir.; ROMAN, Darlan.; SEHNEM; Simone. **Análise dos recursos impulsionadores da vantagem competitiva - o caso BRF Foods.** GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Bauru, ano 11, n 3, p. 153-171, jul./set. 2016.

FERREIRA, Lina. **Uma teoria do vínculo social: a sociologia de Serge Paugam.** Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 36, n. 1, 2024.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio. **Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s.** Contexto Internacional, v. 39, n. 2, p. 393-420, 2017.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada.** Tempo, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 34-58, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Exclusão e/ou Desigualdade Social? Questões teóricas e político-práticas.** Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel, Pelotas v.37, p. 417-442, set-dez, 2010.

FREITAS, Wagner.; *et al.* **Abuso de carisoprodol e seus riscos à saúde: o papel do farmacêutico na prevenção da automedicação.** Revista Foco, [S. l.], v. 18, n. 11, 2025.

GABBARD, Glen. **Psiquiatria psicodinâmica na prática clínica.** ed. 4, Porto Alegre: Artmed, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** ed.5, São Paulo: Loyola. 2014a.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** ed.7, São Paulo: Loyola. 2014b.

HECK, Fernando. **A conjuntura política brasileira das duas primeiras décadas do século XXI: territórios de degradação do trabalho e as lutas dos (as) trabalhadores (as) de frigoríficos.** Revista da ANPEGE, v. 18, n. 36, 2022.

HECK, Fernando. **Os territórios da degradação do trabalho na Região Sul e o arranjo organizado a partir da COVID-19: A centralidade dos frigoríficos na difusão espacial da doença.** Metodologias e Aprendizado, v. 3, 2020.

HECK, Fernando. **Neodesenvolvimentismo, degradação do trabalho em frigoríficos e sindicatos.** Revista Labor, v. 1, n. 12, 2014.

HECK, Fernando. **Territórios da degradação do trabalho: A saúde do trabalhador em frigorífico de aves e suínos em Toledo, Oeste do Paraná.** Hygeia, n. 9, v.16, p. 48- 66, jun. 2013.

HECK, Fernando.; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Território da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil.** VIII Seminário de Saúde do Trabalhador (em continuidade ao VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca) e VI Seminário “O Trabalho em Debate”. UNESP/ USP/STICF/CNTI/UFSC, 25 a 27 de Setembro de 2012, UNESP – Franca/SP.

HERNÁNDEZ, Adoración; BALLESTER, Héctor. **El huracán neoliberal: una reforma laboral contra el trabajo**. Sequitur, Madrid, 2012.

JESUS, Alex. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. 2020. (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

KAHIL, Samira (Org.). **O tamanho do Brasil: território de quem?** São Paulo: Max Limonad, 2021.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo do desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KUAZAQUI, Edmir.; LISBOA, Teresinha. **Análise do trabalho escravo no setor de frigoríficos**. Revista Gestão e Secretariado (GeSec), São Paulo, SP, v. 15, n. 2, 2024.

LUCE, Mathias. **Teoria marxista da dependência. Problemas e categorias. Uma visão histórica**. 1ed. Expressão Popular, São Paulo, 2018.

LANE, Silva. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In LANE, S. e BADER, S (orgs). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995.

MACIEL, Fabrício. **Exclusão ou desfiliação social? Robert Castel e uma sociologia política para a periferia do capitalismo**. Rev .Terceiro Milênio: Revista crítica de sociologia e política, v.12, n.1, jan./jun. 2019.

MAGRO, Márcia *et al* . **Intensificação e prolongamento da jornada de trabalho nas indústrias de abate e processamento de carnes e seus impactos na saúde dos trabalhadores**. Cad. psicol. soc. trab., São Paulo , v. 17, n. 1, p. 67-83, jun. 2014 .

MAIOLINO, Ana.; MANCEBO, Denise. **Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão**. Psicologia & Sociedade. v. 17, n. 2, p.14-20, mai./ago. 2005.

MARINI, Ruy. **Dialética da dependência**. Germinal: Marxismo e educação em debate. Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez 2017.

MARTINS, José. **Capitalismo e servidão na sociedade pós-escavista**. São Paulo: Unesp, 2023.

MARTINS, José. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARTINS, José. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDES, Ana. (org.). **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MIGRACIDADES RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO /2021 – Dourados-MS. **Região: Centro-Oeste. Registro de migrantes internacionais (SISMIGRA, junho/2021): 3.716**. Disponível em: MigraSeg–Dourados-1.pdf (ufrgs.br). Acesso 09 de março de 2024.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. ed 11, Petrópolis, RJ: vozes, 2021.

NASCIMENTO, Elimar. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In. BURSZTYN, Marcel (org). **No meio da rua - nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

NASCIMENTO, Elimar. **Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. Cad. CRH., Salvador, n.21. p.29-47, jul./dez.1994.

OLIVEIRA, Eveline; MOITA, Dimitre; AQUINO, Cassio. **O Empreendedor na Era do Trabalho Precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral**. Psicologia Política, v.36, n.16, p.207-226, 2016.

PEREIRA, Mirlei. **Território e psicofera: o Brasil e os desafios sob o horizonte neoliberal**. In. KALIL, S. org. et al. **O tamanho do Brasil: território de quem?**, São Paulo, Editora Max Limonad, nov. 2021.

PERPETUA, Guilherme. **Agravos à saúde dos trabalhadores na produção de commodities agropecuárias no Brasil**. Revista Pegada, v. 21, n.1, p. 3-32, jan./abr. 2020.

PETEAN, Gustavo; BENINI, Elcio; NEMIROVSKY, Gabriel. **Trabalho intensificado e afastamento do trabalho: uma análise nos frigoríficos no estado de Mato Grosso do Sul**. Cadernos EBAPE.BR, Fundação Getulio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, v. 19, n. 3, p. 464-479, jul./set.2021.

RAUBER, Pedro. **Análise das condições de empregabilidade dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho formal em Dourados – MS**. (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

REPÓRTER BRASIL **Fábrica de acidentes. Condições de trabalho insalubre e insegurança nos frigoríficos brasileiros**. Repórter Brasil, São Paulo, Pesquisa Brasil, jun. 2024.

REVISTA EXAME **Como a covid-19 invadiu fábricas da JBS, maior produtora de carne do mundo**. Revista Exame, 8 set. 2020. Disponível em exame.com. Acesso em 02/06/2024.

RIPPLINGER, Fabiane.; VIAN, Henrique.; MELO, Renata. **Brasil Foods: financeirização do setor agroindustrial e os desafios para a constituição da soberania alimentar no Brasil**. IV Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XVI Seminário de Pós-Graduação em Geografia. Unesp, Rio Claro, 29, 30, 31 de maio e 1 de junho de 2023.

ROCHA, Danilo. **Estado, empresariado e variedades de capitalismo no Brasil: política de internacionalização de empresas privadas no governo Lula**. Revista De Sociologia e Política, v.22, n.51, p. 77–96, 2014.

RODRIGUES, João. **Condições de trabalho, percepção e adaptação dos imigrantes haitianos inseridos em uma agroindústria no município de Paranavaí**. Caderno de Gestão e Empreendedorismo, v. 6, n. 1, p. 74-82, jan./abr. 2018.

RODRIGUES, Arlete. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”. Produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, Ana Fani A., SOUZA, Marcelo L., SPOSITO, Maria (orgs.). **A produção do espaço urbano**. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, p. 207-230, 2011.

RUIZ, Roberto. (org.) **As pandemias dos frigoríficos**. ed. 1, Gráfica Odisséia, Porto Alegre, 2022.

SANTOS JÚNIOR, Adalberto. **Organização do trabalho e prazer-sofrimento dos profissionais de um centro de atenção psicossocial**. (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3822#:~:text=https%3A//repositorio.unb.br/handle/10482/3822>

SANTOS JÚNIOR, Adalberto.; MENDES, Ana.; ARAÚJO, Luciane. **Experiência em clínica do trabalho com bancários adoecidos por Ler/ Dort**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 29 n.3, p. 614–625, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2022.

SCHLINDWEIN, Vanderléia *et. al.* **O sofrimento psíquico em trabalhadores em situação de desemprego em Porto Velho – RO**. Revista Psicologia, Fortaleza – CE, v. 12, n. 2, p. 25-42, 2021.

SILVA, Rubens. **Da Venezuela para Dourados - MS: A busca de um Lugar e a Produção de Geografias**. (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2023.

SILVA, João; FOLLE, Francielle. **Imigrantes em frigoríficos e a pandemia: Dourados – MS.** Revista Políticas Públicas & Cidades, Boletim Semanal: Cidade e Pandemia. v. especial, v. 2, n. 1, 2021.

SILVA, Marineide. **O mosaico do desemprego.** (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SILVA, Mario. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados.** (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas - USP, São Paulo, 1992.

SOUZA, Marcelo. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônimos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, p. 147-166, 2011.

SPOHR, Nicole; SILVEIRA, Franciane. **Estratégia internacional de uma multinacional emergente brasileira: o caso JBS.** Revista de Administração de Empresas, v.52, n.3, p. 300–312, 2012.

SPINK, Mary. **O conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 300-308, jul./set. 1993.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa.** Autêntica, 2014.

TOZI, Fábio e BOZZI, Fábio. **Empreendedorismo periférico? Motoristas uberizados e lavadores precarizados em lava a jatos nas margens da metrópole.** Indisciplinar, v. 7, p. 184-219, 2021.

VIEIRA, Alexandre. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política.** (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

WALTER, Leandro. **O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?** Instituto Humanitas Unisinos – IHU, Cadernos IHU Ideias, n. 238ª edição, ano 14, 2016.

WENDY, Brown. **Cidadania Sacrificial - Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade.** Zazie Edições, 2018.

WINNER, Langdon. **Os artefatos têm política?** *Analytica*, v. 21, n. 2, p. 24, 2017.

XIBERRAS, Martine. **As Teorias da Exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio**, Instituto Piaget, Lisboa, 1998.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE 1 – DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Sexo: _____

Idade: _____

Estado civil _____

Filho(s): () não () sim quantos? _____

Escolaridade (concluído ou concluindo): _____

PARTE 2 - DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Eixo 1 - Condições contratuais e organização do trabalho:

- Qual era a ocupação antes de entrar na empresa: _____
- Tempo de trabalho na empresa: _____
- Ocupação/ função que exerce (ou exerceu) na empresa: _____
- Como surgiu a oportunidade para trabalhar na empresa:
- O que te motivou escolher trabalhar na empresa:
- Qual sua percepção da importância da empresa para o município, para a região, para o agronegócio, para o mercado internacional?
- O que imaginava acerca (qual era a imagem) da empresa antes de trabalhar nela?
- O que o emprego na empresa representa na sua vida e de seus dependentes?
- Quantas horas ao dia dedicadas ao emprego? Contando o tempo de percurso e tempo dentro da empresa.

- Qual representação a empresa teria de seus empregados (são importantes, descartáveis, dedicados ao trabalho, indolentes...)?
- Existe possibilidade de ter algum tipo de controle sobre o seu processo de produção?
- Existe necessidade de ter algum tipo de controle forçado sobre os seus processos biológicos (comer, descansar, ir ao banheiro,...)?
- Qual a sua percepção quanto ao (des) encontro entre funcionamento regular (normal) do ser humano e funcionamento que a produção impõe sobre os empregados?
- Qual a sua representação (percepção e sentimentos) sobre a organização prescrita (a metas, metodologia de gestão da produtividade, ...)?
- Qual a sua percepção e sentimento acerca da correlação entre aumento da produtividade (da empresa) e cadência do ritmo dos empregados?
- Pensando na organização do trabalho, como descreveria as atuações daqueles que fiscalizam (seu setor, seu trabalho e o resultado da sua produção)?
- Como poderia pensar (ou ter pensado) deixar de lado as razões que encorajam seguir no emprego precarizado?

Eixo 2: Análise de processos saúde/ doença, como impeditivo para capacidade laboral e venda da força-de-trabalho

- A ocupação/ função/ atribuição traz riscos à saúde? () sim () não
- Você sofre ou já sofreu agravos (físico, psíquico, social) diretamente e indiretamente ligados à ocupação/ função/ atribuição na empresa?
- Qual a representação (percepção e sentimentos) da relação entre a necessidade de seguir produzindo e a percepção de agravos ligados à produção?
- Havendo a necessidade de cuidados à saúde, quais os recursos disponíveis (Plano de saúde, Sistema Único de Saúde, auto medicação,...)?

- Qual a sua representação (percepção e sentimentos) do processo de adoecimento causado pelo dia-a-dia no emprego?

Eixo 3: Des-vinculação do sistema de produção, desemprego ou busca por emprego:

- Esse emprego resultou em mudanças na sua qualidade de vida? Percebe se o mesmo ocorre (ou ocorreu) nas vidas de colegas de trabalho?
- Você pensa ou já pensou a respeito da relação entre emprego, desigualdade social e (i)mobilidade social?
- Conhece ou ouviu falar sobre a realidade do trabalho em outras empresas do mesmo ramo?
- Possui vínculo com o sindicato?
- Qual a sua representação acerca da atividade sindical?
- Quais seriam as consequências (problemas) desencadeadas caso ocorra impedimento para seguir trabalhando e produzindo na empresa?
- Já vivenciou situação de desemprego (seu caso e/ ou de outros)?
- Qual sua representação (percepção e sentimento) do desemprego?
- Já se sentiu ameaçado em perder o emprego? (pela influência de agravo(s) sobre a capacidade laboral ou insuficiência da capacidade laboral).
- Além do emprego na indústria, ocorrem (ocorreram) oportunidades ou ocasiões para outras fontes de renda?
- Houve pensamento ou iniciativa quanto a sair do emprego por vontade própria?
- Houve desejo de trabalhar por conta própria?
- Se ocorrer o risco de desemprego, você já pensou/ projetou ser “empreendedor”?
- Qual a sua representação (percepção) do “empreendedorismo”?

- Qual a sua representação acerca de (o que você entende por) processos de “exclusão social no mundo do trabalho”?
- Você já vivenciou processos de exclusão social?
- Qual a sua representação acerca da Cidadania?

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Descrição do objetivo da pesquisa:

Meu nome é Adalberto Vital dos Santos Júnior e estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada “REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO EMPREGO PRECARIZADO: O OLHAR DO EXCLUÍDO.” Com o objetivo de caracterizar as representações sociais do trabalhador precarizado acerca de seus processos de exclusão social. Será realizada entrevista. Certifico que esta pesquisa não ocasionará nenhum tipo de danos ou prejuízo ao participante.

Assinatura do pesquisador

Consentimento para atuar como sujeito da pesquisa:

Eu _____ recebi uma descrição sobre a pesquisa acima intitulada e tenho conhecimento que fui satisfatoriamente informado sobre objetivos, riscos e benefícios da pesquisa. Entendo que nenhuma compensação será oferecida em decorrência de minha participação e assinatura neste documento, o que é por livre e espontânea vontade, o que representa a concordância para atuar como sujeito no estudo proposto. Ficam-me assegurados os seguintes direitos: liberdade para interromper a participação em qualquer fase do estudo e no momento que julgar necessário, a confidencialidade de qualquer resposta quando por mim solicitada, assim como o sigilo de minha identidade e de conhecer os resultados obtidos. Declaro ainda que fui certificado que os resultados serão utilizados em publicações e estudos futuros. Esta pesquisa também não me trará despesas, gastos ou danos, caso haja, serão ressarcidos.

Assinatura do entrevistado

Autorizo a gravação de falas: () sim () não

Data: / /

Qualquer dúvida entrar em contato com Adalberto Vital dos Santos Júnior (67) 981399816.

ANEXO 3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Faculdade de Ciências Humanas



Dourados, 13 de Julho de 2023.

Ao: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e a fins de Dourados-MS (STIA).

Assunto: Proposta de *Espaço social de fala* como parceria entre o projeto de pesquisa “REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO EMPREGO PRECARIZADO: O OLHAR DO EXCLUÍDO” e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e a fins de Dourados-MS (STIA).

Proponente: Adalberto Vital dos Santos Júnior, Psicólogo, Mestre em Psicologia do Trabalho (IP/UnB), Doutorando do Programa de Pós Graduação de Geografia da UFGD.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Faculdade de Ciências Humanas



Apresentação:

A reestruturação produtiva condicionada por mudanças tecnológicas, flexibilidade na produção e redução de postos de trabalho, concorre para uma realidade de precarização das relações/ condições de trabalho, desemprego estrutural e ausência estatal em políticas sociais (LESBAUPIN, 2001 *apud* VIEIRA, 2009).

Esta relação revela um predominate contingente de não beneficiados pelo sistema de produção capitalista. A forma que esse sistema de produção elege suas prioridades é condizente para beneficiar os donos dos meios de produção, em detrimento da parcela da população que oferece e vende sua força-de-trabalho. A sociedade, com suas estruturas e processos, se desenvolve em razão de um sistema de produção globalizado e modelado pela racionalidade neoliberal.

O neoliberalismo contém os imperativos que determinam o cenário de existência do trabalhador, um processo de metamorfose que garante a sobrevivência do sujeito e consequentemente construção da sua identidade.

Com intuito de investigar processos de adoecimento causados pela precarização do emprego em frigoríficos de indústrias de alimentos de Dourados-MS, este estudo busca analisar as representações sociais dos trabalhadores.

Por considerar a importância da representatividade do sindicato da categoria, entende-se ser necessário propor uma parceria que produza para além de análises teóricas, também análises práticas sobre os processos vivenciados cotidianamente pelos trabalhadores do setor.

Parte-se da premissa que os processos de trabalho em frigoríficos da indústria dos alimentos contemplam processos de adoecimento físico e mental, como é constatado na literatura e em pesquisas recentes.

Portanto, como hipótese considera-se que os subespaços do capitalismo globalizado determinam historicidades quanto à constituição da classe trabalhadora, suas lutas, conquistas de direitos e consequentes representações sociais acerca do nexo entre modelo de produção e processos de adoecimento.

Logo, as representações sociais são modelos de conhecimentos básicos da realidade, tendo a função de transformar o não-familiar em familiar.

As representações sociais desempenham função social, afetiva e cognitiva: orientam condutas e comunicações; protegem e legitimam identidades sociais; e mediam a familiarização com o novo (SPINK, 1993).

Na dimensão intersubjetiva o processo comunicacional forja as representações sociais, onde há dinâmica de consolidação de modelos simbólicos, compartilhamentos de imagens e

valores, elaboração de repertórios-modelo para interpretar, explicar, reger e proceder nos encontros com a realidade (MOSCOVICI, 2015).

No projeto de pesquisa em curso, a análise das representações sociais deverão caracterizar três dimensões de um processo de exclusão social vivenciado no trabalho:

- 1) O emprego precário, as condições/ organização do trabalho;
- 2) O processo de adoecimento, como consequência das condições/ organização do trabalho e como prejuízo para capacidade laboral;
- 3) A desvinculação do sistema de produção, situações de afastamento temporário/ permanente e de desemprego.

Por tratar-se de um estudo de metodologia qualitativa buscar-se-á:

1. Elaborar Termo de Consentimento para uso de dados coletados junto à entidade sindical.
2. Elaborar Termos de Consentimento aos trabalhadores que voluntariamente participarem do estudo. Será preservada a identidade do participante, o mesmo poderá optar por participar individualmente da coleta de dados no intuito de evitar sua identificação, assim como a identificação de suas falas.
3. Modos de coleta de dados: Propõe-se ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e a fins de Dourados-MS (STIA) um projeto de parceria que pretenda atender demandas da categoria dos trabalhadores e os objetivos do estudo. Nesse sentido, propõe-se a constituição de um *Espaço social de fala* onde seja possível aos trabalhadores verbalizarem, analisarem e re-significarem os processos sofridos pela precarização do emprego. Para constituição deste espaço social de análise dos processos de precarização do emprego e adoecimento, primeiramente serão apresentadas ao STIA as linhas gerais do estudo e em seguida propõe-se um levantamento, junto a diretoria da entidade, de demandas relacionadas ao tema do estudo.
4. Como *Espaço social de fala* onde seja possível aos trabalhadores verbalizarem, analisarem e re-significarem os processos sofridos pela precarização do emprego, poderão ser utilizados recursos como: sessões de entrevistas (individuais e/ ou coletivas),

rodas de conversa, grupos com trabalhadores adoecidos, espaço de escuta individual aos trabalhadores, etc.

5. A cada encontro serão abordadas temáticas relacionadas a precarização do emprego e suas consequências;
6. O roteiro proposto deverá abordar a trajetória do trabalhador, desde o início no emprego, passando pelos fatores adoecedores da organização do trabalho, até o afastamento e suas consequências;
7. O local dos encontros será a sede do STIA;
8. Os encontros serão registrados em anotações e gravações em áudio;
9. Ao término dos encontros o STIA receberá relatório final com a análise dos dados coletados.